

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.2
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 133
Dia/ Mês/Ano	1977-1983
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira, alemã e estadunidense, entre os anos 1970-1983, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política; Pobreza.
Notas explicativas	A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”. Lista das páginas em língua estrangeira: 49, 50, 106, 107, 108,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



	109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 124 e 125.
--	---

Bibliothek

C N B B

1977-83



Institut für Brasilienkunde
KI-BR 102.2
Bibliothek
03 10 10

C N B B

National &

Regionais

1940 - 1983


CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Presearchiv

Zeitung	Datum	Nummer



Papa diz a Embaixador as mesmas coisas que dissera em 1973 a seu antecessor

Roma e Porto Alegre — As palavras do Papa Paulo VI ao novo Embaixador do Brasil junto à Santa Sé, Sr Espedito Rezende, são praticamente as mesmas que disse há cerca de quatro anos ao receber as credenciais do ex-Embaixador Antônio Borges Leal Castello Branco Filho. A estrutura e o conteúdo dos dois discursos do Papa são semelhantes.

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheiter, considerou que "as palavras do Papa Paulo VI não poderiam ser mais justas e equilibradas, pois nada justifica o pisoteamento da pessoa humana, nem mesmo o desenvolvimento". Para ele, ninguém pode se lamentar pelo que disse o Papa.

SEMELHANÇA

Os discursos dos Embaixadores Castello Branco e Espedito Rezende também são semelhantes. O Sr Castello Branco — que foi enviado ao Vaticano pelo Governo Médici — não falou em disposição do Governo de construir uma sociedade justa, livre e próspera, mas foi menos conciso que o Sr Espedito Rezende.

Já Paulo VI foi mais incisivo em 1977 do que em 1973 quanto a seu apoio à Igreja brasileira. Este ano disse claramente que "a Santa Sé está do lado dos bispos brasileiros na sua preocupação e no seu dever de servir de modo generoso e eficaz à Igreja e ao seu país".

Em 1973, fora mais genérico: "Estamos ao lado dos nossos pastores, padres, religiosos, religiosas e leigos que colaboram com eles ('esses filhos e irmãos') para aprofundar sua própria fé e realizar suas exigências familiares, profissionais e cívicas".

A repercussão na imprensa italiana das palavras do Papa foi grande, fato que está sendo atribuído ao grande interesse que voltou a despertar o tema dos direitos humanos e da liberdade no debate e no noticiário de política internacional. A Embaixada brasileira no Vaticano não fez qualquer comentário sobre a repercussão do discurso do Papa Paulo VI na imprensa italiana.

GRATIFICANTE

Dom Ivo Lorscheiter disse ontem que as palavras do Papa sobre os bispos brasileiros foram muito gratifi-

cantes para sua atuação. "Para todo homem de boa vontade, a palavra do Papa sempre há de merecer enorme respeito e acatamento pois o Chefe da Igreja Católica a conduz com equilíbrio e justiça", disse Dom Ivo.

"Pela justiça de suas declarações" — prosseguiu o secretário-geral da CNBB — "nota-se o esforço e o apoio carinhoso do Papa para com o Brasil em busca de maior desenvolvimento e o próprio Paulo VI apoiou as intenções do atual Governo, mas alertou para as distorções que poderiam existir e para que o desenvolvimento nunca deve ser provido com menosprezo aos direitos humanos".

EXORBITANCIA

O Cardeal Lorscheiter disse não saber em que grau estão, nem mesmo se continuam a ser feitos os levantamentos dos órgãos de segurança para apurar a ideologia de cada bispo brasileiro, mas considera este levantamento "uma exorbitância". "Não tememos este levantamento" — continuou Dom Ivo — "e apenas o denunciaremos para que os órgãos de segurança tivessem conhecimento de que estávamos a par do assunto".

Lamentou a censura que continuam a sofrer alguns jornais da Igreja, como O São Paulo. Disse que é contrário à participação da Igreja em órgãos políticos, como foi sugerida por parlamentares. "A CNBB não deve participar nem de um Conselho de Estado, nem do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos", afirmou Dom Ivo.



CNBB prepara pastoral com sugestões e medidas para preservar família

11. Juli 1977

Porto Alegre — Até o final do ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vai editar uma pastoral familiar onde estarão incluídas sugestões de atitudes e medidas práticas "com respeito ao matrimônio como sacramento, à fidelidade conjugal, às famílias desfeitas ou incompletas e aos filhos dos divorciados ou desquitados" — anunciou, ontem, em sua alocução semanal, o secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter.

A decisão, segundo Dom Ivo, foi tomada em reunião realizada no Rio de Janeiro, na semana passada, na forma de um documento enviado a todos os bispos do Brasil. Neste documento — afirmou o secretário-geral da CNBB — também está incluído "um augúrio de que os órgãos competentes do Poder Público implantem, no Brasil, uma corajosa e adequada política familiar, criando condições legais para que nossas famílias possam viver e sobreviver".

A ALOCUÇÃO

A reunião da CNBB, disse Dom Ivo Lorscheiter, teve como objetivo promover uma análise da resposta à questão sobre o que deve fazer a Igreja, uma vez "introduzido o divórcio no Brasil por uma votação infeliz do Congresso Nacional, apesar das claras posições da Igreja Católica". No documento enviado aos bispos, e que define normas de atuação da Igreja para o futuro, a CNBB recomenda que a Igreja "deve continuar a ser fiel à sua missão de anunciar as exigências do Evangelho, dos postulados e do bem comum".

"Ela não pode assustar-se por não ser ouvida sempre a sua voz" — disse o secretário da CNBB. "O importante é que ela cumpra o seu dever de evangelizar." A Igreja, segundo Dom Ivo, também "exprime um voto de louvor e apreço aos deputados e senadores que, apesar de vaiados pelas de-

selegantes galerias do Congresso, procuraram manter a indissolubilidade do casamento em nossa Constituição". O eleitor bem orientado, afirmou ele, "terá tido, na votação do divórcio, um dos critérios para exprimir sua preferência em futuras eleições".

COMPROMETIMENTO

Uma das iniciativas a que Dom Ivo Lorscheiter atribui maior importância, entre as adotadas pela Igreja após a instituição do divórcio, é a que vincula o casamento religioso à indissolubilidade do matrimônio: "No momento em que encaminharem seu pedido e processo de casamento religioso, os noivos deverão declarar expressamente o tipo de casamento que pretendem, e só poderão ser admitidos ao casamento religioso se declararem aceitar o matrimônio indissolúvel, pois só esse é o verdadeiro."



177-11 V
T Carta do Arcebispo de San Salvador a secretário da CNBB pede solidariedade

Com o objetivo de "formar em seus fiéis a consciência do que estamos padecendo por aqui e despertar a solidariedade que tanta falta nos faz", o Arcebispo de San Salvador, Dom Oscar Romero, escreveu a Dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB, relatando "as duras circunstâncias" em que vive a Igreja naquele país.

Em seu *Comunicado Mensal*, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) publica também uma Mensagem da Conferência Episcopal de Salvador face à Onda de Violências que Enluta o País, na qual se destacam o "cruel assassinato de dois sacerdotes" da Arquidiocese de San Salvador, bem como das "vítimas inocentes que com eles caíram", e faz "um apelo, veemente e angustioso, à paz e unidade".

DIFAMAÇÃO

Na sua mensagem, os bispos salvadorenos citam nomes de vítimas da perseguição, especialmente contra a Igreja, em San Salvador, dizendo fazer seu o sofrimento dos parentes atingidos: engenheiro Borgonovo Pohl, o jovem Luis Alfredo Torres, o licenciado Roberto Poma e "os humildes empregados que compartilharam sua desgraça", bem como "tantos pais, mães, esposas e filhos que nesta hora de horror — que nos enche de vergonha diante do mundo civilizado — choram impotentes a morte e o desaparecimento de seus entes queridos".

Ao concluírem a mensagem, dizem os bispos de San Salvador: "Em nome de Deus, fazemos um apelo, veemente e angustioso, à paz e à unidade. Que cesse a campanha sistemática de difamação e calúnia contra a Igreja — difamação e calúnia que, no momento, se centraliza contra alguns sacerdotes nacionais e estrangeiros, contra a Companhia de Jesus e contra o Episcopado salvadorenho, campanha que, vindo da sombra do anonimato, pretende abafar e calar a voz da Igreja e justificar os mais inqualificáveis atos contra os direitos humanos".



JB 22/7/77

Superiores religiosos de todo o Brasil se reúnem em Assembléia-Geral no Rio

A 11a. Assembléia-Geral dos Superiores Maiores Religiosos, que começa, amanhã, no Colégio São Bento, vai debater, entre outras coisas, uma melhor distribuição dos 52 mil padres, irmãos e freiras que trabalham no país, uma vez provado que cerca de metade se fixaram no Centro-Sul.

Os trabalhos vão prolongar-se por uma semana, sob a presidência do Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, Cardeal Eduardo Pirônio, e a participação de cerca de 500 superiores religiosos de todo o Brasil, incluindo o presidente da CNBB, Cardeal Aloisio Lorscheider, e dos presidentes da Confederação Latino-Americana de Religiosos, Padre Carlos Palmés, e do Departamento de Relações da Celam, Dom José Gottardi.

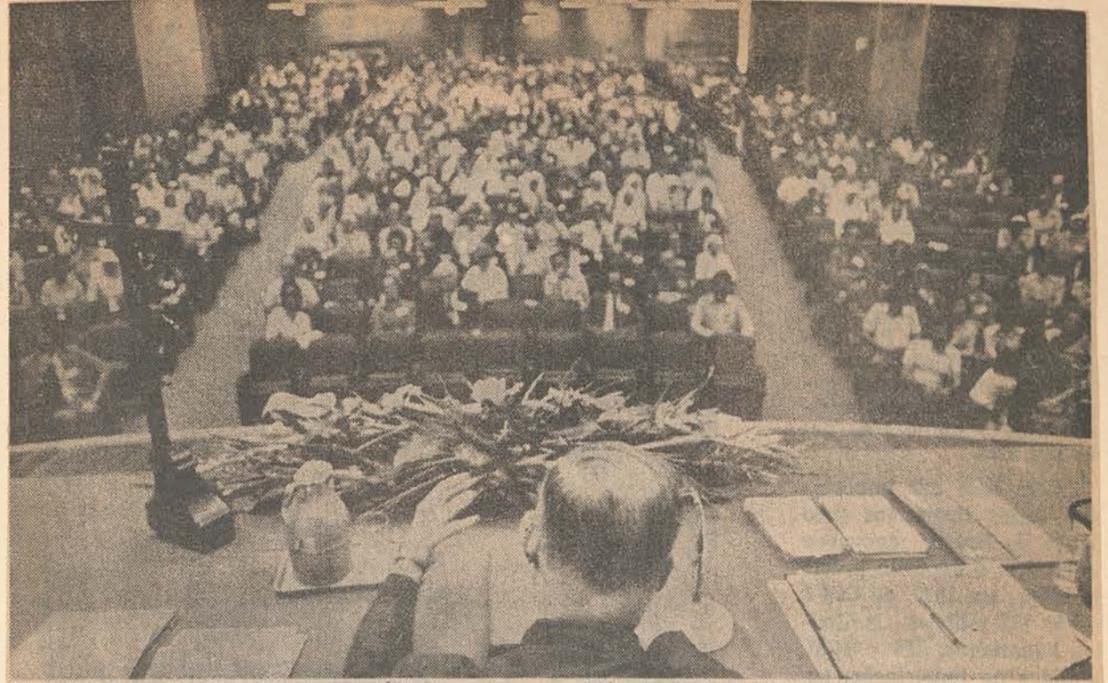
OBJETIVOS

A Assembléia-Geral é promovida pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e seu tema é Qualidade da Presença dos Religiosos na Realidade da Igreja no Brasil. O presidente da CRB, Padre Marcelo de Carvalho Azevedo, destacou a particularidade do Brasil, ao contrário do que acontece, por exemplo, na Itália e na Espanha, não

poder prescindir do trabalho dos religiosos.

Da Igreja no Brasil são religiosos um terço dos Bispos, 7 mil dos 13 mil padres e 80% dos agentes pastoraes, explicou o Padre Marcelo. Acentuou a má distribuição dos religiosos: Rio de Janeiro, 3 mil; Minas Gerais, 6 mil; Rio Grande do Sul, 7 mil; e São Paulo, 9 mil. Enquanto isso, a Amazônia Legal não conta mais de 2 mil.





Cardeal Lorscheider disse que é leal e sincero diálogo entre religiosos e bispos no Brasil

25.4.1977

CRB promove 11.^a reunião de superiores no Brasil

A dificuldade para o preenchimento dos quadros permanentes do pessoal religioso a serviço da Conferência de Religiosos do Brasil (CRB), tanto em nível nacional, como regional, foi ressaltada ontem pelo presidente da CRB, Padre Marcelo de Carvalho Azevedo, durante a abertura da 11.ª Assembléia-Geral dos Superiores Maiores Religiosos, que está sendo realizada no Colégio São Bento.

Durante o encontro, que termina no próximo dia 30, serão várias as palestras que entrarão em debates no plenário, do qual participam 500 religiosos representando 450 congregações nacionais e 50 internacionais. Hoje, o sociólogo José Arthur Rios falará sobre Aspectos de Nossa Realidade e, amanhã, A Igreja no Brasil, será o tema da palestra do Bispo Celso Queirós.

Diálogo leal

Com uma salva de palmas, em homenagem ao Papa Paulo VI foi aberta a sessão de ontem da Assembléia-Geral e, logo após, o presidente da CRB, Padre Marcelo de Carvalho Azevedo, em pequeno discurso, ressaltou a posição de maturidade da Conferência "por ter clara consciência de sua posição em face das ordens, congregações e instituto religiosos; por ter atingido uma ampla descentralização operativa, em instâncias nacionais, regionais, diocesanas, que levam adiante cada uma suas próprias iniciativas e por poder contar com o apoio significativo da imensa maioria dos religiosos do Brasil".

Falou em seguida o Cardeal Aloisio Lorscheider, presidente da CNBB,

afirmando não haver no Brasil problemas sérios entre religiosos e bispos. "Aqui o diálogo é leal e sincero, o que existe há muitos anos entre a CNBB e a CRB. Este é o testemunho de fraternidade e, por isso, acredito que nós, tanto do vértice, como da base, estamos vivendo um ótimo clima".

Disse D Aloisio Lorscheider: "Lutamos muito para o que chamamos uma Igreja realmente pobre e esta tem sido uma das preocupações de nossos bispos". Para ele, é muito importante a pobreza evangélica, isto é, "uma Igreja realmente pobre, disponível, pronta para andar pelos caminhos que Deus nos apontar".

"A pobreza evangélica não pode ser vivida sem um profundo sentido de solidariedade. Como hoje muito se fala em justiça social, é preciso, também, nesse ponto, que não decepcionemos Jesus Cristo", concluiu.

Por só ter chegado ao Rio ontem à tarde, o Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, Cardeal Eduardo Pirônio, não compareceu à sessão inaugural da Assembléia-Geral mas a partir de hoje estará presente ao encontro. Além dos presidentes da CRB e da CNBB, compareceram à reunião o Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, D Joseph Romer; D José Gastaldi, representando o Celam, e o secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheider.

Estão programadas as palestras: **Perspectivas Pastorais**, Padre Luis Colussi, da CNBB; **Os Religiosos nesta Igreja e neste País**, (Padre Marcello de Carvalho Azevedo) e na terça-feira, às 16h30m, a do Cardeal Eduardo Pirônio, cujo tema não foi divulgado.



Prelados se reúnem no Rio para preparar conferência continental no fim de 78

26 July 1977

O presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), Cardeal Aloísio Lorscheider, e mais 24 cardeais, bispos e outros líderes religiosos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai se reunirão a partir de hoje, no Centro de Estudos do Sumaré, para discutir o projeto *Evangelização Hoje e Amanhã na América Latina*, tema em que se ocuparão, em sua próxima 3a. Conferência-Geral, os bispos do Continente em 1978.

Participarão do encontro, entre outros, os Cardeais Francisco Trimotesta (Arcebispo de Córdoba, Argentina) e Silva Henriquez (Arcebispo de Santiago do Chile); os Bispos de Villarrica (Paraguai), D Felipe Santiago Benitez, e de Florida (Uruguai) D Humberto Donna; e os delegados principais e regionais do Celam. A reunião termina quinta-feira, e a Conferência-Geral será realizada no fim do próximo ano, talvez no México.

ATUALIZAR

As conferências-gerais do episcopado latino-americano foram criadas com o principal objetivo de analisar os problemas que afetam mais a Igreja Católica no Continente e para seus representantes traçarem as diretrizes pastorais jugadas mais oportunas.

A primeira realizou-se no Rio de Janeiro, em 1955, por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional. A segunda, em Medellín (Colômbia), em 1968, e nela os bispos trataram de aplicar as resoluções do Concílio Vaticano II ao contexto da Igreja na América Latina. Para prestigiá-la, esteve presente, na abertura, o Papa Paulo VI.

A importância dessas conferências é manifestada também no tempo e cuidado com que são preparadas. Embora ainda falte mais de um ano para a 3a. Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano, os organizadores (Celam) já começaram a preparar o tema de estudo — *Evangelização Hoje e Amanhã na Igreja da América Latina* — há algum tempo e nos primeiros dias deste mês fizeram a primeira reunião, em Bogotá, com os bispos representantes dos países sul-americanos. E no próximo fim de semana estarão em S. José da Costa Rica com os bispos da América Central, Panamá e México.



neirc. sexta-feira, 29 de julho de 1977

Religião

BENEDICITE

Dom Marcos Barbosa

Bendito sejas, Senhor, por esta mesa
em que o pão e o vinho se encontram como
[em Caná e na Ceia,
em que o pão e o vinho se encontram como
[dois irmãos,
e irmãos também nos encontramos,
grãos de tantos trigais,
uvas de tantos vinhedos.
Bendito sejas, Senhor, pela irmã água,
a casta e clara irmã água de Francisco e de
[Clara, e as flores,
e os frutos que das flores vieram,
e o mel trazido das corolas pelas diligentes
[abelhas.
Bendito sejas, Senhor, por estas cores do
[arco-iris
que nos alimentam e se destacam
do branco linho da toalha,
e do branco leite dos copos de cristal, e da
[manteiga e do queijo.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa,
que tantos prepararam, e os bendizemos,

e onde há sempre um lugar para o hóspede,
e da qual vos dignais partilhar o superfluo
na figura do pobre.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa que nos
[reúne e nos torna
um só coração e uma só alma,
a semelhança de outra,
em que o vosso Filho se faz nosso alimento,
e pão e vinho e música...
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa,
e por aqueles que dela partilharam e partiram,
para uma longa ausência e só encontraremos
à mesa do vosso Reino,
onde, cingindo o avental como no lava-pés,
passando de um a um, nos servireis.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa,
por esta mesa mãe, por esta mesa música,
por esta mesa de amoras e de musgos,
por esta mesa que no Natal ou na Páscoa se
[faz ainda mais bela
ou se ilumina com as luzes dos aniversários,
pondo em cada dia cinzento um pouco de
[Natal e Páscoa e Vida Nova.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa,
onde vos recebemos como Abraão aos três
[peregrinos,
ao invocarmos a bênção da invisível Trindade
e ao traçarmos a cruz da Nova e Eterna

[Aliança.
Bendito sejas por esta mesa em que sois o pai
[de família,
o Pai Nosso que está no céu e na terra nos
[alimenta
com mil formas de maná: frutos, pássaros e
[peixes.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa amiga
preparada em face do inimigo,
onde os anjos nos servem;
mesa em que o lenho e o linho sustentam os
[alimentos que nos sustentam
e nos fazem caminhar pela terra dos homens,
levando às nações o Evangelho, a Boa Nova do
[amor e da paz,
a Boa Notícia do perdão que congrega os filhos
[prodígio.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa,
onde entrevemos o azul de um manto, causa
[de nossa alegria,
que reclama de vós o vinho que se acaba.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa posta,
que de mãos postas recebemos.
Bendito sejas, Senhor, por esta mesa,
mesa bíblica de Belém, de Betânia e Betel,
sobre a qual sobem e descem solícitos os anjos
[mensageiros,
enquanto cantamos o Benedictite, e o Amém.
[e o Alelúia.



27. Juli 1977

Igreja acha que defesa dos pobres incomoda opressores

Dirigentes da Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR), que participam da Assembléia-Geral dos Religiosos do Brasil, no Rio, disseram ontem que em nenhum país da América Latina a Igreja goza de inteira liberdade, porque na medida em que se afasta do poder político para viver mais de acordo com o Evangelho e ao lado dos pobres e injustiçados, ela incomoda os opressores.

Por essa razão, segundo os religiosos, não é de estranhar a perseguição que a Igreja sofre, por exemplo, na República de El Salvador. Lá, em fevereiro, 1 mil camponeses foram mortos, feridos ou presos numa praça da Capital, San Salvador, revelou a secretária-adjunta da CLAR, Irmã Maria Agudelo Moreno, porque se opuseram a uma eleição fraudulenta. Ela estranhou que, no continente, tenha sido divulgado que houve apenas oito mortes.

A chacina

Durante mais de uma hora, os representantes da CLAR — Padre Carlos Palmés (presidente), Irmão José Luis Raso (vice-presidente), Frei Luis Patiño (secretário-geral) e a Irmã Maria Agudelo Moreno falaram sobre a situação da Igreja na América Latina.

Sobre a chacina ocorrida em El Salvador, o Padre Palmés discordou do número de vítimas (1 mil) revelado pela Irmã Maria, que é colombiana, mas ela insistiu, argumentando que esteve naquele país, na época. Afirmou que este número pode ser comprovado pela contagem dos nomes, "um a um", feita pela Cúria de San Salvador, mas quando chegou a Bogotá os jornais só falavam de oito mortes.

A chacina foi resultado de uma eleição presidencial que o povo não reconheceu, disse a Irmã Maria. Os camponeses foram autorizados a realizar

uma concentração de protesto na Praça Nossa Senhora do Rosário, e de todas as partes do país vieram trabalhadores. Quando a Praça estava tomada pelo povo, a polícia apareceu, "atirando para todas as direções".

Só 60 pessoas que se refugiaram em uma casa de família e na Igreja da praça conseguiram salvar-se. Depois foram vistos "carros cheios de cadáveres, feridos e presos".

El Salvador é, entretanto, a "única nação latino-americana onde se pode dizer que há verdadeira perseguição" — ponderou o presidente da CLAR, citando como principais vítimas os jesuítas e o Arcebispo Monsenhor Oscar Romero. Disse, ainda, que naquele país existem 14 famílias que são proprietárias de praticamente todo o território salvadorenho e formam uma poderosa federação de agricultores, responsável pela "opressão dos outros".

Igreja consentida

Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai são, para os dirigentes da CLAR, os países onde "a Igreja passou de amiga para consentida" e onde a violência é menor do que em El Salvador. No Uruguai, "a Igreja está amordaçada" — disse Padre Palmés, recordando que, em fins de 1975, uma pastoral na qual o Episcopado pedia maior respeito aos direitos humanos e anistia geral para os presos políticos foi proibida. A simples posse dela podia resultar em prisão.

Padre Palmés tem uma explicação para a desconfiança e o mal-estar que hoje, caracterizam as relações entre Igreja e Estado em quase todos os países latino-americanos: "Enquanto a Igreja aceita a ideologia da segurança nacional, proposta pelos Governos militares, tudo vai bem. Mas, a partir do instante em que denuncia injustiças e atropelos, ela é logo considerada marxista. E aí começam os conflitos".

CNBB defende padre Zufferey

Recife — O Padre Romain Zufferey, ameaçado de ser expulso do país por suas atividades junto à Ação Católica Operária (ACO), informou ontem que o advogado Heleno Cláudio Fragozo, da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, vai acompanhar o andamento de seu caso junto ao Ministério da Justiça.

O religioso suíço revelou que a Polícia Federal, tão logo recebeu sua defesa, cientificou seu advogado, Sr. Eduardo Pandolfi, de que o relatório sobre o assunto será feito imediatamente, sem utilizar o prazo de 10 dias determinado por lei. O dossiê será encaminhado ao Ministério da Justiça e, ao final, caberá ao Presi-

dente da República assinar ou não a expulsão.

Trabalhando normalmente na ACO, o Padre Romain mostrava-se ontem cansado, mas esperançoso de permanecer no Brasil, onde há 15 anos é assistente eclesialístico da entidade. Ele exibiu as cartas de solidariedade que recebeu do Secretariado de Justiça e Não Violência, de São Paulo, e do Movimento de Renovação Cristã, um grupo que atua em Recife, formado basicamente de mulheres. Elas afirmam que "é lamentável que a falta de conhecimento da doutrina social da Igreja provoque tanta confusão e mal-entendido, como está evidenciado neste caso".



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIMÉDIA DA UFPA



Os Arcebispos de Córdoba e San Felipe defendem unidade da Igreja

Bispo chileno nega problemas

"No meu país não sei de nenhum padre preso" — disse, ontem, o Arcebispo de La Serena (Chile), Dom Juan Francisco Fresno Larrain, depois de garantir que em seu país "não existem problemas entre Igreja e Governo" e que "o Governo nunca nos proibiu de fazer declarações, apesar de vivermos numa época de emergência, em que não estamos totalmente livres".

O Arcebispo, que está na reunião de bispos do Cone Sul, no Rio, preparatória da 3a. Assembléia-Geral do Episcopado Latino-Americano — informou que, como presidente da Conferência Episcopal do Chile, tem pronto acesso ao Presidente Pinochet, "sempre que necessário" basta um simples telefonema.

Independência

A preocupação maior dos bispos chilenos, hoje, assegurou Dom Fresno Larrain, é manter, "com especial cuidado, a nossa independência". Só quando os católicos se reúnem em casas ou outros locais que não sejam a igreja é que "há necessidade de participar às autoridades para evitar problemas".

O presidente da Conferência Episcopal do Chile disse que em todas as dioceses do seu país existe um escritório para realizar um "trabalho pacificador" em favor de presos políticos, reconhecendo para isso "o bom diálogo com o Governo".

O maior problema, para ele, são as pessoas desaparecidas, que, com dificuldades admite cheguem a "uma centena". Lembrou, a propósito, e como "uma grande promessa", a promessa feita pelo Governo de revelar o paradeiro dos desaparecidos. Mas a promessa não foi cumprida e "o maior problema" continua.

A passagem pelo Chile e Argentina, do Arcebispo rebelde Marcel Lefebvre não ameaçou a unidade dos católicos daqueles países, asseguraram o Cardeal Raul Francisco Primatesta, presidente da Conferência Episcopal da Argentina e Arcebispo de Córdoba, e o Arcebispo chileno de San Felipe, Dom Francisco de

Borja, presidente do Departamento de Catequese do Celam — Conselho Episcopal Latino-Americano.

Depois de afirmar que "não quer questionar a boa vontade das pessoas", o Cardeal disse que não chegaram a 1 mil as pessoas que, tanto na Argentina como no Chile, foram ver o Arcebispo Lefebvre, e mesmo assim "algumas foram só por simples curiosidade". Disse também que, na Argentina, não existe clima para o Arcebispo rebelde construir um seminário.

O Arcebispo chileno recordou que o erro de Lefebvre não é a recusa de rezar a missa em vernáculo, mas a contestação do Concílio, que é a "suprema autoridade da Igreja quando reunido pelo Papa e com o Papa, como foi o Vaticano II".

Por causa da reunião dos bispos do Cone Sul — iniciada ontem no Centro de Estudos do Sumaré e a ser encerrada amanhã, para preparar o projeto sobre Evangelização Hoje e Amanhã na América Latina — o Cardeal argentino se recusou a comentar a situação entre Governo e Igreja em seu país, porque "esse não era o tema da reunião".

Preferiu dizer que "um problema muito grande" está, de um lado, na tradição católica do povo latino-americano e, de outro, na falta "não tanto de meios econômicos, mas de pessoal evangelizador". E diz que, no futuro, "será preciso que não só os bispos mas os padres e todo o povo de Deus tenham conhecimento do problema e deem testemunho de vivência autêntica do seu cristianismo".

Em telegrama assinado pelo Cardeal Aloisio Lorscheider (presidente do Celam e da CNBB) e remetido ao Papa Paulo VI, os 23 cardeais, arcebispos e bispos que participam da reunião manifestam "profunda adesão ao ministério primacial" do Pontífice como "legítimo sucessor do Apóstolo Pedro e princípio visível da unidade de nossas Igrejas, oferecendo trabalho sentido comunhão novo impulso evangelizador nosso Continente, reiterando sincero agradecimento e fecunda dedicação".

A transformação da Igreja vista pelo historiador: Ralph Della Cava

"A Igreja desenvolve hoje, no Brasil, não só uma obra evangélica de consolação, mas uma obra social necessária de educar o trabalhador acerca de seus direitos civis e humanos fundamentais, sobre os quais nenhum governo deve prevalecer. É isto, em contraste com o que ocorria no passado, quando o papel do sacerdote, exemplificado na atuação do Pe. Cícero de Juazeiro, revelava-se paternalista, assistencialista e patriarcal, ainda que inspirado pelo espírito da caridade cristã.

Ralph Della Cava, **brazilianist** da Aueens College da City University de N. York, em Nova Iorque, seis anos depois de lançar, nos Estados Unidos, sua obra "Milagre em Juazeiro", tem a monografia traduzida para o português, pela Editora Paz e Terra. Como estudioso de História do Brasil, e particularmente da atuação da Igreja, ele fala do movimento religioso-popular que teve como líder o Padre Cícero e nas lições legadas pela História ao futuro.

Quando define religiosidade popular, Della Cava refere-se "às práticas e valores religiosos do povo, sobretudo dos trabalhadores rurais e urbanos, que apresentam características muito diversas daquelas encontradas na classe média e alta". Para ele, movimentos como o de Juazeiro trazem implícitas reivindicações sociais, e não constituem fatos isolados, conforme esclarece na introdução à monografia "Milagre em Juazeiro":

"Se por um lado, porém, tem esta monografia como objetivo primordial recriar a história política do movimento de Juazeiro e, em menor escala, esclarecer alguns aspectos de sua história econômica, por outro, um segundo, e não menos importante objetivo, consiste em demonstrar uma hipótese inicial: sustentamos a tese de que o movimento religioso-popular originou-se e desenvolveu-se dentro de um contexto social definido pelas estruturas dominantes em âmbito mundial e nacional. Para sermos mais precisos, o movimento religioso-popular de Juazeiro afetou e foi afetado: 1) pela instituição eclesiástica internacional, a Igreja Católica Apostólica Romana; 2) pelo sistema político nacional do Brasil imperial e republicano; e 3) por uma economia nacional e internacional em mudança".

Assim, o que aconteceu em Juazeiro, em fins do século passado e princípios deste, "não pode ser explicado como um simples produto do fanatismo local, ou de condições endêmicas do Nordeste", afirma Ralph Della Cava, que atualmente se encontra no Brasil e que participou das sessões da 29.a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso Brasileiro, em debates a respeito do tema religiosidade popular. Ele sustenta a necessidade de "uma ruptura com a historiografia que define o movimento de Juazeiro como um produto de um meio subdesenvolvido e de um povo culturalmente inferior".

Para elaborar sua monografia, Della Cava permaneceu no Brasil 14 meses, no período de 1963 a 1964. Em Juazeiro ficou seis meses, recolhendo material de arquivos e depoimentos da população local, que à época ainda mantinha o hábito das "rodas de calçada", depois substituído pela televisão. Nesse contato, ele pode observar que "a memória atual não é muito diferente da imagem popular de 1903 a respeito da figura do Padre Cícero, apesar de todas as transformações que houve no Nordeste do início do século até hoje. Isso significa que, para as grandes massas de trabalhadores rurais, não houve grandes mudanças".

Para o povo de Juazeiro, em 1903, Padre Cícero era um curandeiro, mas "sobretudo alguém que poderia oferecer empregos, uma espécie de patrão; assim, se esperava que ele um dia fosse estabelecer a justiça social", sustenta o historiador Ralph Della Cava. Os romeiros que hoje se dirigem ao Vale do Cariri — explica — trazem dentro de si as mesmas aspirações e "isso não pode ser considerado simplesmente uma manifestação de religiosidade popular, porque são reivindicações de conteúdo político, econômico e social. Passados 70 anos, elas não foram atendidas, ainda".

Para Della Cava, tal realidade "significa não apenas uma denúncia ao Estado e à Sociedade, mas também levanta a questão do papel da Igreja, que antes do Concílio Vaticano II não tinha uma ótica justa do problema, mas que depois, sobretudo no último decênio, tem sido a única instituição que envida esforços para que essas situações sejam melhoradas".

Padre Cícero Romão já manifestava "uma preocupação social, mas a seu modo; tinha consciência de que sua missão era a de cuidar dos pobres, afirma Della Cava, frisando que o chamado "Santo de Juazeiro" surgiu como "um líder canalizador das reivindicações do povo contra o situacionismo da Velha República". Mas, devido aos conflitos com o Estado e com a própria hierarquia da Igreja da época, Padre Cícero "foi-se integrando com a política conservadora, deixando de contestar e passando antes a consagrar o sistema político e social vigente. Como resultado dessa postura, acabou por desenvolver "uma obra paliativa e não social, no sentido de mudança nas condições da sociedade".

Ralph Della Cava assinala que "o estudo do passado mostra os caminhos optativos para o futuro" e acredita que a Igreja já "tirou a lição de Juazeiro".

"Hoje, a idéia da religiosidade popular evidencia a preocupação da alta hierarquia da Igreja, não só com as práticas e valores religiosos de um povo, mas também com as profundas aspirações sociais e políticas, de que os valores religiosos são sintomas".



Assembléia de superiores religiosos no Brasil elege presidente da CRB

30. Juli 1977

Padre Décio Batista Teixeira é desde ontem o presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), eleito com 73,5% dos votos da 11a. Assembléia-Geral dos Superiores Maiores Religiosos, que se encerra hoje, no Colégio São Bento. A ele caberá dirigir, no próximo triênio, o órgão que reúne 465 congregações e ordens com cerca de 52 mil membros: 39 mil freiras, 7 mil padres e 6 mil irmãos.

O novo presidente da CRB é salesiano e mineiro de Bom Despacho. Tem 49 anos de idade e 22 de sacerdócio. Formado em Direito Canônico pela Universidade Pontifícia Salesiana de Turim, foi Provincial durante seis anos no Brasil, exerceu em Roma, desde 1972, os cargos de procurador-geral da sua Congregação junto ao Vaticano e consultor jurídico da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares.

CONTINUAR

O Padre Décio Teixeira fez parte da diretoria da CRB de 1968 a 1972 e, segundo ele, nunca deixou de acompanhar a vida religiosa no Brasil durante sua ausência. Mas considera ainda cedo para especificar sua linha de ação à frente da CRB.

Seu maior desejo, disse, é fazer cumprir as resoluções da assembléia que hoje se encerra.

Afirmou que "o melhor mesmo será continuar a linha do meu antecessor" (Padre Marcello de Carvalho Azevedo) e que é necessário os religiosos caminharem juntos, "não só enquanto e entre religiosos mas também em nível de missão, ação e vida, de braço dado com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, agora mais ainda, em comunhão com os pobres."

"A Igreja deverá perder em número mas sairá ganhando, e uma nova ordem social será instaurada se os católicos se aprofundarem mais no conhecimento da sua fé e, sobretudo, se conformarem com ela sua vida profissional", disse o Padre Marcelo de Carvalho Azevedo, antes de deixar o cargo de presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, que ocupou durante nove anos.

O Padre Marcelo, que preparou a 11a. assembléia-geral dos Superiores Maiores Religiosos e hoje assistirá ao seu encerramento no Colégio de São Bento, disse também que, depois do Concílio, os bispos, padres, religiosos e freiras se integraram numa Igreja mais orgânica, mas acha que "o grande passo" está ainda para ser dado: "a valorização dos leigos na profissão de cada um como vocação e não como um modo de exercê-la."



CRB tem salesiano na presidência

O salesiano Décio Batista Teixeira assumiu ontem a presidência da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), afirmando que seu mandato será dirigido, conforme as linhas traçadas pela CNBB para o espírito comunitário e a solidariedade com o povo brasileiro.

"Os direitos humanos" — disse ele — "são primordiais para a realização plena do homem e a libertação do povo". O Padre Décio Teixeira centrou que procurará reunir o maior número de informações sobre o assunto, a fim de determinar medidas concretas, seguindo as diretrizes da 11ª Assembleia-Geral dos Superiores Maiores Religiosos, que o elegeu.

NAO OPINA

Por se considerar desinformado, o Padre Teixeira, que regressou recentemente de Roma, onde trabalhava na Assessoria Jurídica do Vaticano, não quis opinar sobre as acusações de D Geraldo Sigaud contra D Pedro Casaldáliga e outros prelados. Revelou que o problema do Cardeal Lefebvre está sendo tratado com muito cuidado pela Santa Sé.

"A CRB, sob meu mandato" — acrescentou — "seguirá os caminhos traçados pelo Padre Marcelo Azevedo (seu antecessor): vai procurar os objetivos de promoção, animação e coordenação da vida religiosa do país, em colaboração estreita com a Conferência Nacional dos Bispos. Eles são os pastores; nós, os agentes pastorais".



31. Juli 1977 *Carta.*

Igreja

Na edição de ontem do JORNAL DO BRASIL foi publicada uma notícia com o título "Igreja tem opinião dividida". A Assessoria de Imprensa do Palácio São Joaquim esclarece aos católicos da Arquidiocese os seguintes pontos:

1 — Dom Jerônimo de Sá Cavalcante, ex-prior do Mosteiro de São Bento, em Salvador, já é conhecido por suas posições sobre a limitação da natalidade, que não coincidem com a doutrina da Igreja. Aliás, os católicos já foram alertados, anteriormente, para este fato.

2 — A Assessoria de Imprensa, após consultar por telefone o Exmo Sr Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, Dom Arnaldo Ribeiro, pode esclarecer que não são verdadeiras as expressões a ele atribuídas. O Sr Bispo declarou-se contrário à distribuição de anticoncepcionais.

3 — A realidade da Igreja no Brasil não corresponde à imagem que é apresentada naquela notícia. Adionel Carlos da Cunha — Secretário de Imprensa do Palácio São Joaquim — Rio de Janeiro (RJ).

Embaixador Hill



78 3/8/77

D Ivo condena emprego da pílula

Porto Alegre — Ao condenar o programa governamental de planejamento familiar, o secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheiter afirmou ontem que "ninguém pode ignorar os graves efeitos colaterais do uso das pílulas anticoncepcionais" e que "a desnutrição ou alimentação deficiente é a maior agressora da gestante e pode levar a consequências muito sérias".

D Ivo disse que "o conceito de gravidez de alto risco, segundo afirmam muitos médicos, entre eles o ginecologista Benjamin Weismann, é tão amplo e elástico que se prestará a interpretações perigosamente flexíveis". Em seu programa radiofônico **A Voz do Pastor**, transmitido pela Rádio Medianeira de Santa Maria, ele observou que a desnutrição afeta grande parcela da população brasileira e reafirmou a firme posição da

Igreja contrária ao programa lançado pelo Ministério da Saúde.

Controle natural

O secretário-geral da CNBB afirmou que "a anticoncepção, através das pílulas, que o Governo se propõe distribuir gratuitamente a 53 mil 607 mulheres carentes, nos próximos quatro anos, não pode ser aceita pela Igreja, conforme ensinou pacientemente o Papa Paulo VI, na sua encíclica **Humanae Vitae**". Lembrou que "mesmo admitindo e respeitando as boas intenções dos seus inspiradores", programas semelhantes já foram tentados em outros países, convertendo-se em "melancólicas e discriminadas medidas de controle e diminuição da natalidade, provocando um assustador envelhecimento" dessas nações.

78 3/8/77

Cardeal quer saber a filosofia

Salvador — "Qual a filosofia do Programa? A filosofia ético-econômico-social? Como relacionar o anticonceptivo com tudo aquilo que deve ser feito a favor da vida dos vivos?". Estas indagações constam da nota divulgada ontem pelo Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, D Avelar Brandão Vilela, sobre a instituição do PPGAR.

Para o Cardeal, o sentido de tais perguntas é de "alto interesse nacional, para não se ter a impressão de que agora é que se descobriu em que consiste a solução dos problemas econômicos e sociais do Brasil: evitar que apareçam sempre mais brasileiros". Em seu enten-

der "não basta, para um decidido e bem ordenado programa de planejamento familiar, controlar a taxa de crescimento demográfico".

A nota condena as medidas que não atentam "para os problemas de fundo que subsistem no quadro social da família" e adverte que "se essas medidas forem inspiradas pelo franco desapeço ao bem-estar do outro, se pretenderem funcionar como anestesia dos direitos sociais e culturais da família, passarão à História como tentativa de fuga e omissão, jamais como um verdadeiro caminho para a ordenação dos problemas maiúsculos do país".



2B 4/8/77

Papa nomeia Arcebispo de Teresina visitador no país

O Arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão, é o encarregado pelo Papa Paulo VI para apurar a veracidade ou não das acusações — de que a Igreja no Brasil sofre 'infiltração comunista' — feitas em fevereiro pelo Arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo Sigaud, contra os Bispos de São Félix do Araguaia e Goiás Velho, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — de cuja Comissão de Pastoral Dom José Falcão é um dos principais integrantes (responde pelo setor Estruturas de Igreja e Ministérios) — informava entretanto, até ontem ao fim da tarde, não saber de nada. O visitador apostólico (novo título de Dom José) é cearense, tem 51 anos de idade, 28 de padre e 10 de bispo e é também membro da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé.

Sigilo

Ao visitador apostólico caberá agora obter o máximo de informações tanto junto ao acusador como aos acusados e todos aqueles que possam depor a favor ou contra. De tudo guardará absoluto sigilo e só ao Papa poderá confiar o resultado do seu inquérito, já que "é direito exclusivo do Romano Pontífice julgar qualquer bispo" — reza o cânone 1557, § 1.º, item 3.º, do Código de Direito Canônico.

O Papa poderá endossar de imediato o veredicto do relatório que Dom José Freire Falcão lhe apresentar ou poderá mandar proceder a novo exame através de uma comissão especial, se assim julgar conveniente. Acreditam os canonistas que um mês bastará para o visitador apostólico se desincumbir da sua missão. Outro mês ou pouco mais será suficiente também para o Papa se pronunciar definitivamente.

Acreditam ainda alguns padres que o desfecho da questão em que Dom Sigaud é acusador será favorável aos acusados. Como prova alegam os padres que a doutrina social da Igreja — que em seu último Concílio defendeu a "destinação dos bens terrenos a todos os homens" — só pode dar razão a Dom Casaldáliga e Dom Balduino. O Núncio Apostólico deverá chamá-los para os encorajar em sua ação sócio-pastoral, embora possa fazer-lhes "alguma admoes-

tação verbal para que evitem provocações". A Dom Sigaud, o Núncio deverá proibir que volte a falar publicamente contra os acusados, sob pena de suspensão de ordens.

Os canonistas dizem que a Igreja é sumamente ciosa da boa reputação dos seus dignitários, e por isso só ao Papa podem ser feitas acusações que envolvam bispos e semelhantes. As leis canônicas prevêm mesmo a excomunhão e automática deposição de um prelado que sugerisse a intervenção do braço secular para expulsar ou depor outro prelado.

Riquezas para todos

Dom José Freire Falcão nasceu em Ereré, Município de Pereira, no Ceará, e foi ordenado Padre em 1949. Em 1967 foi eleito Bispo de Limoeiro do Norte e, em 2 de dezembro de 1971, Arcebispo de Teresina. No dia 7 de julho do ano passado, Paulo VI nomeou-o também membro da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício).

Em Teresina, ele tomou, já por diversas vezes, a defesa dos trabalhadores quando injustiçados. Numa crônica publicada um ano atrás, denunciou que "esta terra (Teresina) não está sendo edificada de acordo com a vontade de Deus, que confiou o mundo aos homens para a exploração de suas riquezas em benefício de todos". E afirmou que "o trabalho não aproxima os homens mas cria um fosso entre eles, dividindo-os em classes de abundância e de miséria".

No dia 16 de janeiro deste ano ele definiu a presença e atuação da Igreja no País dizendo que ela "poderá parecer ingênua, imprudente ou importuna para alguns mas, sem dúvida, benéfica para a sociedade. E, ao assumir posições incômodas, porque não aceita por todos, a Igreja se coloca em face do juízo da História e sobretudo diante do julgamento de Deus".

A concluir seu discurso, disse o Arcebispo de Teresina: "E' a face do homem que está sendo conspurcada dos muitos modos e maneiras e tudo isso vem provar à saciedade que a Terra não se constrói simplesmente com a ciência e a técnica. Edifica-se, sobretudo, pela divinificação do homem. E' preferível a pobreza com dignidade à abundância com o desfiguramento da pessoa humana. Uma sociedade não vale pela soma de seus bens materiais mas pelo apreço que tem ao homem".



Vaticano rejeita a expulsão 28/4/77

Araujo Netto
Correspondente

Roma — Embora o Vaticano não tenha querido confirmar, ontem, já é certa a notícia da designação de um visitador apostólico que no Brasil completaria a informação reclamada pela Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício), pela Congregação dos Bispos a respeito da denúncia de Dom Geraldo Sigaud contra seus colegas, os Bispos Pedro Casaldáliga e Tomaz Balduino.

Segundo alta fonte diplomática, ele será "um observador de alto nível, que com a maior discrição procuraria recolher no Brasil novos elementos sobre a infiltração esquerdista da Igreja denunciada pelo Arcebispo de Diamantina".

Era uma decisão prevista e esperada, sobretudo a partir do momento em que a Santa Sé e o Governo brasileiro decidiram recorrer a canais e a sistemas mais diretos para conduzir a "negociação diplomática" do problema aberto pela grave denúncia de Dom Sigaud. Nos últimos dois meses, o chamado Caso Casaldáliga-Balduino vem sendo tratado em Brasília, diretamente entre o Nuncio Carmine Rocco, sistematicamente orientado pela Secretaria de Estado do Vaticano, e o Governo brasileiro.

Informado e sensível ao propósito do Governo brasileiro de encontrar uma solução rápida para o problema, o Vaticano concordou em instruir e acionar melhor sua Nunciatura em Brasília. Autorizou-a a abreviar os tempos de um diálogo delicado e difícil, definiu bem duas premissas às quais não renuncia: de não aceitar qualquer medida unilateral e drástica tomada pelo Governo bra-

sileiro (como seria da expulsão de um ou dos dois bispos acusados de comunistas) e a de evitar qualquer desfecho que possa ser apresentado como desprestigiado ou constrangedor para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A grande experiência e o conceito de diplomata hábil e disciplinado de Dom Carmine Rocco, há quatro anos Nuncio no Brasil, facilitaram a aceitação pelo Vaticano da transferência dessas negociações para Brasília. Aos 65 anos de idade, com uma carreira diplomática que se iniciou na difícil Nunciatura chefiada pelo falecido Cardeal Valerio Valeri, em Vichy, junto ao Governo francês de Pierre Lavale, nos anos da II Guerra Mundial e da ocupação alemã, Monsenhor Rocco é respeitado no Vaticano como um homem que aprendeu a sobrepor os interesses de Estado e da Igreja às suas opiniões e simpatias pessoais. Um Embaixador que jamais agiria precipitadamente.

Outra hipótese que o Vaticano considera inegociável é a de aceitar a revisão do esquema jurídico da convivência entre o Estado e a Igreja no Brasil, a partir do caso Casaldáliga-Balduino criado pela denúncia de Dom Sigaud. A idéia foi lançada pela diplomacia brasileira. Mas o Vaticano não a considera oportuna. Prefere continuar observando a separação entre Estado e Igreja, estabelecida por um decreto-lei de 1895, do Governo Deodoro da Fonseca, de nítida inspiração positivista.

Mudança da CNBB será em novembro

08. AUG. 1977

Com a mudança de sua sede para Brasília, em 15 de novembro próximo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vai edificar "algo realmente rendoso" para a sua manutenção no terreno do prédio n.º 76, da Rua do Russel, onde está instalada há mais de 10 anos. Uma comissão especial, criada em fevereiro pela assembléia-geral dos bispos, em Itaipá, deu parecer nesse sentido.

Ao divulgar a informação, a Secretaria Geral da CNBB negou-se a esclarecer as características e o custo do edifício a ser construído, mas adiantou que "será estudada a viabilidade" de a CNBB levantar, por si só, os recursos necessários ao investimento, para que ele fique totalmente à sua disposição".

78 6/8/77

Igreja adverte em Recife que planejamento familiar é só de iniciativa do casal

Recife — "É bom lembrar que há diferença entre o uso de anticoncepcionais e planejamento familiar, o qual deve ser de iniciativa do casal, sem intervenções indevidas", advertiu o Boletim da Arquidiocese de Olinda e Recife, divulgado ontem, ao criticar pronunciamento do Ministro Almeida Machado na IV Conferência Nacional de Saúde.

O boletim diz que "se a Igreja calar, as pedras vão gritar", e classifica de "ironia" o pronunciamento do Ministro da Saúde, "pois não sabemos como vai ser salva a liberdade dos cônjuges, diante de um programa que, inclusive, já prevê até os números". E acrescenta: "Sabemos ainda que a coisa já vem sendo feita por outras entidades de modo diferente".

EXPLOÇÃO É DE EGOÍSMO

Segundo o boletim da Arquidiocese, "a CNBB está voltada para a execução de uma pastoral familiar que ajude a família brasileira a superar os graves problemas que a afligem. Acontece que os problemas estão se agravando, com a iniciativa oficial: o Senado e a Câmara aprovaram a lei do divórcio, que em breve vai ser regulamentada; o Ministério da Saúde anuncia a distribuição de pílulas anticoncepcionais, falando de planejamento familiar e de Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco.

Como se não bastassem os problemas criados com essas iniciativas" — continua o boletim — "outras

providências vêm sendo anunciadas: a legalização do aborto e a oficialização do jogo. E ainda dizem que a Igreja deve calar. Mas se ela calar, as pedras vão gritar".

Em seguida o boletim cita trechos de entrevista do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, para quem "os países do Terceiro Mundo devem estar alertas para planejamentos familiares partindo da idéia de explosão demográfica", quando "a explosão é de egoísmo", e a iniciativa "é a prova dos nove de que o medo é ver as massas de hoje, conscientizadas, politizadas, e exigindo de maneira pacífica, mas corajosa e decidida, um mundo mais justo e humano."

AMERJ não aprova uso de pílulas

Em nota oficial divulgada ontem, a Associação Médica do Rio de Janeiro denunciou que o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco do Ministério da Saúde "representa uma manobra tática inicial de um plano estratégico visando a estabilização da população,

ou o crescimento zero, há muito aconselhado pelo presidente do Banco Mundial Robert Mac Namara".

A Associação, no documento assinado por seu presidente, Sr Gerson Rodrigues do Lago, adverte à população sobre os riscos da pílula.



JB 11/8/77

Orientação da CNBB é para somente casar noivos que aceitem indissolubilidade

Belo Horizonte — Enquanto a CNBB não apronta orientação definitiva para a ação da Igreja em face do divórcio, foram divulgadas as provisórias — na Diocese de Teófilo Otoni — onde se exige que, durante o processo de habilitação e de preparação para o casamento, os noivos declarem explicitamente aceitarem a indissolubilidade do vínculo matrimonial.

Determina-se também "a não aceitação para a recepção da eucaristia, nem para o exercício das funções de padrinho ou madrinha nos sacramentos do batismo e da confirmação, de pessoas que, após divorciadas, contraírem nova união civil, enquanto permanecerem em tal estado".

PRECAUÇÕES COM FILHOS

As novas diretrizes pastorais da CNBB recomendam que "em casos de batismo de filhos de divorciados que o desejem, atenção especial seja dada à conscientização da comunidade que acolhe o neobatizado, e principalmente dos seus padrinhos, para a responsabilidade que assumem conjuntamente".

"Análogas precauções sejam tomadas em casos de iniciação à Eucaristia de filhos de pais divorciados", diz o documento, que ainda propõe "requestionamento

da praxe largamente adotada no Brasil, do casamento religioso com efeitos civis, ou da exigência do casamento civil como condição para o religioso".

A Diocese de Teófilo Otoni (cidade no Nordeste de Minas) informou aos seus fiéis que a CNBB está preparando anteprojeto de Diretório de Pastoral Familiar, que conterá orientações práticas para a pastoral do sacramento do matrimônio, da fidelidade conjugal, "das famílias incompletas e/ou desfeitas, e dos filhos menores de divorciados.



7B 12/877

Igreja em Porto Alegre se preocupa com ricos e agora prepara pastoral de elites

Porto Alegre — Sob o argumento de que sempre houve preocupação de "acusar as elites em vez de ajudá-las", embora reconhecendo que "o pobre é muito mais aberto para receber a mensagem cristã do que o rico", para quem o Evangelho é "um desafio incômodo", o Bispo-Auxiliar Dom Antônio Cheulche — que no dia 23 presidirá reunião de 60 empresários gaúchos — defende a necessidade de uma Pastoral de Elites.

A reunião marca o renascimento, nesta Capital, da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE). Dom Antônio programou também "retiro espiritual para elites" — "Nosso Senhor nos manda anunciarmos o Evangelho a todos os homens", diz ele — entre os dias 1 e 3 de outubro, com cerca de 80 participantes, entre Secretários de Estado, deputados, empresários, dirigentes de órgãos de comunicação e artistas.

A NOVA IGREJA

Após lembrar que o encontro, em 1968, dos bispos do continente em Medellín estabeleceu a necessidade — no capítulo 7º do seu documento final — de desenvolver a Pastoral de Elites, disse o Bispo Antônio Cheulche: "No ano passado, houve uma reunião em Bogotá para se analisar as aplicações do documento de Medellín, e constatou-se que, em oito anos, a Igreja não tinha dado um passo para o trabalho de evangelização das elites, já que o trabalho com os pobres passara a ser a grande opção da Igreja na América Latina."

No entanto, frisou, a Igreja não pode ficar indiferente a esse trabalho, uma vez que "são as elites que impõem as vigências, no mundo, de gostos e de idéias. Elite é, então, um grupo que exerce grande influência nos campos cultural, profissional, social, econômico e religioso de um país."

Recentemente, o Arcebis-

po de João Pessoa, Dom José Maria Pires, disse que tem centralizado a sua ação pastoral nas favelas e nos campos, abandonando os bairros ricos, porque "os ricos não aceitam a nova Igreja e as classes médias dependem muito do sistema estabelecido". O Bispo-Auxiliar gaúcho concorda com seu colega do Nordeste mas "em parte".

Lembra que "o próprio Evangelho já diz que é mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus", mas acrescenta: "Devemos anunciar a mensagem de Cristo a todos os homens. Se há um grupo que não quer receber, então façamos como manda o Evangelho: 'Sacudi o pó das sandálias ali não vos querem receber e parti para outra cidade'".

Informou o Bispo-Auxiliar que a coordenação da Pastoral de Elites em Porto Alegre está a cargo do secretário dos Conselhos de Cristandade. Posteriormente, porém, ficará com grupos de leigos de cada setor.



16/8/77
**Arcebispo
irá ao
Congresso**

O Arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão, recentemente nomeado para apurar as denúncias contra os Bispos de São Félix do Araguaia e Goiás Velho — Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino — será um dos oradores do Congresso Sacerdotal.

O Congresso será em Salvador de 7 a 10 de setembro próximo e seu objetivo principal é "suscitar uma consciência mais profunda da participação dos leigos na Pastoral das Vocações", segundo o Cardeal-Primaz Avelar Brandão Vilela. Seus promotores comunicaram que os funcionários públicos da União e antarquias que a ele comparecerem estarão dispensados do ponto nesses dias.



Paulo VI faz JB 1/9/77
apelo em favor
dos brasileiros

Castelgandolfo — Numa mensagem de felicitações pelos 300 anos da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, o Papa Paulo VI pede que as imensas riquezas do Brasil "sejam tornadas acessíveis a todos os brasileiros e valorizadas mediante trabalho vigoroso e honesto, com uma legislação sábia e providente".

"A Justiça e a Fraternidade", diz o Papa, "devem caracterizar cada vez mais a vossa comunidade nacional, com especial atenção para os vossos irmãos menos favorecidos pelos benefícios da civilização. Escutem a voz dos que sofrem, dos que têm fome, dos sem instrução nem trabalho. Descobrirão que nessas vozes está a voz de Cristo."



Primaz do Brasil abre hoje congresso em Salvador para exaltar sacerdócio católico

7. SEP. 1977

Salvador — Com sessão solene e concelebração litúrgica — presidida pelo Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal D Avelar Brandão Vilela — será aberto hoje à noite, no Teatro Castro Alves, o 4º Congresso Sacerdotal Brasileiro, promovido pelo Serra Clube de Salvador, cujo objetivo principal é exaltar o sacerdócio católico e agradecer a Deus a instituição do sacramento da ordem.

O encontro prosseguirá até domingo, devendo reunir 500 participantes, dos quais 18 bispos de diversos pontos do Brasil, que chegarão hoje à Capital baiana, juntamente com o presidente e o vice do Serra Internacional, Srs Frank Metyko, norte-americano, e Manoel Reyna, venezuelano. Da parte da Igreja, além de D Avelar, participarão do congresso sacerdotal mais três arcebispos: de Maceió, Manaus e Teresina.

ENCONTRO E CONVENÇÃO

Dentro do 4º Congresso Sacerdotal, serão realizados o 4º Encontro de Governadores, durante todo o dia de hoje, e a 2ª Convenção Leste-Brasileira de Serra Clubes, amanhã. As palestras, por parte de religiosos, terão lugar amanhã e depois, tendo como tema *A Vocação Sacerdotal e Religiosa no Brasil, Hoje* — pe-

lo Arcebispo de Teresina, D José Falcão — *O Ministério Sacerdotal na Comunidade Cristã*, pelo Bispo da Cidade de Ilhéus, D Walfredo Tepe. Haverá ainda reuniões de grupos, painéis e, todos os dias, celebrações eucarísticas. O encerramento, no domingo, constará de missa na Catedral Basílica de Salvador, celebrada por D Avelar Brandão, e jantar no Centro Espanhol.



Cardeal alemão acha Igreja do Brasil superior à do seu país e exalta fé do jovem

Ao visitar, ontem, o Palácio São Joaquim, para conhecer as atividades pastorais desenvolvidas na Arquidiocese do Rio, o Cardeal Joseph Hoffner, em um aspecto pelo menos reconheceu a superioridade da Igreja do Brasil sobre a da Alemanha, quando em tom de brincadeira pediu: "Me dêem a receita para que, também na minha terra, os jovens se entusiasmem tanto por Deus como os jovens daqui".

O Cardeal Hoffner, que é Arcebispo de Colônia e estava no Brasil desde o dia 9, ontem à noite regressou à Europa; ressaltou também com apreço o exemplo de uma paróquia brasileira com 40 mil católicos — na Cidade de Pedro II, no Piauí — enquanto "em minha Arquidiocese seriam precisas 10 paróquias para atingir aquele número de fiéis e certamente não teríamos mais de 300 batizados".

IGREJA VELHA

Dentro da mesma lógica dos números — dos quais se mostrou um bom conhecedor — o Cardeal alemão deixou patente uma reserva ao povo da sua terra. No ano passado, para 700 mil pessoas que morreram na Arquidiocese de Colônia, nasceram apenas 600 mil e, mesmo assim, entre os nascidos, 100 mil eram filhos de imigrantes: italianos, espanhóis, portugueses, croatas e turcos; 50 mil são muçulmanos.

"Por esse andar, daqui a pouco, seremos uma Igreja de velhos" — comentou, com uma ponta de humor.

Em outras áreas é forçoso, porém, reconhecer a superioridade da Igreja da Alemanha. Com 5 milhões de habitantes — 60% dos quais são católicos — a Arquidiocese de Colônia tem 1 mil 730 padres (1 mil 400 diocesanos e 380 religiosos) para as 823 paróquias, além de muitos outros que todos os anos são enviados como missionários para o exterior. A Igreja do Rio, com aproximadamente 5 milhões de católicos, conta apenas com 720 padres (dos quais 436 são religiosos e, por isso, sem relação direta com o Arcebispo) e 204 paróquias.

pressionado" com a hospitalidade que tem sido dispensada aos padres alemães que vivem no Brasil. Acrescentou, ainda, que "em nenhuma parte sentiu qualquer restrição" ao trabalho desenvolvido por eles. Não soube dizer, entretanto, quantos padres alemães vivem no Brasil, mas um seu assessor — Monsenhor Herbert Michel, espécie de relações públicas para os países do Terceiro Mundo — informou que só Colônia tem cerca de 1 mil padres, religiosos e leigos espalhados por aqueles países.

Embora não negue a necessidade de os missionários se ocuparem em obras sociais consideradas mais prioritárias e defenderem também os direitos dos pobres, o Cardeal Hoffner frisou que a tarefa número um dos missionários deve ser o anúncio do Evangelho. E admitiu que os padres alemães no Brasil têm feito "uma boa experiência".

"Eles ajudam concretamente onde estão, como hóspedes que são e não porta-bandeiras" — acrescentou.

HITLER ESQUECIDO

Dom Joseph Hoffner negou que em seu país exista nostalgia de Hitler ou tentativa séria de reabilitá-lo:

"Não existe nem um deputado a favor dele e grande parte do povo nem sabe com precisão quem foi Hitler. O que existe é uma campanha publicitária para venda de novos livros, como há seis anos houve a onda da pornografia e daqui a cinco outra qualquer surgirá". Já sobre o terrorismo, o Cardeal alemão não escondeu a existência e a gravidade do fenômeno, que disse não saber explicar "psicologicamente". Segundo ele, o movimento conta com mais de 1 mil pessoas, em sua maioria procedentes de famílias ricas, jovens e intelectuais.

"Só numa paróquia" — destacou o Cardeal Hoffner — "trabalham nessas condições mais de 500 leigos."

HÓSPEDE

Antes de visitar o Palácio São Joaquim, o Cardeal alemão esteve também na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aonde chegou às 9h10m e foi recebido pelo presidente da entidade. Cardeal Aloisio Lorscheider, e pelo subsecretário, Padre Virgílio Leite Uchoa.

Dom Joseph Hoffner lembrou que um dos objetivos de sua vinda ao Brasil era conhecer a Conferência dos Bispos, já que ele é também o presidente da conferência congênera na Alemanha.

Apesar de seus 71 anos e do intenso programa de visitas que ontem lhe tomaram o tempo todo, o Cardeal não se negou a atender a imprensa e preferiu não se sentar. Referiu-se à sua recente visita ao Presidente Geisel, como "gesto de cortesia" e ocasião para alguns comentários sobre a Igreja no Brasil e Alemanha.

Apesar de ter vindo "como hóspede e não juiz", disse estar "muito bem im-

recebe, por ano, 600 marcos (mais de Cr\$ 4 mil).



Religiosos lançam documento no

JORNAL DO BRASIL □ Domingo, 18/9/77 □ 1º Cadern

Santuário da Penha

São Paulo — Um documento intitulado **Pela Justiça e Libertação**, assinado por 20 entidades lideradas pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz de São Paulo, será lido e distribuído hoje à tarde, no Santuário da Penha, durante o Ato de Solidariedade aos Oprimidos e Injustiçados afirmando que "as arbitrariedades continuarão, se continuarem as estruturas de injustiças que as provocam".

"E essas estruturas" — prossegue o documento básico do Movimento Justiça e Libertação, responsável pelo Ato — "só serão modificadas quando o próprio povo puder propor e encaminhar as mudanças a seu favor. É indispensável, portanto, realizar a aspiração democrática da Nação, de modo que o povo possa criar e participar livremente de suas organizações sindicais, profissionais, políticas e outras."

Assinaturas

Aberto a novas adesões, o documento é assinado pelas seguintes entidades: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo; Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese); Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos

Humanos e Marginalizados; Comissão Arquidiocesana da Pastoral da Periferia; Comissão Arquidiocesana da Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base; Comissão de Ecumenismo da Arquidiocese de São Paulo; Renovação Cristã de São Paulo; Secretariado Justiça e Não Violência; Frente Nacional do Trabalho (FNT); Ação Católica Operária (ACO); Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos; Movimento Feminino pela Anistia; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP); Associação dos Professores da PUC (Apropuc); Associação dos Professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; Diretório Central do Estudante da PUC, DCE-Livre; Diretório Central de Estudos da USP, DCE-Livre; e Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV.

Segundo o presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, prof. Candido Procópio Ferreira de Camargo — membro da Comissão de Justiça e Paz e diretor do Centro Brasileiro de Análise e Plane-

jamento (Cebap) — "o documento não tem fronteiras estaduais, podendo ser assinado por pessoas e instituições sensíveis à mesma problemática. Já está sendo programado, também, um ato em Salvador, onde há um grupo semelhante ao que articulou o Movimento em São Paulo."

Apoio da Igreja

O Ato, marcado para as 14h, vem sendo divulgado há uma semana e algumas paróquias fretaram ônibus para irem ao Santuário, na Zona Leste da Capital, com capacidade para cerca de 6 mil pessoas, sendo 1 mil 500 sentadas. Segundo o representante da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), pastor presbiteriano Jaime Wright, "o Movimento é essencialmente de leigos, mas tem o apoio da liderança da Igreja em São Paulo."

Para demonstrar esse apoio, os Bispos-Auxiliares do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que está em Roma, participarão do Ato, cujos organizadores já imprimiram 20 mil exemplares do documento **Pela Justiça e Libertação**. Com seis páginas e meia, ele afirma:

"Pela Justiça e Libertação"

"Com a responsabilidade que lhe confere o cargo de secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D Ivo Lorscheiter informava à imprensa, no dia 30 de julho último, ter recebido "de fontes fidedignas de Brasília e de Goiás um alerta de que seria iminente a expulsão de D Pedro Casaldáliga do Brasil". D Pedro, como se sabe, é espanhol.

Na semana anterior, em 22 de julho, deixava o Brasil o missionário menonita em Recife, Thomas Capuano, norte-americano, preso dias antes com o Pe Lawrence Rosebaugh, norte-americano também. Os dois exerciam sua ação pastoral junto aos mendigos da cidade. Soltos quatro dias depois, o missionário foi obrigado a sair do país porque o Governo brasileiro negara a renovação do seu visto de permanência.



No começo desse mesmo mês de julho, o Ministro da Justiça determinara a instauração de inquérito, pela Superintendência da Polícia Federal de Pernambuco, para efeito de expulsão do Pe Romano Zufferey, suíço, trabalhador no Nordeste há mais de 10 anos como assistente eclesiástico da Ação Católica Operária (ACO).

Na verdade, esses três casos de expulsão ou de ameaça de expulsão não são os primeiros que atingem as igrejas desde 1964. Eles fazem parte de uma série que inclui, entre estrangeiros e brasileiros (estes, banidos ou exilados), os seguintes:

Já em abril de 1964, o Pe Francisco Lage, antigo pároco na Igreja ao movimento sindical, foi preso, indiciado e processado. Condenado a 28 anos de prisão, asilou-se na Embaixada do México, de onde seguiu para o exílio nesse país. No ano de 1966, era expulso do país o pastor norte-americano Brady Tyson, acusado de ter pronunciado uma conferência em Ribeirão Preto (SP), na qual criticava o Governo brasileiro.

No dia 5 de novembro de 1967, o Exército prendeu em Volta Redonda (RJ) o diácono francês Guy Thibault, acusado da distribuição de panfletos que falavam da situação operária e analisavam a política salarial do Governo. Sua expulsão foi decretada no dia 7 de dezembro. No dia 27 de agosto de 1968, consumou-se a expulsão do Pe Pierre Wauthier, francês, preso desde 18 de julho, durante a realização da greve de Osasco (SP).

O Pe Jan Honore Talpe, belga, foi preso no começo do ano de 1969, acusado de subversão em fábricas de Osasco (SP). Depois de seis meses de prisão, foi expulso, em 8 de agosto de 1969. Acusada de ter dado proteção a elementos subversivos, em Ribeirão Preto (SP), a Imã Maurina Borges foi presa em 1970 e banida para o México.

Frei Tito de Alencar Lima, dominicano, preso em São Paulo desde novembro de 1969, acusado de subversão, foi banido para o Chile em 3 de abril de 1971. Neste mesmo ano de 1971, o Pe José Pedandola, italiano, que exercia sua ação pastoral entre os pobres da Diocese de Cratêus (CE), foi preso pela Polícia Federal e expulso do país.

O Pe Posé Comblin, belga, professor no Instituto Teológico de Recife (PE), conhecido por sua pregação em favor dos oprimidos, ao regressar da Europa, em 24 de março de 1972, foi impedido pela Polícia Federal de desembarcar no Brasil e mandado de volta.

Em 1975, foi a vez do Pe Francisco Jentel, francês, que, em Santa Teresinha, nos confins de Mato Grosso, Goiás e Pará, vinha trabalhando a favor de posseiros da região. Foi preso e condenado mas, no ano seguinte, absolvido. Viajou, então, para a Europa. De volta ao Brasil, com o passaporte em regra, seguiu para Fortaleza (CE). Mesmo sob a proteção do presidente da CNBB, D Aloisio Lorscheider, Jentel foi preso, sendo expulso em 15 de dezembro de 1975.

Pároco de Vila Rondon (PA), o Pe Giuseppe Fontaneila, italiano, foi acusado de estimular posseiros a invadir terras particulares. Foi chamado a prestar depoimento no Quartel-General da 8a. Região Militar, em Belém (PA), e, em 8 de dezembro de 1976, saiu publicado o decreto de expulsão.

Tratar-se-ia, nessa série de expulsões e banimentos, de fatos desconexos, cada um deles fruto de circunstâncias específicas? Ao contrário, verifica-se uma coerência nessa ação repressiva. Ela tem o mesmo sentido de outras violências praticadas contra brasileiros e estrangeiros, independentemente de confissão religiosa, cuja ação seja considerada inconveniente pelo Governo ou por grupos dominantes.

Entre muitos brasileiros processados, presos, torturados, condenados e até assassinados, lembrem-se apenas alguns casos mais recentes de perseguição contra religiosos, ocorridos desde julho do ano passado. O assassinato do Pe João Bosco Buriel ocorreu quando, com D Pedro Casaldáliga, protestava contra as torturas que estavam sendo infligidas a duas mulheres inocentes pela polícia de Ribeirão Bonito (MT). No momento, continua indiciado D Estêvão Cardoso Avelar, Bispo de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará, tendo sido interrogado durante horas a fio, acusado de subverter o povo da região.

Também se inscrevem nesse quadro os atos de violência estimulados pela ação repressiva e por campanhas de calúnias e insinuações partidas de autoridades — contra os que se empenham na luta pela justiça. Dois casos mais recentes, igualmente ocorridos com religiosos, depois de julho de 1976, podem ser citados como exemplos. O assassinato do Pe Rodolfo Lukenbein, al'mão, missionário entre os índios, ocorreu quan-

do cuidava da demarcação das terras dos mesmos. D Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu (RJ), sofreu uma bárbara e misteriosa agressão e, em seguida, seu carro foi destruído por uma bomba diante da sede da CNBB, no Rio de Janeiro (RJ). Nesse último caso, tornou-se estranha a rapidez com que o inquérito foi arquivado sem elucidação, especialmente quando se considera o costumeiro empenho de reprimir os atos de oposição.

Identificação com os oprimidos

O que fizeram esses e outros cristãos para serem perseguidos? Eles foram presos, expulsos, banidos, torturados e mortos justamente porque lutavam ao lado dos pobres, dos humildes, dos pequenos, dos oprimidos. Sua dedicação desinteressada revela amor pelos oprimidos e denuncia, ao mesmo tempo, diversas formas de opressão. Sua atuação exemplar — ao lado dos índios, de apoio aos pequenos agricultores e posseiros, junto aos operários e marginalizados — desvendava algumas das injustiças instituídas na sociedade brasileira.

Pela ação e pelas palavras de missionários, fica claro que o extermínio de índios encontra suas raízes na ganância de fazendeiros e de grandes empresas que querem se apropriar da terra que ainda resta às populações nativas. Diversos métodos servem aos propósitos dos exploradores: estradas penetram reservas indígenas e recortam suas propriedades; a violência chega ao morticínio de índios e de seus defensores;

a política de "integração" arrasta fatalmente o índio a se tornar mão-de-obra duramente explorada nos seringaais e nas fazendas. Não apenas a sobrevivência das pessoas é ameaçada, mas todo o povo é massacrado ao lhe roubarem a posse da terra, privando-o das condições necessárias para cultivar seus valores e conservar sua própria identidade.

A dedicada ação de religiosos católicos, pastores protestantes e leigos — lado a lado com pequenos agricultores, posseiros e assalariados rurais — revela a trágica situação de miséria de grande parte da população pelo crescimento selvagem do latifúndio e das grandes empresas agrícolas. Suas condições de vida e de trabalho tornam-se mais duras. Numa trágica contradição, enquanto os favores econômicos governamentais multiplicam as cabeças de gado e ampliam as plantações, o pequeno lavrador vê minguar a alimentação de sua família.

A atuação desses religiosos também se faz sentir entre os operários, que estão no núcleo da produção da riqueza brasileira. Eles foram atraídos às cidades para preencher os empregos da moderna indústria que se instalou em nosso país. Vindos do campo ou descendentes de famílias operárias que já estavam nas cidades, eles cresceram em número. Viram e vêem todos os dias a produção das fábricas em que trabalham crescer em volume e qualidade. Viram e vêem todos os dias seus patrões se enriquecerem de uma forma insultante. Viram e vêem seus salários diminuírem pelo arrocho salarial imposto pelo Governo e pelo constante aumento do custo de vida. Viram e vêem a necessidade de empregar seus filhos menores, prejudicando seu desenvolvimento normal e sua formação escolar. Viram e vêem seus sindicatos mutilados, sujeitos a intervenção constante do Governo, impedidos de desenvolver livremente suas tarefas fundamentais de representação e de defesa da classe trabalhadora. O resultado de tudo isso é o operário cada vez mais sacrificado, com fome e sem resistência às doenças.

A ação desses cristãos também revela a opressão na vida de milhões de brasileiros marginalizados da vida econômica, da vida social e da vida política do país. Chegando às cidades em busca da miragem industrial ou expulsos do campo, eles são os marginalizados urbanos e os *bóias-frias*. A ironia consiste em dizer que há pessoas marginalizadas — sem emprego certo e remuneração adequada — porque a população cresce demais.

A verdade é que, para que se dê a concentração da riqueza nas mãos de poucos, não basta rebaixar os salários. É preciso, além disso, manter uma imensa parcela de população que, quando se emprega, se emprega por qualquer preço; e, quando não consegue emprego, constitui a reserva de que se valem os patrões para fazer com que os próprios trabalhadores disputem entre si pela possibilidade de um trabalho.

Existe, assim, uma enorme parte da população das grandes cidades que jamais se empregará ou, quando o fizer, será parcialmente, como biscateiros, vendedores ambulantes, guardadores de carros, sem qualquer garantia. E os operários rurais, que se concentram nas pequenas e médias cidades, maldosamente apelidados de *bóias-frias*, são vítimas da intermediação do *gato*, que os contrata como animais de trabalho para os grandes fazendeiros e empresas rurais. Sujel-tos à procura diária de emprego, os *bóias-frias* não contam com a garantia do salário mínimo, nem têm a proteção — ainda que precária — das leis trabalhistas, ficando desassistidos e roubados nos seus direitos de assistência médica e previdenciária.

Juntam-se a essas categorias as mulheres, que são duplamente exploradas: ganham salários menores, quando fazem o mesmo tipo de trabalho que os homens, e arcam, ainda, com as pesadas tarefas do lar. Há também aqueles que, atingindo certo limite de idade, são precocemente desempregados porque seus patrões sabem que um exército de jovens está

em busca de emprego e que os jovens produzirão mais por menores salários. A multidão dos marginalizados nas grandes, médias e pequenas cidades cresce à medida que cresce a riqueza produzida no país.

Exigências do evangelho

A identificação desses religiosos com os oprimidos foi determinada por sua aceitação das exigências do Evangelho. Eles sofrem perseguição porque compartilham da luta dos oprimidos contra a injustiça. Compartilham, também, de sua grande esperança de libertação. Eles, testemunhas fiéis, e nós, solidários com eles, compreendemos que a perseguição recai sobre a Igreja empenhada na transformação do mundo, dedicada a transmitir a boa nova da libertação onde existe a exploração dos homens de carne e osso, na realidade de agora. Sabemos também que a Igreja não sofre perseguição quando se acomoda às injustiças, atuando somente na esfera tranquila da sacristia e voltando-se para uma espiritualidade abstrata, desligada dos problemas atuais.

É a busca evangélica da justiça que, na perseguição a esses religiosos, está sendo recusada pelo Governo. Busca evangélica fundamentada na palavra de Deus:

"Bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo mal contra vós". (Mateus 5, 11); "Antes importa obedecer a Deus do que aos homens". (Atos 5, 29).

"Porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era forasteiro e me hospedastes; estava nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; preso e fostes ver-me. Em verdade vos afirmo que sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes." (Mateus 25, 35, 36, 40); "O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para anunciar a boa-nova aos pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vida aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos".

(Lucas 4, 18)

"Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram vossos campos, e que por vós foi retido com fraude, está clamando". (Tiago 5,4) "Por ventura não é esta a prática religiosa que escolhi, que rompas as correntes da iniquidade, desfaças as amarras da servidão, libertes os oprimidos e despedaces todo jugo?" (Isaias 58,6). "Se alguém disser: amo a Deus, e odiar a seu irmão, é mentiroso". (I João 4,20) "Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça e ames a misericórdia, e andes humildemente com o te Deus?" (Miquéias 6,8).

Aspiração democrática

Por comungar com as aspirações do povo é que os missionários são perseguidos. Eles sofrem a mesma sina de muitos, brasileiros ou não — operários, estudantes, jornalistas, educadores, políticos e outros — que foram banidos do país ou constringidos a fugir por terem ousado juntar-se ao povo em sua luta contra a exploração e a opressão.

Se alguns missionários estão ameaçados de expulsão e se muitos já foram expulsos, o grande e verdadeiro expulso, já há muito tempo, é o próprio povo, especialmente os mais humildes, banidos de suas terras ou massacrados em suas aldeias, obrigados a esmolar ou sujeitos a salários de fome, morrendo à míngua na periferia das cidades, constantemente expostos à repressão policial ou à violência dos patrões, proibidos de se associarem, ameaçados e intimidados quando ousam reivindicar os mais elementares direitos.

Não basta que o Governo ponha fim às arbitrariedades contra os missionários. As arbitrariedades cotinuarão, se continuarem as estruturas de injustiça que as provocam. E essas estruturas só serão modificadas quando o próprio povo puder propor e encaminhar as mudanças a seu favor. É indispensável, portanto, realizar a aspiração democrática da Nação, de modo que o povo possa criar e participar livremente de suas organizações sindicais, profissionais, políticas e outras.

Será possível, então, construir uma sociedade baseada no respeito aos direitos de todos e iniciar a caminhada rumo à comunhão e à paz entre os homens. Nosso compromisso é o mesmo dos missionários perseguidos — o de continuarmos com o povo nessa árdua e longa caminhada.

São Paulo (SP), 18 de setembro de 1977.

Dever

Além do pastor Jaime Wright — um dos organizadores — falaram durante o ato um operário da Frente Nacional do Trabalho (FNT) e o vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Sr Mário Simas. Ao final, o advogado José Gregori — professor de Direito Civil da PUC e membro da Comissão de Justiça e Paz — fará a leitura pública do documento, prevendo-se que alguns de seus trechos serão lidos, em conjunto, por todos os participantes.

Em seu discurso, na abertura do ato — com o título *Epístola dos Leigos pela Justiça e Libertação* — o pastor Jaime Wright dirá que, "na verdade, os cristãos incansáveis repudiam a teologia nazista de Hitler. Visando a seus interesses políticos, o grande ditador dizia que a Igreja devia cuidar do céu, pois que ele, Hitler, cuidaria da Terra".

Bispos brasileiros em Roma debatem problemas da catequese dos jovens

Um a um, estão embarcando e terça-feira estarão em Roma os cinco bispos brasileiros que vão participar do Sínodo — espécie de Congresso da Igreja — e, até o fim de outubro, lá permanecerão para, junto com seus pares de todo o mundo, debater problemas alusivos à Catequese, especialmente das crianças e jovens.

Parte da contribuição brasileira já foi prestada quando, em julho último, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), enviou ao secretário-geral do Sínodo, Monsenhor Ladislau Rubin, o *Panorama da Igreja no Brasil* — texto formado pelas respostas de numerosos prelados a um inquérito remetido de Roma e que eventualmente será aproveitado na elaboração de um documento final.

QUEM VAI

São os seguintes os delegados brasileiros eleitos pela Assembléia-Geral dos Bispos realizada em Itaiçara, no último mês de fevereiro: Cardeal Aloisio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza e presidente da CNBB e Conselho Episcopal Latino-Americano; Dom João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte; Dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu; e Dom Paulo Monte, Bispo de Itapipoca (Ceará) e responsável pelo setor de Catequese da CNBB.

Recentemente, o Papa Paulo VI nomeou também Dom Mário Gurgel, Bispo de Itabira (Minas Gerais) e membro do Conselho Internacional para a Catequese. Os bispos levarão ainda, como assessores, os Padres Ralfy Mendes (secretário do setor de Catequese da CNBB) e Alberto Antoniazzi (teólogo de Belo Horizonte).

A UNIDADE

O *Panorama da Igreja no Brasil* que o secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, enviou para Roma em meados de julho — abrange 12 capítulos, considerados os mais relevantes para a estrutura da Igreja no país: 1) Ministérios; 2) Pastoral Vocacional e Seminários; 3) Vida Consagrada; 4) Leigos; 5) Juventude; 6) Ação de Animação Missionária; 7) Catequese; 8) Liturgia; 9) Ação Ecumênica e Diálogo Religioso; 10) Educação; 11) Ação Social; e 12) Meios de Comunicação Social.

25. Sep. 1977

Em todos os itens são apontados aspectos positivos e negativos e várias propostas. A despeito das diferentes e até contraditórias opiniões — "um mesmo acontecimento é considerado positivo por uns e negativo por outros", conforme Dom Ivo — são frequentes as passagens em que se percebe estar diante dos mesmos autores que subscreveram, em Itaiçara, o documento *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*.

Logo na introdução, os bispos defendem o direito de, também eles, ajudarem "a construir uma Nação sempre mais justa, sempre mais fraterna e, por isto mesmo, sempre mais cristã". E, mais à frente, afirmam o dever de a Igreja "se comprometer com todos os homens, especialmente os pobres".

O *Panorama* é farto de depoimentos em sintonia com aquele documento. Vinte e dois bispos lembram que a Igreja no Brasil, "através de muitos de seus representantes, tomou corajosa posição diante de várias situações conflitivas e injustas". Em termos mais genéricos, relata que "muitos dioceses lançaram programas sistemáticos de defesa dos direitos humanos, despertando o povo cristão para novas iniciativas no campo social, político e econômico, a exemplo de alguns que heroicamente derramaram seu sangue pelo Evangelho nos últimos anos".

O *Exigências* delimita o campo de ação dos bispos: "Sabemos que não nos compete agir diretamente sobre as estruturas, mas iluminá-las e formar a consciência dos homens. Temos a convicção de cumprir um dever e prestar um serviço formulando as exigências morais, indicando as contradições entre essas exigências e a realidade".

Agora, no *Panorama*, 14 bispos reconhecem que "cresceu o trabalho de conscientização política". E outros nove ressaltam "a própria exigência da palavra de Deus que leva a Igreja a desempenhar seu papel libertador. A própria ação social leva também a uma maior descoberta do Evangelho".

DIVERGENCIAS

Aqui surgem as primeiras divergências. Quatro prelados vêem como um aspecto negativo a "radicalização de uma linha política na defesa dos oprimidos" e um chega mesmo a mostrar "hostilidade a este tipo de pastoral". Enquanto este critica o "não atendimento, por parte da Igreja, da classe operária" e aqueles reclamam da "falta de uma justiça rural", outros acham que "a ação social não tem muito a ver com o trabalho pastoral".

No documento *Exigências*, os bispos afirmam que "nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas".

No *Panorama*, onde estão as respostas dos bispos ao inquérito enviado de Roma, um aponta a "falta de diálogo com as partes criticadas". Se é verdade que um observa que "a conscientização é frequentemente identificada como subversão" e outro se refere à "falta de uma verdadeira conscientização social do povo", o texto preparado pela CNBB observa: "Alguns preferem recuar diante de certos exageros tachando esta pastoral de idealismo utópico e cansando-se das denúncias verbais".

Diz o *Exigências* que "a fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também as que se referem à ordem política". Não faltam, entretan-

to, no *Panorama*, críticas àqueles que se servem da liturgia para "fins sociais, políticos, de ostentação e afirmação pessoal sem motivação da fé cristã".

Dependo sobre a atuação dos leigos, seis bispos reconhecem como um aspecto positivo o engajamento deles na "construção e/ou transformação do mundo segundo os planos de Deus", apesar de que outros prelados chamam a atenção para o fato de que "muitos leigos, ao invés de se engajarem no seu campo próprio — família, profissão — terminam por dedicar-se a atividades mais ligadas à Igreja na dimensão do culto". Quatro bispos dizem que "poucos leigos têm coragem de agir resolutamente na transformação do mundo e alguns grupos, mais ousados, se dedicam a uma ação que se reduz ao campo social e de forma unicamente contestatória".

São muitos os bispos que se referem com simpatia aos jovens, vendo neles "crescente abertura à vivência da religião" e achando que entre eles "surge uma espiritualidade fundamentada na autenticidade evangélica".

No capítulo de Ação e Animação Missionária, cinco outros prelados vêem como sintoma de "evangelização desencarnada da realidade" o "medo do compromisso social e político com uma evangelização que não engaja, nem compromete, nem incomoda"; e outros três criticam a evangelização "voltada para problemas internos, sem visão universal".

CRÍTICAS

A Liturgia, que mereceu maior volume de respostas, contém numerosas críticas: por exemplo, quando "as expressões litúrgicas não são suficientemente brasileiras e populares" ou quando as celebrações "ainda não partem da vida do povo". Seis bispos apontam também a desvalorização do sacramento da penitência e chamam a atenção para as "comunhões em massa, mesmo de pessoas de vida moral irregular".

Dois fazem também crítica à "demasiada dependências de Roma" e outros dizem que "o pluralismo exige mais liberdade local, para que a liturgia seja a expressão da vida do povo com sua cultura, sua vida. É a Igreja local que conhece melhor os seus membros e pode fazer uma liturgia, mais encarnada na realidade do povo".

Bispos do Paraná têm assembleia

27. Sep. 1977

Curitiba — Os 21 Bispos paranaenses, participam, desde ontem à noite, da Assembleia da Regional Sul-2, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde debaterão a criação da Comissão de Justiça e Paz e de uma Pastoral para tratar dos problemas urbanos das grandes cidades do Estado.

Estão previstas uma reunião privativa dos bispos e outra dos assessores e coordenadores das Pastorais existentes. Um dos objetivos da reunião é colher subsídios para desenvolver os temas a serem tratados durante a Assembleia Nacional da CNBB, em novembro deste ano, quando serão discutidos o novo estatuto para o Conselho Indigenista Missionário, a Pastoral do Matrimônio, problemas das regiões missionárias e a reforma dos estatutos da CNBB.

QUESTIONÁRIO

A reunião dos Bispos paranaenses, realizada duas vezes por ano, termina no dia 30. Serão apresentadas as conclusões de um questionário distribuído nas dioceses do Estado, sobre a atuação da Pastoral da Família e o desenvolvimento das Comunidades de Base. Os bispos avaliarão as respostas e depois apresentarão suas conclusões. Com estas informações, será esboçado o planejamento das atividades nessas áreas para 1978.



Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de novembro de 1977

CNBB tem missa em ação de graças pelo 25.º aniversário

18. Okt. 1977

O Cardeal lembrou os esforços realizados nestes últimos 25 anos, "marcados pela fidelidade à nossa conferência" e frisou que o principal objetivo da CNBB é "da aplicação da Pastoral", pois ela "é a conspiração dos bons para fazer o bem". A Sra Marina Bandeira disse que o grande inspirador da CNBB foi D Helder Camara seu primeiro secretário-geral.

Os bispos e padres, dois a dois, se aproximavam do Cardeal e se sentavam nas cadeiras postas em forma circular da mesa principal. Logo no início da cerimônia, D Eugênio Sales disse que a "celebração da nossa festa é na simplicidade" e que em "Brasília ela será maior".

O vice-presidente da CNBB, D Geraldo Fernandes, ressaltou para os Bispos da Comissão que "nossos erros foram muitos poucos em comparação com os nossos acertos" e D Eugênio Sales completou dizendo que o "Evangelho diz que uns plantam e outros colhem". A figura de Cecília, fundadora da CNBB e inspiradora de seus ideais, foi lembrada pelos sacerdotes em suas orações.

Depois da missa todos foram para o salão da CNBB, onde foi servido um coquetel. O Cardeal D Eugênio Sales e o secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheiter, cortaram o bolo. D. Ivo conversou com os jornalistas informalmente. Amanhã ou quinta-feira ele deverá dar entrevista coletiva expondo as principais diretrizes da CNBB.

Os bispos que participaram da solenidade foram os seguintes: D Leris Lara (Itaboraí), D Ivo Lorscheiter (secretário-geral e Bispo em Santa Maria), D Romeu Alberti (Apucarana), D Davi Pichão (Santos), D Geraldo Fernandes (vice-presidente da CNBB), D Batista Mota e Albuquerque (Vitória), D José Freire Falcão (Teresina), D Moacyr Gre-

chi (Ave), D Cláudio Humes (Santo André), D. José Gonçalves da Costa (Niterói) e D Clemente Ismard (Nova Friburgo).

Os trabalhos da CNBB no Rio se encerram no dia 20 e a transferência começa imediatamente, sendo que, dos 21 assessores, 11 concordaram em ir para Brasília e, dos 23 colaboradores, apenas quatro. A mudança administrativa é o primeiro passo "para a sua efetiva instalação em Brasília", diz o Padre José Guarlant assessor de imprensa da CNBB.

A transferência, segundo D Ivo Lorscheiter, apresenta algumas vantagens: acesso fácil aos bispos do Norte, Centro, Nordeste e Extremo-Oeste; a proximidade com a Nunciatura Apostólica e com o centro de decisões do Governo federal. Em 1973 a mudança da sede para Brasília foi sugerida na assembléia-geral pela primeira vez.

A nova sede da CNBB tem 7 mil m² de área construída em um terreno de 10 mil m², doado pela Companhia Construtora da Nova Capital (Novacap). O custo, até agora, foi de Cr\$ 13 milhões, pagos com contribuições das 220 dioceses no Brasil. A sede está localizada no setor das Embaixadas, entre a delegação da União Soviética e do Vaticano, tendo à frente a representação dos Estados Unidos e de Portugal.

A 15 de novembro a nova sede será inaugurada oficialmente, provavelmente com uma mensagem do Papa Paulo VI. Após a inauguração 40 bispos se reunirão numa "mini-assembléia da CNBB".

O Cardeal D Eugênio Sales, 11 bispos da Comissão Episcopal de Pastoral e 14 padres celebraram ontem a missa em ação de graças pelo 25º aniversário de fundação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cuja sede será transferida para Brasília, a partir do dia 20, para ser oficialmente inaugurada a 15 de novembro.

Pastoral quer textos mais claros

As repercussões positivas do Documento de Itaipé — Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Política — a necessidade de redigir um novo texto para melhor elucidar o conteúdo da Pastoral da Vida Familiar e de fixar com maior precisão a identidade da Comissão Nacional de Pastoral são algumas das conclusões a que chegaram participantes da 4a. Reunião Anual da Comissão Nacional Pastoral, no fim de semana passado na sede da CNBB, no Rio.

A Comissão vai divulgar nos próximos dias as conclusões a que chegou a respeito da Pastoral Urbana e Rural. Um anteprojeto da CNP sobre a Pastoral Familiar e a Celebração Cristã do Matrimônio estuda sob vários aspectos o matrimônio e a necessidade de dar "ajuda concreta da Igreja às famílias, no contexto em que vivemos". A Comissão destacou que a divulgação do documento de Itaipé foi prejudicada pela autocensura de alguns jornais e pela repressão contra agentes da Pastoral.

A CNP apresentou algumas sugestões para tornar o documento de Itaipé mais conhecido: que sirva de subsídio para a Campanha da Fraternidade de 1978; que se publique nos folhetos litúrgicos dominicais, boletins diocesanos, etc., que se promova troca de material entre as Dioceses especialmente das que produziram versões populares do documento (São Luís do Maranhão, Londrina e Vitória); que se incentive o estudo nos grupos e comunidades de base, bem como estabelecer o diálogo com jornalistas e universitários.

A Comissão Nacional Pastoral está preparando um anteprojeto com seis capítulos a ser submetida a várias instâncias interessadas até a aprovação final de um texto na Assembléia dos Bispos. Os capítulos: A Família na Atual Sociedade Brasileira e a Igreja, Pastoral da Preparação ao Matrimônio, Pastoral da Celebração Cristã do Matrimônio, Pastoral da Vida Familiar, Matrimônios Mistos e Pastoral da Igreja Face a Situações Particulares.



Cardeal nega ação antifeminista

Porto Alegre — A exclusão da mulher do sacerdócio "nada tem a ver com manifestações antifeministas. Trata-se de uma resolução inspirada no exemplo de Cristo, que escolheu só homens para o ministério sacerdotal", afirmou o Arcebispo de Porto Alegre, Cardeal Vicente Scherer, em sua mensagem semanal através de *A Voz do Pastor*.

"As críticas feitas sem fundamento neste terreno" — acrescentou — "provêm, via de regra, de feministas radicalizadas que propugnam pela libertação da mulher de todos os vínculos morais, cujo abandono causou e sempre provoca a mais ignominiosa servidão e a insanável desonra da mulher."

Submissão

O Cardeal comentou que "autores filiados ao feminismo radical afirmam que a Igreja, no curso dos séculos, oprimiu e instrumentalizou a mulher, causando-lhe pesados condicionamentos" e que a "Bíblia também é acusada de sexista, a favor só do homem."

Ao lembrar que as feministas acusam São Paulo de antifeminista pelas passagens contidas em suas cartas, dizendo que "a mulher deve usar véu em sinal de sua dependência", D. Vicente Scherer justificou a subordinação em passagens de cartas do Apóstolo: "As mulheres sejam submissas aos seus maridos como ao Senhor, pois o marido é a cabeça da Igreja. Como Cristo, as mulheres também devem ficar sujeitas ao marido em tudo."

"Terá procedência a conclusão que tiram semelhantes expressões de que São Paulo era antifeminista e que estes textos, no correr dos tempos, provocaram uma posição desfavorável da Igreja aos direitos e à dignidade da mulher? Indaga o Cardeal.

O Apóstolo, destacou, equipara o homem e a mulher na advertência: "Diante do Senhor, nem a mulher está sem o homem nem o homem sem a mulher. Ela provém do homem e este da mulher e tudo se origina de Deus."

Leigos pedem à Igreja mais consciência crítica e que se volte mais para pobres

Uma das metas prioritárias da Igreja deve ser a formação de "uma consciência crítica, pela defesa dos direitos humanos" e ter a coragem de romper "certo compromisso com as classes dirigentes, percebido ainda aqui e acolá, para se tornar realmente a Igreja dos pobres" — sugeriu ontem a médica paulista Cecília de Lólio, uma das coordenadoras do encontro de ontem da Comissão Nacional Pastoral.

Ainda que fossem apenas um terço em relação ao número de bispos, padres e outros eclesiásticos que compõem a Comissão, reunida neste fim de semana no convento do Cenáculo, os leigos foram os responsáveis pela insistência e pelo debate de questões que poderão alterar significativamente os rumos da Igreja nos próximos anos.

O DEVER

O Padre Hilário Mazzarolo (integrante também da Comissão Nacional de Pastoral como responsável pelo setor Leigos da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é do mesmo parecer, quando diz que a Igreja não pode silenciar a respeito dos marginalizados.

Acha o padre que mais importante que trabalhar com os políticos ("eles representam alguém?" — pergunta), seria uma preocupação sistemática com os operários, os camponeses, os *bóias-frias*, os estudantes, os menores abandonados, para que, "uma vez promovidos, tivessem condições de formar verdadeiras lideranças, representativas de base".

O padre não nega que "a Igreja está tentando encontrar o povo", apesar de todas as dificuldades, conflitos internos e as mudanças de mentalidade que isso implica. Mas acha que o lugar do leigo na Igreja como "presença viva e atuante" ainda não foi encontrado e que falta maior sentido de corresponsabilidade. A médica Cecília supõe, entretanto, que para isso serão necessários "muitos anos", já que é difícil para um leigo deixar de ser, de um dia para o outro, a presença passiva e amorfa a que fora relegado desde a Idade Média e o Concílio de Trento.

— A igreja se encontra, hoje, num ponto crucial — afirma a médica, e defende a necessidade de ela se voltar mais para os que sofrem.

— E não são só os bispos sequestrados ou padres mortos que nos devem fazer levantar a voz. Um simples cristão ou mesmo os outros são merecedores do mesmo respeito e do nosso protesto, quando vítimas da injustiça — acrescenta o padre.

Dona Cecília Lólio continua: "E não são só os presos políticos que devem ser objeto das nossas preocupações. São todos os presos comuns".

Padre Hilário disse que no encontro da Comissão Nacional de Pastoral (organismo de assessoramento da CNBB) evitou-se falar de direitos humanos para dar mais destaque à justiça social em geral. Recordando que a questão já foi abordada, mais de uma vez, pela Conferência dos Bispos, o padre explicou que é necessário insistir porque "não houve mudanças". Deixou ainda no ar uma pergunta: "Será que lá fora não existe uma estrutura de egoísmo muito forte?"

A médica paulista fez ainda duas observações: para acentuar que "a igreja não existe para si mesma mas para os outros, e por isso essas coisas devem ser repensadas", é sobre as violências praticadas nos últimos meses por forças policiais, econômicas e políticas e que fazem com que Dona Cecília duvide seriamente da veracidade de um velho slogan: "Brasil, o maior país católico".

Parte das conclusões do encontro da Comissão de Pastoral — que teve como principal tema O Caminhar da Igreja no Brasil Hoje e Amanhã (Análise e Perspectivas) — deverão ser encaminhadas à Comissão Representativa da CNBB, que durante uma semana e a partir de amanhã estará reunida também no convento do Cenáculo.

Dela participarão a presidência do órgão e mais 36 bispos, delegados dos 13 regionais que cobrem todo o país. Entre os participantes inseridos estão os Cardeais Avelar Brandão Vilela (Salvador) e Vicente Scherer (Porto Alegre), os Arcebispos Dom Hélder Câmara (Olinda e Recife), Dom Geraldo Sigaud (Diamantina) e Dom José Maria Pires (João Pessoa) e os Bispos Dom Candido Padim (Bauru) e Dom Antônio Batista Fragoso (Cratêus). O Estado do Rio estará representado por Dom Eduardo Koalk e Dom José Costa Campos (respectivamente Bispo-Auxiliar do Rio e Bispo de Valença).





RELIGIÃO

Primeira reunião da CNBB, em 1952: traçando um projeto ambicioso

Aos 25 anos, a mudança

Nesta segunda-feira, dia 17, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) comemora o 25.º aniversário de sua fundação. A ocasião poderia sugerir a passagem de mais uma das tantas efemérides do calendário católico nacional, que o frei Henrique de Coimbra iniciou na Terra de Santa Cruz, em 1500, não fosse a crescente importância pastoral e política da entidade aniversariante. Pois a CNBB já nasceu com um propósito ambicioso: centralizar o poder da Igreja no Brasil, até então fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo território nacional. Mas, até ser alcançado esse desígnio, convertendo-se de fato na aglutinadora e fortalecida expressão do episcopado brasileiro, foi preciso afinar as vozes dos purpurados integrantes de seu coral. Ou, como declarava a VEJA um de seus dirigentes nacionais, "a CNBB teve de tocar a carroça e acomodar as abóboras nos solavancos da estrada".

Além disso, coincidindo com o 25.º aniversário, a CNBB prepara-se para mudar sua sede, do Rio para Brasília, num claro indício de que também pretende marcar presença diante do principal centro de decisão do poder público do país. Assim, cumprindo o previsto por seus dirigentes, no próximo dia 15 de novembro, às 17 horas, será celebrada a missa de inauguração da nova sede — um maciço prédio de 5640 metros quadrados, todo em colunas de concreto aparente e grandes aberturas de vidro, que consumiu cerca de 15 milhões de cruzeiros. Engastado entre um jardim de flores e árvores decorativas, no valorizado Lote I-A, bem no início da avenida das Nações, e mantendo igual distância da embaixada da União Soviética e da Nunciatura Apostólica (embaixada do Vaticano), suas obras já foram

dadas por terminadas, faltando apenas atapetar algumas salas e distribuir os móveis, adquiridos em Belo Horizonte.

Prioridade de Roma — A mudança para Brasília, depois de funcionar desde sua fundação, a 17 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro — inicialmente nas dependências do Palácio São Joaquim e, ultimamente, na Vila Venturosa, uma residência carioca típica do fim do século passado —, por certo ainda vem referendar o propósito da CNBB de, sem esquecer a missão divina de seus integrantes, desempenhar um papel de vigilante fiscal humanista e social. E is-

so, sobretudo, diante de questões como os direitos humanos, a política em relação aos índios, os problemas fundiários, enfim, todos aqueles assuntos analisados em sua última assembleia geral, realizada em fevereiro deste ano, da qual resultou o debatido documento "Exigências Cristãs de Uma Ordem Política".

Por outro lado, a CNBB, como que se investe definitivamente da importância sonhada tanto pelo seu fundador, e então monsenhor Hélder Câmara, hoje arcebispo de Olinda e Recife, como pelo seu grande inspirador, o pró-secretário de Estado do Vaticano, monsenhor Giovanni Battista Montini, atual papa Paulo VI. Dos encontros entre os dois, no início dos anos 50, é que surgiria a idéia de criar no Brasil a terceira conferência episcopal do mundo, algo tão avançado que só seria reconhecido oficialmente em meados da década seguinte, pelo Concílio Vaticano II. "Pode-se dizer que a CNBB nasceu dentro da estrutura e das prioridades de Roma", observa o estudioso inglês Thomas C. Bruneau, no livro "The Political Transformation of The Brazilian Catholic Church".

Logo a seguir, dom Hélder seria nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro e eleito primeiro secretário-geral da nova organização, cargo que ocuparia por dez anos consecutivos. Segundo Bruneau, seus objetivos eram dois: coordenar a rápida expansão das dioceses do país e encorajar o interesse de alguns bispos pelas mudanças sociais que começavam a ocorrer. Esses propósitos, aliás, ficaram mais ou menos explícitos durante a visita que ele e todos os bis-



Os bispos em sua última reunião: a maturidade obtida democraticamente



pos presentes à solenidade de fundação fizeram ao presidente Getúlio Vargas. Na ocasião, de improviso, o cardeal dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, de São Paulo, enalteceu as realizações que considerava dignas do apoio da Igreja, nas duas fases da administração do então presidente, notadamente as de cunho social. Como era de esperar, Vargas agradeceu as honrarias e manifestou sua intenção de contribuir para o bom

Ao longo de sua história, no entanto, a CNBB tem se encontrado muito mais como uma protagonista de delicadas negociações com o governo, sobretudo em alguns momentos posteriores ao movimento militar de 1964. A rigor, o ciclo de não raros desentendimentos foi inaugurado em 1966, quando o general Gouveia do Amaral, comandante da 10.ª Região Militar, com sede em Fortaleza, proibiu a divulgação de um documento

em resposta a algumas práticas demicamente enérgicas, usadas no com aos inimigos do regime, às limitações postas às chamadas liberdades democráticas, e principalmente à fulminante lonização do oeste e da Amazônia. por sinal, surgiu um dos últimos e duradouros focos de atrito entre a CNBB e o governo, em torno da figura do po dom Pedro Casaldáliga, da pre de São Félix do Araguaia.

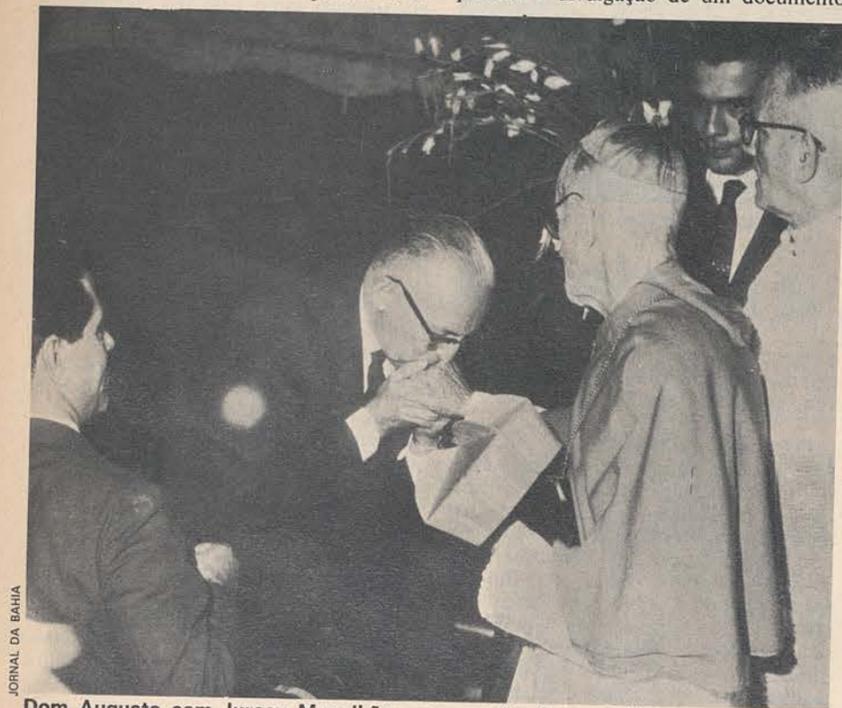
Motivo de endêmicas escaramuças ainda no último mês de julho o secretário-geral da CNBB, dom Ivo Lorscheider, após colher informações em círculos próximos ao poder militar, admitiu a expulsão de dom Pedro do país iminente — a questão só não evoluiu para o desfecho mais grave graças tamente à unidade da Igreja, no Brasil, em defesa do bispo. Como solitárias exceções ficariam somente os titulares da diocese de Diamantina (MG), o arcebispo conservador dom Geraldo Proença Gaud, e de Campos (RJ), dom Antônio Castro Mayer — mentor espiritual do TFP. Para esses dois, haveria claras intenções subversivas nas atividades de dom Pedro junto aos posseiros da região. Mas essas exceções não chegaram a comprometer o trabalho da CNBB, por constituírem meros remanescentes de uma época em que ser conservador era até certo ponto essencial à defesa de uma unidade ameaçada pela fragmentação geográfica.

Nesse passado já quase esquecido, atuando com inteira autonomia, tratando livremente sua pastoral, os bispos tomavam decisões pessoais, orientados pelas nas pela escassa correspondência com Santa Sé e pela visita regulamentar a Roma, de cinco em cinco anos. E não se toa que ainda hoje se considera o falecido cardeal da Bahia e primaz do Brasil, dom Augusto Alvaro da Silva, como o prelado mais representativo dessa época. Homem de formação autoritária e distante, que percorria sua arquidiocese em luxuosa limusine, ameaçando os concadores com o fogo do inferno, que estava num trono pintado a ouro e conceder sessões de beija-mão a personalidades e beatos em geral, dom Augusto não via com bons olhos sequer a participação de padres e leigos nos negócios da Igreja. Por isso, quando o franciscano Idelbrando Kultraup começou a abrir na Bahia alguns círculos operários desenvolvendo um trabalho de popularização da fé católica, esbarrou nas barreiras do empedernido dom Augusto.

Episcopado corajoso — Contudo, qual seria a razão do crescente e acentuado ativismo teológico, pastoral e político da CNBB? De acordo com um prelado romano, que viveu quinze anos no Brasil, a CNBB é citada no Vaticano

continua na página

VEJA, 19 DE OUTUBRO, 1977



JORNAL DA BAHIA

Dom Augusto com Juracy Magalhães: expressão do passado até no beija-mão

entendimento entre a Igreja e o Estado.

Negociações delicadas — O bom relacionamento inicial da CNBB com o governo produziria alguns frutos consistentes, úteis exemplos da boa cooperação. Depois da catastrófica seca que se abateu sobre o nordeste em 1955, por exemplo, um grupo de bispos se reuniu em Campina Grande, na Paraíba, sob a secretaria de dom Hélder, e decidiu encomendar aos economistas Rômulo de Almeida e Celso Furtado um projeto técnico de aplicação de recursos e investimentos na região, finalmente reunido no documento que ficou conhecido como "Declaração dos Bispos do Nordeste". No dia 1.º de junho de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek lançava a "Operação Nordeste", assinando vinte decretos claramente baseados nas recomendações episcopais. E, três anos depois, no que ainda poderia ser considerada uma influência direta da "Declaração dos Bispos do Nordeste", era criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

assinado por quinze bispos do nordeste. Diziam os bispos: "Se, por imperativo de consciência, nós condenamos a injustiça, não queremos aumentar as distâncias entre os homens ou setores sociais — o que pretendemos é unir mais o povo de Deus. Entretanto, a preocupação maternal da Igreja deve ser dirigida primeiramente para aqueles que sofrem". Ao mesmo tempo, circularam duas notas clandestinas, atribuídas a militares, atacando violentamente a pessoa de um dos autores do documento, dom Hélder. Para aquietar os ânimos, o presidente Castello Branco teve de voar ao Recife e encontrar-se com dom Hélder, e à sua visita se seguiu a troca dos comandos militares da região.

Duradouro foco — Nesse e em outros incidentes ficaria evidente o desencontro entre o governo e o que o atual presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, cardeal-arcebispo de Fortaleza, define como "missão crítico-profética da Igreja". Sem dúvida, essa missão se exacerbou nos primeiros anos desta década,

continuação da página 52

juntamente com as conferências episcopais da Itália e dos Estados Unidos, como exemplo de organização, harmoniosa coordenação, consenso e dinamismo. "Mas é difícil explicar verdadeiramente o crescimento, nos últimos anos, de sua consciência sobre a dignidade da pessoa humana", disse o prelado ao correspondente de VEJA em Roma, Marco Antônio de Rezende. "Pois, comparativamente com outros episcopados que vivem sob regimes autoritários, o brasileiro é muito corajoso."

Essa coragem se expressaria, por exemplo, em episódios como o ocorrido na semana passada, quando praticamente todos os bispos de Santa Catarina reviveram com energia um fulminante ataque desfechado pelo capitão-de-mar-e-guerra Nicolau Malburg, cunhado do governador Konder Reis e secretário dos Transportes e Obras do Estado ("Os bispos não têm família, não pagam impostos e, por isso, não podem criticar a ação da Revolução"). Mais ainda, a coragem do episcopado brasileiro se refletiria também nas delicadas relações com a Nunciatura Apostólica, que a mudança para Brasília certamente procurará contornar. Com efeito, a Nunciatura Apostólica continua sendo a representação pessoal do papa junto ao governo e à comunidade eclesial nacional. Mas não são poucos os que vêm diminuir essa função, diante do crescimento e do fortalecimento das conferências episcopais, para uma missão diplomática mais formal.

Consenso e união — No caso do Brasil, o calejado núncio dom Carmine Rocco, provado em longa carreira iniciada junto ao governo colaboracionista francês instalado em Vichy durante a II Guerra, aparentemente tem encontrado soluções para conservar seu papel de privilegiado interlocutor e intérprete das aspirações da Igreja local com a Santa Sé. Sabe-se que a CNBB usa sua mala diplomática para comunicados com o Vaticano, mas que nem por isso deixam de existir sensíveis divergências em questões como a nomeação dos bispos. Tradicionalmente, os nomes dos candidatos são confiados à Nunciatura Apostólica, para encaminhamento e decisão do papa.

A intermediação de dom Carmine, porém, conduziu a nomeações consideradas desastrosas, como a do conservador dom Adalberto Abílio Paulo da Silva, bispo de Viana (MA). Sagrado em agosto de 1975, dom Adalberto se afastou tanto de seus colegas da CNBB como afugentou a quase totalidade dos padres e religiosos de sua diocese. No mês passado, em depoimento diante da CPI do sistema fundiário, ele chegou a preconizar a aplicação do AI-5, condenado pela CNBB, para resolver o problema de ter-



Diretoria da CNBB: disposta até a recuar para preservar unidade

ras no Maranhão. Este episódio reforçaria os argumentos dos que pretendem revogar a tradição da intermediação do núncio. Essa, aliás, é uma idéia já incluída numa das últimas assembleias da CNBB, que aprovou a criação de "uma comissão sobre as maneiras de se propor candidatos a bispo à Santa Sé". Como

tantos outros projetos bem desenvolvidos, também este começa pela busca de consenso em torno do tema básico. Com a diferença de que, aos 25 anos de existência, a CNBB já amadureceu o bastante até mesmo para recuar, se essa nova investida ameaçar a união dos bispos, sua preocupação fundamental.

A unidade quase perfeita

Os primeiros quinze dias de cada mês o bispo dom Ivo Lorscheiter, 50 anos, dedica a sua diocese. Os restantes, ele fica no Rio de Janeiro, onde desempenha, desde 1971, as funções de secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com a transferência da sede da CNBB para Brasília, dom Ivo calcula que seu trabalho ficará ainda maior. Diminuirá, em consequência, o tempo já limitado que dedica a uma das maiores dioceses gaúchas, a de Santa Maria, que inclui dezenove municípios, 43 paróquias, uma superfície de 30 000 quilômetros quadrados e 600 000 habitantes. Na semana passada, por exemplo, ele passou a terça, a quarta e a quinta-feira visitando pequenas comunidades do interior do município de Jaguari (428 quilômetros ao oeste de Porto Alegre, 18 000 habitantes). E, já na sexta-feira, dia 14, voava para o Rio de Janeiro, de onde seguiria logo para Brasília para a comemoração dos 25 anos da CNBB. E foi lá mesmo, na cidade de Jaguari, num pequeno sobrado descolorido que serve de casa paroquial, que dom Ivo Lorscheiter, entre um compromisso e outro, falou a Pedro Maciel, de VEJA:

VEJA — O que se poderia contar como as mais significativas conquistas da CNBB nesses 25 anos?

DOM IVO — Acho que poderíamos registrar com satisfação, como a principal realização da CNBB, a que foi a verdade sua preocupação fundamental: isto é, conseguir uma coordenação e uma conjugação maior dos propósitos pastorais e das atividades de todos os bispos brasileiros. Num país continental como o nosso, poderíamos certamente correr o risco de ter um trabalho enfraquecido pelas distâncias dos diversos bispos e bispados. Acho que se conseguiu a grande unidade nacional e isso certamente é a maior benemerência desta CNBB. Ninguém ignora, é claro, que essa unidade ainda não é perfeita, mas isso não é de admirar num episcopado que hoje tem 309 membros.

VEJA — E como têm sido as relações da CNBB com o governo brasileiro nesses 25 anos?

DOM IVO — Creio que uma das primeiras preocupações de alguns dos fundadores da CNBB era a de, através da conferência dos bispos, dar uma presença permanente à Igreja brasileira especialmente junto ao Poder Legislativo nacional. Havia já naquela época, portanto, a idéia de um certo contato da Igreja com o poder público. E o atual estatuto da CNBB define esse relação-

continua na página 53

CNBB, Diretórios e outras entidades de Belém apóiam protestos contra a poeira

Belém — Carta-Aberta à População endossada por 16 entidades, entre elas a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, a CNBB Regional Norte II e nove Diretórios Acadêmicos da UFPA, foi distribuída no final da semana para apoiar os moradores das cinco ruas, que protestaram, na semana passada, contra a poeira e foram reprimidos pela polícia.

A carta, que não chegou a ser lida no sermão de domingo das igrejas de Belém, como previsto, afirma que o "legítimo direito de protestar" da população foi confrontado pelas "mais absurdas cenas de barbarismo e violência policial", no que ficou conhecido como *Guerra da Poeira*. Os moradores ergueram barreiras para impedir o trânsito.

A CARTA

"Na hora do sofrimento e da angústia, é necessário que todos dêem o seu testemunho. E por isso, vimos abaixo-assinados firmar nossas posições ante os graves fatos que emocionam o povo paraense no momento presente, já conhecidos nacionalmente como a 'Revolta contra a Poeira'."

Apesar do povo ser o verdadeiro construtor de nosso País com seu trabalho, esforço e suor, cada vez mais se vê atirado a uma situação de miséria social. Oprimido por baixos e injustos salários, é obrigado a viver em bairros e moradias sem as mínimas condições de saneamento, conforto e segurança, onde tudo falta: água, esgotos, luz elétrica, escolas, hospitais — embora pague todos os impostos determinados pelos governantes.

Somado a tudo isso, mais um pesadelo apareceu: a poeira. Sem asfalto, as ruas tornaram-se insuportáveis. Poeira que tudo suja, poeira que irrita, poeira que envenena o ar, que adocece homens, mulheres e sobretudo as crianças; e que até provoca mortes. E o povo da Mauriti, da Djalma Dutra, da Barão do Triunfo, da Pedro Álvares Cabral desta vez não mais aguentou calado; cansado de tanto pedir providências às autoridades, resolveu protestar, de modo pacífico, porém firme, impedindo o tráfego de veículos nessas ruas, com as chamadas barreiras.

E quando todos esperavam compreensão do sofrimento do povo, estímulo à sua iniciativa de participação social, respeito ao seu legítimo direito de protestar — o que se viu e se presenciou foram as mais absurdas cenas de barbarismo e violência policial. As ruas

interditadas com barreiras foram transformadas em verdadeiro palco de violência, com a presença de cerca de 400 policiais e aproximadamente 50 viaturas. Em vez do asfalto, dezenas de prisões arbitrárias. Em vez da compreensão, o espancamento público e generalizado de homens, mulheres e crianças. Em vez da ajuda e do estímulo, bombas de gás lacrimogêneo e cães amestrados para intimidar o povo. Em vez de respeito, a ameaça com a Lei de Segurança Nacional, chaman-do o povo de subversivo.

Não podendo aceitar tais fatos, vimos, aqui e agora, manifestar nosso repúdio a todas as violências cometidas contra o povo da Mauriti, Djalma Dutra, Barão do Triunfo e Pedro Álvares Cabral, bem como afirmar nossa solidariedade a esse povo sofrido e oprimido, especialmente aqueles que foram diretamente ameaçados, espancados e presos.

Reafirmamos que todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e que ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (Declaração Universal dos Direitos do Homem). "Que é dever primordial do Estado estimular a participação consciente e responsável (do povo) no processo político, social, cultural" (Exigências Cristãs de Uma Ordem Política).

Reafirmamos, enfim, que "todo poder emana do povo, em seu nome será exercido (Art. 1º da Constituição Federal). Que somente uma ordem justa e democrática é legítima, e que o respeito à liberdade de organização e manifestação é a base de todo regime democrático".

Dioceses dão aula de política à comunidade

Recife — Educação política nas comunidades, com o objetivo de conscientizar o homem de sua grandeza, dignidade e valor pessoal, é o tema que vem sendo discutido em todas as Dioceses que fazem parte do Regional Nordeste-2, que abrange os Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Em reuniões com grupos de 10 a 15 pessoas espera a Igreja levar aos fiéis esclarecimentos sobre Governo, Justiça, direitos e deveres das pessoas, entidades de classe e também sobre o uso e posse da terra.

Para que os grupos realizem um bom trabalho foi distribuído em todas as Dioceses, um livreto mostrando como as reuniões devem ser conduzidas, como animá-las e como levar às pessoas mais simples uma orientação sobre leis e normas que regem a sociedade em que elas vivem. O documento-base foi preparado pela Diocese de Natal.

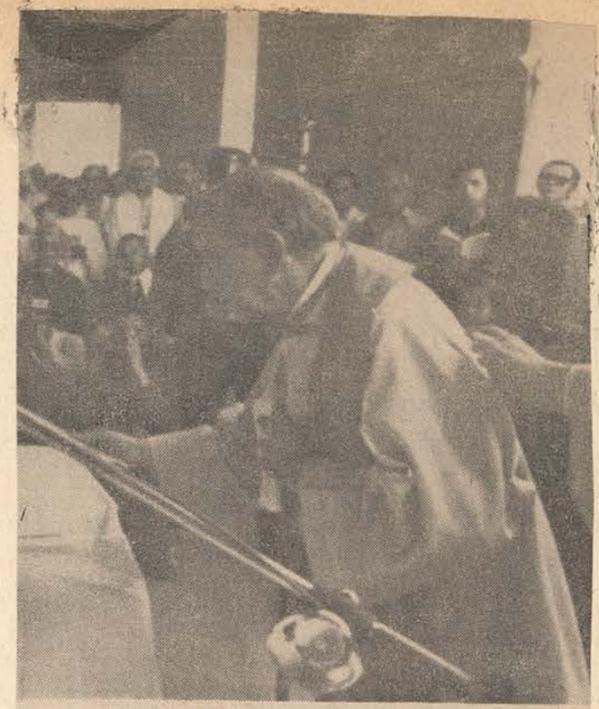
Numa linguagem simples e com muitos detalhes, o livro com as sugestões para a educação política seja levada ao povo tem 12 assuntos básicos: **Quem sou Eu?**; **Eu e os Outros**; **Eu e os Outros Somos a Comunidade**; **O Direito e a Lei**; **A Justiça na Comunidade**; **A Comunidade Política**; **A União que é o Sindicato**; **O Funrural e os Benefícios para o Campônês**; **O Suor e a Posse da Terra**; **O Arrendamento Rural**; **O Direito de Permanecer na Terra e o Estatuto da Terra e O Decreto nº 59 566.**

Nos primeiros temas o

responsável por cada grupo mostra o que significa um ser humano e quais as diferenças que existem entre ele e outros seres existentes no mundo, e lembra a todos que "a pessoa humana não é coisa para ser sujeitada. A pessoa humana não deve permitir a própria sujeição. A pessoa humana trata as outras pessoas como seres humanos, como gente. Eu devo tratar bem as pessoas e exigir que os outros me tratem bem". E partindo dessa idéia é explicado também que umas pessoas aceitam bem as idéias da Arena, outras aceitam melhor as do MDB, e outras não concordam nem com a Arena nem com o MDB e querem criar outro Partido. E alerta: "Pela lei, uma pessoa não é melhor do que outra por pertencer a um Partido. Pela lei, ninguém é obrigado a entrar ou deixar de entrar num Partido político. Pela lei, cada pessoa tem direito de votar no candidato que preferir e ninguém pode prejudicar uma pessoa porque ela preferiu este ou aquele candidato".

Quando é discutida a lei, as pessoas que fazem parte do grupo ficam sabendo que a "lei deve favorecer a todas as pessoas igualmente, pois somente assim é possível às pessoas viverem de comum acordo e sem prejudicar ninguém. A Justiça é que traz a paz e não pode haver paz onde há injustiça e exploração. Viver em paz não é a gente se conformar com os sofrimentos que a injustiça traz".

16. Nov. 1977



entrega a D Aloisio a ata de fundação da CNBB

16. Nov. 1977 CNBB inaugura sede em Brasília com missa campal oficiada por 80 sacerdotes

Brasília — Com missa campal concelebrada por 80 bispos, cardeais e sacerdotes, e presidida por D Aloisio Lorscheider, foi inaugurada ontem, em Brasília, a nova sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Mesmo sem convites, estiveram presentes 400 pessoas.

Durante a cerimônia foi lida mensagem papal de congratulação pelos 25 anos da Conferência, recebida segunda-feira pelo Núncio, D Carmine Rocco. Após a missa foi lançada publicação comemorativa do aniversário, o livro *CNBB, Comunhão e Co-Responsabilidade*, do Padre Gervásio Fernandes de Queiroga.

SEM MUDANÇA

Apesar da ausência de convites para a cerimônia, pois a CNBB quis "evitar aparatos que fogem ao espírito da Igreja", estiveram presentes os Deputados Walter Silva, João Gilberto, Carlos Cotta Barbosa e J. G. de Araújo Jorge, todos do MDB, além do Ministro José Nery da Silveira, do Tribunal Federal de Recursos e representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília. As ausências notadas foram as de D Evaristo Arns, D Josema Pires (Paraná) e D Adriano Hipólito.

Para o presidente e o secretário da CNBB, a transferência da sede para a Capital não implicará numa modificação substancial das relações Igreja-Estado,

possibilitando apenas uma "facilidade operativa" nos contatos. Já para D Tomaz Balduino, Bispo de Goiás Velho, a transferência poderia ter um significado ambíguo, abrindo possibilidade para a burocratização dos serviços da CNBB, embora acredite que atual linha de ação elimine este risco.

D HELDER

A figura de maior destaque durante a inauguração foi D Helder Camara, primeiro secretário-geral da Conferência, recebido com calorosas manifestações pela maioria dos presentes, que chegaram a pedir-lhe autógrafos depois de tomar a bênção.

Logo após sua chegada, em meio aos abraços e cumprimentos, D Helder recebeu uma publicação da Edi-

tora Vozes — *Declaração Universal dos Direitos Humanos* — uma "tradução em linguagem do povo dos 30 artigos da Declaração", conforme o prefácio do Cardeal-Arcebispo de Olinda e Recife, escrita pelo Padre Jocy Rodrigues. O livretinho será vendido por Cr\$ 3 nas paróquias de todo o país.

Procurado pela imprensa, D Helder negou ter recebido a publicação e recusou-se a dar declarações verbais, colocando-se à disposição para responder perguntas escritas a partir de hoje.

COMENTARIOS

Antes e depois da missa, bispos, cardeais e sacerdotes circulavam e conversavam sobre os mais variados temas. Embora o presidente da CNBB, D Aloisio Lorscheider, tenha enfatizado no sermão e no discurso de lançamento do livro apenas o aspecto comemorativo da inauguração da sede e do jubileu de prata da entidade, o diálogo político foi comentado em várias rodas.

D Tomaz Balduino disse não acreditar muito no diálogo "que mais parece cochicho" porque o "elemento povo não está sendo colocado em primeiro plano" e "procura-se salvaguardar apenas alguns setores sociais". D Aloisio Lorscheider afirmou "não pensar nada" sobre a participação dos bispos na política e "acreditar em tudo o que é bom" ao comentar a abertura política do país. O presidente da CNBB disse ainda ser "tudo fofoca" a inclusão de seu nome na lista dos cotados para a sucessão papal.

Além dos comentários um rapaz, que se disse membro do Diretório Acadêmico da Universidade de Brasília, entregou uma moção de apoio à atividade da CNBB a D Aloisio Lorscheider, com solicitação de leitura após a missa, o que não foi feito.

A partir de hoje, 39 bispos das 13 regionais brasileiras reúnem-se numa mini-asmbléia — a comissão representativa — que durante oito dias discutirá temas referentes ao Cimi, à Pastoral da Família, às perspectivas da CNBB em Brasília e à possibilidade de realização de uma assembléia-geral extraordinária da entidade em fevereiro de 78 para a eleição dos 40 representantes brasileiros na 3a. Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano, em outubro do próximo ano, no México.



20. Nov. 1977

Igreja poderá exigir que noivos se comprometam com vínculo indissolúvel

Brasília — A Igreja vai exigir de todos os católicos um compromisso assinado, por ocasião do casamento, de que reconhecem e aceitam a indissolubilidade do vínculo conjugal, de acordo com o diretório a ser submetido à próxima reunião extraordinária da CNBB, a se realizar em Itaici, São Paulo, entre 18 e 25 de abril do próximo ano.

A informação foi dada ontem pelo Bispo de Maringá, Dom Jaime Luís Coelho, adiantando que, em face da lei do divórcio, a Igreja está estudando pastoralmente como se situar diante dessa nova realidade. A intenção é tornar o divórcio o mais inócuo possível, num trabalho para evitar que os casais façam uso dele.

<p>COMISSÕES E MINISTÉRIO</p> <p>Segundo o Bispo de Maringá, membros do Congresso Nacional estão preocupados com a família no Brasil e vão propor a criação de</p>	<p>comissões permanentes da família, na Câmara e no Senado, bem como um Ministério da Família, nos moldes de um existente na Alemanha, que recentemente foi visitado por parlamentares brasileiros.</p>
---	---



CNBB não cria comitê político mas dirigentes manterão linha de ação

Brasília — A criação de um comitê político na CNBB para contatos com o Governo, foi descartada como desnecessária pelos bispos da Comissão Representativa. A posição da entidade continuará a ser manifestada pelos três membros de sua presidência, e, apesar da localização da nova sede facilitar o acesso às autoridades federais, a CNBB manterá a mesma linha de ação.

Segundo o Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Eduardo Koait, a CNBB não necessita e não quer um órgão especializado em política, porque seus contatos nessa área não são feitos em função da política, mas de outros objetivos que resultem no bem comum. A orientação da CNBB continuará sendo a de que a Igreja não é um órgão essencialmente político, por isso defende princípios e não projetos concretos.

INCENTIVO

Em Porto Alegre, o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, disse ontem que "não foi chamado ao diálogo político com o Senador Petrólio Portella e acho que nem vou ser, embora nunca tenha me negado a qualquer diálogo".

Defendendo a volta "a consulta popular, pois os lugares pertencem ao povo", o Cardeal disse que a Igreja "incentivará o povo, de Norte a Sul do país, a participar da vida comunitária na luta por melhores dias", porque a participação político-social também faz parte dos direitos humanos.



23. Nov. 1977

CNBB admite normalidade com volta do habeas-corpus e equilíbrio dos poderes

Brasília — A extinção do Decreto 477 como parte das reformas políticas foi considerada viável pelo presidente da CNBB, D Aloísio Lorscheider, que defendeu, ontem, a restauração do habeas-corpus e a harmonização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário como passos fundamentais para alcançar-se o estado de direito.

Ao comentar a conversa que teve com o Senador Petrônio Portella no sábado, o presidente da CNBB destacou o clima de sinceridade em que transcorreu o encontro e reafirmou o documento de Itaiçi — "exigências cristãs de uma ordem política" — como a contribuição final da Igreja ao processo de institucionalização.

COMPREENSAO

Embora afirmando que "o estado de direito implica uma Constituição que dirija o país sem atos de exceção, dando a todas as pessoas o poder de defender seus direitos", o Cardeal disse não garantir que o AI-5 seja completamente eliminado. Ele citou o documento de Itaiçi, que admite, em situações especiais, "um regime autoritário que defere ao Poder Executivo maior iniciativa e rapidez de decisão para atender melhor às urgências do bem comum". Acrescentou que, embora o Governo demonstre um interesse sincero em voltar ao estado de direito total, "é preciso compreensão" com instrumentos como o AI-5.

O Cardeal disse acreditar que pelo menos o habeas-corpus seja restaurado, embora tenha frisado não poder adiantar nada porque o Senador Portella estava mais interessado em saber a posição da CNBB

do que em indicar os caminhos pelos quais será feita a redemocratização. Ele acredita também na extinção do Decreto 477, e defendeu-a para dar aos estudantes possibilidade de participação, favorecendo, a criação de novas lideranças.

Durante a entrevista coletiva de ontem, ao final da reunião da comissão representativa da CNBB, o Cardeal Aloísio Lorscheider foi interrompido por uma delegação de estudantes da Universidade de Brasília, que solicitavam o apoio da entidade para o movimento de protesto contra as tropas que estão no campo da UNB. O Cardeal recusou-se a recebê-los no meio da entrevista, mas a delegação foi atendida mais tarde pelo secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheider.

Frente ao pedido dos estudantes o secretário da CNBB disse que a entidade val estudar o assunto para tomar uma posição.



Capucci não virá mais ao Brasil

Araújo Netto

26. Nov. 1977

Correspondente

Roma — O Vaticano não pensa mais em mandar Monsenhor Hilarion Capucci para a diocese dos melquitas em São Paulo. Persuadido pelos apelos que teria recebido de Brasília para evitar a presença do ex-vigário patriarca dos melquitas de Jerusalém expulso nos primeiros dias deste mês pelo Governo de Israel, depois de cumprir três anos de cárcere, e pela resistência oposta pelo próprio sacerdote ortodoxo — a Santa Sé examinou até poucos dias atrás a possibilidade de mandá-lo para o Canadá.

Em seguida à viagem do Presidente do Egito Anwar Sadat, a Israel, um novo apelo (vindo do Cairo) induziu o Vaticano a retardar qualquer decisão sobre o destino do **Monsenhor Fedayn**, soldado da causa palestina, muito ligado à Organização para a Libertação da Palestina chefiada por Yasser Arafat.

RECEIO

Por razões diversas daquelas do Governo brasileiro, o Governo egípcio preferiria que Monsenhor Capucci aguardasse mais uns tempos em Roma, uma vez que sua presença em Genebra, como um dos delegados palestinos à Conferência de Paz, reunindo Israel e os países árabes, poderia ser importante para o êxito das negociações sobre a criação de um novo Estado palestino.

Esta notícia divulgada ontem por um jornal do Kuwait — Al Qabas — não foi desmentida por fontes vaticanas. Monsenhor Capucci informado e consultado oficiosamente por diplomatas egípcios sobre as intenções do Presidente Sadat — antes de sua viagem a Jerusalém — teria aceito a idéia, ter-se-ia dito disposto a cumprir essa missão, desde que recebesse autorização expressa da OLP chefiada por Arafat.

Os apelos de Brasília ao Vaticano — para evitar a "presença problemática" de Monsenhor Capucci — teriam sido inspirados por um receio de ferir a sensibilidade a grande colônia judaica de São Paulo e Rio Monsenhor Capucci, por maior que fosse sua discriminação no Brasil, dificilmente ele seria bem "absorvido" pelos judeus brasileiros, podendo transformar-se inclusive em pretexto para discórdias e atritos nas relações com Israel, que o Governo brasileiro prefere evitar.

Praticamente restabelecido, Monsenhor Hilarion Capucci nos últimos dias vem fazendo turismo em Roma e nos castelos romanos. Tem saído frequentemente da clínica — sempre acompanhado por amigos e uma escolta de segurança — para passeios e excursões amenas que ajudariam sua recuperação psicológica.

Considerado caráter difícil, muito agressivo e litigioso, Monsenhor Capucci não pôde continuar seu tratamento na clínica Salvatore Mundi. Hoje se encontra numa outra casa de saúde romana dirigida por freiras libanesas. Os problemas que vinha criando para a direção e com o pessoal da Salvatore Mundi justificaram essa transferência ordenada pelo Vaticano.



O DOCUMENTO

Em forma de livreto, com 32 páginas, o documento é apresentado pelo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns — cuja introdução também foi censurada — quando diz que a comissão "não teve nenhuma preocupação de ordem científica, teológica, pastoral ou jurídica. Nenhuma intenção deletéria, nenhum objetivo de injuriar pessoas. Quid apenas, com a singela sequência dos fatos que aponta, graves e até calamitosos, provocar a reflexão sobre um estado de coisas que parece ter ultrapassado os limites da paciência histórica".

Dividido em cinco capítulos — A Violência Policial; As Prisões; A Institucionalização da Tortura; A Corrupção; e Menores Infratores — o documento começa com uma análise da "escala da violência", lembrando os vários casos de violência policial, desde a morte de três jovens por policiais da Rota-66, em abril de 1975, até o caso do sapateiro Djalma Arruda, também morto por policiais militares, em novembro último.

Depois de classificar como "fato indiscutível a falência do nosso sistema penitenciário", o documento destaca que a "tortura é o tratamento comum dispensado ao preso correccional ou preso para averiguação". Cita as declarações do Ministro Almirante Júlio de Sá Bierrembach — "já é tempo de acabarmos, de uma vez por todas, com os métodos adotados por diversos setores policiais de fabricarem indiciados, extraindo-lhes depoimentos, perversamente, pelos mais torpes..." E adverte: "A expressão máxima da violência, numa ordem totalmente subvertida, é a tortura. Seu pior resultado, a degeneração da raça humana. A consequência última pode ser sua auto-destruição".

No capítulo sobre "a corrupção", o documento diz que "os homens encarregados de combater a corrupção, fracos e despreparados psicológica, moral e espiritualmente, são os primeiros a serem envolvidos em suas malhas".

18. Dez. 1977

JORNAL DO BRASIL □ □

Igreja divulga documento

São Paulo — "Não só a Câmara, Senado e alguns grupos de elite, mas todas as camadas sociais devem levantar um clamor geral por uma imediata renovação da política global, para que o povo conquiste o legítimo lugar que lhe cabe nos destinos da nação. Em especial, cumpre notar que a política não pode ser uma corporação militar, preparada para a guerra. Ela é do povo para o povo. Deve ser treinada a lidar com gente, não com inimigos".

Esse é um trecho da conclusão do documento "Violência Contra os Humildes", que começou a ser divulgado, este mês, pela Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. O documento, que deveria ser publicado esta semana pelo semanário católico *O São Paulo*, foi vetado em mais de 50% pela censura, levando o jornal a desistir de sua publicação. Fundamentado, basicamente, em noticiário dos jornais, o documento adverte que "a violência contra os humildes é o mais pesado sintoma de estruturas sociais inteiramente falhas. É o mais claro arauto da falência de um regime, não importa qual seja".



58 21-12-77
CNBB defende volta do habeas-corpus

Porto Alegre — O presidente da CNBB, D Aloisio Lorscheider, manifestou, ontem, que "todo o estado de exceção demorado é pernicioso" e por isso, para o país recuperar sua normalidade constitucional "todos os atos excepcionais devem desaparecer e o habeas-corpus precisa ser restabelecido, pois ele dá acesso ao direito".

Em entrevista coletiva na cidade de Santa Maria, onde participou dos festejos do jubileu sacerdotal de seu primo e secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheider, D Aloisio considerou também que a extinção do Decreto-Lei n.º 477 "é muito importante, porque precisamos de um clima de liberdade para o surgimento de novas lideranças".

Reformas

Disse o presidente da CNBB que a Igreja se posiciona a favor de reformas, não apenas políticas, mas também sociais, econômicas e espirituais, visando "sempre ao bem do povo".

"As reformas almejadas" — acentuou — "se inspiram no propósito da comunhão de todos os brasileiros e na participação de todos no progresso do país, em todos os campos".

"A maneira de promover as reformas" — afirmou — "escapa da alçada da Igreja, cabendo sua formulação aos políticos, administradores e estudiosos". "O que preocupa" — acrescentou — "é que num mundo tão industrializado e

técnico, tende-se a sufocar a pessoa humana, despersonalizando-a. Daí a luta em defesa dos direitos humanos, fundada no Evangelho e na palavra de Cristo, que propugnou por um mundo mais justo e humano".

A uma pergunta, D Aloisio respondeu que a Igreja confia no diálogo político coordenado pelo Senador Petrólio Portella, embora "não haja, ainda, possibilidade de se avaliar os resultados conseguidos".

"A Igreja" — prosseguiu — "é sensível às dificuldades e problemas enfrentados pelo país, e por isso não se pode exigir do Governo a perfeição, mas sim que se aproxime e busque a perfeição".

Compartilha a Igreja das preocupações com o desenvolvimento e com as salvaguardas da ordem e da tranquilidade política do país.

"Queremos uma Nação grande, não para se sobrepor aos outros países, mas para servir a outros povos. É preciso crescer juntos, sem disparidades, principalmente na América Latina", enfatizou D Aloisio, complementando que quanto "a defesa do Estado, as salvaguardas devem ser constitucionais".

O presidente da CNBB concluiu informando que a próxima assembleia-geral a ser realizada pelo episcopado brasileiro, marcada para abril de 78, não deverá editar nenhum documento novo, porquanto "se deve desenvolver esforços para a execução do documento de Itaiçara".

CNBB quer povo consciente de suas responsabilidades

Porto Alegre — Acho da maior importância que o povo adquira maior consciência de sua responsabilidade neste momento; estamos mal acostumados a esperar muito que as mudanças venham de cima", disse ontem o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Aloisio Lorscheider, ao comentar a possibilidade de reformas políticas.

Ele disse que vê com bons olhos a missão do Senador Petrólio Portella, mas acha necessário uma consulta ampla que envolva não só os políticos e representantes de setores da sociedade, mas o povo de modo geral, "porque muitas vezes os mais humildes poderão trazer maior contribuição. Dom Aloisio espera ter novos contatos positivos com o Senador.

Na sua opinião, este é o momento em que os Partidos políticos e as entidades de classe, como organismos interme-

diários que são, devem atuar, pois são instituições através das quais as pessoas devem falar e exprimir seu pensamento. Esta atuação decisiva, segundo Dom Aloisio, funcionará como uma função subsidiária para o Governo.

A Assembléia Legislativa, pensa Dom Aloisio Lorscheider, pode ser uma das maneiras de se fazer uma consulta ampla, mas a fórmula mais indicada "não cabe à igreja indicar". O presidente da CNBB veio a Porto Alegre para as festividades dos 25 anos de ordenação sacerdotal do Bispo de Santa Maria, secretário-geral da CNBB e seu primo, Dom Ivo Lorscheider.

Dom Aloisio não quis dar opinião sobre as salvaguardas da democracia: "Não sei em que consistem tais salvaguardas". Mas admitiu que "o diálogo iniciado pelo Senador Petrólio Portella é uma boa saída para a pátria" e acha que, aos poucos, é possível se chegar ao entendimento.

Cardeal pede participação geral

São Paulo — Depois de dizer que seu maior desejo para 1978 é o de que "todos pudessem participar da vida social e política", o Cardeal D Paulo Evaristo Arns afirmou ontem, em sua mensagem de Natal, que "o ano de 1977 foi marcado, como poucos em nossa História, pela tentativa de participar".

Acrescentando que se "conseguiu alguma coisa neste ano, embora a atmosfera geral ainda seja de abatimento". A participação, a comunicação e a promoção da periferia são os três pontos principais da mensagem de Natal de D Paulo Evaristo, destacando que "o importante, para o ano que entra, é a convicção de que as aspirações profundas do povo devem chegar à tona e comunicar-se de Norte a Sul do país".

Maior espaço

"Os valores mais decisivos da Nação não de ocupar o maior espaço, nesta comunicação constante". Indagado sobre o que o povo poderia esperar da

Igreja, em 1978, o Cardeal respondeu: "O povo pode esperar que sempre estaremos a seu lado".

Em sua mensagem de Natal, D Paulo Evaristo destaca em primeiro lugar a participação, dizendo que "participar significa educar-se constantemente. É saber o que se passa, assumir atitude em favor de si e dos outros e provocar comunhão de liberdades".

O Cardeal lembra, em seguida, que "o esforço de comunicação foi outro marco do ano que morre; talvez tenha que ser também do ano que nasce com o Natal; houve restrições; algumas esperadas; a maioria inexplicáveis".

O terceiro destaque de sua mensagem é a periferia, afirmando que São Paulo só encontrará o seu Natal na hora em que descobrir, na periferia, não a ameaça, mas a esperança: "Na hora em que o trabalhador não for apenas um assalariado barato, mas companheiro e irmão; na hora em que os direitos e deveres de todos forem promovidos por uma e mesma justiça e solidariedade".

Anuário Católico mostra menor número de padres no Brasil nos últimos 6 anos

A Igreja Católica do Brasil ficou com menos 580 padres nos últimos seis anos: 12 mil 645 em 1971 contra 12 mil 65 este ano. Há seis anos havia um padre para 7 mil 397 habitantes; hoje, um para 8 mil 900. Aumentou, contudo, o número de seminários maiores e paróquias: de 61 para 84, e de 5 mil 577 para 5 mil 973 respectivamente.

Esses são números constantes do **Anuário Católico 1977** (confrontados com os do último

de ser adquirido no CERIS. A tiragem foi de 2 mil exemplares.

Apesar de ser ainda "um grande desconhecido", o livro tem sido considerado "instrumento de trabalho de máxima utilidade não só junto às instituições religiosas como Embaixadas, repartições públicas, agências de viagens e o próprio comércio". Diz o Padre Gregory que "aqueles que uma vez o conheceram e usaram não o dispensam mais".

Anuário, de 1970/71), divulgados ontem pelo Padre Afonso Gregory, diretor do CERIS — Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. A obra representa meio ano de pesquisas e outro de crítica dos dados obtidos, segundo o Padre, e resultou em três quilos de papel e 2 mil 222 páginas, sem contar 40 de adendos para atualização.

O **Anuário** está à venda por Cr\$ 450 e po-



Dom Aloísio: cerimônia apenas religiosa

CNBB

Em casa nova

Uma rápida procissão de cerca de dez pessoas — entre elas o núncio apostólico, dom Carmine Rocco — dirigiu-se à porta principal. Ali, a fita simbólica foi descerrada pelo arcebispo de Brasília, dom José Newton de Almeida Batista, e pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Aloísio Lorscheider. Em seguida, o presidente da CNBB celebrou a missa comemorativa. Foi assim, com uma cerimônia simples, sem discursos ou declarações de impacto, a inauguração da nova sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na última terça-feira, no Setor de Embaixadas Sul, em Brasília. "É uma cerimônia apenas religiosa", explicavam unânimes os 75 bispos presentes.

Coerente com seu desejo de realizar um ato modesto, a CNBB não elaborou convites limitando-se a comunicar oficialmente a mudança aos três poderes e às embaixadas. Na véspera, o secretário geral da organização, dom Ivo Lorscheider, reuniu a imprensa para explicar os motivos da transferência da sede da CNBB do Rio de Janeiro para Brasília: facilitar o contato com as regionais do norte, nordeste e centro-oeste; obter um relacionamento mais próximo com a Santa Sé, através da Nunciatura Apostólica, que funciona no prédio vizinho; maior facilidade "operativa" com a proximidade física ao poder público — "embora isso não venha afetar em nada a linha que a CNBB vem seguindo", diz dom Ivo.

Divórcio e Celam — Já no dia seguinte, a nova sede da CNBB começou a ser utilizada, abrigando a reunião da

Comissão Representativa, conhecida como "míni-asmbléia" por ter força de assembléia geral. O tema principal dessa reunião foi a convocação de uma assembléia geral extraordinária para abril de 1978. Durante essa assembléia deverão ser discutidas as medidas a ser tomadas contra os casais divorciados. Desde já, porém, está afastada a hipótese de excomunhão.

Além disso, a assembléia geral extraordinária deverá escolher os 32 representantes brasileiros à III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a realizar-se no México. A importância dessa escolha pode ser medida pelo fato de que foi na segunda e turbu-

lenta conferência, em 1968, em Medellín, na Colômbia, que surgiu o movimento Teologia da Libertação, através do qual a Igreja aumentaria dramaticamente sua participação no campo social e político. Embora seja conhecido que nem todos na Igreja concordam com o Teologia da Libertação, fontes da CNBB previam que os representantes brasileiros na próxima conferência continuarão defendendo "posições avançadas".



O motivo da visita dos enviados vaticanos

Lenildo Tabosa PESSOA

A missão dos enviados vaticanos, cardeal Bernardin Vantin e padre Roger Heckel, no Brasil, não está ligada ao problema dos direitos humanos no País — embora se esteja tentando desviá-la para esse campo — mas a uma astuciosa manobra padino-helderiana tendente a forçar o Papa Paulo VI a voltar atrás e rever decisão de proibir as chamadas "Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações".

Segundo fontes bem informadas, tudo começou por ocasião da última reunião do episcopado em Itaiçá, há um ano. Recorrendo aos métodos de trabalho típicos da CNBB, no último dia da reunião, quando a maioria dos bispos já tinha saído ou se estava preparando para partir, o grupo dirigente da entidade submeteu a uma votação a realização das Jornadas, idealizadas por d. Cândido Padim, autor de famosas divagações sobre a doutrina da segurança nacional. O grupo mobilizado para a ocasião aprovou a idéia, que passou a ser apresentada como aprovada pelo episcopado, quando a maioria dos bispos não tinha sequer conhecimento da manobra.

D. Cândido Padim, possivelmente em nome da Igreja dos Pobres, se pôs imediatamente em campo com o ambicioso projeto de reunir 15 milhões de dólares para a realização das Jornadas, fazendo apelos a entidades mundiais de diferentes tipos mas não foi bem sucedido. A organização governamental holandesa encarregada de auxiliar os países do Terceiro Mundo se recusou a contribuir e chegou até a protestar contra o emprego de soma tão alta — na Holanda se chegou a falar em 26 milhões de dólares — no financiamento da reunião. Na Alemanha, as organizações "Misereor" e "Adventiat" se dispuseram, inicialmente, a contribuir mas a repercussão desfavorável encontrada pela iniciativa da CNBB junto ao Vaticano levou-as a mudar de idéia. O bispo de Essen e presidente da "Adventiat", mons. Hengsbach, decidiu promover encontros com bispos latino-americanos, a fim de afastá-los da chamada "teologia da libertação" o que provocou o protesto de vários teólogos "engajados" publicado pela "Revista Eclesiástica Brasileira" em seu último número (dezembro de 1977 pag. 788 e seguintes).

Os promotores das Jornadas conseguiram reunir, apesar de tudo, 200 mil dólares, doados pelos episcopados de alguns países e por algumas associações do leste europeu, com os quais foi aberto, em Paris, um escritório com quatro secretárias.

A idéia inicial dos organizadores era realizar as Jornadas na capital senegalesa, mas o arcebispo de Dakar que não fora consultado, protestou. Houve um protesto também do arcebispo de Westminster, uma vez que, agindo sempre abusivamente em nome do episcopado brasileiro, a equipe organizadora nomeou um grupo de leigos para cuidar na Inglaterra da preparação dos encontros, supostamente como representante dos bispos ingleses, sem que os interessados fossem ouvidos ou consultados.

O golpe mais sério contra a iniciativa veio a público no dia 16 de novembro. Durante uma reunião da Comissão Representativa da CNBB, realizada em Brasília o cardeal Aloisio Lorscheider, que acabava de regressar de Roma, comunicou aos bispos o veto vaticano a iniciativa. A Santa Sé fundamentava sua decisão nos seguintes quatro pontos:

1) A organização das Jornadas

pode ser muito mal interpretada e prejudicar a CNBB junto a outros episcopados e à opinião pública;

2) Esses encontros facilmente escaparão ao controle da CNBB;

3) Entre as tomadas de posição de entidades diversas provocadas pelos promotores dos encontros já constam vários pronunciamentos de caráter subversivo que terminam comprometendo a Igreja; e

4) A CNBB não tem autoridade para convocar congressos internacionais, que são da competência exclusiva de Roma.

Ao ser lida a comunicação, o arcebispo itinerante de Olinda e Recife, d. Helder Câmara, levantou-se e fez um discurso inflamado, alegando que a proibição das Jornadas exporia o próprio Papa ao ultraje e ao vilipêndio da opinião pública internacional. Tendo os projetados encontros a finalidade de protestar contra a opressão, a proibição faria o pontífice surgir aos olhos do mundo como aliado dos opressores. Além disso, d. Cândido Padim e a própria CNBB seriam deixados em uma situação particularmente dolorosa e incômoda. Insistindo em que o Papa não pode ser ultrajado nem vilipendiado, o astuto prelado propôs que se submetesse à votação da Comissão Representativa um pedido a Roma para que reconsiderasse sua decisão, não no interesse da CNBB mas no da própria Santa Sé.

A proposta foi aprovada e, apesar de seu estado de saúde e com o pretexto de ir à Alemanha, onde realmente esteve, d. Aloisio Lorscheider voltou a Roma apenas doze dias depois de sua chegada. Levava consigo também o encargo de pedir à Santa Sé em nome de todo o episcopado brasileiro, entretanto, nem

1977

sequer sabia o que se estava passando — que fosse autorizada pelo menos a realização da primeira reunião das Jornadas (as outras seguir-se-iam automaticamente).

A Santa Sé se manteve inflexível. O grupo interessado conseguiu, todavia, através de d. Ivo Lorscheiter, que a CNBB promovesse uma reunião dos encarregados, em diferentes países, da organização dos encontros, para tratar do assunto, e pedisse à Santa Sé que mandasse um observador de preferência o presidente da Comissão de "Justiça" e "Paz". É essa a razão da presença, no Brasil, não só do cardeal Vantin e do padre Heckel, mas também dos presidentes das conferências episcopais da França, do Canadá e dos Estados Unidos. O francês, mons. Roger Etchegarray, antes de se dirigir a Brasília, passou pelo Recife, onde se encontrou com d. Helder Câmara, por motivos óbvios.

Quanto ao cardeal Vantin, costuma viajar mais ou menos incógnito e nessa condição já esteve mais de uma vez na América Latina. Era sua intenção manter, também desta vez, o anonimato, mas os interesses em jogo não o permitiram. O cardeal Lorscheider revelara, há algum tempo, estar de posse de uma ampla documentação sobre os direitos humanos no Brasil e se encontra agora sob intensas pressões do arcebispo itinerante de Olinda e Recife, para que a entregue ao enviado de Roma. O prelado pretende, assim, atingir, ao mesmo tempo, dois objetivos: criar dificuldades ao Governo brasileiro e pôr o Papa na necessidade moral de concordar com a realização das Jornadas.

Dessa ampla manobra nasceu a ligação entre a missão dos enviados vaticanos e a situação dos direitos humanos no Brasil.

04. Jan. 1978

JORNAL DO BRASIL □ Quarta-feira

CNBB anuncia o ano 2000 e quer sacudir inércia para História não sofrer atraso

Porto Alegre — Ao lembrar que "estamos avançando pelo último quartel deste século, aproximando-nos do ano 2000", o secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheiter disse ontem que "o futuro deve ser por nós construído. Oxalá saibamos sacudir a inércia e os bloqueios e temores, assumindo nossas responsabilidades, procurando não nos atrasar mais ainda com respeito ao curso da História".

— O futuro será mais fraterno, mais alegre, mais feliz para todos se nós tivermos a decisão e a constância de cumprir as exigências. Aliás bem conhecidas, do verdadeiro convívio da família humana", ressaltou D Ivo Lorscheiter, na sua alocução *A Voz do Pastor*, transmitida pela Rádio Medianeira de Santa Maria, onde é o Bispo Diocesano.

ESCRavidões DO PODER do novo século, e do 3º milênio do cristianismo.

Na sua prédica denominada *Pensando no Futuro*, o secretário-geral da CNBB exortou a que "deixemos de lado a astrologia e a futurologia; deixemos de lado também o fatalismo do simples como-deus-quiser. Procuremos compreender à luz dos mandamentos e dos planos do Criador, que o futuro deve ser por nós construído". Segundo D Ivo Lorscheiter, deve ser ressaltado — citando o Papa Paulo VI — o Programa de Ação Pastoral, do qual a evangelização é o aspecto fundamental para estes anos, que marcam a vigília

Citou a oração do ano 2000 do Apóstolo dos Leprosos, Raoul Follereau, para afirmar que "erguemos igrejas, porém a nossa História é uma guerra sem fim; construímos hospitais, porém, toleramos a fome de muitos irmãos. Que nossos dias não sejam mais conspurcados pela inveja e ingratitude, pelas terríveis escravidões do poder".

D Ivo lembrou que faltam milhões de médicos e professores. Pediu a Deus — na oração do Padre Follereau — que seja dada aos homens a inspiração de curar e ensinar.



228 82

20. Feb. 1978 *1100* RELIG

A campanha da Igreja

Sob o tema "Fraternidade no Mundo do Trabalho" a Igreja começou em todo o país a Campanha da Fraternidade-78

Jaime Sautchuck

Na semana passada a televisão mostrava, com bastante assiduidade, um filme em que um operário sai da fábrica abraçado com o patrão, as emissoras de rádio levavam ao ar algum dos mil e 500 exemplares de um disco distribuído pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e um milhão 268 mil cartazes eram pregados em todas as paróquias do Brasil. Era o início da Campanha da Fraternidade-78, lançada oficialmente no dia 12 passado, sob o tema "Fraternidade no Mundo do Trabalho" e com o slogan "Trabalho e Justiça para Todos". Em todo o país, a Igreja Católica se movimenta para levá-la adiante, com uma intensidade que varia de acordo com a receptividade que cada diocese ou paróquia oferece ao tema.

A campanha se enquadra na mensagem do Papa para a quaresma deste ano, onde ele afirma: "Os bens deste mundo estão destinados pelo Criador para satisfazer as necessidades de todos". E isto ocorre de uma forma simples, como diz o manual feito pela CNBB para orientar a campanha: "O slogan, na simplicidade do seu enunciado, constitui uma urgente e ambiciosa pretensão: que todos possam trabalhar e que, no trabalho, sejam observadas as regras da Justiça. Enquanto isso

de fundos. "A arrecadação é importante, mas não é a parte principal da campanha, pois esta está na conscientização das comunidades", afirmava na semana passada um porta-voz da CNBB. Ano passado, foram arrecadados cerca de 18 milhões de cruzeiros na campanha que tinha o lema "Comece em sua Casa", e seu custo de produção foi de Cr\$ 740.894,03. O "lucro", portanto, foi mais de 17,2 milhões de cruzeiros. Este dinheiro é rateado entre as dioceses (35%), paróquias (45%), secretarias regionais da CNBB (10%), e os 10% restantes vão para a CNBB nacional, que os utiliza principalmente na organização da campanha seguinte. As dioceses e paróquias utilizam este dinheiro da maneira que lhes aprouver, uma aplicando em obras comunitárias outras não. O vigário de uma pequena paróquia nordestina, por exemplo, pegou os 79 mil cruzeiros que a campanha do ano passado lhe rendeu e, com a comunidade, comprou material de construção, que foi entregue à população de uma favela e esta se reuniu em mutirão e construiu duas dezenas de casas de alvenaria.

Trajetória crescente

Desde que nasceu, na quaresma de 1964, a Campanha da Fraternidade seguiu uma trajetória crescente. A princípio seus temas eram mais vagos ("Lembre-se: você também é da Igreja"), foi o primeiro e elas tinham um caráter mais de evangelização pura e simples do que o de propiciar um trabalho prático, com uma participação maior das comunidades. A introdução da coleta de fundos foi, segundo o porta-voz da CNBB, uma forma de incentivar esta participação. "Mas dar dinheiro é até fácil, o difícil é partir para os mutirões e estas coisas", afirma ele. Hoje, a CNBB orienta as

TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS.



CAMPANHA DA FRATERNIDADE EM FAMÍLIA - CNBB

O símbolo da Campanha da Fraternidade-78: um pão dividido em partes iguais, representando a "a divisão fraterna das riquezas que o trabalho gerou".

não for assim, a fraternidade perfeita não será possível".

Este ano, talvez mais do que nos anos passados, a CNBB se preocupou em dar à campanha uma orientação objetiva e incentivar uma prática mais consequente, fugindo do abstracionismo a que a palavra *fraternidade* pode facilmente conduzir.

Leia, assin e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da inde-

A CNBB vem procurando tirar da campanha da fraternidade a imagem de uma iniciativa que visa pura e simplesmente a arrecadação

dioceses e paróquias no sentido de não se limitarem apenas aos objetivos gerais da campanha, como diz o manual distribuído: "Cada diocese, cada paróquia e cada família deverão fixar clara e antecipadamente o objetivo da campanha deste ano. Publicando e comentando tal objetivo, será mais fácil obter a adesão de todos: propostas bem determinadas são mais eficazes do que genéricos apelos em favor da Fraternidade".

A Campanha da Fraternidade nasceu do exemplo dado anteriormente pela regional Nordeste da CNBB, que em 1962 realizou uma campanha de âmbito local. Esta, por sua vez, se baseava nos trabalhos de Dom Hélder Câmara. Segundo a CNBB, as campanhas nasceram da necessidade de se promover uma integração maior dos trabalhos de evangelização desenvolvido pelas dioceses em todo o país. E a quaresma foi escolhida por se considerar que este é um período do ano em que os católicos se voltam mais para a religião, o que se convencionou chamar de "tempo favorável".

Como as dioceses têm autonomia para encaminhar a campanha como preferirem, como nos outros anos, novamente ela está sendo conduzida de forma diferente pelos diversos setores da Igreja, com os bispos dando ênfase à campanha de acordo com a sua concepção. Em Belo Horizonte, por exemplo, em suas pregações e nos folhetos que a Arquidiocese distribuiu às paróquias da cidade, o conservador arcebispo Dom João de Rezende Costa colocou a questão do trabalho como um problema provocado pelo "egoísmo" e que poderia ser resolvido através da reconciliação dos homens com Deus". Outros setores da Igreja, porém, encararam a campanha de for-



ma mais consequente, como ocorreu principalmente em São Paulo, onde quatro das oito regiões em que se divide a Igreja na cidade elaboraram uma "via sacra" onde fazem uma ligação entre a fé religiosa e a vida, destacando as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador e sua família. A Pastoral da Zona Leste, que reúne diversos bairros operários da cidade, elaborou um livreto especial para a campanha, "que está sendo discutido nas equipes de base dos bicos, das ruas e das vilas da região", segundo Don Angélico Sândoli, bispo responsável pela Pastoral.

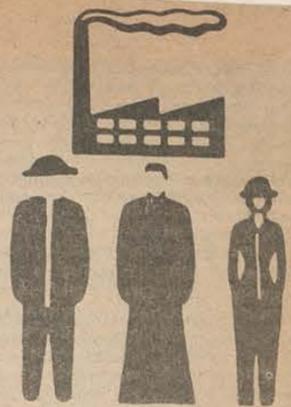
A Campanha só termina no domingo da Páscoa (dia 19 de março) mas para o ano que vem já está definido qual será o tema: "Ecologia", com o slogan "Preservar o que é de todos". Considera-se, na CNBB, que este tema está ligado ao deste ano, pois a luta contra a devastação da Amazônia, por exemplo, implica no questionamento do modelo adotado para a exploração dos seus recursos.

É possível que em toda a sua existência no Brasil nunca a Igreja Católica fez um esforço tão grande de aproximação das camadas mais pobres da população como a tentativa que está fazendo na atual Campanha da Fraternidade. Dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), definiu a campanha deste ano como "um movimento que visa a atingir os trabalhadores do campo e da cidade, enfatizando suas reivindicações básicas, qual seja, salários justos, participação nas decisões das empresas e liberdade de associação". Dom Angélico Sândoli, o combativo bispo responsável pela Pastoral Operária de São Paulo, diz que o fato do mundo do trabalho ter sido o tema da Campanha da Fraternidade deste ano "indica uma grande maturidade da Igreja ao dar resposta concreta aos problemas de nosso povo".

A campanha, que começou no dia 8 de fevereiro, ao contrário dos anos anteriores, quando encerrou no início da Páscoa, este ano deverá se estender até 1º de maio, juntando-se às comemorações do Dia do Trabalho. De acordo com as instruções da CNBB a campanha deveria se desenvolver uniformemente em todo o país, baseada nos diversos folhetos, material de propaganda e, principalmente, no manual que ela distribuiu antecipadamente às milhares de equipes de trabalho que estão levando adiante a campanha em suas paróquias.

Nesse manual, intitulado "Fraternidade no Mundo do Trabalho" e que foi

Também colaboraram nesta matéria os reporteres Luiz Carlos Antero (Fortaleza) e Denise Cunha (Rio).



elaborado pela Comissão Pastoral da CNBB, a Igreja expõe as suas idéias atuais sobre o tema que põe em debate "Trabalho e Justiça para todos". De um lado, o documento resalta os aspectos positivos do atual mundo do trabalho, isto é, "o progresso técnico", "a consciência da dignidade do trabalho e do trabalhador" e a criação das legislações trabalhistas. De outro, denuncia os aspectos negativos, destacando o exódo rural, as "distorções da sociedade de consumo"; "as difíceis perspectivas para a imensa maioria dos trabalhadores no mundo do trabalho"; as "discriminações no mundo do trabalho" e, finalmente, "a ausência de sindicatos livres". Sobre este item diz o documento: "Os sindicatos de classe são uma conquista básica no mundo do trabalho. Sua função é uma necessidade vital no tipo de sociedade em que vivemos. Sua existência não pode ser reduzida ao mero assisten-

cialismo. Precisam ser livres e suficientemente fortes para reivindicar os direitos dos seus associados".

Além das pregações dos padres nas missas, a CNBB recomendou às diversas paróquias que alimentassem a campanha através de exemplos concretos de casos de injustiças no trabalho. Porém, apesar do esforço da CNBB, que pretendia proporcionar através da campanha "um momento excepcional de unidade da Igreja", ela foi interpretada diferentemente pelos diversos setores da Igreja, com cada bispo, em sua diocese, dando ênfase à campanha de acordo com as suas concepções ou com a realidade do lugar.

Criticando o modelo

Em Belo Horizonte, por exemplo, o conservador arcebispo dom João de Resende Costa, deu pouca importância à campanha: tudo o que a Arquidiocese local fez foi distribuir um folheto onde Dom João deu ênfase em que a campanha deveria ser desenvolvida na cidade, colocando a questão do trabalho como um problema provocado pelo "egoísmo", em que o homem só pensa em si". O arcebispo de Curitiba, dom Pedro Fedalto, também enfocou a questão do trabalho da mesma maneira evasiva, apelando aos seus fiéis, em mensagem transmitida pelo rádio e pela televisão, para que "nesta Quaresma tomem consciência de que são irmãos e que se devem ajudar, procurando para os seus semelhantes trabalho e justiça". No Rio, seguindo a orientação do cardeal arcebispo Dom Eugênio Salles, a maioria das paróquias do Rio deu pouca ênfase ao tema geral da campanha, preferindo

desenvolvê-la em cima da mobilização de pessoas em torno de arrecadação de dinheiro para a construção de projetos de caráter social, como ambulatórios.

Outros setores da Igreja, porém, encaram a campanha de forma mais consequente, como em Caxias do Sul (RS), onde o bispo auxiliar dom Paulo Moretto em suas pregações nas missas criticou "a forma da distribuição de renda do país, onde só uma minoria se beneficia com os frutos do trabalho de uma maioria". Em Rio Grande, por sua vez o bispo Frederico Didonet afirmava em suas pregações que "em clima de justiça não haveria o problema do sem número de desocupados, porque não existiria o fenômeno de pessoas acumulando funções ao lado de outras desempregadas".

A Arquidiocese de Olinda e Recife, formada por 79 paróquias, seguiu fielmente a orientação da CNBB, com os sacerdotes chamando atenção dos fiéis nas missas para o fato de que o trabalho deve ser encarado como um direito e um dever da vida humana, devendo os católicos examinar o quanto podem fazer diante da falta de emprego e das injustiças contra os trabalhadores".

Em muitas paróquias a campanha não ficou apenas na missa, como em Nova Iguaçu (RJ), onde o bispo Dom Hipólito celebrou uma missa na catedral do município, que contou com a presença de 1.500 pessoas, que antes da cerimônia religiosa ouviram com muita atenção as palavras do procurador Hélio Bicudo, membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Dom Hipólito também chamou ao microfone o operário metalúrgico Severino, que expôs os problemas da classe trabalhado-

ONOVO PAPPET DA IGREJA

Empurrada pelos seus setores mais progressistas, a Igreja tenta aumentar sua participação na vida política e social do país, como mostra a atual Campanha da Fraternidade

Teodomiro Braga



14 de Maio de 1978

ra. Na sua pregação, dirigindo-se aos 1.500 assistentes, dom Hipólito afirmou: Os homens é que fazem a História, e não a força cega que nos esmaga".

Em Fortaleza, a campanha local uniu onze entidades, associações e jornais independentes em torno de uma proposta de trabalho que foi entregue à coordenação arquiocesana e a todas paróquias da capital e do interior do Estado. A proposta, discutida inicialmente numa grande reunião com vários padres e o bispo-auxiliar de Fortaleza, dom Edmilson Cruz, visa promover a discussão e a atuação em torno do tema, buscando seu sentido mais verdadeiro e permanente à campanha, além do período da quaresma, integrando-a nas comemorações que se desenvolverão em 1978 do 30º aniversário da Declaração da ONU sobre os Direitos Humanos.

Nem esquerda nem direita

Em outras paróquias do país foram amplamente levantados exemplos de injustiças e dados sobre a questão do trabalho, como na Região Leste de São Paulo, por exemplo, uma zona de bairros operários onde a Arquidiocese local elaborou um roteiro próprio para a campanha, imprimindo 20 mil livretos que foram distribuídos em toda a região. O próprio Dom Angélico Sândalo Bernardino, responsável pela Arquidiocese, admite que a campanha na Região está sendo levada de maneira diferente de outras arquidioceses. "Uma coisa é fazer a Campanha da Fraternidade no Jardim Europa e outra aqui em São Miguel Paulista. As conotações são realmente diferentes".

Apesar da enorme diferença com que a campanha tem sido interpretada nos diversos setores da Igreja, nota-se claramente uma preocupação geral da Igreja em tentar manter-se numa posição que se poderia chamar de "centrista". Mesmo entre os bispos e padres mais progressistas observa-se a mesma convicção de que os problemas do trabalho, como de resto todas as questões sociais,

podem ser resolvidas através da persuasão. Essa preocupação é diversas vezes expressa no manual que a CNBB distribuiu, onde ela chega a dizer, por exemplo, que "se a justiça é indispensável no campo do trabalho porque ela assegurará o direito de cada um", no entanto "ela deverá ser superada pela grandeza da verdadeira fraternidade, ensinada por Cristo nas surpreendentes mensagens do Evangelho". Acusa o postulado marxista da luta de classes, "por ser anti-evangélico e incapaz de resolver os problemas sociais existentes". E condena "tanto a violência do oprimido ou do explorado quanto a do opressor", defendendo a superação dos conflitos da luta de classes pela implantação da justiça e do espírito de fraternidade". A preocupação em ficar equidistante da luta política foi manifestada na atual campanha, entre outros, pelo bispo auxiliar de Caxias, dom Paulo Moretto, que defendeu "maior participação do trabalhador nas decisões das empresas e liberdade sindical", mas "sem ser manipulada pela esquerda ou pela direita".

De qualquer forma, a atual Campanha da Fraternidade, devido ao seu tema mais político que os anteriores, deixa mais claro do que nunca a divisão da Igreja entre um setor que insiste em mantê-la inerte e submissa ao poder político e outro que luta para que ela participe da vida política e social do país. É este setor, hoje, que parece determinar o papel que a Igreja exerce atualmente na vida nacional, e que pode ser explicado pela mudança da conjuntura do país; que exige maior audácia dos diversos setores políticos no sentido de conquistar apoio mais amplo, inclusive das classes trabalhadoras. Num momento em que até setores do próprio governo, como o secretário das Relações do Trabalho de São Paulo, Jorge Maluly Neto, tenta atrair os trabalhadores para suas propostas, a Igreja, empurrada pela sua parte mais progressista, também amplia suas propostas numa tentativa de ganhar preferência das classes populares, de certa forma disputando estas áreas com outros setores de oposição.

BRAZIL

Bishops move for change

By Sue Branford in Sao Paulo

BRAZILIAN bishops have reaffirmed their support for a progressive role to be played by the Church in preparation for a meeting later this year that will determine the position the Church takes in Latin America for the next ten years. At the beautiful convent of Itaiaci, near Sao Paulo, 230 bishops met during April, and many of them renewed their commitment to a revolutionary teaching that is beginning to end the traditional attitude of the Catholic Church.

The bishops produced a document in which they state the positions to be defended by 42 of their number at the third general conference of Latin-American bishops to be held in Puebla in Mexico in October. This conference will be defining guidelines for church action in the next ten years.

The last conference, held in Medellin in Colombia in 1968, elaborated a new, radical doctrine, the so-called "theology of liberation." Third world underdevelopment is seen as the result of exploitation by the industrialised countries, and the need for structural change is proclaimed.

However, the initial document for Puebla, which was drawn up by CELAM, the Latin American Episcopal Council, under the guidance of Bishop Lopez Trujillo, a conservative Colombian, and Father Roger Veke-mans, an equally conservative Belgian Jesuit theologian, is an

attempt to abandon positions assumed in Medellin. It places clear limits on the church's political involvement, indirectly condemning any action taken by the church to change the political and socio-economic structure of a country.

In contrast, the Brazilian document is radical, although contradictory in some aspects. The Brazilian bishops hope that, as the largest delegation, they will be able to halt the conservative initiative.

The bishops' document reflects the changes of position of the Brazilian Church in recent years. Brazil is seen, after the military coup in 1964, as the first of a number of Latin American countries in which a new type of regime has been imposed by the armed forces. The document says: "The political systems of the continent have been progressively influenced by the doctrine of national security that, by giving absolute importance to the State, has diminished the security of individuals." And again: "The situation of injustice is maintained by mechanisms of institutionalised violence... the dynamic of this process has led to the multiplication of violations of the most elementary human rights."

Struggle

The driving force behind the new analysis was Dom Helder Camara, the Red Archbishop of Recife in north-east Brazil. In 1967 and 1978, he led the struggle for human rights against the domination of the State. According to Father Joseph Coniblin, a Belgian theologian, now working in Chile, no other bishop in the western world during this century has been so stifled by the authorities and the mass media. The mysterious murder of Father Henrique Pereira Neto, a young priest working with Dom Helder, was one episode in the campaign against him.

Gradually the struggle against the arbitrary system of repression has involved growing sectors of the Church. A turning

point was the bishops' assembly last year, when a document was approved which for the first time took an openly hostile attitude towards the authoritarian aspects of Latin America's military regimes. The church campaign against institutionalised violence (which is dubbed "structural sin" in this year's document) has been gaining impetus. Earlier this year, the human rights commission of the Archdiocese of Sao Paulo published a study in which police violence and the systematic use of torture were documented and denounced. The campaign for the amnesty of an estimated 10,000 political exiles, launched by the church, has been gaining ground among the population.

Denunciations of the country's striking social inequalities have become routine. Dom Angélico Sândalo, bishop of the poor eastern zone of Sao Paulo, commented during the May Day commemorations that "5 per cent of the population has everything, while the other 95 per cent lives in captivity, in the most shameful conditions."

In other parts of the country, bishops and priests have regularly denounced the widespread hiring of gunmen by landowners to evict peasant farmers.

The Government is clearly uneasy with the political course of the Church. While President Ernesto Geisel refuses to be drawn into an open polemic, General Joao Baptista Figueiredo, who is to succeed General Geisel as Brazil's fifth military ruler next March, is more outspoken. He commented recently: "I believe that an exaggerated emphasis on social questions has led part of the clergy to become involved in harmful political activities. The church recently produced a document on national security. In the same way, the high command could publish a document on theology."

Dom Pauli Exaristo Arns, Archbishop of Sao Paulo, retorted: "Perhaps it would not be a bad idea at all for the generals to study a little theology."

U.S. POLICE PROGRAM IS CALLED C.I.A. COVER

Charge of Intelligence Connection
in Training of Foreign Officers
Is Repeated in New Book

By GRAHAM HOVEY
Special to The New York Times

WASHINGTON, May 6—The United States is accused in a book to be published next month of using a program for training foreign policemen as a cover for Central Intelligence Agency activities and for encouraging the torture of political prisoners in Brazil and Uruguay.

The author, A. J. Langguth, also repeats charges that the C.I.A. and the United States Embassy were directly involved in the overthrow of Brazil's elected Government by the armed forces in 1964. His book, "Hidden Terrors," will be issued June 5 by Pantheon Books.

The account by Mr. Langguth, a former reporter for The New York Times, begins on Aug. 13, 1970, with the funeral in Richmond, Ind., of Dan A. Mitrione, an adviser in the police training program, who was kidnapped and killed by left-wing Uruguayan guerrillas known as Tupamaros. The book alternates episodes of Mr. Mitrione's 10-year career as police adviser in Brazil and Uruguay with accounts of Brazilian political events before and after the ouster of President João Goulart in 1964 and the alleged United States involvement in those events.

Although Mr. Langguth reports many allegations, most of them by exiled left-wing Brazilian and Uruguayan revolutionaries, that Mr. Mitrione encouraged the use of police torture, he also cites evidence to the contrary, and he rebuts the charge, widely circulated by leftist groups around the world, that Mr. Mitrione was a C.I.A. agent.

In particular Mr. Langguth dismisses

the version of Mr. Mitrione's role portrayed in the motion picture "State of Siege," produced by the Greek filmmaker Costa-Gavras, who, he said, "included every undocumented rumor" about Mr. Mitrione because his aim was "a composite indictment of United States policy throughout Latin America."

Noting that after Mr. Mitrione was killed "male and female prisoners at Uruguay's jails traded stories about his participation in the torture," Mr. Langguth adds: "Usually those were second-hand accounts, repeated to convince a doubter that the Tupamaros had been justified in killing Mitrione." Because of the impact of "State of Siege" and the allegations of the former prisoners, "Mitrione acquired a reputation as his country's foremost expert in torture," Mr. Langguth says.

Report of Another Inquiry

Ernest W. Lefever, then a senior fellow at the Brookings Institution, who did extensive research on the Mitrione case and a detailed two-year study of the police training program, is more emphatic in rejecting the allegations against both Mr. Mitrione and the program. "Mitrione never had anything to do with the C.I.A.," Mr. Lefever told a reporter recently. "He never taught or advocated methods of torture. In Montevideo, Mitrione never even entered the door of the special [secret] police. He dealt with the conventional police." The State Department denied similar charges in 1973.

Under the police program, carried out by the Agency for International Development from 1954 until it was terminated by Congress in 1975 because it invited partisan criticism, more than 10,700 policemen from 52 countries were trained in the United States.

The charges that the United States Ambassador to Brazil, Lincoln Gordon, his staff and the C.I.A. were directly involved in the overthrow of President Goulart have been made intermittently since the 1964 coup and regularly denied by the principals. Mr. Langguth implies in his book that by early 1964 Mr. Gordon, who had been Ambassador since October 1961, was "at the center of a plot to overthrow the Government of the fifth largest nation in the world."

'That's Simply Not True'

The author also says that the Brazilian

NYT MAY 7 1978

generals plotting the coup "believed assurances from Gordon and their United States contacts: If they could São Paulo for 48 hours, Washington would recognize them as Brazil's legitimate government."

In a recent interview Mr. Gordon, a senior fellow of Resources for the Future, a Washington-based research organization, said in reply to each charge that "no assurances were given." He met Gen. Humberto Castelo Branco, led the coup and subsequently became President, only six days before it took place, he said.

Mr. Gordon also denied a statement by Mr. Langguth that he concluded early as 1962 that President Goulart "the greatest danger to his country's democracy." It was more than a year later, Mr. Gordon said, that he became convinced that Mr. Goulart intended to stage his own coup against the constitutional system and try to emulate the authoritarian rule of his mentor, the Getulio Vargas, or of Juan D. Peron in Argentina—a course Mr. Gordon believed would lead to Communist control of Brazil.

Mr. Gordon did concede that he poured money into Brazilian political fronts to support candidates in the election, though he said he would be amazed if the amount was anything less than \$20 million that Mr. Langguth estimates. "With hindsight, I thought it a mistake," Mr. Gordon said of the political funds.

The former Ambassador also acknowledged that he recommended the formation of a United States Navy task force for limited intervention in Brazil in the event of a civil war in 1964. The success of the coup against President Goulart made the operation unnecessary, Mr. Gordon called it off while the task force, the formation of which was disclosed in United States documents classified in 1976, was still "far from Brazilian waters."

Mr. Gordon said he would stand by his assertions that the United States was a participant in the action against Goulart, that it had no advance warning and that "even if we had opposed it could not have prevented it."

BRASIL □ Quarta-feira, 31/5/78 □ 1º Caderno

CNBB considera positivo tudo que favorece maior participação na política

Brasília — Ao comentar, ontem, a formação de uma frente ampla com vistas a uma nova candidatura à Presidência da República, o presidente da CNBB, D Aloisio Lorscheider, disse que a Igreja sempre defendeu a participação maior possível de todos na política, inclusive com a criação de mecanismos que a permitam.

Ressalvou, entretanto, que a Igreja não se pronuncia sobre fatos políticos que dependam de uma opção política, a não ser que seja contrário ao Evangelho. O Cardeal de Fortaleza acrescentou que a CNBB não vê nada de antievangélico no movimento de formação de uma frente ampla, e explicou que tudo o que favorece a participação do povo é positivo.

SEM CANDIDATOS

D Aloisio Lorscheider aproveitou para frisar que a idéia de frente ampla não foi bem definida ainda, e que não se sabe se sua formação afastará o caráter partidário. Reafirmou que a Igreja não tem candidatos ou candidaturas, e que a coincidência de idéias entre ela e os Partidos não significa seu apoio a qualquer das facções.

Para o presidente da CNBB, seria possível uma manifestação da Igreja em caso de impasse, apenas se sua atuação pudesse ter o sentido de conciliação e pacificação, mas nunca para resolver um impasse exclusivamente político e partidário. Destacou que, caso a Igreja se imiscua em assuntos políticos por excelência,

estará ultrapassando sua competência e perdendo a isenção. Lembrou, nesse sentido, que o Evangelho tem dimensões políticas, mas não prega opções concretas de política.

O Cardeal lembrou que, no contato que manteve com o Senador Petronio Porteira para o encaminhamento das reformas, além da entrega das *Exigências Cristãs*, a CNBB insistiu em que o Arcebispo de São Paulo, D Paulo Evaristo Arns, fosse ouvido — o que não foi feito. Disse também que, ao invés da atitude anacrônica que a Igreja teve no passado, quando fazia os candidatos assumirem compromissos em troca de seu apoio, este ano serão intensificados os programas de formação política do povo.

Euler pregará em todo o país a democracia

O General Euler Bentes Monteiro que ontem se avistou com o ex-líder do MDB na Câmara, Deputado Humberto Lucena (PB), confessou sua disposição de percorrer o país pregando as idéias da Frente Nacional de Redemocratização.

O ex-superintendente da Sudene julgou prematura ainda a avaliação da repercussão da nota que divulgou com o Senador Magalhães Pinto fazendo um apelo ao MDB para que se juntasse à Frente — "Ainda não tenho dados suficientes para analisar a situação", declarou.

OSTRA NA CONCHA

Ao contrário do que vem acontecendo desde que manifestou sua disposição de disputar a Presidência da República como candidato do Partido da Oposição, o

General Euler não recebeu a imprensa em seu apartamento, mas apenas trocou algumas palavras com os repórteres no hall do elevador. Escusou-se dizendo que não tinha novidades e que sua mulher, D Maria José, estava acamada com gripe.

"Ficarei em casa como ostra na concha, explicou. Revelou que pela manhã recebera o Deputado paraibano Humberto Lucena, que havia chegado de Viena, onde participou de reunião parlamentar. Provavelmente discutiram o projeto de modelo político no qual o ex-líder do MDB trabalha há mais de dois anos.

O apoio manifestado pelo Senador Teotônio Vilela (Arena-AL) à Frente Nacional de Redemocratização foi considerado, ontem, pelo General Euler Bentes Monteiro como da mais alta relevância.

Teotônio declara-se favorável à campanha

Autor do *Projeto Brasil*, o Senador Teotônio Vilela (Arena-AL) declarou-se ontem favorável à iniciativa dos Srs Magalhães Pinto e Euler Bentes, de formar a Frente Nacional de Redemocratização, entendendo que o MDE e outros segmentos da sociedade que reivindicam a normalidade democrática "deveriam apoiar esse pacto dos dissidentes em prol de um novo quadro institucional no país".

Os vice-líderes emedebistas Gilvan Rocha (SE) e Itamar Franco (MG), mesmo depois de conversarem ontem com o Senador Magalhães Pinto, continuavam hostis à Frente. O Senador sergipano acha que estão querendo apenas "alugar" a legenda do MDB e o Senador mineiro é de opinião que o movimento parece ser uma frente de ressentimentos. O presidente do MDB do Maranhão, Freitas Diniz, apoia a iniciativa.

UNIÃO

O Sr Teotônio Vilela, confirmando que no seu encontro no Rio com o General Euler ouviu dele os maiores elogios ao *Projeto Brasil*, sugeriu uma "união dos dissidentes, em torno da realização de um novo pacto institucional, capaz de reformular as nossas estruturas políticas, econômicas e sociais.

— A opinião pública, a sociedade brasileira — disse o Senador arenista — não tem compromissos com 1964. Temos hoje novos anseios partidos dos mais diversos segmentos da vida nacional, todos desejam uma Constituição verdadeiramente democrática, agree- mtações políticas que representem as correntes de opiniões, instituições atualizadas. O quadro que aí está foi superado no tempo e no espaço e para constatar isso basta fazer o que eu faço: manter contatos com o povo, do Norte ao Sul do país.

Observou o Sr Teotônio Vilela que é necessária a aliança de correntes de opinião favoráveis a redemocratização do país. Disse que se o Governo tem seu núcleo de idéias — e aí estão os indícios das reformas políticas — os dissidentes podem ter suas idéias e unificá-las num pacto nacional, com vistas a participação nas decisões sobre os destinos do país.

— A sociedade já superou os dois Partidos que aí estão. Se a Arena e o MDB desejarem, que continuem lutando pela sobrevivência, mas devem saber que estão superados no tempo e no espaço. Para começar, precisam-se convencer de que as dissidências são legítimas. Discordar no campo das idéias não é rebelião. A Frente preconizada agora está confirmando que existem divergências nos dois Partidos — frisou.

O Senador alagoano acha que os dissidentes devem unir suas idéias e lutar pela imediata redemocratização do país, em pregação nacional. "Essa questão de ter candidato é secundária. O movimento podera, inclusive, chegar a conclusão de que não é conveniente participar da eleição presidencial ou que lhe convém disputar. O assunto deve ser discutido numa etapa posterior" — explicou.

O Senador Roberto Saturnino (RJ), um dos vice-presidentes do MDB e dos principais partidários da Frente, ouviu as opiniões do Senador Teotônio Vilela.

— Por que até hoje os partidários da Frente não falaram nesses propósitos? — indagou um jornalista ao Senador fluminense.

— Se não falou, estamos falando agora. Concordo integralmente com o ponto-de-vista do Senador Teotônio Vilela — afirmou o Senador emedebista.

O Senador Teotônio Vilela defendeu a aproximação dos dissidentes, citando o Sr Magalhães Pinto, o MDB, o General Euler Bentes e outros segmentos da sociedade, para a luta em prol da constituintização do regime.

— Se não falou, estamos falando agora. Concordo integralmente com o ponto-de-vista do Senador Teotônio Vilela — afirmou o Senador emedebista.

O Senador Teotônio Vilela defendeu a aproximação dos dissidentes, citando o Sr Magalhães Pinto, o MDB, o General Euler Bentes e outros segmentos da sociedade, para a luta em prol da constituintização do regime.

O Senador Teotônio Vilela defendeu a aproximação dos dissidentes, citando o Sr Magalhães Pinto, o MDB, o General Euler Bentes e outros segmentos da sociedade, para a luta em prol da constituintização do regime.

02. Juni 1978 JORNA

Igreja busca o diálogo com maçons

Brasília — A presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB estão estudando a possibilidade de conferencistas especializados virem ao Brasil fazer conferências sobre maçonaria a grupos da Igreja. Atualmente a excomunhão é aplicada somente a maçons ou lojas maçônicas que hostilizem abertamente a Igreja.

Desde 1973, a Igreja vem mantendo contato com maçons isoladamente, e propondo diálogos com a maçonaria como um todo, mas o Grande Oriente, até agora, não deu resposta positiva.

Segundo o presidente da Conferência, D Aloisio Lorscheider, a dificuldade se deve a divergências internas da maçonaria, que não autorizam o diálogo.

22. Juni 1978

JORNAL DO BRASIL Quinta-fe

CNBB oferece cafezinho a políticos e espera troca de documentação

Brasília — A CNBB realiza, hoje, o segundo Cafezinho para Parlamentares, com participação aberta para políticos da Arena e do MDB. Ontem, foram feitos contatos com as lideranças e a presidência das duas Casas e dos dois Partidos. O horário do cafezinho foi retardado para as 17h, pois se acredita que a baixa frequência do primeiro encontro (somente cinco deputados compareceram) deveu-se à hora imprópria — 15h.

O objetivo da CNBB continua sendo dialogar e trocar documentação, buscando reflexões que conduzam ao bem comum. Não há uma pauta de assuntos a ser discutida, e o secretário-geral da Conferência, D Ivo Lorscheiter, afirmou que os acontecimentos políticos da semana estão sendo acompanhados com interesse, mas sem alarma.

D Ivo Lorscheiter reafirmou a posição da CNBB quanto à formação de uma Frente de Redemocratização, dizendo que a Igreja não se pronuncia sobre fatos políticos, mas defende tudo que leve à maior participação e defesa dos direitos humanos.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

29.6.68

D Hélder acusa polícia de tentar ligar Igreja ao PCR através de estudante preso

Recife — A tentativa de ligação da Igreja ao Partido Comunista Revolucionário pela Polícia Federal foi denunciada ontem pelo Arcebispo de Olinda e Recife, D Hélder Camara. Ele diz que em torturas e ameaças feitas ao estudante católico Edval Nunes da Silva frequentemente são citados o encontro de bispos em Itaiçi e a assembléia-geral do Episcopado latino-americano.

D Hélder acusa o superintendente da Polícia Federal no Recife, Sr José Antônio Hahn, de tentar convencer o estudante a assinar um documento em que confessava ser articulador do PCR e incriminava várias outras pessoas de pertencerem à organização clandestina. Diante da negativa do estudante, o superintendente mandou-o refletir ameaçando desmoralizá-lo.

A NOTA

O Arcebispo de Olinda e Recife ressalta na nota que não tinha feito essas denúncias temendo que Cajá voltasse a ser torturado e porque tinha esperanças que tudo não passasse de ameaças. "Agora" — diz o Arcebispo — "já não posso calar". E conta: "Acontecimentos recentes me obrigam a revelar, às autoridades e às pessoas de boa vontade, denúncias gravíssimas feitas por Edval Nunes da Silva, denúncias que ele desejava fossem levadas ao público, mas que eu silenciei até hoje, na esperança de que as ameaças absurdas que ele recebeu não passassem de ameaças.

"Contarei o que se passou entre Cajá e o Sr Superintendente da Polícia Federal no Recife e explicarei, depois, o que me força a revelar acontecimentos tão graves. Na quarta-feira, 7 de junho próximo passado, o Sr Superintendente deu permissão especial (não era dia de visita) para que conversássemos com Edval, cinco bispos que participavam de uma reunião do Secretariado Regional Nordeste II, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: D José Lamartine Soares, D José Maria Pires, D João Costa, D Marcelo Carvalheira e eu, D Hélder Camara.

"A estes cinco prelados, Edval contou o que se passara entre ele e o Sr Superintendente. Claro que ao pedir que divulgássemos o que ocorreu entre os dois, ele media as consequências que lhe poderiam advir:

"Eis, em síntese, o que Edval nos narrou: O Sr Superintendente, em pessoa, disse a ele que via que ele era inteligente e tinha caráter. Quanto a errar, era

humano. Edval poderia sair para casa, naquele mesmo dia, bastando para isto que assinasse um documento reconhecendo que, de fato, estava rearticulando o PCR e que trabalhavam com ele, nesta articulação, aqueles cujos nomes o documento indicava.

"Edval disse ao próprio Superintendente que a proposta era contraditória: admitindo que ele, Edval, era inteligente e tinha caráter, convidava-o a assinar um documento inverídico, que ele só assinaria se fosse totalmente destituído de inteligência e de caráter. O Superintendente comentou que não recebia aquela resposta como definitiva. Pediu que ele refletisse, sem esquecer que ele, Superintendente, dispunha de meios para criar sobre ele, Edval, a imagem que bem quisesse. Poderia apresentá-lo ao público como um traidor de seus companheiros, um covarde, um crápula.

"Edval, por questão de lealdade, disse ao próprio superintendente: "Se eu sair daqui com vida, contarei tudo o que o senhor está me dizendo. O Superintendente encerrou o encontro, comentando: "Muito bem, mas antes, experimentaremos sua fibra de herói.

"PORQUE CALEI E POR QUE FALO AGORA"

"A principal razão de não haver, até hoje, atendido ao apelo de Cajá, para denunciar o que ele contara aos cinco bispos, foi pensar que, se falássemos, Edval certamente voltaria a ser torturado. Mas, também, havia a esperança de que tudo não passasse de ameaça. Acontece, porém, que a celeuma causada pelas denúncias nacionais e internacionais das torturas so-

fridas por Cajá, parece terem transtornado o bom senso dos responsáveis pela sua prisão. A partir daí, a polícia continua a usar de todos os meios mentirosos, para confundir a opinião pública, procurando ligar Cajá ao PCR e este à Igreja. Até agora porém, nenhuma prova. Relembremos alguns pontos: a princípio, veio a montagem de textos fabricados, imitando a letra de Cajá e apresentando-o como Amaro, o rearticulador do PCR. Houve afirmações tão inverídicas, que foi fácil provar a absoluta fragilidade do documento, sem necessidade sequer de apelar para perícia grafológica; surgiu, depois, o famoso pseudo-sequestro do Consul honorário do México, que deu à Polícia Federal, a partir de certo momento, a ilusão de poder envolver o nome de Cajá. Isto também caiu no ridículo.

"Quando se esperava que Edval fosse autorizado a responder em liberdade, ao inquérito contra ele, surgem novos fatos: Edval é apresentado como responsável indireto pela prisão de Zarattini e como tendo articulação com ele para o ressurgimento do PCR. Edval é ameaçado de ser levado para São Paulo para acarações com colaboradores de Zarattini e isto depois de 11 horas ininterruptas de interrogatório.

"A ligação com Zarattini sendo imaginária, assim como a identificação com Amaro e com o pseudo-sequestro, leva a polícia a retomar com vigor, a articulação do PCR, agora dentro da Igreja. Isto se deduz do interrogatório de 11 horas no dia 23 próximo passado, quando foram frequentes as referências ao encontro dos bispos em Itaiçi e à assembléia dos bispos latino-americanos em Puebla, dos quais Cajá teria participado ou estaria indicado a participar, bem como a presença dele em outros encontros da CNBB.

"Não está a polícia querendo julgar o trabalho da Igreja através de um deus agentes pastorais? Até onde cabe, legitimamente, a polícia submeter o cidadão a maus-tratos, ofensas e torturas, partindo de suposições imaginárias? Quem responde por este dano à pessoa humana e até onde podem estes danos e estas ofensas serem efetivamente reparados?

"Numa hora que medidas estão sendo tomadas para o restabelecimento do estado de direito, como se interpõe o comportamento da Polícia Federal em nosso Estado? Confiamos na palavra de São João: "A verdade nos libertará".

Edval Nunes da Silva foi preso na noite do dia 12 de maio quando deixava a Cúria Metropolitana de Olinda e Recife, na Rua do Giriquiti, no centro da cidade. Sua prisão foi comunicada ao Juiz-Auditor da 7ª CJM pelo superintendente da Polícia Federal, Sr José Antônio Hahn, que o acusa de ser a terceira pessoa mais importante do Partido Comunista Revolucionário.

Ele foi localizado na Polícia Federal pelo Reitor Paulo Maciel, da Universidade Federal de Pernambuco que, a pedido dos colegas do estudante — que faz o curso de Ciências Sociais — procurou saber junto a Polícia Federal se ele estava preso ali. O Superintendente, Sr José Antônio Hahn, confirmou a prisão e disse que Edval havia sido detido para averiguações e que durante 10 dias ficaria incomunicável.

Cândido Mendes fala à CNBB em Brasília

O secretário-geral da Comissão Nacional de Justiça e Paz, professor Cândido Mendes de Almeida, fez ontem em Brasília uma exposição junto à Comissão Pastoral da CNBB sobre as linhas de atividade da Comissão Nacional, tendo em vista sua articulação com as comissões regionais de São Paulo, Pará e Pernambuco.

Na próxima semana, serão organizadas as comissões do Paraná, Santa Catarina e Bahia.

Crerios para a atuação da Comissão Nacional de Justiça e Paz no âmbito diocesano, e não apenas no âmbito regional, foram também discutidos na reunião.

Igreja examina acusação de subversão

13 Juli 1978 Recife — O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Ivo Lorscheiter, reúne-se na segunda-feira com 25 bispos do Nordeste para examinar as acusações policiais de ligações entre padres e subversivos do Partido Comunista Revolucionário.

CNBB, foi marcado um encontro do Conselho Prebiteral, hoje de manhã, e um pronunciamento do Superior da Província Salesiana do Nordeste, em defesa do Padre espanhol Antônio Torre Medina, acusado de envolvimento com subversivos em carta enviada a várias paróquias pelo delegado Paulo Sette Camara, da Polícia Federal.



24 Jul 1978

Cartas Abertas

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

Um compromisso com o povo

Ao terminar os trabalhos da nossa primeira Assembléia Diocesana deste ano de 1978, queremos nós, Agentes de Pastoral, juntos com o Bispo, dirigir uma mensagem ao Povo de Deus da Diocese de Araçuaí.

A nossa palavra quer ser um compromisso com a vida desse povo que vive, na maioria, em situações muitas vezes desumanas. Não queremos condenar nem julgar ninguém, mas somente iluminar, à luz da Palavra de Deus, fatos que acontecem diariamente neste Vale sofrido e que já têm sido divulgados pela imprensa.

- As crianças, sobretudo da zona rural, reclamam prédios escolares e professoras preparadas; as próprias professoras exigem um salário melhor e pago em dia; os jovens das pequenas cidades anseiam pelos cursos de segundo grau e profissionalizantes, onde possam instruir-se perto de suas famílias.
- Os trabalhadores reivindicam salários mais justos para sustentar suas famílias; querem ter seus direitos respeitados e defendidos em Sindicatos livres; querem ter garantido seu pedaço de terra onde já moram há gerações e ter condições para legalizá-lo, para que trabalhando e vendendo seus produtos por bom preço, não precisem sair para São Paulo e outros grandes centros, abandonando suas famílias e correndo o risco de destruí-las.
- O povo inteiro aspira por meios de comunicações eficientes, estradas transitáveis o ano inteiro, passagens mais baratas e intermediárias nos ônibus, telefone interurbano.
- Os doentes pedem uma assistência médica e hospitalar suficiente e eficiente, remédios baratos e vacinas para prevenir, curar, combater as doenças típicas desta região, como xistose, chagas, tuberculose, lepra, doenças infantis.

Como esses, existem muitos outros problemas: habitações deficientes, aluguéis caríssimos, exploração do trabalho dos menores, prostituição, sobretudo da menor, cadeias desumanas, exploração das empregadas domésticas, falta de postos acessíveis aos inscritos no INPS, falta de financiamento para os pequenos proprietários e outros mais.

Diante disso, torna-se necessário procurar as raízes mais profundas dessa situação. Entre as principais, apontamos as seguintes causas:

- A má distribuição da terra, agravando-se ultimamente ainda mais, pois grandes companhias de reflorestamento em algumas regiões do Vale, e fazendeiros em outros, estão concentrando em suas mãos cada vez mais terras, expulsando delas o pequeno e indefeso.
- O analfabetismo e ignorância das leis e dos direitos.
- A politicagem, o coronelismo que disfarçado, continua até hoje; a corrupção e lentidão das repartições públicas.
- A falta de assistência aos pequenos e humildes por parte do poder público.
- O desprezo da região por parte dos poderes públicos. Até hoje falta um plano de desenvolvimento integral do Vale que vise o homem. A Codevale, órgão do governo, não dispõe de um posto fixo de atendimento no Vale todo, e, em geral, recursos aplicados, além de escassos, beneficiam uma maioria.
- A ganância e usura dos grandes e de certos profissionais, cobrando exageradamente serviços prestados ao povo.
- O comodismo e a aceitação tranquila desses fatos por parte do povo, favorecida também por uma maneira de entender a religião. A própria apresentação do Evangelho, só pregando a submissão e a paciência, incentivou essa mentalidade.

Diante desses fatos e suas causas, tomamos o compromisso de caminhar juntos com esse povo:

- Apoiar as reivindicações e estar ao seu lado na luta;
- Ouvir com atenção e humildade os anseios de justiça dos que sofrem;
- Unir sua a nossa voz, para denunciar as injustiças;
- Colaborar com aquelas instituições e pessoas de boa vontade que já estão trabalhando ou querem trabalhar a favor desse povo sofrido.

Para tornar real esse nosso compromisso decidimos criar uma "Comissão de Justiça e Paz", para colher dados concretos sobre as injustiças praticadas nesta região e estimular as pessoas de boa vontade para uma tomada de consciência dessas situações injustas em que vive o nosso povo.

Diocese de Araçuaí-MG



Para Figueiredo explicar: Pinochet interessa ao Brasil?

Para Figueiredo ler e responder

O general João Batista Figueiredo declarou: "Eu não sou corrupto. Jamais me ligaria a qualquer grupo corrupto ou que fosse contra o interesse do país". (Movimento 3/7/78). Cabe, portanto, ao general Figueiredo explicar piamente: 1) porque não considera o regime de Augusto Pinochet como contrário ao interesse do país; 2) porque recebeu um cavalo como presente do regime Pinochet, no início deste ano, e 3) o que tem recebido, de forma direta ou indireta, de outros regimes ou grupos de interesse.

Christian K. Hansen
Nova Friburgo-RJ

03. Aug. 1978

JORNAL DO BRASIL □ Q

Igreja abre debates em Aparecida

Realidade Vocacional do Brasil e o Dever dos Leigos será um dos temas do 5º Congresso Sacerdotal Brasileiro e da 9ª Convenção Nacional dos Serras Clubes do Brasil, em Aparecida (SP), a partir de hoje até domingo, dia 6, com a participação do Cardeal Carlos Motta, Nuncio Dom Carmine Rocco, Arcebispo Dom Geraldo Penido, bispos, sacerdotes e leigos.

Estarão também presentes caravanas de vários Estados onde atuam os 50 Serra Clubes agregados à Obra Pontifícia das Vocações Sacerdotais, mais cerca de 50 em formação, reunidos nos 15 distritos brasileiros do Serra Internacional. As duas assembleias serão procedidas de reunião com o presidente do Serra Internacional, Thomas Murphy, e dirigentes nacionais deste movimento vocacional.

TEMAS E OBJETIVOS

No temário, destacam-se os seguintes assuntos: Missão dos Governadores do Serra, Campanha 80 Clubes até 1980 — 80 até 80, 38ª. Convenção Internacional Rio-1980, 1º Congresso Sacerdotal Mundial, Vocação Universal à Santidade, Ministério Sacerdotal, Pastoral Vocacional e outros, onde falarão Dom Antonio de Moraes, Dom Luciano Mendes de Almeida, professora Maria Rocco Vilela Leite, Neimar de Barros, Manoel Victor, Pantoja Leite, Carvalho da Cruz e outros.

Os objetivos dos congressos sacerdotais brasileiros são: Glorificar e agradecer a Deus pela instituição do Sacramento da Ordem; Manifestar pública e solenemente, a gratidão de todo o povo de Deus aos padres do Brasil, pelo bem que realizam; Proclamar a grandezza do Sacerdócio de Cristo, perpetuado pelo Padre Católico, repelindo as distorções de sua verdadeira imagem; Criar ambiente social e familiar sadio para que surjam as vocações sacerdotais e religiosas; Restaurar, amar, repovoar nossos seminários e casas de formação religiosa.

CONSCIENTIZAÇÃO

A missão dos Serra Clubes é cumprir e fazer com que todos cumpram o mandamento de Jesus: "Rogai ao Senhor da Messe para que envie Operários". Mas também o fato social, humano, impele os Serras ao trabalho vocacional. E' que, segundo pesquisas atuais no Brasil, 30% dos jovens possuem ou possuíram o germe da vocação sacerdotal — fato confirmado por informações precisas de sacerdotes, freiras, educadores. As convenções do Serra são, assim, um trabalho para conscientização vocacional de todos os leigos, para a solução do problema da falta de padres no Brasil: oração e ação pelas vocações conjugadas, organizadas, permanentes.

A caravana do Rio de Janeiro a Aparecida será chefiada pelo presidente do Serra Clube Edmundo de Macedo Soares e Silva.

DEPOIMENTO

O presidente do Comitê Serra do Brasil, Luiz Alexandre Compagnoni, fará hoje na 9ª Convenção dos Serra Clubes do Brasil um depoimento, que representa o resultado de mais de 15 anos de ação vocacional, pesquisas, testemunhos, desde a fundação do 1.º Serra Clube do Brasil, em março de 1963.

Em trabalho de 14 laudas, dirá que "temos 11 mil jovens no Brasil se preparando para o sacerdócio. E' um belo número. Mas precisamos de 100 mil, na perspectiva de atendimento real para a verdadeira Evangelização de nosso povo, inclusive numa visão do século XXI — mas, sobretudo, para acolher pelo menos parte deste imenso número de jovens vocacionados".



FISK · INGLÊS
ADULTOS - CRIANÇAS
Inscrições abertas
p/ bolsas de estudos.
COPACABANA
R. Edmundo Lins, 12

07. Aug. 1978
*Igreja gaúcha
reorganiza
as lideranças*

Porto Alegre — A formação de novos líderes no meio rural gaúcho e a reorganização dos sindicatos e cooperativas, em comunidades do interior do Estado são os principais objetivos da reunião de hoje da frente agrária gaúcha, em Santa Maria, com a presença do secretário-geral da CNBB, D. Ivo Lorscheiter com líderes locais da região, bispos, padres e pastores das igrejas evangélica e luterana.

A frente agrária gaúcha, criada há 20 anos, por iniciativa da Igreja Católica, ajudou a fundar sindicatos em todo o Rio Grande do Sul, mas estava praticamente sem atuação nos últimos anos. Sua reativação, sugerida recentemente por D. Ivo Lorscheiter, que é Bispo de Santa Maria, levou inclusive o Ministro da Agricultura Allysson Paulinelli a solicitar sugestões da Igreja para intensificar o cooperativismo no país.

Igreja apóia sindicatos rurais

8 AUG 1978

Porto Alegre — O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D Ivo Lorscheiter, destacou a importância da reativação da Frente Agrária gaúcha junto às comunidades rurais como instrumento da construção da pessoa e encarnação do

Evangelho", em reunião ontem com padres e líderes sindicais em Santa Maria. Foi decidida a criação, em cada paróquia, de grupos de reflexão e ação para levar o trabalhador rural a participar mais nos seus sindicatos.





23. Sep. 1978

Bispo condena pecados de hoje

Belo Horizonte — Citando o profeta Isaías, o Arcebispo D João Resende Costa recomendou ontem, em sua mensagem pastoral, que os homens pensem "nos pecados de hoje, nas riquezas que crescem por meios ilícitos" e meditem sobre a especulação imobiliária "que torna impossível aos menos favorecidos poder ter sua terra e sua casa". Concluiu afirmando que o profeta está chamando todos os pecadores para o bom caminho.

7

23.9.78

Bispos defendem grevistas

Curitiba — Os 21 bispos que compõem a Regional Sul da CNBB enviaram ontem uma carta ao Governador do Estado, Jaime Canet Júnior, solicitando o cumprimento, "o mais breve possível", das promessas governamentais aos professores, com o abono das faltas correspondentes aos dias de greve. A carta termina com esta frase: "que o Governo não venha com punições aos professores, em razão da conjuntura especial nestes dias". Os professores se reúnem hoje para estudar uma nova paralisação, em resposta à punição de 19 grevistas.

Bispos pedem voto responsável

Domingo, 24/9/78

Curitiba — Os Bispos paranaenses vão distribuir em todas as Dioceses do Estado um comunicado orientando os católicos para as eleições de 15 de novembro. Segundo eles, o voto deve ser "livre, consciente e responsável pois é de grande valor para o bem comum e mal orientado pode acarretar

graves consequências para a comunidade".

O comunicado afirma que "o voto é responsável quando dado a candidatos em que se encontram critérios que garantam o bem comum, como os direitos humanos, a promoção do homem, o fortalecimento da família e o vínculo indissolúvel do matrimônio, fonte de

bem para a pátria, para a Igreja e para a humanidade".

No sentido de alertar os eleitores católicos os Bispos definiram ainda que "o voto é livre quando fruto de uma convicção pessoal, sem pressões de ameaças ou ofertas de dinheiro, cargos, promoções e outras vantagens que prejudiquem o bem da coletividade".

Religioso critica o arbítrio

São Paulo — O Bispo de Bauru, Dom Candido Padim, considerou ontem que com a aprovação das reformas políticas nos termos em que foram propostas pelo Presidente da República perdeu-se "a oportunidade histórica de devolver à nação a sua responsabilidade quanto ao Governo de si mesma".

— Infelizmente, pelo conhecimento que tenho do texto da reforma, não se eliminou esse exercício do arbítrio pessoal pelo Presidente da República. Criou-se uma nova forma de arbítrio, com o Poder Executivo fugindo ao controle do Poder Legislativo. Além do estado de sítio que é submetido à aprovação do Congresso, foram instituídas duas novas formas de ação pessoal do Presidente: a decretação das medidas de emergência e do estado de emergência", frisou o prelado.

ARBITRIO

Dom Candido Padim deploreou que as reformas tenham criado a possibilidade de o Presidente da República decretar as medidas de emergência sem ser obrigado a ouvir o Conselho de Segurança Nacional ou o Conselho Constitucional criado pelo projeto governamental.

Nesta situação, lamenta o bispo de Bauru, a decretação destas medidas dependem da vontade pessoal do Presidente da República que na vigência delas terá o poder de praticar todas as exceções que só seriam permitidas no estado de sítio, este aprovado pelo Congresso Nacional.

— Esta situação prolonga o arbítrio unipessoal, consequentemente não restitui a normalidade constitucional, conforme a tradição do Direito brasileiro. Apagaram-se no Congresso as vozes que poderiam representar a tradição jurídica do Brasil naquilo que se refere aos poderes constitucionais.

Ele considera isto grave deficiência e aponta outra, em sua opinião, "sumamente importante: o Artigo 39 da reforma política suspende, ou melhor, revoga os Atos Institucionais e complementares apenas naquilo em que contrariarem a Constituição federal. Este dispositivo vai inaugurar, no Brasil, uma fase de verdadeira balbúrdia jurídica, porque os tribunais serão obrigados a interpretar de caso para caso quando surgir uma dúvida quanto à vigência de alguns dos textos das leis de exceção".

Bispos ^{JK 14/10/78 1'}destacam

universalidade da Igreja

Brasília — A eleição do Cardeal polonês Karol Wojtyla foi interpretada pelos religiosos brasileiros como uma manifestação da universalidade da Igreja, como destacou o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D Ivo Lorscheiter, assinando que agora "abriram-se novas perspectivas para que o próximo Papa seja escolhido entre os Cardeais do Terceiro Mundo".

"Os problemas experimentados pelo Cardeal Wojtyla na Polônia são, em essência, os nossos grandes problemas no Terceiro Mundo: o problema da justiça, da promoção humana, da liberdade, da participação, do respeito à pessoa humana e à sua dignidade. Por isso, sua escolha representa para mim um sinal de esperança", disse o Bispo D Mauro Morelli, responsável pela Arquidiocese de São Paulo na ausência do Cardeal D Paulo Evaristo Arns.

Homem do diálogo

Por participar "de uma Igreja perseguida e conviver diariamente com situações difíceis, como as enfrentadas pela Igreja polonesa", comentou o Bispo de Itabira, D Mário Gurgel, "o novo Papa deverá ser um homem aberto ao diálogo e preparado para enfrentar os graves conflitos internacionais".

Para D Mário Gurgel, o Papa João Paulo II, "que é também um pastor, será progressista em questões sociais, mas não deverá alinhar-se nem aos conservadores, nem aos liberais. "Progressistas e conservadores são necessários à Igreja, pois representam uma espécie de freio e de acelerador, impedindo que ela se distancie de seu tempo".

Um dos poucos religiosos na Bahia a dispor de informações sobre o novo Papa, o secretário da Pastoral Regional Nordeste III da CNBB, Frei Marcelino Cantalice, afirmou que o Cardeal Wojtyla se

impôs ao Vaticano por sua condição de excelente diplomata, "demonstrada na prática nas relações entre a Polónia e a Santa Sé". O teólogo Tomaz Kavazutti, da Universidade Católica de Salvador e do Centro de Estudos e Ação Social, considerou que a escolha de um Papa do mundo socialista vai influenciar os caminhos da Igreja, "porque o relacionamento da Santa Sé com os mundos capitalistas é um dos temas mais polémicos em Roma, atualmente".

"A Igreja da Polónia é uma das mais vivas no momento, mais do que a do Brasil, que é o maior país católico do mundo. E a escolha de um Papa do mundo socialista vai conduzir a Igreja para uma convivência mais estreita com os problemas da sociedade do que com seus problemas internos. A preocupação com a questão social será mais forte", ressaltou Kavazutti.

O fato de o novo Papa vir de um país socialista "é um indicio claro de que a Igreja se indentifica com o mundo e não com partidos políticos ou sistemas de Governo", observou o Bispo-Auxiliar D Thomas Murphy (de nacionalidade norte-americana), que responde pela Arquidiocese de Salvador na ausência do Cardeal D Avelar Brandão Vilela. Já D Mauro Morelli assinalou que vê na escolha de um Cardeal polonês "uma reafirmação do Evangelho, que se destina aos homens de todos os tempos e de todos os povos. Não é patrimônio de uma raça".

O responsável pela Arquidiocese de São Paulo, na ausência de D Paulo Evaristo Arns, disse também que "no momento em que, em São Paulo, os operários choram a morte violenta de um companheiro, a escolha de um Papa que foi operário deveria significar alguma coisa: que os trabalhadores que constroem a pátria merecem justiça, não só em salários, mas no reconhecimento de sua dignidade e valor de pessoa humana, que deveria ser ouvida e colocada na mesma situação de paridade com

outros grupos que buscam uma pátria livre e fraterna".

O Papa João Paulo II "será um chefe sólido e resistente, exatamente por ter nascido num país como a Polónia", afirmou o Núncio Apostólico, D Carmine Rocco, acrescentando: "Há possibilidade de se interpretar a eleição de um cardeal polonês para chefiar a Igreja como uma sanção ao relacionamento Igreja-Estado vivido nos países da cortina de ferro". Ressaltou ainda que, por sua "experiência de luta", João Paulo II poderá atuar contra regimes ditatoriais cujas relações com a Igreja sejam problemáticas.

D Carmine Rocco admitiu que existem problemas de relacionamento entre Estado e Igreja em países fora da cortina de ferro, referindo-se a regimes de direita. Mas salientou, contudo, que a missão do Papa "é estudar as questões e tomar medidas que se fizerem necessárias, com vistas a se alcançar a paz, seja junto a países de direita, esquerda ou de centro".

João Paulo II, para D Carmine Rocco, será "a síntese de João Paulo I, que, por sua vez, decidiu ser a síntese dos Papas João XXIII e Paulo VI, ainda que tenha tido um pontificado muito curto". Em Recife, o Arcebispo D Helder Câmara disse que estava certo de que o novo Papa adotaria o nome de João Paulo II: "E não acredito que se trate só de nome, de título ou simplesmente fachada. Vai ser um programa".

Para o Arcebispo de Olinda e Recife, o fato de o novo Papa ser polonês e não italiano não tem muita significação para a Igreja, "uma vez que nunca foi essencial o Papa ser italiano. Essencial é viver um esquema de Igreja segundo o Concílio Vaticano II. Um Papa que seja Bispo de Roma e presidente do Sinodo dos Bispos, que não seja apenas consultivo, um Papa que viva a colegialidade episcopal e a co-responsabilidade de todo o povo de Deus, um Papa que transforme a Cúria Romana em serviço a todo o povo de Deus".



Silveira e Geisel saúdam escolha

Brasília — O Papa João Paulo II "será um continuador dos caminhos que começaram a ser abertos por João Paulo I, que são os caminhos da comunicação de um período menos tenso dentro da Igreja, em relação à política ecumênica do próprio Vaticano, do seu relacionamento com outras fés e de sua capacidade de se entender melhor com o próprio povo católico", disse o Ministro do Exterior Azeredo da Silveira.

O Presidente Ernesto Geisel enviou ao novo Papa o seguinte telegrama de felicitações: "No momento em que Vossa Santidade é

elevada ao trono de São Pedro, rogo aceitar, em nome da nação brasileira e no meu próprio, as minhas vivas felicitações, bem como os votos que formulo pela felicidade de Vossa Santidade e pela grandeza de seu pontificado".

O novo Papa, segundo comentou o Ministro Azeredo da Silveira, é uma pessoa "de muitos matizes, uma personalidade muito interessante. Soube resistir às pressões contra a Igreja e, ao mesmo tempo, não tem posições extremas. É considerado mais moderado que o Cardeal Wyzinski (Cardeal-Primaz da

Polónia). Acredito que será um Papa muito habituado a resistir às pressões. Muito habituado a considerar que o sentido evangélico da Igreja tem um alto significado para o ser humano e, ao mesmo tempo, um Papa que conhece perfeitamente os problemas com os quais irá lidar".

O Chanceler observou que João Paulo II é um pastor, "embora faça parte de duas ou três congregações no Vaticano". Para Azeredo da Silveira, a Igreja buscou um candidato "eminentemente pastoral, mas com certo conhecimento do mecenismo da Igreja".

Embaixador vê o lado político

Brasília e São Paulo — Ao comentar o significado político da escolha de um Papa de país socialista, o Embaixador polonês em Brasília, Jan Kinast, afirmou que "é muito importante que toda a vida adulta do Cardeal Wojtyla tenha sido passada na Polónia contemporânea, socialista, e esta será uma experiência importante para o novo Papa".

O Consulado-Geral da Polónia, em São Paulo, recebeu com surpresa a eleição do Cardeal de Cracóvia. O Cônsul-Geral Mieczyslaw Tyla "é um homem inteligente e se- Klimas lembrou que o Cardeal Wojtyla "é um homem inteligente e será o primeiro Papa polonês da História. Esse fato tem grande impor-

tância para nosso país. Sua eleição coincide com a vontade dos eleitores em escolher um Papa jovem, enérgico".

Grande satisfação

O Embaixador Kinast divulgou a seguinte nota:

"É com verdadeira satisfação que recebemos a informação de que um Cardeal polonês foi escolhido Papa. É uma grande honra para todos os católicos poloneses e para o povo polonês.

Vale a pena lembrar que as tradições da Igreja Católica na Polónia têm mais de 1 mil anos. O Cardeal Karol Wojtyla, já agora

Papa João Paulo II, iniciou sua missão religiosa na Polónia após a Segunda Guerra Mundial e acompanhou os sofrimentos e experiências de todo o povo polonês durante a guerra.

Com enorme satisfação gostaria também de sublinhar as boas relações que existem entre a Igreja e o Estado na Polónia. A confirmação disso foi, por exemplo, a visita do primeiro-secretário do Partido, Edward Gierek, realizado no ano passado a Roma e as conversações que manteve com Paulo VI.

Hoje desejamos para o Papa João Paulo II os maiores êxitos em sua missão tão importante para o bem da humanidade e para o bem da paz no mundo".

RASIL

Ano LXXXVIII — N.º 202

27. Okt. 1978

CNBB condena a radicalização

Em documento sobre a política brasileira, a CNBB condena a radicalização capaz de desviar a transformação do regime "para um plano inclinado de capitulações que nos precipite no caos". Recomenda prioridade aos "remédios do sofrimento nacional" e cuidado com o açoitamento, o nervosismo e a "erupção de frustrações contidas".

A Igreja, lembra a nota, é apartidária e suas palavras não devem ser "instrumentalizadas para fins eleitorais de nenhum Partido".

A CNBB comenta temas polémicos, critica a emancipação do índio e reconhece que o projeto da nova Lei de Segurança Nacional

"tem elementos apreciáveis de abertura que, queira Deus, beneficiem sem demora grande número dos chamados presos políticos, exilados e banidos". Mas protesta contra a doutrina de segurança nacional, que privilegia o Estado.

Sobre as denúncias de corrupção, afirma: "A Revolução combateu com eficiência as formas organizadas e ostensivas de subversão, mas, hoje, ocorre à consciência nacional a dúvida angustiada se, no combate à subversão, não foram também silenciadas muitas vozes, cujo crime era precisamente a denúncia da corrupção". Por isso, considera a nação "escandalizada". (Página 3 e editorial)



CNBB pede serenidade para "momento crítico"

O documento da Igreja

O Brasil atravessa um momento de transição de um estado de exceção para um estado de normalidade. É sempre um momento difícil, tanto mais difícil, quanto mais duro o período de exceção. Difícil, porque exige adaptações. Difícil, pela erupção das forças reprimidas, das frustrações contidas.

Mais do que nunca são necessários: a altura e a lucidez, para não perder de vista as exigências permanentes do bem comum e não sacrificá-las a interesses conjunturais; a lealdade, como base de um diálogo construtivo, e, especialmente, serenidade e ponderação num momento propício para o desencadear de paixões.

O Brasil enfrenta assim um desafio histórico de dar ao mundo uma prova de maturidade política.

Não está fora da missão da Igreja fazer um apelo em favor dessas grandes virtudes cívicas, alertando para os riscos que parecem agora ameaçá-las, num clima de nervosismo e de acomodamento capaz de comprometer seriamente as intenções de superação do momento crítico que atravessamos.

A Igreja, nas bases, vem assumindo sua responsabilidade pela formação da consciência política do povo, a partir dos critérios que ela definiu como exigências cristãs de uma ordem política. Agindo assim, ela está agindo em coerência com seus princípios, que não foram formulados como um mero exercício de especulação teórica, mas para serem aplicados no momento oportuno, como este que vivemos agora.

A Igreja, a nível de CNBB, não se pode omitir. Cabe-lhe advertir para os riscos que ameaçam o exercício daquelas virtudes num momento decisivo. Procurando contribuir para esse aperfeiçoamento moral, animamos a palavra recente de João Paulo II, quando diz que "ao fazer isto, a Igreja, às vezes pode não ser compreendida, mas tem a convicção de estar prestando um serviço sem o qual a humanidade não poderia viver".

Fiel ao seu mestre e salvador, Jesus Cristo, a Igreja se coloca acima das conjunturas políticas e não admite que suas palavras sejam instrumentalizadas para fins eleitorais por nenhum partido político.

Esses riscos podem provir tanto de decisões precipitadas quanto de omissões irreparáveis.

OS PREÇOS DA PRECIPITAÇÃO LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Decisões graves vêm sendo tomadas, sem as condições indispensáveis para uma reflexão e um amplo debate que permitam chegar a opções conformes com as exigências da justiça e do bem comum.

Foi o caso da Lei de Greves. Está sendo o caso da Lei de Segurança Nacional. Não há dúvida que o projeto tem elementos apreciáveis de abertura que, queira Deus, beneficiem sem demora um grande número dos chamados presos políticos, exilados e banidos. Mas não há dúvida também que o projeto está envolvido ainda no mesmo equívoco que denunciava o nosso documento Exigências Cristãs de uma Ordem Política, equívoco de considerar segurança mais um privilégio do Estado do que um direito da nação. Daí o fato de apresentar-se como outorga política feita à nação pelo Estado, que permanece o árbitro inquestionável da medida concedida à nação para o exercício de seus direitos.

Indefinições de crimes, possibilidades abertas a novas formas repressivas, especialmente contra a liberdade de imprensa, são alguns aspectos graves do projeto que devem ser objeto de um debate leal e ponderado.

O DECRETO DE EMANCIPAÇÃO DO INDÍO

É o caso também do de-

creto da emancipação do índio. Organismos idôneos e cientistas competentes que examinaram desinteressadamente o problema do índio alertaram para a gravidade das consequências do decreto a ser sancionado. O Governo assumirá sozinho a responsabilidade dessas consequências. Não se descobrem motivos plausíveis para esse acodamento que subtrai o texto ao debate e gera a perplexidade sobre seu próprio conteúdo. Por que precipitar a sanção do decreto, quando, pessoas e entidades idôneas, sem nenhum interesse pessoal, denunciavam o fato que "emancipar grupos indígenas agora, é entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas que lhes rebaratarão, em maior ou menor prazo, as terras a vil preço, por grilagem ou por execução de dívidas, absorvendo-os como mão-de-obra barata?"

OS RISCOS DA OMISSÃO DE DENÚNCIAS AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

A Revolução de 64 se propôs combater a subversão e a corrupção. Combateu com eficiência as formas organizadas e ostensivas de subversão, mas hoje ocorre a consciência nacional a dúvida angustiada se no combate à subversão não foram também silenciadas muitas vozes cujo crime era precisamente a denúncia da corrupção. Protegida pelo silêncio, esta teria atingido proporções que hoje escandalizam a Nação. A verdade é que a Nação está escandalizada. Denunciar a corrupção é algo grave demais para ser utilizado como recurso eleitoral, mas a própria corrupção é algo mais grave ainda para ficar protegida pela omissão dos que tem o dever de apurá-la com absoluta isenção e lealdade.

O PROJETO SOCIAL

A nação se pergunta como estão sendo equacionados os seus grandes e sofridos problemas sociais. Existe fome e os preços sobem implacavelmente; existe uma tremenda carência habitacional e se discute projetos de legislação urbana e soluções sofisticadas, menos as que afetariam interesses estabelecidos; sente-se a recrudescência da criminalidade, da infância abandonada; milhares de migrantes se deslocam sem assistência nem orientação em busca de um trabalho incerto e mal remunerado, congestionando nossas grandes cidades, que se tornaram cidades sitiadas pela miséria; os problemas se acumulam nos setores da educação, da saúde, dos transportes...

A nação está ansiosa por um projeto social que venha atender as suas necessidades urgentes e inadiáveis. Ela não pode sofrer por mais tempo uma omissão no atendimento a essas urgências.

Um momento de transição é um momento difícil. A erupção das frustrações contidas pode nos arrastar a um plano inclinado de capitulaciones que nos precipite no caos. Mas um momento de transição pode ser também uma reorientação num sentido novo, de aceitar decididamente como prioridade política os remédios ao sofrimento nacional.

O novo Papa João Paulo II acaba de fazer um apelo no sentido da abertura, para que os sistemas estatais e econômicos se abram ao poder de Cristo, do Cristo portador de uma mensagem de paz fundada na justiça. Acolhamos esse apelo como feito também a nós."



Brasília — Afirmando que "o Brasil atravessa um momento de transição de um estado de exceção para um estado de normalidade", e que o momento "é tanto mais difícil quanto mais longo e mais duro o período de exceção", a presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral do CNBB distribuiu ontem nota de análise da situação nacional. A nota alerta para os riscos da precipitação e da omissão que, "num clima de acodamento e nervosismo, podem comprometer a superação do momento crítico que atravessamos".

A nota afirma que "não foge à missão da Igreja fazer um apelo para que as virtudes cívicas de lucidez, lealdade, serenidade e ponderação não sejam esquecidas", e aborda pontos como a Lei de Segurança Nacional, emancipação indígena, denúncias de corrupção e o projeto social. O documento frisa que "a Igreja se coloca acima das conjunturas políticas e não admite que suas palavras sejam instrumentalizadas para fins eleitorais por nenhum Partido político".

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1978

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Diretor: Bernard de Costa Campos

Editor: Walter Fontoura

Diretor: Lywal Salles

Consciência da Transição

Com a responsabilidade que sente ampliada pelo momento nacional e com a autoridade de uma isenção que a distancia por igual de todas as posições políticas, a CNBB propõe à reflexão dos brasileiros um documento em que ressalta a dificuldade existente em toda passagem do estado de exceção para a normalidade. E lembra que quanto mais áspera tiver sido a excepcionalidade, mais difícil será a transição.

As considerações feitas pela CNBB têm a dupla oportunidade de atender às necessidades de uma fase eleitoral já no seu apogeu, pelos indícios de exacerbação incontrolada na disputa, e de servir para balizar toda a etapa de uma abertura a que vem faltando o apoio de um debate sem as necessárias condições para a reflexão. Ao assumir a posição de severa advertência, a entidade que se expressa pela Igreja em nosso país declara a sua convicção de estar prestando um serviço à nação.

Por isso a CNBB usa de franqueza também em convocar o Governo à responsabilidade de abdicar do ímpeto de outorga com que se lança à elaboração de textos de amplo alcance político e social, como nos casos das leis sobre greves, Segurança Nacional e a emancipação dos índios. Proclama desnecessário e destituído de razão o acodamento que procura evitar ou restringir o debate, quando na verdade a discussão deve ser o elemento estabilizador dos instrumentos a se constituírem em peças funcionais do progresso e da justiça social.

A severidade do tom alcança também, no plano imediato, as correntes políticas em campanha eleitoral, quando a CNBB declara que "não admite que suas palavras sejam instrumentalizadas para fins eleitorais por nenhum Partido político". Fica explícita a disposição de contribuir para que se desarmem os espíritos na hora da transição em que as forças reprimidas e as frustrações contidas emergem naturalmente com toda a carga de energia acumulada pela margi-

nalização prolongada. Têm sentido apropriados e servem a todos as recomendações de lealdade, serenidade e ponderação. Pois só através dessas qualidades afins é que se produzirá a lucidez pedida e a altura recomendada, a fim de "não se sacrificar o permanente ao transitório".

Declara ainda a CNBB, em seu importante documento de definições, que a Igreja assumiu, nas bases, a responsabilidade pela formação da consciência política a partir de exigências cristãs indispensáveis, no seu entendimento, a uma ordem política digna dos sentimentos do nosso povo.

Em seu final o documento reflete o sentimento que também aguça na sociedade brasileira a sede de ver esclarecidas todas as suspeitas. "A nação está escandalizada" diante de uma sequência de indícios de comportamento administrativo insensível aos valores de probidade. Mas entende que essa indignação também não pode ser utilizada apenas como recurso de campanha eleitoral. Há necessidade, por parte do Governo, da efetiva disposição de apurar as suspeitas para efeito moralizador dos costumes.

A transição à normalidade implica a plena garantia ao indispensável debate sobre cada uma das propostas já feitas pelo Executivo. A Lei de Segurança Nacional — que mantém "a segurança mais como um privilégio do Estado do que um direito da nação" — cerceia, inibe e intimida o indispensável debate no próprio artigo que retém no Executivo um dispositivo arbitrário de censura.

O debate nacional poderia ampliar-se e intensificar-se tendo como roteiro o documento da CNBB que alinha todos os aspectos essenciais e contempla os ângulos suficientes para iluminarem-se as consciências chamadas à responsabilidade da hora grave da transição.

É um gesto franco e leal, digno de consideração isenta do Governo e da sociedade.

CNBB quer padres com vivência

08 Nov 1978

São Paulo — Preparação de padres que não tenham apenas formação teológica acadêmica, mas uma vivência pastoral da realidade atual, foi o tema principal debatido ontem pelos 33 bispos que participam da assembleia regional da CNBB, além de 120 assessores, entre religiosos e leigos.

Ao apresentar um balanço dos debates sobre o seminário, o Bispo Angélico Saldalo Bernardino destacou que "há um considerável aumento de candidatos ao sacerdócio, que deve continuar na medida em que a Igreja, como uma comunidade viva, prossiga em seu trabalho árduo, comprometida com a realidade do mundo".

Além dos cursos de Filosofia e Teologia, que estão exigindo ampliação no quadro de professores, os bispos de São Paulo analisaram ainda a nova opção para a formação de padres, adotada em São Paulo, onde os estudantes, ao invés de estarem agrupados em grandes seminários, moram em pequenos grupos, "para que tenham uma vida melhor de comunidade e uma prática pastoral em contato com o povo".

Os bispos debateram ontem também dois documentos que constarão da pauta da próxima assembleia nacional da CNBB: um sobre o batismo, com a adaptação do rito à cultura do povo brasileiro, e outro sobre a pastoral da unção dos enfermos. A assembleia regional da CNBB termina ao meio-dia de amanhã.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

D Aloísio adverte que abertura não é libertinagem

Fortaleza — O presidente da CNBB e do Celam e Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, D Aloísio Lorscheider, advertiu ontem que "abertura política não significa libertinagem política", e voltou a lembrar que "nós temos direitos e deveres em relação à pátria e talvez esses deveres sejam muito mais acentuados do que os direitos".

Para D Aloísio, não se pode "simplesmente passar por cima de tudo uma esponja", razão pela qual acha que a anistia só deve ser concedida aos que "estão apenas condenados por motivos puramente políticos", ou que "nós consideramos injustamente na prisão". Sobre a corrupção, disse que "ela é baseada na idéia de que quem exerce encargo político é o dono do Brasil, é o dono da nação: isto está errado".

A ENTREVISTA

— Qual a mensagem que o presidente da CNBB e do Celam tem para o eleitorado brasileiro?

— A mensagem, em primeiro lugar, é esta: que todos votem, segundo a sua consciência. É claro que, no nosso Brasil, se impõe, sempre mais, a formação de uma consciência política muito mais sadia, ainda. Isso significa que nós ainda não temos aquela idéia bem clara de que a pessoa que recebe um cargo político, através do nosso voto, deve estar realmente a serviço do povo. Exercer um cargo político — seja o de Presidente da República, de Presidente do Senado, da Câmara, seja de Deputado, Prefeito ou Vereador — deve ser a prestação de um serviço ao povo. Por isso, a pessoa eleita deve preocupar-se com o povo.

Infelizmente, existe entre nós o que chamamos a busca do próprio interesse. Não existe ainda a busca do verdadeiro bem comum. Esta busca, é claro, se realiza sempre através de uma busca partidária. Por isso, o Partido político é uma necessidade numa nação. Porém, nunca um Partido político pode ser único, porque não é um Partido só que é o dono da verdade ou que dá toda a dimensão, a plu-

riformidade de uma nação. Os vários Partidos políticos se devem completar. É claro que entre os Partidos políticos, entre as autoridades que ocupam cargos políticos, deve haver um diálogo constante. Não pode uma nação progredir se aqueles que receberam cargos políticos não dialogam entre si, nem com a nação.

Muitas vezes tenho a impressão de que, entre nós, ainda existe muito aquela idéia de que o responsável político, isto é, o que recebe o encargo político, seja como que um fazendeiro e os demais, os seus agregados. É o contrário: aquele que recebe um cargo político deve se considerar como um agregado do povo que lhe dá o encargo político. O fazendeiro é o povo. O que recebe o cargo político é o agregado. É nesta linha que nós deveríamos trabalhar. Enquanto não descobriremos esta linha de serviço na política, nunca teremos na nossa pátria uma política sadia. Por isso, votando em consciência, devemos buscar aqueles homens que realmente sabemos que procuram servir o povo.

— Como a Igreja observa as eleições da próxima semana e sua implicação na abertura política?

— Eu acredito que toda eleição tem a sua importância, contanto que ela seja feita nos moldes verdadeiros e reais em que deve ser feita. Que as pessoas participem com toda a consciência e com toda a responsabilidade. Acredito, também, que a abertura política, se realizada nesta linha, é uma necessidade absoluta para todo e qualquer país, e muito mais ainda para o Brasil.

Agora, abertura política não significa libertinagem política. É claro que nós somos cidadãos, que devemos ter responsabilidades. Nós não temos só direitos em relação à nossa pátria. Nós temos também deveres. E talvez esses deveres devam ser muito mais acentuados do que os direitos. Nós temos o direito de sermos respeitados, mas temos também o dever de respeitar os outros. Nós temos o di-

reito à livre informação, mas temos o dever de dar uma informação correta e sincera, dentro da verdade. Temos direito a que sejamos julgados dentro da Justiça, mas nós temos

também obrigação de praticar a justiça. E assim poderíamos continuar. De modo que a abertura política significa o equilíbrio entre os direitos e os deveres do cidadão para com a sua pátria.

— Como o Senhor analisa a situação política nacional?

— Eu faria apenas uma análise pastoral, não uma análise política, nem uma análise sociológica, mas uma análise pastoral. Pastoralmente falando, nós, no Brasil, devemos caminhar muito ainda, porque existem, em nossa pátria, muitos contravalores.

Falando pastoralmente, uma tentação que sempre reaparece na nossa vida política, é a corrupção. A tentação de corrupção, que justamente é baseada nesta idéia de que quem exerce o encargo político é o dono do Brasil, é o dono da nação, é o dono de tudo aquilo que está na nossa grande pátria. É isto o que está errado. Nós não somos donos de nada, pois os dinheiros públicos são dinheiros do povo. Os recursos que o Brasil possui são recursos do povo, e assim por diante. Quer dizer que nós temos uma grande responsabilidade em relação aos outros. Portanto, esta tentação, ela sempre de novo ronda os que ocupam cargos políticos.

Tudo isso nós devíamos encarar muito mais seriamente. Nisso nós temos realmente que mudar, porque mudamos muito pouco. Depois, nós ainda temos na nossa vida política brasileira — e não apenas por parte de governantes, mas de governados — uma sensação, uma idéia por demais paternalista. Nós achamos que o Estado deva fazer tudo, quando o Estado tem função subsidiária. O que podem fazer os organismos intermediários não deve ser dado como função do Estado. O que pode fazer a instituição inferior, deve ela fazê-la. Então, isto também falta ao nosso Brasil, quero dizer o melhor uso do princípio da subsidiariedade. Eu diria que nesse sentido, no Brasil — embora uma certa centralização seja muito necessária para conservar a unidade do país — faz-se necessária uma descentralização. E se essa descentralização for bem dirigida por quem está no centro, poderemos estar certos de que teremos uma pátria

sempre mais forte, sempre mais segura contra tudo aquilo que os tempos modernos possam nos afligir.

— O Senhor é favorável à anistia ampla e irrestrita?

— Eu gostaria de definir estas expressões ampla e irrestrita. Nós somos a favor, como já dissemos diversas vezes, de uma anistia para todos aqueles que, naturalmente, não são passíveis de julgamento por causa de crimes comuns. E por isso nós achamos que todos aqueles que não cometeram crimes previstos na nossa lei penal deveriam ser anistiados. Os outros, estes é que deveriam ser julgados pela Justiça comum.

Então, não simplesmente passar por cima de tudo uma esponja, mas que realmente os que estão apenas condenados por motivos puramente políticos, estes deveriam receber a sua anistia. E certos erros que foram cometidos deveriam também ser detidamente analisados. Mas tudo isto está previsto na lei penal, que deve considerar, no julgamento da pessoa que comete o erro, a sua situação, à luz da qual deve ser julgada.

Portanto, quem deve realmente receber anistia é aquele que nós consideramos injustamente na prisão.

— A CNBB fez alguma pesquisa para observar a tendência do eleitorado no próximo pleito?

— Nós não fizemos e nunca faremos uma pesquisa de ordem política. Esta não é a nossa missão. Muitas vezes, as pessoas pensam que nós nos metemos na política. Nós não nos metemos na política, enquanto ela é política partidária. Nós apenas procuramos, a partir do Evangelho, iluminar a política, que é uma função como a economia, como cultura, qualquer outra atividade do homem. E toda atividade do homem deve ser orientada, segundo o Evangelho, do contrário ela não será para o benefício do homem. O que está fora do Evangelho não poderá jamais trazer a felicidade do homem.

CEDIN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

CNBB reúne bispos em Itaiçi

07. Nov. 1978

São Paulo — A reflexão dos bispos sobre as próximas eleições "que nos cercam e nos envolvem", sobre o projeto de Lei de Segurança Nacional, sobre os movimentos operários e sobre o Congresso nacional pela anistia foi solicitada ontem pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, na abertura da assembleia regional da CNBB que prosseguirá em Itaiçi, até quinta-feira.

A pauta, incluindo esses itens, foi aprovada pelos 150 participantes da assembleia — 33 bispos e cerca de 120 assessores, entre religiosos e leigos. O primeiro dia da assembleia foi dedicado a reuniões privativas dos bispos, com a presença do nuncio apostólico, D. Carmine Rocco, que deverá debater com o episcopado de São Paulo e criação de dioceses e províncias no Estado.

Dirigente da CNBB desmente campanha da Igreja contra os candidatos divorcistas

Salvador, Recife e Florianópolis — O subsecretário da CNBB, Padre Raimundo José Soares, que participa em Salvador da 16a. Assembléia-Geral da Regional Nordeste III da CNBB, negou ontem que a Igreja esteja assumindo uma posição de pressão contra os parlamentares que votaram pela lei do divórcio e tentam a reeleição.

Confirmou, contudo, que tem recebido — e atendido — pedidos de membros da Igreja para que envie listas dos nomes dos deputados e senadores divorcistas, a fim de serem divulgadas nos locais onde estes pedem votos. Considera que os que agem desta forma não estão infringindo a determinação da Igreja de evitar um alinhamento político partidário.

ESCLARECIMENTO

Segundo o padre Raimundo, o envio de listas aos que encaminham pedidos à CNBB — que ele faz questão de ressaltar que não é uma atitude oficial da Conferência — é apenas uma forma de esclarecimento público, porque o divórcio é combatido pela Igreja, que não aceita a indissolubilidade do casamento.

Em Recife, o Pároco da cidade sertaneja de São José do Egito, padre Egidio Bizo, repudiou ontem oferta de Cr\$ 40 mil, feita pela Arena, para reconstruir a torre do templo do município, que desabou em 1976, sem que nenhuma autoridade tenha se prontificado a colaborar, e advertiu aos fiéis que "a Igreja não tem candidato".

O sacerdote mostrou-se irritado com o Deputado Joaquim Coutinho (Arena-

PE), candidato à reeleição, que em 1974 teve votação razoável na localidade, mas que nunca havia oferecido ajuda para reedificar o prédio. Nesta semana, o parlamentar ofereceu Cr\$ 40 mil, mas o religioso recusou a doação, e disse aos católicos sertanejos porque não aceitava o dinheiro.

Na primeira manifestação política feita por um religioso catarinense nos últimos anos, o Bispo de Chapecó, D. José Gomes, disse que "nós não aceitamos que se explorem tanto os campeonatos de esportes, novelas na televisão e o exagero da propaganda para distrair o povo e fazê-lo esquecer da realidade da vida. Nós não concordamos também com a não execução da reforma agrária, com o extermínio dos índios, o favorecimento das multinacionais e com tantas outras coisas".

Cardeal não quer vincular abertura

Salvador — "Não se deve vincular a abertura política à vitória da Arena nas eleições deste ano. Devemos crescer em termos de consciência política esclarecida, pensando no bem-estar dos brasileiros. A abertura, embora não seja plena, não me parece que seja apenas em função da fase pré-eleitoral, é um compromisso assumido há mais tempo e que se vem desdobrando lentamente, mas se vem desdobrando".

Esta é a opinião do Arce-

bispo de Salvador, Cardeal Avelar Brandão Vilela, considerando também que a abertura deve ser irreversível, embora não tenha ariscado afirmar que ela o seja: "Não sou futurólogo e o que vai acontecer eu não sei". Para o Primaz do Brasil, o compromisso do Presidente Geisel com a abertura "pareceu honesto". Imagina que esta fase não significa o fim do processo, "deve caber ao que assume dar seguimento. E' o que a nação espera".



Bispos de São Paulo

criticam Lei de Segurança

São Paulo — Por 33 votos e uma abstenção, a assembleia regional da CNBB aprovou ontem o documento A Segurança como Bem de uma Nação, que aponta distorções no projeto da Lei de Segurança Nacional e adverte: "Não se pode admitir que o sistema de segurança subordine aos interesses do Estado e do Governo os valores e direitos dos cidadãos".

"Os Bispos desejam, nesta hora, que a segurança se transforme numa fraternidade, numa anistia, num desejo de solidariedade", afirmou o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, ao comentar o documento que, segundo ele, "obriga os políticos que são católicos, representantes do povo, a debaterem o projeto e elaborarem alguma coisa. Obriga igualmente a todos nós, cristãos, a dar nossa contribuição".

O DOCUMENTO

"Estamos vivendo no Brasil um clima de esperanças quanto à necessária reformulação das normas fundamentais da ordem social, econômica e política mais adequada aos anseios do nosso povo, que está despertando para uma análise crítica da realidade e assumindo a luta pelos seus direitos. A situação atual tem contribuído para um amplo debate de idéias, dentro de um sadio entrosamento de opiniões. O confronto das divergências, aliás, é uma condição normal para melhor visualização dos caminhos democráticos.

A Igreja, solidária com os anseios do povo por condições mais condizentes com as exigências da justiça e da compreensão entre os homens, não pode furtar-se a trazer também sua contribuição para iluminar o debate sobre a segurança como bem de uma Nação, inspirada pela mensagem do Evangelho. Coerente com a missão que recebeu de Jesus Cristo deve a Igreja colaborar para a preservação dos valores com que Deus marcou a existência do homem no mundo.

Com esse objetivo, queremos manifestar-nos sobre algumas questões de ordem moral que decorrem do ordenamento jurídico instituído em nosso país para a definição da segurança nacional e a caracterização de crimes perpetrados contra ela.

Até agora essa legislação fora imposta à nação por um ato discricionário, sem a participação do órgão legislativo composto de representantes do povo. Cabe neste momento ao Congresso Nacional pronunciar-se sobre um projeto de Lei de Segurança Nacional, reformulando o estatuto vigente.

Encaminhado pelo Governo o projeto de Lei de Segurança Nacional ao Congresso Nacional, não podem os representantes do povo omitir-se no exercício do grave dever de votar um que corrija certas distorções existentes, contrárias às exigências éticas dos valores fundamentais da dignidade humana (Cs Exigências Cristãs de uma Ordem Política, nn. 5 e 35). Lamentamos, contudo, que a remessa desse anteprojeto ao Congresso nesta época de preparação eleitoral não permitirá um amplo e desdobrado estudo por parte dos congressistas, contribuindo para anular a colaboração dos legisladores. Manifestamos a esperança de que o futuro Congresso corrija, a seu tempo, e sem demora, o que agora não puder ser feito".

A própria doutrina da segurança nacional que tem sido difundida entre nós merece uma análise cuidadosa quanto aos seus pressupostos básicos. Ela se fundamenta na afirmação de que o mundo se encontra diante de uma situação de "guerra total" imposta pelo comunismo internacional ao mundo "ocidental democrático". A essa "guerra total" deveria contrapor uma "segurança total", isto é, um sistema de segurança que envolva todas as atividades humanas e todos os setores da sociedade. Dessa premissa e por ela inspirada e sustentada, pretende-se impor como norma que todas as "pessoas físicas e jurídicas" sejam responsáveis pela segurança nacional.

Consideramos, porém, que tal conceituação da ordem

social e o ordenamento jurídico decorrente instituem um tipo de conveniência em que todos suspeitam de todos, na preocupação de descobrir possíveis inimigos e mesmo idéias e atitudes que seriam contrárias à segurança nacional.

Importa afirmar que a segurança deve destinar-se à defesa das pessoas e das instituições criadas pela sociedade para consecução do bem comum. Garantir essa segurança é missão do Estado. Não se pode admitir que o sistema de segurança subordine aos interesses do Estado e do Governo, os valores e os direitos do cidadão no que se refere especialmente à integridade da vida, à liberdade de expressão e de associação para fins pacíficos e à participação nas decisões políticas conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Constitui exigência fundamental da ordem social que as normas contidas nas leis penais sejam formuladas de modo objetivo e preciso, sendo o seu texto suficiente para caracterizar o crime, sem depender essa tipificação de um julgamento puramente subjetivo das autoridades responsáveis pela ordem pública ou do juiz.

Para esse fim não são adequadas expressões genéricas meramente conceituais, tais como "paz social, prosperidade nacional, harmonia internacional" ou então "guerra psicológica adversa, revolucionária e subversiva".

Essa forma de texto jurídico gera uma insegurança na convivência social.

Julgamos necessário que se instaure uma ordem jurídica democrática em que a justiça comum seja a responsável pelo julgamento de todos os cidadãos, executando-se os casos específicos de violações das normas que regem as funções e atividades militares, ou relações de natureza trabalhista.

Com esta nossa manifestação, queremos contribuir para que a vida nacional seja conduzida para a instauração de uma verdadeira fraternidade cristã, baseada em gestos de anistia, reconciliação, compreensão e solidariedade.

Com o pastores, invocamos as luzes e as bênçãos de Deus para que o Brasil caminhe confiante para um futuro de justiça e de paz".

ELEIÇÕES NAO

Por 23 votos a nove, os Bispos de São Paulo decidiram não divulgar um documento, preparado pelo Bispo Auxiliar de Sorocaba, Dom Amaury Castanho, sobre as eleições de 15 de novembro. Segundo o Bispo Auxiliar de São Paulo, Dom Angélico Sandalo Bernardino, o documento "não faz críticas de raiz sobre todo o processo eleitoral que, evidentemente, é doente. Isso enfraqueceu o documento".

EM SALVADOR

A assembleia dos Bispos da Regional Nordeste da CNBB, que inclui as dioceses da Bahia e de Sergipe, divulga hoje o documento "que será também uma declaração de solidariedade aos que são acusados de subversivos por estarem legitimamente lutando na promoção do homem na pastoral da Terra e na reforma de algumas estruturas", segundo declaração divulgada ao fim da reunião de ontem.

Serão incluídas denúncias sobre a situação de pescadores ameaçados por empresas de pesca, e condições precárias nos presídios. A solidariedade aos que "são taxados de subversivos" é uma resposta à acusação de que um padre da cidade de Rui Barbosa (BA), e o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, são comunistas.

Não haverá declaração sobre as eleições, de 15 de novembro, mas decidiu-se pela impressão de uma cartilha eleitoral que será distribuída um ano antes das próximas eleições.



Brasília — Para atender o desejo do Papa João Paulo II, deverá ser programado um encontro com índios e posseiros, na cidade maranhense de Imperatriz, onde já houve sérios conflitos por causa de terras, informou ontem a CNBB. Em princípio, o Papa chegará em 20 de junho de 1980, para uma visita de oito dias.

Comissão da CNBB pensa em programar a visita a Imperatriz logo após a chegada do Papa à Fortaleza, primeira escala no país. João Paulo II irá depois a Recife, Salvador, Rio, São Paulo, Aparecida do Norte, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Manaus. A ida até Imperatriz dependerá de disponibilidade na agenda.

Aparecida

A CNBB explicou que será muito importante o encontro do Papa com a multidão, em Aparecida do Norte, embora haja críticas contra a excessiva comercialização em torno da romaria e do fanatismo de muitos fiéis, o que poderia levar a um questionamento da visita papal.

A comissão recomenda que se realize em todo o país "um intenso esforço de motivação pastoral sobre o verdadeiro sentido da figura do Papa nos dias de hoje, como princípio da unidade na Igreja". Para tanto, a CNBB distribuirá prospectos e filmes que ilustrarão catequeticamente a pessoa e a missão do Papa hoje na Igreja e no mundo.

Cimi critica uso da mão-de-obra indígena

Brasília — "Por que a prioridade da demarcação surge agora, e vinculada à exploração de mão-de-obra indígena?" — a questão do Conselho Indigenista Missionário (da Prelazia de Tefé, AM) refere-se a convênio da Funai e Sudhevea (Superintendência do Desenvolvimento da Borracha) para triplicar a produção e melhorar a qualidade da borracha colhida por 30 mil índios no Acre, Amazonas e Rondônia.

O Cimi lembra que o Coronel João Carlos Nobre da Veiga afirmou com orgulho, ao ser empossado na presidência da Funai, quarta-feira, que o convênio melhorará a mão-de-obra e os preços no mercado. O sistema terá como base cooperativas e os lucros serão administrados pela Funai, revertendo aos índios como bens de consumo. Para o Cimi, a Funai vai se transformar em um novo patrão.

Exploração

Nota oficial do Cimi afirma que a demarcação das reservas é imprescindível para a integridade das comunidades, mas resulta em exploração se não houver autodeterminação do grupo. A partir daí, lança dúvida sobre os propósitos da Funai ao aliar-se com a Sudam, Banco da Amazônia e Governos dos Estados e do Território para o convênio.

Os missionários de Tefé afirmam que os índios katukina, kanmari, tukuna, kulina e deni transformaram-se em migrantes por não terem terra demarcada, e não por opção. Lembram ainda que o lucro desse tipo de empreendimento nunca reverte para os índios, como ocorre no Sul com as madeiras de reservas guaranis e kalkangues.

Em Rio Branco, a coordenação do Cimi na Amazônia Ocidental criticou a indicação do Coronel Carlos Nobre da Veiga para a Funai, entre outros motivos por ter trabalhado "numa empresa — a Vale do Rio Doce — invasora de terras indígenas, como a dos yanomani (Roraima) e tupiniquins (Espírito Santo).

Afirma a nota oficial que ele não tem conhecimento suficiente para o cargo, e chama atenção para a situação dos índios do Acre, cujas reservas ainda não foram demarcadas, e os de Rondônia, onde "a situação está em pé de guerra", diante de conflitos com posseiros.

Invasores de reserva temem ser expulsos

Pimenta/Bueno (RO) — Após a Rádio Nacional de Brasília noticiar que os invasores da reserva indígena de Suruí, em Cacoal, teriam de sair de lá, 150 colonos correram à sede do Projeto Fundiário Corumbiara, neste município, para obter informações sobre o destino das suas famílias. Muitos deles garantiram que só deixarão as terras depois de mortos.

No ano passado, o então presidente da Funai, engenheiro Ademar Ribeiro da Silva, visitou o Suruí e prometeu retirar os invasores (400 famílias, segundo o INCRA) para terras perto da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Entretanto nada foi feito, o que aguçou a disposição de luta dos jovens da tribo.

Invasões

Desde 1976 aumentaram as invasões às reservas indígenas, com sérios transtornos para o INCRA e a Funai. Ontem, 150 colonos (capixabas, paranaenses, mineiros, gaúchos e mato-grossenses) conversaram por três horas com o executor do projeto Corumbiara, técnico-agricola Paulo Roberto Brandão.

Disseram que estavam cansados de apelar ao pessoal do Projeto Gyparaná, sediado em Cacoal, a 40Km de Pimenta Bueno (500Km de Porto Velho). Informaram que o diretor do Parque Indígena do Aripuanan, sertanistas Aymoré Cunha da Silva, lhes diz apenas que devem sair da reserva.

O técnico Paulo Brandão se considera impotente para expulsar os invasores, mas alertou que quanto mais demorar, mais aumentarão os problemas das famílias: "Mas o que vamos fazer: proibi-las de trabalhar em suas lavouras? De onde elas tirariam o sustento?"

Pastoral Urbana da CNBB quer salvar a cidade por ação a partir da periferia

Brasília — A CNBB divulgou ontem o primeiro documento sobre Pastoral Urbana, onde reafirma a linha fixada na Conferência de Medellín, de opção pelos pobres — "A Igreja deve fazer da opção prioritária pela periferia o caminho de uma ação pastoral que vise à salvação de toda a cidade".

"A Igreja, mais que continuar atitudes assistenciais, deve colocar à disposição do povo, especialmente marginalizados e indefesos, recursos humanos, morais e materiais de que dispõe". O documento destaca defesa do direito dos presos, assessoria jurídica para defesa de direitos trabalhistas e apoio a movimentos populares (despejos, loteamentos ilegais, poluição, etc).

GESTOS

Ao traçar um diagnóstico da situação urbana para orientar as atividades pastorais, diz o documento: "Numa nação em que todo o crescimento está baseado no capital, no quase monopólio dos meios de produção e no lucro, a exploração do trabalhador e a procura do lucro desmedido acentuam a injustiça social, e provocam endurecimento do conflito entre opressores e oprimidos".

"A periferia, como fenômeno de marginalização, tende a crescer, mais como finchiação do que por integração orgânica, em consequência de um processo seletivo de industrialização e de um processo global de mudança, baseado na concentração do poder econômico".

Diante da realidade urbana atual, o documento defende a realização de "gestos proféticos da Igreja", com apoio explícito da hierarquia aos atos de reivindicação que exigem melhores condições de vida, salário, trabalho e liberdade de expressão e pronunciamentos, "embora tais gestos choquem aqueles que tomam a missão da Igreja como algo meramente espiritual, sem compromisso algum com a realidade quotidiana do homem".

DESAFIOS

O documento, preparado por um pequeno grupo de sacerdotes, traduz as conclusões e documentos do Encontro Nacional de Pastoral Urbana realizado em março, em Belo Horizonte. Coloca como grande desafio da Pastoral Urbana o ritmo de crescimento das cidades,

sua expansão desordenada, a adoção de um modelo econômico de industrialização acelerada e a imposição de formas de autoritarismo político. O estudo informa que, de 1940 a 1970, a população urbana cresceu de 31% da população total para 56%, e a estimativa é de que em 1980 represente 2/3 da população brasileira.

A Pastoral Urbana está preocupada em situar as cidades dentro de um contexto global do modelo de desenvolvimento econômico nacional, ao qual atribui as duas realidades dos pontos urbanos: "O centro (área de concentração de poder, dinheiro e serviços) que tira da periferia (áreas urbanas ou suburbanas onde se acumula a miséria e escasseiam serviços) mão-de-obra barata e parte de sua clientela comercial, distribuindo-lhes mais ilusões que benefícios".

O estudo destaca, também, as características específicas da cidade em relação ao meio rural, como a multiplicidade de relações devido à diversificação de atividades, bem como a possibilidade de anonimato que os grandes centros oferecem. É questionada também a mobilidade do homem urbano e as implicações que traz sua fixação numa paróquia, bem como a massificação, qual a Igreja deve responder com uma pastoral de massas, sem deixar de estimular o senso crítico e a criatividade.

Um dos aspectos marcados pelo documento é a variedade de opções culturais nos centros urbanos, bem como o desenraizamento do meio rural, que torna os recém-chegados

mais disponíveis a novas influências. Neste sentido, o documento destaca que a resposta religiosa a essa população não é oferecida somente pela igreja católica, mas também pela multiplicação de "agências religiosas", que provocam expansão rápida de outras práticas religiosas ao lado do catolicismo, bem como fenômenos de sincretismo religioso.

TENSOES

Dentro deste quadro, a Pastoral Urbana enfrenta, como principal tensão, o confronto da mentalidade rural com a urbana, e conclui que, na cidade, "multiplicidade de seitas e mentalidades tende a desnormalizar o comportamento religioso, se não for encontrada uma nova síntese entre fé e vida".

A busca desta nova síntese tem levado a Igreja a assumir e apoiar muitas reivindicações econômicas, sociais e políticas, cumprindo o espírito do Concílio Vaticano II, de evangelizar o homem todo. Este comportamento, por sua vez, tem provocado inquietação quanto à verdadeira função dos agentes de pastoral, que temem um afastamento da Igreja de sua verdadeira missão. Também a quebra da uniformidade de ação da Igreja propiciaram pluralismo pastoral chocante para a mentalidade tradicional da instituição e exigindo novas formas de expressão de unidade pastoral.

Finalmente, a complexidade dos relacionamentos urbanos, bem como a mobilidade das pessoas numa cidade, levaram a Igreja a concluir pela necessidade de novas estruturas eclesiais, pois as paróquias e dioceses, divididas territorialmente, não mais atendem às necessidades urbanas. As novas estruturas — grupos, movimentos, comunidades de base — são um novo desafio à Pastoral Urbana, na medida em que exigem coordenação e articulação para somarem esforços pastorais.

AMBIENTE

O documento também defende a Pastoral Ambiental Especializada como uma das formas evangelizadoras mais eficazes nos centros urbanos. Neste campo, o estudo frisa que deve ser dada "especial atenção à presença da Igreja no meio operário, pois apesar de algumas iniciativas recentes, a Pastoral Operária nas grandes cidades está insuficientemente desenvolvida".

A seguir apóia os movimentos de Igreja, com forte representação leiga, por entender que eles respondem melhor à realidade na cidade do que a paróquia, mas frisa que muitas vezes estes movimentos recrutam seus membros na classe média e "servem de fuga daqueles que querem chamar-se católicos fervorosos mas não se deixam questionar pela justiça social". Assim propõe que os movimentos sejam orientados a uma sintonia com a igreja local, no sentido de refletirem sobre suas ações. As Comunidades Eclesiais de Base, segundo o documento, conscientizam as populações periféricas, mas não se estruturam no centro das cidades, onde as pessoas alimentam sua vida social em diferentes grupos e não na vizinhança — célula das CEBS.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

573 29.11.78
CNBB cria centros de direitos humanos

Brasília — A presidência e a Comissão de Pastoral da CNBB aprovaram moção da Comissão de Justiça e Paz para que sejam criados Centros de Defesa dos Direitos Humanos em todas as dioceses, autônomos mas

com apoio da Comissão. Também foi aprovada a realização de seminários de cristianismo e política, a fim de esclarecer a forma de participação da Igreja e dos cristãos no processo político do país.

8. Jan. 1979

JORNAL DO BRASIL □ Segunda-feira

Igreja promete insistir em seu pedido para que o Brasil receba refugiados

Porto Alegre — Apesar de confirmada a negativa do Governo brasileiro em acolher refugiados vietnamitas que estão em navios ao largo dos portos de Hong-Kong e Manilha, o secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D Ivo Lorscheiter, disse ontem que "a Igreja brasileira não vai desistir de seu apelo e, pelo contrário, irá renová-lo e repeti-lo".

"Vamos insistir" — disse D Ivo — "pois é uma questão de humanidade e o Brasil não pode omitir-se nem ficar distante do problema. A Igreja vai insistir. Somos o maior país católico do mundo. Será que não podemos ao menos receber uma parte dos vietnamitas, a exemplo do que fará a Alemanha, que tem território muito menor?"

REVISAO

Mesmo sem conhecer as razões que levaram o Itamarati a não receber os refugiados, o Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, acha que o Brasil deve rever sua posição e recebê-los "pois esta seria uma atitude cristã e de humanidade".

"Acho que os refugiados deveriam ser acolhidos em nosso país. Considero uma desumanidade total essas pessoas não conseguirem um lugar para viver. Não importa quem são ou o que faziam; a verdade, eles não podem continuar como deserdados do mundo", disse D Vicente Scherer.

O Governo de Israel decidiu receber 100 aos mais de 2 mil vietnamitas que estão a bordo do navio *Tung An*, em águas filipinas. A decisão foi anunciada ontem, depois da reunião dominical do Governo israelense. Um avião será especialmente enviado à Ásia para recolher os que serão recebidos pelo Governo hebreu.

Dos 17 ministros do Governo Begin, 14 foram favoráveis à medida. No comunicado em que dá conta da decisão, o Governo pede que "os Estados grandes e livres" também recebam refugiados.



5/4/79 28

Papa nomeia novos bispos no Brasil

Cidade do Vaticano — O Papa João Paulo II nomeou Bispos-Auxiliares de São Paulo os Monsenhores José Fernando Penteado, de 45 anos, e Décio Pereira, de 39. Também Monsenhor José Costa Campos, de 61 anos, foi nomeado Bispo de Divinópolis, em Minas Gerais, substituindo a Monsenhor Cristiano Portela de Araújo Pena, de 65, que renunciou ao cargo.

Os dois novos Bispos-Auxiliares são ambos nascidos em São Paulo: Monsenhor José Penteado seguiu os cursos de Filosofia e Teologia no Seminário de Ipiranga, ordenando-se sacerdote em 1960; e Monsenhor Décio Pereira fez seus estudos no Seminário Menor de São Paulo, cursando Filosofia em Aparecida e Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

O Papa aceitou, também, a renúncia de Monsenhor Joaquim Gonçalves, Bispo de Coronel Procópio, no Paraná.

13. Jan. 1979

CNBB espera resposta do Itamarati

Fortaleza — Pronunciamento do Itamarati relativo ao telegrama enviado pedindo que o Governo reconsiderasse sua posição com relação aos refugiados vietnamitas que estão ao largo do porto de Manilha continua a ser esperado pelo presidente da CNBB, Cardeal Aloisio Lorscheider. A Igreja pede que o Brasil receba parte dos refugiados.

Caso o Itamarati não responda ao telegrama dentro de um prazo considerado "prudencial" pela CNBB, o Cardeal disse que insistirá no apelo, "porque se trata de uma questão de humanidade". O Conselho Nacional da TFP também enviou telegrama ao Chanceler Azevedo da Silveira, pedindo que o Brasil "abrisse generosamente suas portas e suas vastidões inocupadas aos heróis vietnamitas, transfugas gloriosamente inconformados com a escravidão de sua pátria ao comunismo internacional".

A REUNIÃO DA CNBB

A prática diária já superou os debates

Resta a eleição do novo presidente. Favorito: dom Ivo

Clóvis Rossi

Itaici, uma cidadezinha perdida entre São Paulo e Campinas, entrou para o vocabulário político brasileiro a partir do instante em que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a elegeu como local favorito de suas reuniões. E de lá passaram a sair densos documentos de análise da realidade sócio-política brasileira. Agora (a partir do dia 18 e até o dia 27), Itaici volta a receber os bispos brasileiros para uma assembléia que teria tudo para ganhar as manchetes dos jornais. Afinal, os bispos vão eleger todos os novos dirigentes da CNBB e, ainda por cima, discutir a aplicação no Brasil das conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla, México, há dois meses.

Desta vez, entretanto, Itaici e o próprio pós-Puebla estão se dando na prática diária com tanta intensidade que podem quebrar o impacto das

discussões, a nível teórico, do episcopado. Basta folhear os jornais: onde é que se instalou o centro de distribuição de gêneros alimentícios aos operários do ABC em greve, no mês passado? Na igreja da matriz, em São Bernardo do Campo. Onde é que foi que Luís Inácio da Silva, o Lula, reassumiu, mesmo cassado, o comando do movimento grevista? Na catedral de Santo André, durante missa oficiada por dom Cláudio Hummes, bispo diocesano da região. E onde foi que se reuniram os professores primários e secundários do Estado de São Paulo para decidir se continuavam ou não em greve, na terça-feira, dia 10? Na igreja da Consolação, bem no centro de São Paulo.

Do outro lado. O ímpeto que ganhou o engajamento da Igreja na questão social é de tal ordem que suplanta de longe — e na prática diária — a eterna discussão sobre quem vai ganhar a assembléia de Itaici: os conservadores ou os progressistas. Esse debate, hoje, já não faz sentido, vencido pelo peso da realidade. Uma realidade tão poderosa a ponto de subverter a imagem habitual de uma Igreja ao lado dos poderosos, por ação ou omissão:



Dom Aloisio (à esq.) sai: entra dom Ivo, mas a linha de ação não muda

Fotos: Jucá Martins

ENTREVISTA

**"Dom Pelé":
por que somos
subversivos**

Jorge Baptista

Dom José Maria Pires, o "dom Pelé" da Paraíba, o segundo negro sagrado bispo no Brasil (o primeiro foi dom Silvério Gomes, de Mariana, falecido em 1922), executa suas atividades pastorais numa área de tensão social, onde a luta pela terra e por melhores condições de vida marca o cotidiano de uma massa de arrendatários, parceiros e assalariados. Sua diocese, com sede em João Pessoa, cobre uma região de 56 municípios — do Litoral ao Agreste —, onde sobrevivem mais de 1 milhão e 200 mil pessoas, "a grande maioria formada por trabalhadores pobres, extremamente explorados e oprimidos", segundo palavras do bispo. Em tais circunstâncias, "dom Pelé" não tem dúvida em alinhar-se na chamada ala progressista da Igreja. Aos 56 anos, cabelos brancos, calmo e calejado, ele assume de corpo e alma a "teologia da libertação", pretendendo "ligar-se à caminhada dos explorados e oprimidos".

ISTOÉ. O Nordeste é uma região explosiva. E a Igreja do Nordeste, dizem, trabalha subversivamente para favorecer a explosão. O senhor admite o comentário?

Dom José. Independentemente do comentário, o fato é que um certo tipo de subversão a Igreja sempre teve obrigação de fazer. Se houve época em que ela não o fez, e infelizmente houve, então a Igreja faltou à sua missão de estar constantemente, como os profetas, denunciando as injustiças e se colocando ao lado dos fracos e dos oprimidos. E tal atitude, eu sei, pode ser encarada como uma "subversão da ordem". Mas a ordem que está aí é uma ordem baseada na injustiça. Os que suportam o maior peso do desenvolvimento são os que menos usufruem desse desenvolvimento. São os operários, os agricultores, que sempre ficam à margem de tudo, só com a fatia indispensável para sobreviver e ter força para trabalhar.

ISTOÉ. Qual é a orientação imprimida à atividade da Igreja da Paraíba junto aos trabalhadores rurais?

Dom José. Nosso trabalho não tem lo-

verdade é que, hoje, dom Cláudio Hummes senta-se à mesma mesa de patrões e representantes do governo, mas como porta-voz (e não como mero mediador) dos trabalhadores, por eles plenamente aceito e elogiado.

subversão, sim. É absolutamente natural, nesse contexto, que o governo ou, pelo menos, setores do governo vejam a ação da Igreja como subversiva, tal como ficou demonstrado no relatório preparado pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), em 1974, e divulgado pela revista *Veja*. Na verdade, para inúmeros representantes do clero chamado progressista, a ação da Igreja é e tem que ser subversiva. Como diz dom José Maria Pires, da Paraíba: "A ordem que aí está é uma ordem baseada na injustiça. Então, precisa ser mesmo subversiva, deve ser não apenas reformada, mas transformada por completo" (ler entrevista nas páginas seguintes).

De qualquer forma, a nova reunião em Itaici realiza-se em um quadro muito diferente daquele em que foi elaborado o relatório confidencial: o I-5 caiu, o aparelho repressor hiberna e, em vez de padres presos ou mortos, há o gesto do general Figueiredo de procurar a CNBB e conversar com o presidente em vias de deixar o cargo, dom Aloísio Lorscheider. Esse novo quadro pode afetar as decisões da assembleia de Itaici? A resposta é não, se o governo espera que a Igreja decida recuar para a saristia. Já se viu que o engajamento social está tão impregnado nas bases da Igreja que qualquer recuo drástico torna impossível, a não ser a um preço altíssimo (até de uma irreversível cisão no clero e entre este e as bases).

Dom Ivo, certo. Itaici deve, ao contrário, aprovar um documento ainda mais claro do que o de Puebla, em termos da presença ativa da Igreja ao lado dos setores marginalizados, de modo especificados no documento de Puebla.

Mas esse novo quadro pode, sim, levar a uma retribuição, ou seja, à manifestação pelo clero do mesmo desejo de manter abertos os canais de comunicação com o governo. Esse desejo reforça substancialmente as chances, de qualquer forma grandes, de que o gaúcho Ivo Lorscheider, 51 anos, seja elevado da secretaria geral à presidência da CNBB, em lugar de seu primo Aloísio. É que dom Ivo é o clássico homem do diálogo e não em um rótulo definitivo de conservador ou progressista. O que, obviamente, ajuda o diálogo.

calização determinada. A opção que se fez é, de fato, a opção pelos pobres e oprimidos. Qualquer tipo de oprimido. Então, temos trabalhado ao lado dos agricultores, ao lado das professoras rurais, que ganham uma ninharia, uma remuneração humilhante — muitas ganham menos de 200 cruzeiros por mês. Temos também atuação junto aos índios potiguares, cerca de 3 mil, que estão sendo expulsos de suas terras na baía da Traição, no Norte da Paraíba. Enfim, onde há um grupo oprimido, ele pode contar com a nossa presença. Trata-se de uma presença animadora, que visa demonstrar aos oprimidos que eles não estão sozinhos.

ISTOÉ. Nisso tudo, qual o papel das Comunidades Eclesiais de Base? Quantas já existem na Paraíba?

Dom José. Temos mais de 400 Comu-



"Dom Pelé": ao lado de quem precisa

nidades Eclesiais de Base na área de nossa diocese, tanto na zona rural quanto na periferia de João Pessoa. Tais comunidades são integradas por pessoas que querem viver melhor a sua fé e, assim, se reúnem e começam a caminhar, independentemente da presença do padre. Como as comunidades têm como ponto de apoio a vida, logo começam a surgir os problemas da vida. Desse modo, estabeleceu-se uma relação muito interessante entre a oração e a vida, entre a palavra de Deus e os fatos de hoje, os fatos vividos. Aí não existe a palavra de Deus como uma coisa desencarnada, do passado, mas a palavra presente, aquela que toca a situação concreta, atual. Portanto, as Comunidades Eclesiais de Base têm a função de dar, digamos, a preparação espiritual para que as pessoas enfrentem a

sua caminhada sentindo que se trata de uma caminhada do povo de Deus. Há uma luta justa do povo? Deus está do lado do povo. Mas a luta é o próprio povo que tem de empreender. Isso ajuda a superar o providencialismo, quer dizer, esperar tudo de Deus, achar que tudo o que acontece "é porque Deus quis", porque "o dia que Deus quiser, a coisa muda".

ISTOÉ. Na prática, na questão da terra, por exemplo, que tipo de obstáculo tem sido colocado para o trabalho?

Dom José. Sabemos que os órgãos do governo, em teoria, estão "a serviço de todos"; mas, na realidade, estão a serviço do mais forte, do poder econômico. Então, é mil vezes mais fácil um proprietário conseguir a polícia para perturbar a caminhada dos agricultores do que os agricultores conseguirem a polícia para protegê-los. Na Justiça, um pleito de um proprietário tem muito mais chance de ser atendido do que a reclamação de um pobre, de um trabalhador. Exemplo disso foi o que ocorreu recentemente com o povo de Alagamar. Um grupo de trabalhadores arrendatários de Alagamar fez um pedido de manutenção de posse da terra onde, há anos, vinham trabalhando. E o juiz despachou assim: "Volte depois das férias forenses". Mas faltavam ainda dez dias para começarem as tais férias... Os proprietários entraram com uma ação de interdito proibitório no dia 2 de janeiro, e o processo deles foi despachado no dia 3, dentro das férias forenses.

ISTOÉ. Quais os órgãos governamentais mais presentes nas áreas de tensão social da Paraíba? O que fazem?

Dom José. Olhe, a luta antiga aqui é a do homem que está sendo expulso de sua terra. O que há de mais recente são os projetos decorrentes da política econômica do governo e que tornaram mais difícil ainda a situação do agricultor. Antes não existia o Proálcool (Programa Nacional do Alcool), e os financiamentos do Banco do Brasil não eram tão facilitados para a compra do gado. Pois bem, agora estão aí esses dois projetos, incentivados pelo governo, e que estão criando uma situação mais adversa para o agricultor. Hoje, quem tem terra quer utilizar essa terra para pastagens ou para o plantio de cana; quem não tem terra — mas tem dinheiro — quer comprar a terra para isso. Enfim, a terra tornou-se uma mercadoria de alto valor, um meio para grandes negócios. Por isso estão expulsando os homens das terras em que trabalham há anos, há décadas. Foi o que ocorreu em Alagamar, onde há quatro anos ainda era possível às setecentas famílias ar-

rendatárias da área trabalharem e sobreviverem. O antigo proprietário de Alagamar recebia o foro dessas setecentas famílias, o que lhe rendia bastante. Mas ele morreu e a área foi vendida a empresários, que queriam a terra para o gado e para a cana. E tais projetos de gado e cana são incompatíveis com a permanência das famílias arrendatárias na região, pois usam pouca mão-de-obra e, por isso, provocam expulsões em massa. Assim, o que tem acontecido na Paraíba não é uma tensão social provocada pelos agricultores, mas uma tensão decorrente dos próprios projetos do governo, que não levam em conta os trabalhadores.

ISTOÉ. E a reforma agrária do INCRA?

Dom José. O INCRA, apesar do nome, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, não faz reforma agrária. Ele só liga para a colonização. Reforma agrária, mesmo, deveria supor uma modificação total do sistema fundiário, e isso o INCRA não faz. A atuação do governo através do INCRA limitou-se às regiões onde a tensão social existe como fato consumado; não onde existe necessidade, mas onde há tensão. Isto não se pode chamar de reforma agrária. A reforma agrária mesmo seria muito mais um ato político, através do qual haveria uma intervenção do governo para modificar uma situação de injustiça. Ora, isso nunca se fez no Brasil. Há projetos e projetos, mas até hoje nada.

ISTOÉ. Recentemente o senhor afirmou que o problema do povo é de ordem social e que só em segundo lugar vem o problema político. Mas agora o senhor reconhece que a reforma agrária, para valer, dependeria sobretudo de um ato político. Logo, a questão política não pode ser posta em segundo plano...

Dom José. Eu considero a política como uma questão de importância primordial. Mas não como ela tem sido colocada no Brasil. A política, em nosso país, só tem servido ao domínio de uma classe. Quando se fala, por exemplo, de "reformas políticas", o povo está inteiramente por fora. O povo não foi consultado, não entrou nessa. As tais reformas não têm nada que interesse ao povo diretamente. Então, o que o povo está buscando é outro tipo de política, é a política social, algo que tenha a ver com as suas necessidades e aspirações cotidianas. Nesse sentido é que a questão social se impõe, pois nem o governo e nem a classe política em geral estão voltados para os interesses populares. Daí a necessidade de se mudar essa coisa...



ACORDO NUCLEAR

A CPI visita Angra e acha uma bomba

Armá-la parece ser o verdadeiro (e único) objetivo

Henrique Gonzaga

O acordo nuclear está nu. Des das vestes pela CPI que investiga mazelas, resta-lhe o corpo magro já se adivinhava por trás de uma página tecida em necessidades genéticas e transferência tecnológica: preparação de uma bomba.

Se, além desse, outros argumentos ainda existiam para a defesa do acordo com os alemães, eles foram desmoralizados um a um pelos membros da CPI nuclear que se instalou em sessão especial, de segunda, quarta, nos canteiros de obras da Gra dos Reis, à vista de operários guinchados sem qualquer proteção, luvas ou capacetes. Para a visita, parlamentares tiveram a boa ideia de levar meia dúzia de cientistas do e de São Paulo, inclusive José de G. demberg, que, pela primeira vez, seguiu entrar numa instalação nuclear brasileira, embora com quase todas na Alemanha.

A ideia de que o acordo proporciona transferência tecnológica é desmentida pela própria realidade: cientistas que estão se preparando

JORNAL DO BRASIL □ Quinta-feira, 19/4/79 □ 1.º Caderno

D Aloísio recomenda eleição sem tensões

São Paulo — Um apelo para que as eleições para a nova presidência da CNBB "nunca cheguem a criar tensões inúteis que possam estragar o ambiente fraterno de colegialidade" foi feito, ontem, pelo atual presidente da entidade, Cardeal Aloísio Lorscheider, na primeira sessão da 17.ª Assembleia-Geral da CNBB. Com a presença da quase totalidade dos 261 bispos inscritos, a assembleia foi aberta às 8h30m de ontem, com celebração de missa na capela de Itaiaci, quando Dom Aloísio, em sua homilia, pediu: "Nestes dias na- da perturbe o nosso amor fraterno, nada perturbe esta paz de Cristo. Começamos nosso trabalho em clima de unidade fraterna, em clima de paz. Não podemos este importante elemento de evangelização".

UNIDADE

Lembrando os dois temas principais da assembleia — as novas diretrizes da Igreja no Brasil, com base nas conclusões de Puebla, e as eleições — Dom Aloísio manifestou a sua preocupação com a unidade dos bispos que "não vem de cálculos e manobras humanas, mas do alto; do serviço a um só Senhor, da animação de um só Espírito, do amor a

Antes de analisar o documento de Puebla, Dom Aloísio Lorscheider advertiu que, no seu estudo, não se pode esquecer as várias tendências pastorais na América Latina, das mais tradicionais às mais avançadas, destacando que "o importante é ter consciência das presenças destas tendências, permanecendo numa abertura colegial fraterna a outras tendências, de tal sorte a se encontrar a via mais justa".

CONVENIO

Comentando sobre as eleições na CNBB D Nivaldo Monte, de Natal, disse ter a impressão de que será um convênio de cavalheiros. "Não há chapas oficiais. Qualquer um pode ser eleito", embora tenha reconhecido que D Ivo Lorscheider é um forte concorrente. Indagado sobre sua indicação para a secretaria-geral da CNBB, D Cláudio Hummes, de Santo André (SP), foi evasivo, dizendo apenas que "leu isto no jornais", evitando fazer maiores comentários.

Já o Bispo-Auxiliar de Porto Alegre, D Cheuiche foi mais direto. Afirmando que "se houvesse uma chapinha só, não teria sentido haver eleições" e que há duas



D Ivo ouve com atenção as palavras de D Aloísio, a quem pode substituir

Itaiaci/SP — Foto de Isaias Feitosa

Dom Aloísio: Eleição na CNBB não pode gerar tensões



Dom Aloísio Lorscheider



Dom Cláudio Hummes

ITAICI (O GLOBO) — "Desejo que as eleições da CNBB colaborem para aprofundar nosso espírito de fraternidade e seja também, de nossa parte, um sinal de maturidade e de serenidade. Que nossa preocupação justa de eleger os que julgamos melhores não crie tensões inúteis para não estragar nosso espírito fraterno de colegialidade. Que haja entre nós um clima constante de confiança e o desejo sincero de servir nossa Igreja no Brasil".

A afirmação foi feita pelo presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, na primeira sessão plenária da assembleia nacional da entidade, aberta ontem pela manhã, com uma celebração na capela de Itaici, da qual participaram a maioria dos 261 bispos que confirmaram sua presença na reunião.

Na própria homilia de abertura, Dom Aloísio manifestou sua preocupação com o clima de tensão e com as articulações que poderão surgir durante a assembleia que elegerá a nova presidência da CNBB. Ele ressaltou a necessidade de se manter "uma unidade que não vem de cálculos e manobras humanas, mas do alto — do serviço a um só Senhor, da animação de um só espírito, do amor a uma só e mesma Igreja". E lembrou que "uma das orientações pastorais que Puebla dá é precisamente a de assumir a colegialidade episcopal em todas as suas dimensões e consequências".

— Que nestes dias — disse o Cardeal em sua homilia — nada perturbe o amor fraterno, nada perturbe esta paz de Cristo. Começamos nossos trabalhos em clima de unidade fraterna, em clima de paz. Não percamos esse importante elemento de evangelização.

Na celebração de abertura da 17ª Assembleia Nacional da CNBB, os bispos citaram os principais pontos da pauta da reunião — entre eles, as eleições e a aplicação das conclusões de Puebla à realidade brasileira — pedindo a luz do Senhor "para escolher aqueles servos que vós já escolhestes para melhor servir a vossa Igreja e a todo o povo de Deus".

— Dai-nos a coragem — pediram os bispos em sua celebração — de mudarmos o que deve ser mudado, a força para mantermos o que não deve ser mudado, a

Dom Ivo continua o nome mais forte

As eleições para presidente, vice-presidente e secretário-geral da CNBB, que deverão iniciar-se na próxima segunda-feira, 6º dia da 17ª Assembleia Ordinária da entidade, continuam sendo o ponto mais importante da reunião.

O nome de Dom Ivo Lorscheider, bispo de Santa Maria e secretário da CNBB, permanece o mais cotado para o cargo de presidente e dificilmente será superado. Muito vagamente, o Arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão, também tem seu nome citado como uma possibilidade da ala conservadora da Igreja disputar o cargo principal.

Dom José Freire é, ao mesmo tempo, o nome mais citado para o cargo de vice-presidente, numa candidatura articulada pelo arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, recentemente eleito vice-presidente do Celam.

Sobre as eleições da CNBB, D Hélder Câmara observou que, "graças a Deus", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tem crescido muito no dia-a-dia logo fraterno. São 10 dias de convivência, de oração comum, de estudos comuns, de forma que não há esta pugna que todos imaginam. Não estamos aqui como lu-

tuadores de partes distintas aqui como irmãos e, como irmãos, encontraremos um digno sucessor para o nosso querido D Aloísio Lorscheider".

Perguntado se tem candidato, D Hélder disse: "Eu creio que será no debate entre nós que se irá definir a melhor forma de se firmar". Fez em seguida breve apreciação sobre a unidade que se está criando entre nós na América Latina e demos passos à frente que eram necessários, de forma que nesse sentido, eletricamente, Puebla já vem sendo vivida no Brasil", reafirmou.

Pauta ultrapassa discussão de Puebla

É a segunda a pauta oficial aprovada na 17ª Assembleia-Geral do Episcopado brasileiro: "Conclusões de Puebla relatório de atividade da CNBB no exercício de 75 a 78, revisão e previsão das diretrizes, prioridades e atividades pastorais da CNBB; relação da situação econômica e financeira da CNBB; eleição da presidência da Comissão Episcopal da Pastoral, do Conselho Fiscal, do delegado da CNBB junto ao Celam; estatuto canônico da CNBB; regimento da CNBB; estatuto oficial da CNBB; Pontifício Colégio Pio-Brasileiro em Roma; celebração do batismo de crianças com grupos populares; Pastoral de União dos Enfermos; lecionário para missas com grupos populares; previdência do clero; reconhecimento oficial e

bilateral de batismo de outras igrejas cristãs e problemáticas missionárias das igrejas irmãs".

MAIS ITENS

Estes 15 itens consistiam inicialmente da pauta. Entretanto, na manhã de ontem, quando se discutiu a dinâmica das reuniões, novos itens foram adicionados: sínodo de bispos para Direção Canônico; Congresso Eucarístico Nacional; organização de seminários, de acordo com o documento número 9; visita ad limina, do episcopado brasileiro a Roma em 1980; dia do milagre; delegado da Celam; nomeação dos bispos e reuniões à noite para temas livres. Para as reuniões noturnas, já surgiram os seguintes temas: discussão do

relatório do delegado brasileiro na Celam, D Candido Padim, Bispo de Bauru, durante os quatro anos de atividade; questões de justiça e paz, como a expropriação das terras pelos agricultores.

A questão das greves ainda não foi oficialmente levantada. Entretanto, os bispos acreditam que ela surgirá naturalmente nas notas dos temas livres, podendo também ser tratada dentro dos estudos de Puebla que prevêem discussão dos assuntos concretos do Brasil. Além disso, a participação dos bispos na indicação de novos bispos e a questão do visto de entrada de missionários no Brasil, são temas que serão também debatidos, além dos outros que surgirão naturalmente nas reuniões.

Imprensa terá acesso às plenárias

Os bispos participantes da 17ª Assembleia-Geral da CNBB delegaram ontem a presidência da entidade a decisão sobre o acesso da imprensa às reuniões. Os jornalistas só deverão ser

admitidos nas sessões plenárias, a exemplo do que aconteceu ano passado. Logo após a votação da pauta, na manhã de ontem, dom Aloísio Lorscheider comunicou aos bispos o ques-

Os bispos participantes da 17ª Assembleia-Geral da CNBB delegaram ontem a presidência da entidade a decisão sobre o acesso da imprensa às reuniões. Os jornalistas só deverão ser

admitidos nas sessões plenárias, a exemplo do que aconteceu ano passado. Logo após a votação da pauta, na manhã de ontem, dom Aloísio Lorscheider comunicou aos bispos o ques-

tionamento feito pela Santa Sé sobre a abertura da assembleia, aprovada pelo episcopado brasileiro em abril de 1978. Em seguida propôs que os bispos deixassem a cargo da presidência os critérios de acesso.

Análise de Puebla mostra 'tendência secularista'

"A situação que vive a América Latina hoje é uma situação fortemente marcada pelo pecado da injustiça e por uma tendência secularista opressora. E o caminho para o êxodo dessa situação desumana e anticristã para uma situação humana e cristã é o da evangelização libertadora. E a evangelização que liberta do pecado pessoal e social e liberta para a comunhão filial com Deus e a comunhão fraterna dos homens entre si. E uma libertação transformadora do homem, do mundo e das estruturas nas quais o homem vive e deverá encontrar a sua realização pessoal e social".

Esta é uma das conclusões da síntese do Documento de Puebla apresentada ontem aos bispos que participam da assembleia de Itaiçi pelo presidente da entidade, Dom Aloísio Lorscheider. Essa síntese, que ainda será discutida pelos bispos, deverá servir de subsídio aos estudos para o estabelecimento das prioridades e diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil, a serem definidas em Itaiçi.

Antes, porém, de apresentar a síntese das conclusões de Puebla, Dom Aloísio fez uma análise sobre as várias tendências pastorais na América Latina, observando que "é importante ter consciência da presença dessas tendências permanecendo numa abertura colegial fraterna a outras tendências, de tal sorte a se encontrar a via mais justa".

A primeira tendência citada por Dom Aloísio é a que adota "uma metodologia que dá muita importância à análise da realidade". No entanto, segundo ele, "a leitura da realidade não é unívoca. É influenciada pelos diversos instrumentos de análise, pelas diferentes mentalidades, talvez até ideológica e pela própria diversidade de situações que cada qual vive. E evidente que a ação pastoral assumirá formas diversas e, quiçá, até contrastantes".

Uma outra tendência, segundo a análise de Dom Aloísio, é a que dá preferência "a uma ação pastoral de conservação: conservar formas e instituições pasto-

rais do passado, já conhecidas e experimentadas, que continuam tendo beneficiários, embora estejam diminuindo ou envelhecendo". Outros, de acordo com o presidente da CNBB, preferem acentuar a necessidade de renovação das formas tradicionais, buscando "uma renovação paroquial, litúrgica, catequética, num esforço para superar a sacramentalização extensiva, fazendo da celebração sacramental uma oportunidade de evangelização e de conscientização por um compromisso pessoal consciente".

A quarta tendência identificada por Dom Aloísio é a que busca novas formas de comunhão eclesial, revisão das estruturas humanas da Igreja e defende a multiplicação dos órgãos colegiados, as formas comunitárias ou orgânicas de planejamento, e ressaltam a importância das comunidades eclesiais de base, que "representam um novo modo de ser da Igreja, com a participação ativa de seus membros, realização do seu caráter comunitário e real empenho na transformação do mundo".

Finalmente, a quinta tendência da ação pastoral na América Latina é a que Dom Aloísio chama de profética, que "implica adesão corajosa e intransigente à palavra de Deus e do Evangelho. Ela se manifesta tanto na proclamação do Reino de Deus e de seu ideal de paz, justiça e fraternidade, quanto na denúncia das situações humanas que contrastam violentamente com a vontade de Deus. Aspectos dessa tendência pastoral são a defesa dos direitos dos pobres (índios, posseiros, marginalizados), e, em geral dos direitos humanos fundamentais; a luta pela justiça e pela promoção de todo o homem".

Segundo Dom Aloísio, "Puebla deixa sentir, de alguma forma, essas tendências no seio da Igreja quando observa as tensões produzidas ou por grupos que enfatizam o espiritual de sua missão, ressentidos com os trabalhos de promoção social ou por outros que querem transformar a missão da Igreja em mero trabalho de promoção humana".



A primeira reunião de trabalho teve a presença de mais de 200 bispos

Primeira reunião dura três horas e aprova o temário

Dom Hélder diz que tudo vai sair bem

"A CNBB tem crescido numa linha de diálogo fraterno. Teremos dez dias de convivência, de oração e estudos e serviço incomum. Não há essa pugna que todos imaginam. Estamos aqui como irmãos e, como tal, encontraremos um digno sucessor para Dom Aloísio Lorscheider. Será num debate entre nós que as candidaturas se firmarão".

A afirmação foi feita ontem pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, ao comentar as eleições para a Presidência da CNBB.

A maioria dos bispos, contudo, continua evitando qualquer comentário sobre o assunto, limitando-se a informar que "todos são candidatos". Ontem, por exemplo, Dom José Freire Falcão, apontado como candidato da ala conservadora para a Presidência ou Vice-Presidência da entidade, disse não saber de nada sobre as articulações em torno de seu nome. E Dom Vicente Zioni, arcebispo de Botucatu, também considerado conservador, preferiu deixar para "mais tarde" declarações sobre a sucessão na Presidência da CNBB.

Durante três horas, os bispos que participam da 17ª Assembleia Ordinária da CNBB, realizaram, na manhã de ontem, a primeira reunião do encontro. Além de discutir a pauta de assuntos a serem tratados, eles aprovaram, por unanimidade, a proposta do Dom Aloísio Lorscheider, de deixar à seu próprio critério a escolha das reuniões às quais a imprensa terá acesso.

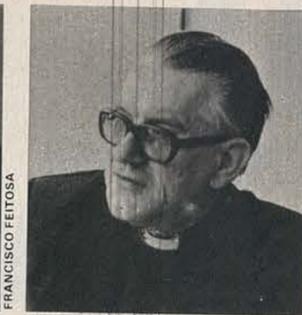
Da pauta inicial constavam os seguintes temas: aplicação das conclusões de Puebla; relatório das atividades da CNBB no último exercício; revisão das diretrizes; prioridades a atividades pastorais da CNBB; Eleições para a presidência, Comissão Episcopal de Pastoral e do delegado da entidade junto ao Celam; Estatuto Canônico da CNBB, celebração do batismo das crianças com grupos populares; Pastoral da unção dos enfermos, Lecionários para missas de grupos populares; previdência do clero; reconhecimento oficial do batismo de outras Igrejas cristãs, e problemas missionários das Igrejas irmãs.

Os bispos aprovaram uma moção sugerindo a Roma a realização de um Sinodo

Extraordinário para discutir o Direito Canônico e acrescentaram alguns temas secundários à pauta. São eles: a organização do Congresso Eucarístico de Fortaleza marcado para 1980; a instituição do Dia Nacional do Migrante, e a organização da visita "ad limina" a Roma, realizada de 5 em 5 anos, para que os bispos façam de seu trabalho à Santa Sé, igualmente previsto para 1980. Além disso, Dom Cândido Padim, delegado da CNBB no Celam, deverá apresentar um balanço de suas atividades nos últimos quatro anos.

Também foi decidida a realização, durante este encontro, de reuniões extraordinárias, à noite, para debate de questões suplementares. Uma delas é o dos vistos de entrada no Brasil para missionários estrangeiros que têm, muitas vezes, encontrado dificuldades para retornar. O tema foi levantado pelo bispo de Afogados de Infazeiras, Dom Austregésio de Mesquita.

Um tema antigo também voltará a ser abordado nesta assembleia dos bispos brasileiros: a preocupação com a participação dos atuais bispos na indicação dos novos.



Falcão e Lorscheider, candidatos na CNBB

ABERTA: a XVII Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunindo 261 bispos, sessenta assessores leigos e religiosos, e observadores das igrejas Luterana e Anglicana; com dois objetivos principais: 1- adotar medidas para a aplicação, no Brasil, das recomendações aprovadas recentemente durante a Assembléia Geral do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), na reunião de Puebla, México; 2- eleição da diretoria da CNBB com mandato para os próximos quatro anos; embora não haja registro de chapas, até

Datas

sexta-feira passada havia duas concorrendo à eleição: uma liderada pelo atual secretário geral, dom Ivo Lorscheider, candidato à presidência, e para a qual havia dois candidatos a vice (dom Clemente Isnard e dom João Resende Costa) e dois candidatos a secretário geral (dom Mauro Moreli e dom Cláudio Hummes); a outra chapa, apoiada pelos setores mais conservadores, era a seguinte: para presidente, dom José Freire Falcão; vice, dom Serafim Fernandes de Araújo; secretário geral, dom Luciano Mendes de Almeida; a eleição será realizada segunda-feira; dia 18; em Itaiçi, SP.

ACONSELHADO: o uso de batina por todos os sacerdotes; pelo papa JOÃO PAULO II, ao dirigir-se a um grupo de padres de Bolonha; na mesma ocasião, o Sumo Pontífice recomendou, ainda, que "sejam evitadas atividades à margem do sacerdócio"; dia 19; no Vaticano.

REELEITO: presidente do Presidium do Soviete Supremo (cargo que equivale ao de chefe de Estado) da URSS, LEONID BREJNEV, 72 anos; há cerca de um mês sem aparecer em público, acometido de "forte gripe", como se informou nos meios oficiais, Brejnev teve de ser amparado por um funcionário para que conseguisse subir e descer as escadas da tribuna, de onde pronunciou um discurso demonstrando também evidente dificuldade para falar; por unanimidade — 1 500 votos a favor e nenhum contra; dia 18; em Moscou.

MANTIDA: pelo Supremo Tribunal Federal, reunido em sessão secreta, a condenação (a dois anos de prisão, com sursis) do ex-desembargador José Colombo de Sousa, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; na época em que era presidente do TJ, em 1971, Colombo depositou em sua conta bancária particular a importância de Cr\$ 70 milhões, com a qual adquiriu salas para escritórios, alegando posteriormente em sua defesa que o fizera "por equívoco"; dia 19; em Brasília.



18-11-79
78

Bispo acusa banqueiro de armar 17 jagunços

Brasília — O Bispo de Conceição do Araguaia (PA), José Patrício Hanrahan, denunciou à CNBB que o banqueiro Flávio Pinho de Almeida, presidente do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo, armou 17 jagunços na fazenda que tem no Município para expulsar famílias de colonos que fizeram, mês passado, ato público para formação de sindicato rural.

Conta o Bispo na carta que o colono Antônio Costa, que denunciou o fato em Brasília, "foi terrivelmente perseguido pelos jagunços e precisou refugiar-se". A Comissão Pastoral da Terra deve dar cobertura a ele por certo tempo, até que pudesse mudar-se com a família para outro Estado.

D José revelou que pelo menos 3 mil lavradores se reuniram na semana passada, em Conceição do Araguaia, para analisar a situação com os Deputados do MDB Tarcísio Delgado (MG), Ronan Tito (MG), Jader Barbalho (PA) e Ademir Andrade (PA). Por fim, pede que a igreja Congregação Cristã do Brasil verifique o comportamento do Pastor Deusdedit, pois posseiros dizem que ele anda perseguindo lavradores no Município de Xinguara.

Regional Nordeste II quer reforma agrária

Salvador — O apoio à Pastoral da Terra na luta pela reforma agrária; o esforço na formação de Comunidades Eclesiais de Base; e a colaboração com a classe operária integram as diretrizes pastorais aprovadas, para o próximo biênio, pela 17ª assembléia-geral dos bispos da Regional Nordeste II da CNBB (Bahia e Sergipe).

"Comprometemo-nos a apoiar as iniciativas de uma pastoral junto aos centros de decisões e junto aos construtores da sociedade civil na linha de Puebla," afirma o documento, que trata também de problemas específicos da área, como apoio nas questões relativas a barragens, irrigação e reflorestamento, e ainda à Pastoral dos Pescadores.

Amargosa

No final da Assembléia, foi emitida nota oficial de apoio e solidariedade ao Bispo da Diocese de Amargosa, Alair Fernandes de Melo, e ao Padre João Lizarralde, "em vista da agressão armada" cometida mês passado, no Município de Iacu, pelo diretor da Polícia Metropolitana, delegado Edgard Medrado, contra religiosos e trabalhadores rurais.

Dom Alair divulgou comunicado de sua Diocese, explicando que em Iacu, onde 2 mil posseiros disputam uma área superior a 2 mil hectares com a família Medrado, ocorreu "uma violenta interrupção" de uma missa, celebrada pelo Padre João Lizarralde para lavradores, seguida de "violentos agravos e verdadeiras ameaças" ao religioso.



2 ULTIMA HORA 10/11/60

ADIRSON DE BARROS

A Igreja e a lei

- 1) Fugindo à sua missão evangelizadora o clero de esquerda, através da CNBB, que se transformou num poderoso partido político, interveém nos assuntos de Estado e afirma que os operários metalúrgicos de São Paulo têm direito à greve e podem fazer piquetes e daí justificarse o apoio logístico da Arquidiocese paulista aos ativistas de extrema-esquerda que integraram os piquetes grevistas, reunindo-se nas igrejas de S. Paulo.
- 2) Ora, o Governo decretou a ilegalidade da greve dos metalúrgicos. É um direito do Estado. Se a greve é ilegal cabe respeitar a decisão do Governo, isto é, a lei. A Igreja de d. Arns não pode desrespeitar as leis do País e insurgir-se contra decisões emanadas do Governo. Ao contrário: deve respeitar as leis e cumprir as decisões do Governo.
- 3) No momento em que insiste em desrespeitar as decisões do Governo e as leis do País, o clero esquerdista de S. Paulo, comandado pelo aiatolá Arns, está mergulhando na ilegalidade insurgindo-se contra o Estado e patrocinando a subversão e a luta de classe. Se o templo de Deus é invadido por subversivos fora da lei, como ocorreu em S. Paulo, justifica-se a ação do Estado e a invasão da igreja para remover dali os que atentam contra a ordem.
- 4) É isso o que ocorre em qualquer País civilizado, exceto nos países comunistas, onde a Igreja é silenciada. Esta é a verdade que precisa ser dita, a fim de que as coisas fiquem claras.

Bispo de Bauru não quer a Igreja como força isolada na política e no sindicato

São Paulo — "Embora seja constante, há que se rejeitar a tentação de se formar o Partido cristão, o sindicato católico, seja pela inadequação à época em que vivemos, seja pela falta de fundamento teológico à sua constituição. É ao povo, de modo global, que cabe a construção e a transformação da sociedade".

A advertência é do Bispo de Bauru, Cândido Padim, num dos cinco documentos de subsídios para discussão na assembleia regional da CNBB aberta em Itaipu ontem à noite. A situação do trabalhador e a importância das Comunidades de Base, como organismos intermediários, são dois dos temas da Assembleia, destinada à elaboração do 4º Plano Biental para a Igreja em São Paulo.

NOVOS PROJETOS

Nos subsídios **Necessidade de Novos Projetos Sócio-Econômicos** — uma das cinco opções do plano bienal, D. Cândido destaca: "A Igreja não quer se contentar mais com ficar ao lado da iníqua máquina social, recolhendo e cursando os pobres por ela fabricados. Isso ela sempre o fez e fará, enquanto os pobres existirem. Agora, porém, percebeu que é preciso também denunciar a máquina e combatê-la. É preciso suprimir as causas e não só os efeitos dos males".

"Numa sociedade pluralista e secularizada, os cristãos não mais se apresentam como um bloco monolítico, ao lado e em confronto com as demais forças sociais, com projetos e modelos específicos". "A responsabilidade de propor ideologias, modelos, programas, estratégias e táticas e de buscar o exercício do poder político para a solução dos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais de uma nação é própria dos Partidos ou grupos representativos

das forças atuantes do corpo social e dos interesses populares".

"E por meio da presença e atuação nestes organismos sociais, que o cristão poderá desempenhar-se na tarefa específica que lhe cabe".

SEM MANIPULAÇÕES

As comunidades de base foram defendidas pelo teólogo Benedito Beni dos Santos, da Faculdade de Teologia de Assunção. "Os movimentos reivindicatórios, na medida em que também refletem sobre as causas e situações injustas, podem transformar-se em organismos intermediários".

"Para tanto, precisamos evitar dois erros ou perigos: controles estatais e manipulações de grupos ideológicos. Assim, o mais importante, junto com o aprofundamento da fé, é promover nas CEBS espaços de discussão política, a fim de criar o sentido crítico diante da situação social e também despertar o povo para o seu valor".

CNBB propõe ao Sínodo que pai em Comunidade de Base seja sacerdote

Brasília — Permitir o sacerdócio ministerial aos chefes de família que integram as Comunidades Eclesiais de Base é a principal proposta da Pastoral da Família, da CNBB, a ser encaminhada para discussão no Sínodo a ser realizado em setembro de 1980, no Vaticano. Ao divulgar o documento ontem, padre David Reagen o considerou "o que há de mais revolucionário na Igreja brasileira em termos de Pastoral da Família".

O documento analisa a questão da família em termos sociais e os fenômenos que mais a influenciam, tratando da posse e uso da terra, exploração da força de trabalho dos operários, desprofissionalização, subnutrição, moradia, salubridade, educação, exploração do trabalho da mulher e do menor. Padre David Reagen é coordenador da Pastoral da Família.

Terceiro Mundo

As más condições econômicas "não só destroem muitas famílias, mas impedem a formação sadia de novas famílias", observou padre Reagen, para quem isto é um problema do Terceiro Mundo. O problema dos países ricos é outro: "É a abundância, é o comunismo que esvazia o sentimento espiritual da família".

"No quadro brasileiro existe uma ação camuflada nos casos de atuação indireta sobre a família", diz o documento, que ressalta a necessidade de "acentuar a denúncia de interesses imperialistas e outros na imposição de programas de controle da natalidade". Aponta ainda a "repressão realizada por não poucos regimes políticos" como responsável pelo esfriamento de muitas famílias.

O documento da CNBB refere-se, sucinto, a aspectos positivos da legislação de proteção à família, e os negativos da legislação do divórcio e do aborto ("que atende a interesses particularistas"). Para padre Reagen, tais questões são muito mais importantes do que o fim do celibato para religiosos.

O documento condena eclesiásticos que mantêm uma concepção maniqueísta da ética sexual, e realça o "valor da sexualidade como expressão do amor conjugal a fim de ajudar a superar uma concepção negativa do sexo". Propõe discussão sobre virgindade, castidade e o celibato, como meios de libertação e realização pessoal.

"Sente-se a necessidade de repensar a fundo toda a teologia bíblica e a sistemática do matrimônio para se poder chegar a uma reformulação do Direito Canônico e a uma pastoral sólida e mais adequada. Temos que pensar na valorização do matrimônio como realidade terrestre, encarnada em cultura concreta. Não há um modelo único de casamento".

A Pastoral da CNBB considera pecados contra a família no Terceiro Mundo: gastos inadmissíveis com a energia nuclear; obras de engenharia sem planejamento social; discriminação contra os trabalhadores; favorecimento à especulação imobiliária "as custas dos destituídos de recursos"; pouco investimento em moradia popular; migrações do pequeno trabalhador rural e, no Brasil, o impacto "deprimente da estrutura social injusta e todas as consequências da marginalidade derivante".

Para resolver todos estes problemas, a CNBB propõe: "Uma radical transformação das estruturas econômica e social que provocam a marginalização econômica e social da maioria das famílias, e que fazem uma minoria rica e setores médios mergulhar no consumismo e no materialismo prático".

Comunidades

É nas Comunidades Eclesiais de Base — há cerca de 80 mil em todo o país — que a CNBB pretende disseminar as linhas básicas da Pastoral da Família, de forma a que os chefes de família também possam assumir o sacerdócio ministerial e tenham condições de coordenar este trabalho de conscientização.

Preocupada com a excessiva individualização do homem moderno e a perda de afetividade fora do lar, num mundo onde se procura cada vez mais a privacidade, a Pastoral da Família afirma: "É justamente entre as classes populares, seja nos centros urbanos seja no mundo rural, que as CEBS, quais novas formas de relacionamento interfamiliar, são geradoras de novos modelos de vida familiar e até de convivência e de estruturação social".



CEDIN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
INSTITUTO MULTIMÉDIA

10/11/79
27

Igreja pede que preso não seja exposto à evidência da televisão

Transferida da igreja de N Sa do Carmo da Antiga Sé, na Praça 15, para a nova catedral, na Avenida Chile, a missa que ontem encerrou a 8ª Semana da Pastoral Penal terminou com uma moção: "Que os presos das delegacias não sejam colocados em evidência, pela prática de infrações penais, através do rádio e da televisão."

Outra moção, lida no fim da missa junto com todas as que resultaram da semana, organizada pela Comissão Arquidiocesana da Pastoral Penal e que este ano teve por tema Novos Rumos do Sistema Penitenciário, foi: "Que seja permitido ao contribuinte do Imposto de Renda o desconto de despesas efetuadas em auxílio a presos e seus familiares."

O perdão

"Que por ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil (no próximo ano) seja pedido ao Exmo Sr Presidente da República um indulto e comutação de penas para os presos. Ao Governo federal, para que seja criada, de imediato, uma comissão de estudos para elaboração de um Código de Execuções Penais. Que seja criado um tipo de estabelecimento penal que congregue os presos nos últimos meses de cumprimento de pena, a fim de que possam tirar documentação completa, procurar trabalho e serem preparados para ingressar na sociedade."

Foi também sugerido, ao Governador Chagas Freitas, que sejam criadas capelanias efetivas para os estabelecimentos penais do Estado e "sejam incluídos como membros efetivos do Conselho Penitenciário um pastor protestante e um padre católico".

Foi ainda proposto que ao diretor do Desipe (Departamento do Sistema Penitenciário) seja dado o poder de "concessão de um perdão disciplinar". O atual diretor, Sr Antônio Vicente da Costa Júnior, esclareceu entretanto que esse tipo de perdão "já existe, já está regulamentado no sistema penitenciário do Estado" e que, "a qualquer momento, hoje mesmo, ele pode ser concedido, independentemente de circunstâncias excepcionais".

O Secretário Estadual de Justiça, Erasmo Martins Pedro — que assistiu à missa — disse que "o pedido de indulto é normal, humano e necessário".



Dom Luciano: contra "ataques malévolos" ao documento de Puebla

Religião

Briga política

Bispo diz que CNBB faz o jogo dos esquerdistas

Sugestionada por teólogos empenhados muito mais em conciliar o cristianismo e o marxismo que em revigorar os ensinamentos da fé católica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estaria "torcendo" o verdadeiro sentido do documento final da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no começo do ano em Puebla, México. Pelo menos essa é a contundente acusação que lhe está fazendo o arcebispo de Aracaju, dom Luciano José Cabral Duarte, em carta aberta datada de 13 de novembro mas que só veio a público na semana passada. Na última quarta-feira, dom Luciano, que além do mais é vice-presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), órgão promotor da III Conferência, declarava: "Não retiro uma só palavra do que escrevi e continuo aguardando uma resposta a minha denúncia".

Teoricamente, o que levou o arcebispo de Aracaju a escrever sua carta aberta foi a tradução "oficial" do documento de Puebla, lançada pelas Edições Loyola. "O fato mais grave, a meu ver, é que sua longa introdução, de autoria do padre jesuíta J. B. Libânio, um professor de Teologia no Rio de Janeiro, nada mais é que um nutrido feixe de considerações desorientadas e de ataques malévolos contra o

próprio documento de Puebla", diz dom Luciano. "Em minha carta aberta, pergunto a dom Ivo até quando a CNBB continuará apoiando tal jogo. A Igreja no Brasil merece outra coisa."

BATALHA — Na opinião do arcebispo de Aracaju, a introdução do padre Libânio enquadra-se numa campanha de "suavização" da derrota sofrida na III Conferência por religiosos de tendência esquerdista. Eles ainda não teriam absorvido o fato de o documento de Puebla não mencionar de maneira explícita a "Teologia da Libertação", além de reafirmar claramente que cristianismo e marxismo são inconciliáveis. "Se perderam em Puebla", diz dom Luciano, "os radicais agora estão ganhando em toda a América Latina — e especialmente no Brasil — a batalha da reinterpretação do documento."

Essa "batalha" teve seu primeiro lance, de acordo com o arcebispo de Aracaju, algumas horas após o discurso de abertura da III Conferência, "no qual o papa João Paulo II criticou os desvios doutrinários da Igreja na América Latina". Uma segunda fase da "batalha" estaria sendo travada agora. Na quinta-feira da semana passada, a CNBB distribuiu nota oficial explicando que o documento de Puebla foi publicado no Brasil por três editoras e que "cada uma escolheu seu próprio modo de apresentá-lo", dando a entender que seu controle sobre elas é parcial. De qualquer forma, aparentemente cedendo à denúncia de dom Luciano, a CNBB "exortou as editoras a indicarem mais claramente o que constitui o texto de Puebla".

Três igrejas aceitam

OSP 29-11-79

o mesmo batismo

Comissão Arquidiocesana de Ecumenismo

Apenas umas quarenta pessoas participaram, e entre elas, um coral. Mas talvez o ato ecumênico da noite de 12 de novembro, em Porto Alegre, na sede da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, deverá ser um dos mais significativos para as Igrejas cristãs caminhando para a unidade cristã.

Presenciaram este evento Dom Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos; o Pastor Augusto Ernesto Kunert, presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana; e Dom Artur Rodolpho Kratz, Bispo Primaz da Igreja Episcopal. O culto desenvolveu-se com cantos, leitura da oração sacerdotal de Jesus, o Símbolo Apostólico, o Pai nosso, e mensagens comoventes dos ministros religiosos, destacando a unidade que Cristo deseja para a sua Igreja, a necessidade de ser instrumentos humildes e dóceis ao Espírito Santo, e a importância do momento para o futuro das relações ecumênicas.

Ao fim, Dom Ivo Lorscheiter e o Pastor Kunert assinaram o documento de reconhecimento mútuo da validade do batismo administrativo nas Igrejas Católica e na Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Depois, Dom Ivo e Dom Artur Kratz assinaram semelhante documento reconhecendo a validade do batismo praticado nas Igrejas Católica e Episcopais. Em poucos momentos essas Igrejas-irmãs oficializaram o que já aceitavam e praticavam a respeito do batismo. Os documentos assinados declaram:

1. Ambas as Igrejas aceitam que o Batismo foi instituído por Jesus Cristo e é fundamentalmente dádiva gratuita de Deus ao batizando, vinculando-o com a morte e ressurreição de Cristo (Rom 6,3-6), para perdão dos pecados e uma nova vida.

2. Ambas as Igrejas ensinam que o Espírito Santo desceu sobre Jesus no seu batismo, desceu e desce também hoje sobre a Igreja, tornando-a comunidade do Espírito Santo que em testemunho, serviço e comunhão fraternal proclamam o seu Reino.

3. Ambas as Igrejas aceitam o Batismo como vínculo básico da unidade que nos é dada pela fé no mesmo Senhor.

4. Ambas as Igrejas aceitam o Batismo na dimensão irrepitível de nossa consagração em Cristo, para a edificação do seu Corpo, tanto em relação ao nosso crescimento na perfeita maturidade, à medida de estatura da plenitude de Cristo (Ef 4,13).

5. Ambas as Igrejas administram o Batismo com água e em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo para remissão dos pecados, de acordo com a intenção e a ordem de Cristo (Mt 28, 18-20).

6. Ambas as Igrejas, com este mútuo reconhecimento, excluem a possibilidade de rebatismo em caso de passagem de membros de uma Igreja para outra.

7. As duas Igrejas dão graças a Deus por este vínculo básico de unidade que lhes foi dado e pedem a assistência do Espírito Santo para vencerem as suas divisões e se comprometem a prosseguir na jornada em prol da perfeita unidade cristã.

O ato daquela noite compromete os líderes dessas Igrejas a continuarem seus diálogos, estudos e orações esperançosamente aguardando a eventual superação das divergências doutrinárias que entre elas ainda existem. Ao mesmo tempo, serve de incentivo para outras Igrejas cristãs, sensíveis ao escândalo da divisão do cristianismo, a seguir semelhante exemplo.

Todas as Igrejas cristãs praticam o batismo em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo, fazendo o que Cristo mandou fazer, usando água. Mas não existe uniformidade a respeito da prática e da teologia baptismal. Por exemplo, a Igreja Metodista segue fielmente o mandamento do Senhor e tem um batismo válido, mas alguns dos seus pastores rebatizam pessoas quando pedem e pretendem ser Metodistas, mesmo que tenham sido batizadas nas Igrejas Luterana, Episcopal, Católica, ou outra. Há várias Igrejas cristãs que quase sempre obedecem ao rito normal quando batizam, como por exemplo, a Presbiteriana, Batista, Menonita, Adventista, Congregacionista e Pentecostal. Mas a noção teológica do batismo é diferente da Católica, Luterana e Episcopal. Professam que a pessoa é salva unicamente pela fé. O batismo é consequência da fé. Então não batiza com tanta urgência. Dessas Igrejas, as Batistas, Menonitas, Adventistas e Pentecostais (como a Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Brasil para Cristo, Evangélica



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Quadrangular, Deus é Amor), batizam somente adultos. Eles não admitem que a Igreja primitiva batizem crianças. Esta variação na prática e na teologia dificulta um possível acordo como foi feito entre Católicos, Luteranos e Episcopais. Mas não o impossibilita, depois de um diálogo sincero por parte de cristãos dedicados à causa da unidade da Igreja. Outras seitas nunca poderão chegar a tal acordo, sendo que não têm crença Trinitária, como no caso das Testemunhas de Jeová; ou quando dizem que Deus é matéria, sendo que um espírito sem carne e ossos não pode existir, como acreditam os Mórmons; ou juntam Deus e os homens num só ser, ou seja, professam panteísmo, e não usam a forma Trinitária no batismo e o fazem sem água, como o caso da Ciência Cristã.

O ato de reconhecimento oficial e bilateral da administração do sacramento do batismo entre a Igreja Católica, Igreja Evangélica de Confissão Luterana, e a Igreja Episcopal na noite de 12 de novembro, é o resultado de uma longa caminhada. Desde 1975 essas Igrejas juntas com a Igreja Metodista e duas comunidades da Igreja Reformada, vem se reunindo para eventualmente formar um Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. O nono encontro desta futura organização ocorreu em Porto Alegre, no dia 13 de novembro. Foi o clima fraterno, o diálogo e as orações nesses encontros bianuais que levaram essas Igrejas-irmãs a oficializar o reconhecimento mútuo do batismo. O Conselho futuramente estabelecido pelas Igrejas que professam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, pretende comprometer-se na defesa e promoção da pessoa humana e seus direitos. Também, atento à força do Espírito Santo, procurará refletir sobre assuntos teológicos para descobrir meios de resolver aspectos que ainda separam as Igrejas. O nono encontro tratou de acontecimentos importantes na vida do País e da Igreja e preparou uma mensagem comum por ocasião do Natal e a passagem do ano.

Enquanto o Espírito sopra e as Igrejas respondem, o ecumenismo vai se encaminhando.

6-2-f071

Presidente da CNBB admite necessidade de haver mais unidade dentro da Igreja

Porto Alegre — Necessidade de mais unidade na Igreja, foi admitida pelo presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter. Ele afirmou, ontem, em sua palestra semanal pela Rádio Medianeira: "não devemos esperar resultados sensacionais ou surpreendentes da assembleia de Itaici, mas, antes, esperamos que se consolide a coesão do Episcopado e do povo de Deus".

Defensor da análise conjunta dos problemas e estratégias pastorais da Igreja, enfatizou que as despesas com tais promoções se justificam, pois facilitam a caminhada "muitas vezes penosa em defesa dos oprimidos e é nos debates, nos estudos em comum e na oração comunitária que se encontra união e fraternidade".

VIVER A POBREZA

Os dois temas centrais da reunião de bispos — Pastoral da Terra e Catequese — na opinião de Dom Ivo Lorscheiter, propiciarão a ampla conscientização para a imediata unificação da doutrina católica. E essa perspectiva, acrescentou, torna-se mais viável, especialmente quando se trata dos métodos de ação, ou das estratégias pastorais ou das aplicações concretas de princípios aceitos por todos.

A presença do Bispo Eduardo Pironio — assessor do Vaticano designado pelo Papa João Paulo II para coordenar a reflexão sobre o tema Os Bispos e a Pobreza — segundo Dom Ivo Lorscheiter representa a confirmação da orientação universal dada à Igreja desde Medellín. O interesse manifestado pelo Sumo Pontífice em que a abordagem do assunto fosse feita por um membro diretamente ligado a ele "já é uma amostra da sua atenção para com os problemas sociais e religiosos do Brasil", disse o presidente da CNBB.

A partir deste encontro, para Dom Ivo, o questionamento dos bispos sobre as causas e consequências da injustiça social deixará de ser simples teorização "em defesa dos pobres e oprimidos e assumirão eles próprios um estilo de vida austero e simples".

Em função desta consolidação da proposta de ação e comportamento dos religiosos determinada em Puebla, Dom Ivo Lorscheiter considera que "será possível uma integralização dos esforços da Igreja." Observou que "nem sempre é fácil caminhar na unidade e por isso mesmo são importantes as reuniões e assembleias".

Em resposta a críticas de que a Igreja estaria investindo demasiado em encontros e promoções do gênero, o presidente da CNBB comentou admitindo que "custam tempo e dinheiro podendo ser excessivas, no entanto, o bom-senso e a experiência demonstram que o rezar juntos, estudar em comum, o confrontar idéias e modo de agir vai produzindo sempre maior convergência teórica e prática".



4-2-80 11

CNBB debate aplicação social dos bens da Igreja em Itaici

São Paulo — As propriedades familiar, comunitária e tribal são enfatizadas no documento inicial sobre a terra, que começou a ser debatido ontem pela 18ª Assembléia-Geral da CNBB. Um dos grupos de trabalho sugeriu que a Igreja faça levantamento e avaliação de seus próprios bens, dando-lhes aplicação social.

O documento inicial sobre a questão da terra foi apresentado aos bispos, ontem de manhã, pelo coordenador do tema na Assembléia, Dom Orlando Dotti — Bispo de Barra (BA) — formando-se em seguida 20 grupos de trabalho para analisar o problema. Segundo informação de Dom Orlando — confirmada por assessores da Assembléia — o documento (com 18 páginas, dividido em cinco tópicos) está obtendo o consenso de todas as alas do Episcopado.

Meio de trabalho

Como coordenador do tema e da elaboração do documento inicial, Dom Orlando Dotti observou que o texto enfatiza a terra "como um meio de trabalho e não de especulação", ressaltando que "a terra como finalidade de trabalho desapareceu do mapa do Brasil".

Assegurou que, ao defender as propriedades familiar, comunitária e tribal, o direito do posseiro à terra, "como é do próprio Direito Civil", a Igreja não está propondo "novos modelos". Eles já existem, mas não têm apoio. O latifúndio deve sofrer uma revisão profunda.

O Bispo de Barra advertiu, entretanto, que "a Igreja não quer ser a grileira da opinião dos outros. Quer fazer do lavrador o protagonista de sua própria libertação. Por isso deve acompanhar e fortalecer a organização dos lavradores e sua luta de defesa e resistência para que eles permaneçam nas terras em que são posseiros".

Ele justificou a violência nas áreas de confi-

tos, dizendo que "a violência dos posseiros é legítima, porque eles estão na posse pacífica da terra, estão sendo agredidos e têm o direito à defesa. Não são eles os agressores. O tipo de defesa depende deles".

Depois de afirmar que há um consenso no Episcopado sobre a questão da terra, mas sem fazer qualquer previsão sobre os resultados finais, Dom Orlando informou que, em seu grupo de trabalho, surgiu a proposta de que a Igreja "faça um levantamento de seus bens em todas as dioceses, pois há muitos que são improdutivos e podem ser colocados a serviço de todos".

Mas manifestou sua descrença na aplicação da reforma agrária, dizendo que "pensar na reforma agrária dentro da estrutura atual da economia brasileira é pensar em algo impossível, porque viria a destruir o sistema atual que privilegia o capital, a concentração de bens. Temos de trabalhar não só nessa frente, mas em todas as frentes, para uma mudança de estrutura".

O Bispo de Bonfim (BA), Dom Jairo Matos, informou que seu grupo de trabalho pedirá que se inclua no documento a preocupação com a escassez de juizes nas regiões de conflito de terra e com as "pressões que certos juizes sofrem por parte de pessoas influentes".

Enquanto Dom Orlando Dotti criticou a "inoperância do INCRA", Dom Jairo Matos contestou as declarações do presidente do órgão, de que a Igreja cria dificuldades: "O INCRA não encontra dificuldades com a Igreja, mas com a conscientização dos lavradores".

O Bispo-Auxiliar de Porto Alegre, Dom Edmundo Kuns, condenou "a linha política agrária que favorece sempre a grande propriedade", dizendo que a pequena propriedade, que dominava o Rio Grande do Sul, "está desaparecendo: em 1975, 37 mil agricultores do Rio Grande foram para a cidade. Para este ano está prevista a saída de 100 mil".

Dom Aloísio explica catequese

"Para viver este mundo difícil, indiferente, de forte tendência materialista, propenso à negação de Deus, muito auto-suficiente em seu espírito e progresso técnico-científico, a catequese deve ajudar os cristãos a serem, pela sua alegria e o seu serviço aos outros, luz e sal".

A afirmação foi feita ontem pelo Cardeal de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, ao analisar o documento do Papa João Paulo II *Catechesi Tradendae*, na primeira sessão plenária da 18ª Assembléia-Geral da CNBB, destinada a debater o tema *Catequese*. Dom Aloísio ressaltou

que a catequese não deve ser apenas de palavras, mas de atitudes cristãs frente à vida e frente ao mundo".

Segundo Dom Aloísio, há uma "preocupação particular" do Papa quanto à catequese, dizendo que "ele sente ser necessário, neste momento da história que a Igreja vive, corroborar a solidez da fé e da vida cristã, dar um novo vigor às iniciativas que estão a ser postas em prática, estimular a criatividade, sempre com a devida vigilância, e contribuir para a difusão, nas comunidades, da alegria de levar ao mundo o Ministério de Cristo".

Paraenses criticam Governador

Belém — A Comissão Pastoral da Terra e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos divulgaram ontem uma carta aberta ao Governador Alacid Nunes protestando contra o fato de ele não ter recebido em audiência o grupo de lavradores que o procurou, em busca de soluções para o problema de suas terras, e denunciando diversos casos de violência contra posseiros na região do Araguaia, onde a situação é tensa.

O documento, que lembra que os posseiros "só querem trabalhar o chão para plantar e viver", adverte para "os graves problemas da

terra no Sul-Sudeste do Para, onde milhares de lavradores estão sendo expulsos de suas posses e propriedades pela ação voraz dos grandes grupos latifundiários nacionais e multinacionais, quase sempre apoiados em jagunços e pistoleiros, policiais e autoridades inescrupulosas".

Depois de dizer que os lavradores tentaram durante cinco dias, sem sucesso, uma audiência com o Governador, embora nesse espaço de tempo ele tenha recebido representantes de blocos carnavalescos, a CPT e a SDDH enumeram na carta os três mais recentes casos de violência.



Empresário diz que reforma não é para esvaziar Oposição

São Paulo — "A reforma agrária não decorre de manobras políticas do Governo, nem objetiva esvaziar as oposições, incluindo alguns setores da Igreja. Os eventuais "industriais do caos" que exploravam a miséria poderão sentir esvaziados, mas os que criticavam com justiça deveriam inclusive se unir ao esforço nacional nessa área", disse ontem o presidente da AEA (Associação dos Empresários da Amazônia), João Carlos Meirelles.

Disse também que os empresários rurais que usam a terra como fator produtivo, em qualquer escala, "não temem a reforma agrária porque seu maior receio eram os efeitos dos focos de tensões nas regiões conturbadas". A AEA enviou telex aos ministros ligados ao setor, oferecendo colaboração da sua entidade e a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no Conselho Nacional de Terras.

Propostas

Na opinião do Sr Meirelles, o êxito da reforma agrária dependerá da abertura que o Governo permitir para uma participação mais ampla de alguns setores no processo. Os interessados em adquirir o pequeno lote de terra e que não têm recursos deveriam ser apoiados através de projetos que seriam instalados pelo INCRA, que venderia a terra a preço simbólico em esquema semelhante ao do BNH.

As cooperativas de produtores rurais assentariam os colonos de características minifun-

diárias. As terras lhes seriam vendidas a preço de custo e a falta de experiência das cooperativas em colonização seria suprida por meio da prestação de serviços de empresas especializadas no setor.

O lavrador que tivesse algum recurso para comprar terra poderia adquiri-la das empresas colonizadoras, sendo que o preço da terra remuneraria, além dos custos com a infra-estrutura, o capital investido pelas empresas colonizadoras.

A média empresa rural ocuparia as áreas de terras menos nobres localizadas nas regiões dos projetos de colonização. Essa propriedade seria um pouco mais ampla, para garantir a essas empresas uma maior diversificação da produção.

A necessidade de mão-de-obra paralela ao assentamento, especialmente na implantação da infra-estrutura, na opinião do Sr Meirelles, absorveria grandes contingentes de pessoas marginalizadas pelos efeitos do desemprego e do subemprego.

Para o presidente da AEA, a escassez de recursos não comprometerá a reforma agrária. Ele disse que um dos problemas do país "é não saber administrar essa escassez" e acrescentou que "a abertura de novas fronteiras é muitas vezes muito mais barata do que a terceira usina atômica. E, além de poder ser feita a curto prazo, seus efeitos são sentidos nos primeiros meses da ocupação, com a extração de madeira e castanhas, por exemplo e, depois de oito meses, através do cultivo de culturas de ciclos curtos como arroz, feijão e milho, sem qualquer dispêndio extra", acrescentou.

INCRA quer latifúndio até março

Até 31 de março, os coordenadores regionais deverão ter identificado e encaminhado à sede do INCRA os latifúndios improdutivos nos Estados sob sua jurisdição. Todos os coordenadores devem ter informações completas sobre os problemas das áreas de tensão social em suas regiões. Estas instruções foram dadas pelo presidente do INCRA, Paulo Yokota, diretamente aos coordenadores regionais.

Ainda no primeiro trimestre, cada coordenador deverá ter identificadas cinco glebas em sua jurisdição, com dimensão e situação claramente definidas, para projetos de assentamento a serem executados em 1980 e nos próximos anos. Se não houver qualquer área destinável a assentamentos, o INCRA também deverá receber comunicação nesse sentido.

Cadastramento

O nível de cadastramento de propriedade é deficiente, na opinião do Sr Paulo Yokota. Por isso, ele acha necessário elevar-se em 10%, durante este ano, o número de propriedades cadastradas no INCRA. Cada coordenador deverá também, no primeiro trimestre, identificar cinco projetos de habitação rural, seja através

de sindicatos de trabalhadores do campo ou "das mais variadas formas".

Áreas para assentamento e projetos de saneamento, de barragens, onde seja permitida a irrigação para cultura de hortigranjeiros, deverão ser identificadas no decorrer de 1980, principalmente onde projetos de saneamento, retificação e barragens estão sendo cogitados. Deverão ser realizados convênios com o DNOS e o DNOCS.

Problemas

Os problemas de conflitos de terra, detectados pelo INCRA, representaram uma grande mobilização, não só do órgão como também de outros setores de segurança. O Presidente disse que, "apesar do esforço desempenhado e da orientação dos últimos meses, nota-se que o trabalho efetivo do INCRA não alcança o nível desejado".

"Não se consegue dar ritmo e solução para os diversos problemas que estão sendo levantados. Os coordenadores são peças fundamentais para a ativação dos projetos. É possível que haja modificação ou modificações bastante drásticas na organização como um todo", disse Paulo Tokota.

Os bispos divididos

A CNBB não aprofunda suas antigas divergências mas também não chega facilmente ao acordo

Em tempos recentes, a simples perspectiva de uma discussão plenária da questão agrária já empolgaria todos os bispos católicos do Brasil, retirando-lhes inclusive a necessária serenidade para o debate das questões espirituais. Pois, a julgar pelo comportamento de seus prelados mais conhecidos, eram muitos os casos de bispos mais empenhados em orientar a sociedade que em salvar almas. Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, por exemplo, imaginava que, nessa questão, o cristianismo pudesse até incorporar a prática marxista, do mesmo modo que Santo Tomás de Aquino "batizou" a filosofia pagã de Aristóteles.

Mas a XVIII Assembléia Geral Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iniciada na manhã de terça-feira, dia 5, e que deve terminar no dia 14, no antigo noviciado jesuíta de Itaici, interior de São Paulo, está a demonstrar que, apesar de o tema fundiário ainda emocionar nossos bispos, operou-se de fato uma mudança na Igreja. É portanto ilustrativo que, na sessão do dia 6, ao comentar a exortação apostólica "Catechesi Tradendae", que resultou do Sínodo Mundial dos Bispos de 1977, dom Aloísio Lorscheider, cardeal de Fortaleza e ex-presidente da CNBB, haja arrancado demorados aplausos dos cerca de 250 bispos presentes a Itaici. "A catequese é uma atividade essencial da Igreja, tarefa primordial de sua missão", disse dom Aloísio. "O papel dos bispos é o de despertar e alimentar por ela uma verdadeira paixão." Boa acolhida também seria dispensada aos demais temas da farta agenda da XVIII Assembléia Extraordinária da CNBB — família, aborto, imoralidade, batismo, X Congresso Eucarístico Nacional, visita do papa ao Brasil.

Mudou a Igreja e mudaram os tempos. Se, por um lado, ascendeu ao trono de São Pedro um papa, João Paulo II, firmemente empenhado em restaurar a antiga disciplina eclesial, o Brasil também vive dias diferentes. A abertura política do presidente João Figueiredo, como observava na sema-



Dom Aloísio, discursando: aplaudido ao recomendar "paixão pela catequese"

na passada o arcebispo de Aracaju, dom Luciano Cabral Duarte, "fez com que a Igreja deixasse de ser uma privilegiada fiscal humanista e social — e, por conseguinte, voltasse a se preocupar com ela mesma". E dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, declarava: "Como é bom que os bispos brasileiros se reúnam durante nove dias para viver, rezar, estudar e discutir juntos!" Sintomaticamente, num quadro-negro colocado atrás da mesa que preside as sessões plenárias de Itaici, havia a frase: "Vem, Espírito Santo, vem! Vem iluminar-nos!"

CONTENDO ABUSOS — Em outros tempos, as luzes divinas iluminavam precariamente até questões litúrgicas.

Em 1977, a Assembléia da CNBB, com apenas 3 votos contrários, aprovou uma resolução referente às chamadas "missas populares", destinadas ao povo mais simples, que simplificava a missa tradicional e permitia que algumas de suas partes fossem parafraseadas. Na quinta-feira passada, os bispos presentes a Itaici souberam que Roma negara em dezembro último — e definitivamente — sua permissão para que tal tipo de cerimônia fosse realizado.

Mais: num telegrama lido em plenário, Roma igualmente criticou o que qualificou de "certos abusos difundidos em algumas regiões do Brasil no caso da absolvição coletiva", ou seja, aquela em que os fiéis se confessam di-



CLODOMIR BEZERRA

Programa da XVIII Assembléia da CNBB: uma agenda farta e variada

configuração com Cristo, o enviado do Pai, que lhe exige um estilo de vida e uma missão semelhante à de Cristo". E acrescentou: "A Igreja, ainda que necessita de meios humanos para cumprir sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrestre mas para proclamar a humildade e a abnegação também com seu próprio exemplo". À tarde, o cardeal Pironio, um ex-professor de Teologia que teve o nome listado nos dois últimos conclaves e homem de profunda vida espiritual, despejou sobre os prelados brasileiros uma longüeira preleção sobre a Virgem Maria.

SEM AUTONOMIA — No entanto, as mudanças não foram suficientemente

profundas para aterrar as divergências que dividem os bispos e, sobretudo, o fosso que separa a CNBB do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), com sede em Bogotá, na Colômbia, politicamente a sua direita, criado para ser entidade aglutinadora de todas as conferências de bispos do continente. Assim, durante a reunião de Itaiaci, um assunto indisfarçavelmente subjacente tem sido a recente troca de cartas entre o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, e o cardeal Sebastiano Baggio, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, a propósito do texto oficial das conclusões da conferência de Puebla. Em sua carta, dom Ivo se queixa de pelo menos 46 mudanças no texto

que recebeu da presidência do Celam e feitas, em seu entender, sem a anuência de Roma. A questão central envolve justamente divergências de ótica política. Diz dom Ivo a dom Baggio: "A edição provisória do texto de Puebla dizia que a doutrina da segurança nacional se opõe a uma visão cristã do homem; o texto oficial faz esta redação: 'A doutrina da segurança nacional entendida como ideologia absoluta não se harmonizaria com uma visão do homem'". Mais adiante, dom Ivo denuncia que, enquanto a edição provisória mencionava apenas "o caráter totalitário dos regimes de força", o texto final oficial aparece com o acréscimo "o caráter totalitário ou autoritário dos regimes de força".

Mas seu destinatário, dom Baggio, como a reiterar que Roma está mesmo decidida a limitar a autonomia de voto de certos setores da Igreja, respondeu: "O encargo da revisão do documento foi confiado pelo Sumo Pontífice a uma comissão por mim presidida (...). Fico perplexo sobre o significado que se entende dar à reação de alguns membros da CNBB contra o trabalho de revisão do documento de Puebla em sua redação provisória, quando, pelo contrário, nada houve que observar sobre a ampla revisão das conclusões de Medellín (a conferência anterior a Puebla), sob sua exclusiva responsabilidade, pela secretaria geral do Celam, a qual não se pediu justificação alguma



O pensamento de um dos líderes da CNBB

Respeitado por todas as facções em que se dividem os bispos brasileiros, dom Clemente José Carlos Bernard, 62 anos, bispo de Nova Friburgo, RJ, é vice-presidente da CNBB desde o ano passado. Sua palavra é considerada um sinal dos novos rumos da Igreja, em nossos dias. Na semana passada, ele deu as seguintes declarações a VEJA:

Sobre a escolha do tema da reunião, pela CNBB: "Nós, bispos, chegamos à convicção de que era necessário um estudo sério do assunto. Mas não queremos ser acusados de estar preocupados apenas com o social, com o político. A reunião é também um tema religioso, pois envolve a fraternidade cristã".

■ Sobre a disposição do governo de resolver os conflitos fundiários: "Vejo a preocupação do governo Figueiredo com grande esperança. Suas últimas atitudes podem ser o início de outras boas medidas".

■ Sobre as atuais relações Igreja-governo: "Percebo uma enorme diferença do governo Figueiredo para os que o precederam. O padre que foi preso dia 30, na delegacia de Cachoeira do Macacu, RJ, por defender posseiros, foi tratado com consideração, saiu de lá dirigindo o seu próprio automóvel. Se fosse no governo Medici teria sido algemado, encapuzado e seu automóvel talvez desaparecesse".

■ Sobre os contatos da CNBB



IRMO CELSO

Dom Clemente

com o governo: "Pessoalmente, estive a primeira vez com o presidente Figueiredo antes de ser eleito vice-presidente da CNBB. Depois, fui recebido por ele no Palácio do Planalto. De lá para cá, eu e meus companheiros de direção da CNBB temos visto que muitas das promessas que ele nos fez se realizaram".

■ Sobre as relações da CNBB com o Celam: "Há diferenças, como entre o português e o espanhol. Também há diferenças de mentalidade, entre os luso-americanos e os hispano-americanos. Além disso, a Igreja no Brasil assimilou muito as idéias do Concílio Vaticano II. Mas, no fundo, a CNBB e o Celam acabam se entendendo".

sobre as modificações efetuadas". As duas cartas foram publicadas no último *Comunicado Mensal* da CNBB por ordem expressa de Baggio. Ouvido na semana passada, dom Ivo apenas declarou: "O assunto está encerrado". Baggio, por sua vez, emendou em Roma: "Qualquer novo comentário seria supérfluo". Sinal dos tempos, Baggio, nuncio apostólico no Brasil até 1968, era considerado um comunista por militares radicais e sua saída do país foi pedida por uma declaração anônima saída do Ministério do Exército.

MOÇÃO DERROTADA — A batalha pode estar encerrada, mas talvez não seja a última da guerra não-declarada entre a CNBB e o Celam, presidido desde o ano passado pelo bispo colombiano dom Alfonso López Trujillo. O vice-presidente é o brasileiro dom Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju. Em dezembro, enquanto dom Ivo e dom Baggio trocavam suas cartas, dom Luciano acusava a CNBB de autorizar edições do texto oficial de Puebla "acompanhadas de introdução que lhe desvirtua o sentido". Líder conservador, o arcebispo de Aracaju, no primeiro dia da reunião de Itaiçara, propôs a discussão em plenário das 46 mudanças detectadas por dom Ivo no docu-



Dom Sigaud: moção rejeitada

mento expedido pelo Celam, mas foi derrotado. A grande maioria dos bispos, depois da resposta de dom Baggio, preferiu igualmente encerrar a questão. Sua reabertura, de fato, poderia desagradar ao papa João Paulo II, a quem dom Baggio seguramente submeteu o texto de sua carta.

Em todo o caso, o papa João Paulo

II gostará de ouvir de seu colaborador dom Pironio, que decolou de São Paulo na noite de sexta-feira, o porquê da CNBB haver recusado uma moção de solidariedade à punição que ele há pouco ao teólogo suíço Hans Küng. Apresentada em plenário por dom Arnaldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, ela não teria passado a não ser por um prelado próximo à CNBB, "em virtude de menção ao nome Küng, quando todo o mundo sabe que os bispos, até por dever de consciência, não podem condenar ninguém em circunstâncias". Mas dom Sigaud recebeu outra explicação: "Inadmissível, acoplei à minha moção de solidariedade ao papa uma segunda moção, pelo mesmo motivo, ao episcopado brasileiro. E a CNBB não gosta de se intrometer nos assuntos das outras conferências episcopais".

É possível. Mas, no dia seguinte, vazamento de tais informações deixava de ser curioso o empenho de dom Ivo na divulgação de um telegrama que acabara de chegar de João Paulo II, em nome da Conferência Episcopal Brasileira, saudando-lhe "a unânime adesão dos bispos do Brasil ao Pastor Universal, e sua alegria pela confirmação da fé de Sua Santidade a nosso país".

A durabilidade do Para-Raios 3M é a primeira série. Isto deve-se ao primeiro lugar, à excepcional qualidade da marca registrada de todos os produtos 3M. Graças a essa qualidade, o Para-Raios 3M suporta as mais severas condições de trabalho por tempo indeterminado.

Outra característica de sua segurança e confiabilidade, pois o desligador automático incorporado ao próprio para-raios, proporciona uma eficiente coordenação com os fusíveis de proteção da linha.

Suas características operacionais mantêm-se inalteradas nas mais diversas condições ambientais. Exija segurança. Exija a qualidade 3M também em para-

PÁRA-RAIOS 3M:
desliga automaticamente
quando a descarga
passa dos limites.

desligador automático

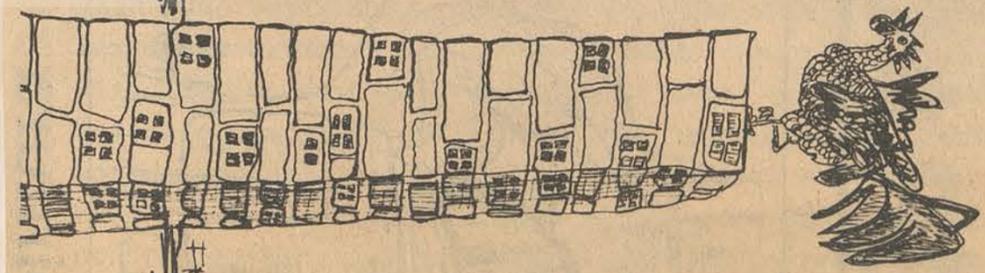
Indústria Elétrica 3M
Caixa Postal 123 - Campinas - SP

DIVERGÊNCIA

DESMASSCARADA

CNBB

Igreja só tem terra de negócio



ADIRSON DE BARROS

O Governo resolveu, afinal, contra-atacar a CNBB e o clero esquerdista que contestam o regime e propõem uma sociedade socialista para o País, a partir de uma reforma agrária radical, de conteúdo marxista, conforme a proposta feita no documento da reunião de bispos em Itaici. Enfim o Governo passa à ofensiva.

Recentemente o Governo, através do Incra, divulgou discretamente uma relação das terras pertencentes à Igreja em todo o País, exceto as dos territórios de Rondônia e Roraima e excluídos os imóveis urbanos (que somam muitos milhões de metros quadrados) e também aquelas terras que são propriedade de ordens, congregações e associações religiosas e que não constam da relação do Incra.

O fato deixou a CNBB numa situação embaraçosa. Pois é a CNBB, através da proposta de reforma agrária de Itaici e de declarações de bispos que se dizem socialistas, que pretende uma mudança na situação fundiária do País, condena a propriedade privada, tenta atirar posseiros contra patrões, alimentando a luta de classes no campo. Mas as suas terras são intocáveis e podem ser vendidas a multinacionais, como ocorreu recentemente na Pre-

lazia de Tefé, no Amazonas, onde terras da igreja da CNBB foram alienadas a uma multinacional francesa e todos os posseiros expulsos, com suas famílias, sem direito algum. E como acontece também nas terras da Igreja no Ceará, vendidas a multinacionais por D. Aloisio Lorscheider; e na Paraíba, também alienadas por D. José Maria Pires, Dom "Pelé", que se diz um admirador incondicional da revolução cubana, adora Fidel Castro e acha que Cuba é o exemplo para o Brasil, mas privou os posseiros de todos os seus direitos e de suas terras, vendidas também a multinacionais.

Constrangidos, os bispos da CNBB vieram a público para tentar contestar a relação do Incra, mas de forma ingênua. Um prelado declarou infantilmente que se os 178.402,65 hectares de propriedade da Igreja, na relação divulgada pelo Incra (e que está longe de ser completa como informamos acima) fossem distribuídos entre os 100 milhões de católicos do Brasil "caberia a cada um nada mais do que espaço para uma cová". E outros representantes da CNBB afirmaram que seria interessante comparar os 178 mil hectares da Igreja, uma instituição que está há 500 anos no Brasil, com as terras de políticos

desde que iniciaram seus mandatos.

Na verdade estas afirmações ingênuas de prelados e da CNBB esquerdistas e revolucionárias são páldas e desajeitadas tentativas de lançar poeira nos olhos dos fiéis. Pois ninguém, exceto os comunistas, nega a alguém o direito à propriedade. Qualquer cidadão pode ser possuidor de glebas de terras e lotes urbanos. A Igreja, como instituição, não está excluída desse direito. A "Mater et Magistra", encíclica papal, item 109, afirma: "O direito de propriedade privada, inclusive dos bens de produção, tem valor permanente. A História e a experiência atestam que os regimes políticos que não reconhecem aos particulares também a propriedade privada dos bens de produção, violam ou destroem completamente o exercício da liberdade em questões fundamentais". (No caso a "Mater et Magistra" quer fazer referência aos regimes totalitários comunistas.)

Portanto a CNBB tem o direito à propriedade privada. Seja pelo Direito brasileiro, pela nossa Constituição e o regime econômico vigente; seja pela encíclica "Mater et Magistra", que reconhece e defende a propriedade dos bens de produção, a menos que se queira instalar

no País um regime coletivista contrário à doutrina cristã.

Não se questiona, assim, o direito da igreja ter suas propriedades adquiridas ou doadas; ou deixadas em herança por parte do território brasileiro. O que se questiona, isto sim, é o fato de que a CNBB e os bispos marxistas-esquerdistas pregarem a revolução socialista para o campo, defenderem a reforma agrária radical e marxista; apresentarem o Estado e os proprietários de terras como "opressores" dos pobres trabalhadores do campo — enquanto a igreja, proprietária de 1.268 imóveis rurais (mais do que isso, umas três vezes mais, se contarmos as propriedades de instituições religiosas não contabilizadas pelo Incra) somando 178.402,65 hectares de terras — um latifúndio impressionante — não use essas terras em benefício dos trabalhadores rurais; não explore essas terras com sentido social e cristão; e ainda venda parte desses hectares a multinacionais, sem que aos posseiros e trabalhadores sejam reservados os mínimos direitos, até mesmo os trabalhistas, como ocorreu na Prelazia de Tefé, Amazonas, onde os posseiros foram sumariamente expulsos das terras vendidas pela igreja a uma multinacional.

Apanhada em flagrante delito a CNBB perdeu a cara. Já não

tem como se apresentar com seriedade e credibilidade perante os fiéis de todo o País. Fica provado, oficialmente, que a "igreja da libertação" de teólogos marxistas como Leonardo Boff; do farisaico cardeal Evaristo Arns; do falso pai dos pobres Helder Câmara; de bispos comunistas como Balduino e Casaldáliga; dos marxistas da CNBB como D. Luciano Mendes de Almeida — fica provado, repetimos, que essa igreja quer "libertar" os pobres com o pescoço dos outros. Quer a reforma agrária nas terras alheias, jamais nas terras de propriedade da Igreja, que são intocáveis pelos mortais.

Desmascarada a CNBB na sua campanha contra o regime brasileiro, fica entendido, assim, que a igreja de Arns, Helder, Casaldáliga — a igreja da CNBB e falsamente defensora dos injustiçados, a igreja socialista e marxista, que pretende libertar o povo, é exploradora do homem do campo e detentora de uma quantidade imensa de terras em todo o País e nelas não quer reforma nenhuma. Diz o documento de Itaici sobre reforma agrária (preparado pelos comunistas do "Ibrades", que assessoram a CNBB) que as terras brasileiras devem ser divididas em terras de produção e terras de negócios. Constata-se que as terras da CNBB são terras de negócio.

Pequena história da nova Igreja popular do Brasil

Helena Salém *

(*) A jornalista Helena Salém acaba de escrever um livro sobre a Igreja popular no Brasil, a ser lançado pela editora Brasil-Debates.

Se o papa Pio XII tivesse vindo ao Brasil, em 1955, para o Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro, seguramente seria bem menor a polêmica em torno do seu roteiro. Questões como ir à favela ou não, ser convidado oficial do governo ou da CNBB, encontrar com os operários ou ficar na esfera do poder, talvez nem se colocassem, ou melhor, muito provavelmente não se colocariam por nenhuma das partes envolvidas.

Não há dúvida de que a Igreja Católica brasileira, nestes últimos 25 anos, mudou. E mudou bastante. Em 1955, Pio XII dialogaria no Brasil com dois interlocutores distintos, mas convergentes. Igreja e poder caminhavam lado a lado: a primeira contribuindo para a manutenção da ordem e da estabilidade tão importantes para o segundo, e este garantindo a influência e expansão da instituição eclesiástica. Um casamento quase perfeito, que aliás já durava séculos. Evidentemente, havia também uma justificativa ao nível ideológico: a Igreja pretendia que com sua ação junto ao poder ela teria condições de influir no processo decisório e, assim, melhorar a vida do povo em geral. De boas intenções, afirma o ditado popular, o inferno está cheio. A vida do povo nunca melhorou por causa dessa aliança. E nem poderia.

Mas Pio XII depararia também com uma Igreja em pleno processo de transformação, de modernização interna. Se hoje temos a Igreja, em boa parte, voltada para o povo, as raízes dessa mudança efetivamente brotaram nos anos 50. E dois acontecimentos desempenharam um papel básico: a adoção em 1950 do método francês pela Ação Católica Brasileira de divisão dos leigos por classes e categorias — que permitiu a criação da JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (estudantes secundários), JOC (operários), JIC (independentes, profissionais liberais) e JAC (agricultores, camponeses) —; e a fundação, em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A mudança na estruturação da ACB possibilitou uma participação, sem precedentes, dos leigos na vida da Igreja. Milhares de jovens cristãos foram sendo organizados, com vistas à ação e à reflexão. Por outro lado, a criação da CNBB gerou toda uma nova dinâmica na estrutura da Igreja Brasileira. Esse espírito modernizante, aliás, estava bem de acordo com a situação geral do país: industrialização crescente, urbanização, mobilidade social, enfim, expansão do capitalismo.

A participação dos leigos

A Igreja se abria para os leigos, mas continuava centrada nas classes médias e altas. E continuava também tão identificada com o poder como sempre. Por exemplo, ao se iniciarem os estudos e discussões para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), é na Igreja que o governo Kubitschek vai procurar apoio

e encontra (reuniao dos bispos do Nordeste em Campina Grande, 1956, e em Natal, 1959). Como o poder, a hierarquia da Igreja adquirira um espírito desenvolvimentista. Mais tarde, no começo dos anos 60, especialmente no período do presidente João Goulart, nova transformação tem lugar: governo e Igreja tornam-se reformistas. Tratava-se de corrigir as grandes deformações do sistema, mas sem maiores impactos. Ou talvez, melhor dizendo: reformar para não mudar, reformar para evitar o "pior" (a revolução popular).

Os setores mais progressistas do episcopado abraçaram a ideologia reformista. Ao nível dos leigos, porém, o avanço político foi maior. Os grupos de JUC e JEC, sobretudo, iniciaram toda uma prática e reflexão procurando ligar a fé à política, cristianismo e revolução, socialismo contra capitalismo. A própria organização Ação Popular (AP) nasce justamente (em 1962) dessa nova prática e da necessidade desses jovens (na maioria originários da pequena-burguesia) de se libertarem dos limites da hierarquia, que já começavam a ficar muito estreitos.

Hoje, quando palavras como socialismo, opção pelos pobres, são tão correntes no vocabulário da própria Igreja institucional, vale a pena lembrar aquele período. Afinal, às vésperas do movimento de 1964, a hierarquia, inclusive os setores progressistas, vivia momentos de angústia com os destinos da juventude católica.

Outro elemento importante daquela época foi o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, o qual adotou um método de aprendizagem popular que visava, simultaneamente, a conscientização. O MEB atuou em mais de 50 dioceses espalhadas pelo Brasil acumulando uma experiência riquíssima, agora largamente utilizada pela nova Igreja brasileira.

Apoio ao Golpe

Em 1964, a CNBB apoiou o golpe militar. Seus setores progressistas ficaram isolados, emudecidos. Os vários grupos de juventude católica foram perseguidos, presos, exilados. A Igreja brasileira reorientou-se e conservou sua aliança com o poder. O fato é que a pequena minoria de bispos progressistas mantivera apenas uma precária hegemonia naqueles anos pré-golpe, neutralizando a maioria conservadora, mas não a cooptando para seu projeto. Em 1964, D. Helder Câmara, secretário-geral da CNBB desde sua fundação, assumiu o Arcebispado de Olinda e Recife e deixou o cargo. A entidade ganhou uma direção conservadora, mais ajustada à época política.

Efetivamente, as raízes da transformação da Igreja brasileira estão nesse período anterior ao golpe militar. Contudo nestes 16 anos, deram-se enormes saltos de qualidade, porque, basicamente, mudou o sistema de alianças da Igreja no Brasil. Hoje, oficialmente, ela define como seu aliado principal "preferencial" o povo, e não mais o poder. Para contribuir na melhoria, na transformação da vida do povo brasileiro, a CNBB coloca-se ao lado dele, junto com ele, e não de quem o esmaga, como no passado. Não é possível estar com Deus e o Diabo ao mesmo tempo. Nossos bispos vão compreendendo isso.



30. Juni 1980 74

NACIONAL — 15

CNBB condena o projeto do Governo sobre imigrantes

Brasília — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil distribuiu, ontem à noite, nota condenando o projeto de lei do Executivo para controlar o ingresso de estrangeiros no país, pelos critérios parciais "com que o projeto define quem deve ou não ser considerado útil ao Brasil".

Denuncia o regime de semiconfinamento "a que se quer submeter daqui por diante os estrangeiros admitidos ao nosso convívio permanente", a facilidade com que estes poderão ser expulsos ou deportados e, mais ainda, o "alto grau de arbitrariedade que cerca a aplicação destas medidas".

A NOTA

"A presidência e a CEP da CNBB manifestam sua estranheza e desconformidade em relação aos termos em que está vazado o projeto de lei que define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil, ora em tramitação no Congresso Nacional.

"A desconformidade se refere às medidas drásticas com que se pretende colocar a entrada e permanência de estrangeiros no país, aos critérios parciais com que o projeto define quem deve ou não ser considerado útil ao Brasil, ao regime de semiconfinamento a que se quer submeter daqui por diante os es-

trangeiros admitidos ao nosso convívio permanente, à facilidade com que estes poderão ser expulsos ou deportados, e, mais ainda, ao alto grau de arbitrariedade que cerca a aplicação destas medidas.

"Não se pretende negar a necessidade de se proceder a eventuais modificações na legislação sobre a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil, sobretudo quando se trata de promover e assegurar a mão-de-obra brasileira sem deixar de oferecer oportunidades para a mão-de-obra estrangeira. O que se nos apresenta como inaceitável é o caráter xenófobo deste projeto, que fere uma longa tradição de hospitalidade brasileira e o reconhecimento da contribuição também econômica dos imigrantes e o respeito aos direitos que toda pessoa humana possui de encontrar sua digna sustentação, mesmo fora de seu país. Não se vê como o projeto de lei se condunaria com a catolicidade da Igreja que se expressa na benéfica visita e atuação através de missionários nascidos em outros países.

"Confiamos que o espírito cristão e a inteligência brasileira saibam produzir uma lei verdadeiramente equânime e apelamos à opinião pública que manifeste sua posição frente a este projeto cujo prazo de tramitação se esgota no dia 5 de agosto."

PDS assegura votação logo após o recesso

Brasília — O líder do Governo na Câmara, Deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), acertou com as lideranças oposicionistas para que sejam votadas na primeira semana de agosto, depois do recesso, a nova Lei dos Estrangeiros e a mensagem do Presidente da República modificando a sistemática de promoções.

O deputado Marchezan está convencido de que muitas das críticas à nova Lei dos Estrangeiros são inconseqüentes. O próprio Ministro da Justiça, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, lhe revelou que, para conseguir a permanência, um estrangeiro de 23 anos casou-se com uma senhora de 79 anos. A nova lei acaba com este direito.

MILITARES

A obstrução das oposições à reformulação na Lei de Promoções, liderada pelo Deputado Nélson Lobato (PP-PA), Coronel da reserva, acabará sendo inútil. Eles conseguiram impedir sua aprovação antes do recesso, mas com o acordo das lideranças ela será votada na primeira semana de agosto. Em consequência, já estará em vigor quando da nova promoção de oficiais-generais.

Esta difícil o entendimento para uma votação pacífica da nova Lei dos Estrangeiros, considerado pelos oposicionistas "como fascista e anti-democrática". Ficou, porém, acertado, em princípio, que a lei será votada no dia 5 de agosto. O líder Nelson Marchezan acredita que possam ser conseguidas ligeiras alterações no texto, mas as oposições exigem uma ampla reformulação.

Não há qualquer intenção do Governo, segundo o seu líder, em expulsar os estrangeiros, mas apenas em ter melhores condições para selecionar os novos imigrantes. A lei atual vem sendo burlada com facilidade, há condenados que arranjaram uma esposa ou filho brasileiro para não serem expulsos.

"Na defesa dos estrangeiros", observa Marchezan, "alguns têm posições esquisitas. O Partido Popular, por exemplo, é a favor do controle da natalidade alegando que já existe muito desemprego. Não é, porém, contra a vinda de estrangeiros desqualificados para disputarem os empregos."

A Igreja que Pio XII encontraria, se tivesse vindo ao Brasil em 1955, era uma aliada do poder. Agora, João Paulo II defronta-se com uma realidade bastante diferente. Nesse ínterim, no interior da própria Igreja internacional, ocorreram acontecimentos fundamentais, como o Concílio Vaticano II, as conferências episcopais latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), que procuraram adaptar a doutrina ao mundo atual e à realidade de nosso continente. As mudanças não sucederam, portanto, "apenas no âmbito da Igreja brasileira. Mas, sem ilusões. Tudo isso não significa que João Paulo II dialogará

Eles continuam minoria, sim. Para alguns, não ultrapassam uns 60 dos mais de 300 bispos da CNBB. Para outros, já somam um terço. Mas, o que é importante, eles estão integrados num trabalho popular. São os mais respeitados, os mais ativos, que têm algo a propor, enfim, os que, sem dúvida alguma dão a tônica do episcopado. Só assim conseguimos entender que os mais recentes — e ousados — documentos da CNBB tenham obtido tamanha unanimidade (o último, sobre a terra, teve apenas 4 votos contra e 172 a favor). Os conservadores perderam o poder de iniciativa, e a maioria de centro vai sendo cooptada pelos progressistas.

Os episódios, há menos de dois meses, na greve do ABC simbolizam bem a nova correlação de forças. A despeito dos conservadores, a CNBB ficou claramente do lado dos trabalhadores, do povo, em desafio ao próprio governo. Este, em desespero, apelou para o absurdo de dizer que a CNBB não representava a Igreja brasileira. Se ela não representa, quem então é seu porta-voz: o bispo de Diamantina, D. Sigaud, totalmente isolado e anacrônico? Tudo bem. O general Figueiredo deu a sua contribuição para o fortalecimento da aliança povo — Igreja. Nas manifestações de apoio à greve, as torças populares gritavam: "CNBB, estamos com você". Pio XII jamais ouviria uma coisa dessas. Mas é essa a Igreja que João Paulo II vai encontrar no Brasil.

MOVIMENTO - 23 a 30/6/80



com uma hierarquia unanimemente identificada com as posições populares, de maneira alguma.

A força dos progressistas

Em 1964, o episcopado progressista era minoria e, ideologicamente, transitava nos limites do capitalismo. Falava no povo, mas estava longe dele. Hoje esse episcopado cresceu muito. Sentiu na própria carne a violência da repressão do sistema, foi porta-voz das dores dos perseguidos, que batiam à sua porta, abriu-se para o mundo e pode ver as brutais injustiças institucionalizadas pelo capitalismo. Desenvolveu um profundo trabalho junto ao povo, através das Comunidades Eclesiais de Base, e forjou uma nova teologia — a Teologia da Libertação, pautada na transformação social, na construção de uma vida mais digna aqui na terra. Com tudo isso, os setores progressistas amadureceram, chegaram até a rejeição do sistema capitalista e a opção pelo socialismo.



Os comandantes da nossa Igreja

Dom Aloísio, dom Paulo, dom Ivo, dom Vicente: nomes que impõem os rumos ao catolicismo no Brasil

Alguns são pouco conhecidos do público, outros foram até cogitados para papa. Todos, porém, têm grande influência na Igreja brasileira. Abrem linhas, arrastam votos, pesam nas decisões do episcopado. Eis a galeria dos mais influentes bispos brasileiros no momento.

Aloísio Lorscheider. Cardeal de Fortaleza, hábil presidente da CNBB no governo Médici, tem projeção internacional. Na eleição

de João Paulo I obteve 12 votos — inclusive o do futuro papa. Teólogo respeitado, pastoralista, é politicamente um moderado que geralmente vota com os progressistas.

Paulo Evaristo Arns. Cardeal de São Paulo, é um símbolo internacional da Igreja na defesa dos direitos humanos. Avançado em questões sociais, é ortodoxo quanto à doutrina da fé.

Hélder Câmara. Arcebispo



Aloísio Lorscheider



Tomás Balduino

de Olinda e Recife, ainda é o grande nome internacional da Igreja brasileira. Internamente, porém, é uma estrela em decadência, apesar de influir sobre a ala do episcopado que se declara socialista.

Tomás Balduino. Bispo de Goiás Velho (GO), líder e formador da corrente mais dedicada à causa dos índios e camponeses. Tem grande ascendência sobre os bispos do Centro-Oeste e da Amazônia.

Ivo Lorscheiter. Bispo de Santa Maria (RS) e presidente da CNBB. Firme, discreto, tem grande capacidade para administrar a luta interna na Igreja. Seu futuro pode ser o arcebispo de Porto Alegre, assim que o cardeal Scherer se aposentar.

Vicente Scherer. Cardeal de Porto Alegre, é a maior expressão dos conservadores, embora sem dedicar-se à política interna. É respeitado pela seriedade e con-

Conferência reúne 500 padres para discutir participação

Perto de 500 provinciais e outros superiores que representam os 50 mil religiosos que vivem no Brasil começarão hoje às 8h30m, no Colégio São Bento, a 12ª Assembleia-Geral Ordinária da Conferência dos Religiosos do Brasil. Ela se estenderá até o dia 2 de agosto e durante a sua realização padres, irmãos e freiras se deterão sobre um tema central: Libertar para a Comunhão e Participação.

O Padre Décio Batista Teixeira que, como presidente da CRB, será responsável pela assembleia, diz que ela se propõe a ser "uma resposta ao ingente desafio de evangelização que emerge da nossa realidade, para a qual acenaram os bispos em Puebla e que o Papa, em boa hora, veio lembrar e confirmar, aqui mesmo em nossa terra".

Acertar o passo

Segundo o Padre Décio, o tema do encontro resultou de "ampla consulta aos religiosos", que "eles acharam conveniente e oportuno confrontarmos e aprofundarmos as grandes opções de Puebla, para acertarmos o passo na caminhada histórica que a Igreja e o povo, todos, fazemos".

As "grandes opções de Puebla" sobre as quais irão refletir os religiosos são aquelas que, segundo o documento firmado pelos bispos em fevereiro do ano passado, impõe-se a partir da "situação de injustiça estrutural e de pecado social", considerada logo "uma contradição escandalosa ao próprio ser cristão, incompreensível num continente católico".

Dai os subtemas propostos à assembleia: "Opção Preferencial pelos Pobres" (estudo e debate na segunda-feira) e "A Educação dentro da Ótica da Opção Preferencial pelos Pobres e da Opção Preferencial pelos Jovens" (terça-feira). Padre Décio tem o cuidado de observar: "Se dizemos opção preferencial pelos pobres, já se entende que preferimos, sim, os mais carentes, mas não estamos excluindo ninguém da nossa tarefa evangelizadora, como Cristo não excluiu. Não estamos querendo exacerbar conflitos, rejeitamos todo e qualquer reducionismo ou violência".

Sobre a "opção preferencial pelos jovens", o presidente da CRB insiste em dizer que "a educação deles (os jovens) é um dos mais sérios desafios que se impõem à ação evangelizadora da Igreja no Brasil". Para ele, "a causa da violência e todos os desmandos que marcam o nosso tempo está na falha da educação". E explica:

— O sistema educacional em que vivemos, ou não consegue atingir todos os jovens, ou, se atinge, não consegue formar verdadeiros agentes de transformação capazes de fazerem surgir uma nova sociedade.

Como prova do pouco caso que o Brasil dá à política educacional, Padre Décio lembra que este "é um dos países que, na América Latina, reserva menor dotação orçamentária para o campo da educação".

Mais carinho

Um terceiro tema será proposto, quarta-feira, à consideração dos superiores maiores de ordens e congregações religiosas do Brasil: Vida Religiosa Inserida nos Meios Populares. Padre Décio — segundo o qual ainda se verifica "uma concentração notável de religiosos nos grandes centros urbanos com prejuízo do interior do país e até mesmo da periferia das grandes cidades" — diz ser necessário que "nós, os religiosos, demos uma resposta ao pedido da Igreja, de olharmos com mais carinho para os mais necessitados".

Ao fim da exposição de cada um dos três subtemas será apresentada uma experiência concreta, levada a termo por alguma comunidade religiosa.

Além das exposições haverá duas palestras: A Igreja no Brasil. Hoje, e os Seus Principais Desafios, pelo presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter (segunda-feira); e Pastoral na Igreja do Brasil e os Religiosos nesta Pastoral, pelo secretário-geral da CNBB e Jesuíta Dom Luciano Mendes de Almeida (quarta-feira).

De Roma virá o Cardeal Eduardo Pironio, Prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, que fará uma conferência para religiosos e religiosas, mesmo os que não participam da assembleia, quarta-feira às 20h.

Como "um momento forte de vivência e partilha de nossa experiência de Deus em meio aos muitos trabalhos e responsabilidades desta assembleia", Padre Décio informa que na quinta-feira os religiosos farão uma "manhã de espiritualidade e oração".

Na sexta-feira os membros da assembleia elegerão (ou confirmarão) os nomes daqueles que irão responder, nos próximos três anos, pela diretoria nacional e conselho superior da Conferência dos Religiosos do Brasil.

A assembleia será aberta hoje às 8h30m, pelo Cardeal Eugênio Sales.

Estatística

Fundada há 26 anos, a Conferência dos Religiosos do Brasil é o órgão que responde pela coordenação e promoção da vida religiosa das freiras, irmãos e padres pertencentes a congregações e ordens religiosas pela ordenação sacerdotal ou votos religiosos ao serviço de Deus. Em números arredondados, são estes os dados atuais:

Dentre os 50 mil religiosos que existem no Brasil, 39 mil são freiras, 8 mil padres e 3 mil irmãos. Eles se distribuem por 7 mil 503 comunidades religiosas, têm 700 sedes gerais ou provinciais e dedicam-se a atividades em paróquias, comunidades eclesiais de base, hospitais, escolas, universidades, centros de catequese, clubes de juventude, pastoral popular.

Existem ainda 115 mosteiros de contemplativos (que normalmente não saem à rua) e 50 institutos seculares (com 600 membros que vivem no século mas ligados ao serviço religioso pelos três votos evangélicos: pobreza, obediência ao superior e castidade perpétua). Setenta e se congregações ou ordens são de origem brasileira, mas 60% dos religiosos que vivem no Brasil vieram do exterior.

D Ivo diz que Papa confia em novo rumo brasileiro sem capitalismo nem comunismo

Porto Alegre — O Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheiter revelou ontem que o Papa João Paulo II, numa conversa particular que manteve com ele, a caminho do aeroporto de Manaus, disse que "o Brasil não deve optar nem pelo comunismo nem pelo capitalismo, pois ambos não servem, por isso eu peço uma coisa: façam do Brasil o expoente, o indicador do novo rumo do mundo. Esta Igreja de vocês pode conseguir isso", afirmou.

De acordo com o Presidente da CNBB, o Papa fez a observação após opinar que o Brasil pode liderar o mundo porque "é um país tão rico potencialmente, tem um povo com tantas qualidades e uma Igreja com tanta força interna e social."

Encontro

Dom Ivo Lorscheiter participou ontem, em Porto Alegre, do encerramento do 8º Encontro Latino-Americano do Movimento Familiar Cristão, realizado na PUC local. Em nome do episcopado brasileiro, saudou os casais presentes ao encontro, "com uma palavra sincera, muito cordial e de alegria, por tudo o que vocês são, pelo que fazem e pelo que procurarão fazer para a verdadeira promoção da família e verdadeira transformação de nossas comunidades nacionais."

Ainda sobre a visita do Papa João Paulo II, o presidente da CNBB disse aos casais que "gostaria de ter o milésimo da força evangelizadora, do impacto conclamador de nosso Papa, mas eu creio que todas as palavras que ele disse no Brasil, não só aos brasileiros mas a todos os latino-americanos, continuam a nos tocar e oxalá, agora, comecem a transformar a todos."

— Uma destas passagens do Papa foi em Salvador, quando, a todos aqueles que ele chamava de construtores da nova sociedade, dizia que o futuro da sociedade depende de cada um de nós, também o futuro da família da América Latina não depende de outros a não ser de nós. E é importante que nos possamos sair daqui com esta prontidão de assumirmos sem medo esta construção da família em nossos países."

AE/AIÉ



Vicente Scherer

Luís Humberto



Ivo Lorscheiter



Avelar Brandão



Luciano M. Almeida



Moacir Grecchi

vicção com que defende suas idéias.

Luciano C. Duarte. Arcebispo de Aracajú, culto, bem-informado, é o grande articulador político dos conservadores. Inimigo da Teologia da Libertação, lidera a ponderável ala do episcopado que prega a "despoliticização" da Igreja.

Avelar Brandão. Cardeal da Bahia e primaz do Brasil, tem influência decisiva sobre o bloco moderado. Político hábil, não se expõe em questões polêmicas, mas desagradou aos pro-

ISTOÉ 27/1980

gressistas, recentemente, por admoestar um grupo de jesuítas de Salvador que fez restrições ao programa do papa no Brasil.

Luciano M. de Almeida. Bispo auxiliar de São Paulo e secretário-geral da CNBB, é a única unanimidade do episcopado. "É capaz de tirar a roupa para dar a um pobre", diz um progressista. "Vive e trabalha para a Igreja", afirma um conservador.

Eugênio Salles. Cardeal do Rio de Janeiro, manteve o diálogo com o governo nos momentos mais difíceis. Moderado com tendências conservadoras, lidera, com dom Avelar, a chamada "maioria silenciosa" do episcopado.

Moacir Grecchi. Bispo do Acre, chefia, com dom Tomás Balduino, a ala que mais se engajou na defesa dos camponeses. Franco, direto, foi o principal autor do documento aprovado na última assembleia da CNBB em defesa da reforma agrária.



Jesuítas afirma que as escolas católicas são posses do povo

O novo presidente da Associação dos Educadores Católicos, Padre jesuíta Agostinho Castejón afirmou, no encerramento do 10º Congresso Nacional da AEC, que as escolas católicas são propriedades, "apenas legalmente" das instituições religiosas que as mantêm. "Na realidade, somos apenas administradores de bens que pertencem ao povo: a hipoteca social que pesa sobre qualquer propriedade particular é muito mais exigente quando se trata de uma instituição que se define como católica."

Ao falar sobre educação na e para a Justiça (tema do Congresso), o Padre Castejón fez um roteiro sobre todos os problemas e formas de agir do educador católico visando à Justiça. Destacou que "a educação para a Justiça implica um compromisso com a construção de uma sociedade onde prevaleçam a participação e a comunhão". E alertou que a fé e a educação católicas não devem ser colocadas a serviço de ideologias.

Educação e Justiça

Estes são os principais trechos do discurso do Padre Agostinho Castejón:

"Precisamos assumir que nossa consciência social, tanto da injustiça como da ideologia dominante — que serve de instrumento de disfarce e sustentação dessa mesma estrutura social — e da nossa percepção crítica é consideravelmente limitada. E, quanto mais limitada, tanto mais facilmente manipulável por essa ideologia dominante."

"A des-ideologização da fé, proclamada com tanta força e sabedoria pelo Santo Padre em sua recente visita ao Brasil, implica não colocar a fé e, em nosso caso, a educação católica a serviço de uma ideologia, não enquadrar o trabalho de serviço da fé, que inclui a promoção da justiça, nos moldes de uma ideologia."

"Mas ideologia não é exclusivamente marxismo. Tendemos a aterrizar o perigo das ideologias da forma caolha, ou olhando apenas para um lado. E isto pode ser por ingenuidade ou por convicção com o outro lado. Certamente não é objetividade ou neutralidade."

"Acontece que o sistema capitalista também é ideológico, e utiliza a ideologia como sistema de representações e valorizações coletivas impostas à sociedade que mascaram determinado tipo de dominação."

"Na educação, como aliás em outras áreas de atividades, esta atitude de libertação com relação às ideologias torna-se mais difícil com relação à ideologia dominante porque esta é como o ar que respiramos e no qual estamos mergulhados."

"Precisamos crescer numa consciência que, tranquilamente, desvende a literatura e as máscaras da ideologia vigente e não deixe esconder a realidade de injustiça; e, ao mesmo tempo, nos leva a tomar atitudes práticas concretas e definidas em favor da Justiça. (...) "

"Trata-se de começar a multiplicar progressivamente os processos participativos na escola. São eles que virão a desenvolver o espírito de comunhão. E é nessa participação que se forma o cidadão disposto a participar na sociedade e a reivindicar seu direito e o direito de todos participarem nos níveis sócio-econômico e político da sociedade."

"A organização de grêmios, clubes, diretórios ou associações, onde o aluno participe plenamente, com ampla liberdade de discussão, participação e decisão, onde o adulto oferece apenas apoio e, quando solicitado, sua opinião e experiência contribuirá, certamente, para o desenvolvimento do espírito crítico, da participação e da comunhão. (...) "

"Estando inserida no contexto de uma sociedade capitalista, seria irreal, seria sonho imaginar uma escola inteiramente desvinculada desse contexto."

"A proposta de educar na e para a Justiça, na medida em que atinge o subsolo da infra-estrutura econômica da escola particular será necessariamente um questionamento não apenas da instituição educacional católica, mas do próprio sistema como um todo."

"Parece-me que, neste ponto, estamos em situação de impasse. Vivemos uma encruzilhada que nunca tinha sido vivida com essa intensidade anteriormente, e para a qual não se vê, no momento, uma saída viável e realista. É o tipo de impasse que não se coloca para a empresa educacional que se assume como tal, como parte integrante do sistema capitalista e que atua coerentemente com sua proposta de prestar serviços a troco de anuidades, dentro do sistema e a serviço do mesmo sistema em que está inserida. (...) "

"Parece-me que, na maior parte dos casos, a administração de nossas escolas é guardada como segredo de Estado, ao qual tem acesso apenas os diretores e, às vezes, pequena equipe administrativa. O sigilo administrativo favorece o cultivo da impressão de que as escolas católicas com empresas de ensino que visam ao lucro, mesmo quando a maioria delas atravessa verdadeiras crises econômicas e nenhuma delas tenha como objetivo a distribuição de lucros entre proprietários ou membros de mantenedoras."

"A progressiva informação e participação de professores, funcionários e pais de alunos na gerência administrativa da escola, parece-me apenas uma aplicação concreta da proposta de uma sociedade de participação. Será uma forma concreta de promover a comunhão de objetivos. Será uma forma concreta de criar uma micro-sociedade de participação e comunhão."

"Finalmente, parece-me que aqui, mais que em outras áreas resta a brecha de ação mencionada pelo padre Libânio no documento base deste Congresso: tentar articular a escola católica dentro do possível com as organizações da Igreja que diretamente visam a libertação das classes populares e pobres. Não se trata apenas de ampliar a prestação de serviço, nem apenas de colocar a infra-estrutura escolar a serviço, ainda que isso seja realmente importante como proposta de administração a serviço do povo e não a serviço de grupos privilegiados. Trata-se de permitir que esses novos sinais dos tempos atinjam a escola e nos atinjam como educadores comprometidos com a Educação na e para a Justiça. Trata-se de permitir que as nossas escolas sejam questionadas, evangelizadas e transformadas pelos pobres que buscam no Evangelho a força e o rumo para a sua caminhada."



Ir. Orlando Cunha Lima
Ir. Orlando, em 6 anos,
consolidou Associação

Parabano de João Pessoa, 59 anos, o irmão Orlando Cunha Lima detrou ontem a presidência da Associação de Educadores Católicos Brasileiros, depois de seis anos de atuação. Como característica mais específica de seu trabalho, a consolidação da entidade em todos os Estados do Brasil. O Congresso que se encerra hoje e prova viva de sua atividade: ao invés dos 500 congressistas esperados, vieram 1600.

Filho de um dentista que também era telegrafista, três irmãos, passou a infância em João Pessoa, "mas desde pequeno me preocupava com o que fosse educar, evangelizar". Aos 15 anos já estava no Seminário de Recife, em Apipicós, espionando com muita curiosidade os passeios que Gilberto Freyre fazia com os filhos pelo Seminário. "Eu sabia quem ele era, mas não tinha coragem de falar com ele".

Aos 19 anos foi dar aulas no Colégio Nazare, em Belem. Depois passou três anos em Fortaleza, no Colégio Ceará, indo a seguir dirigir por 14 anos o Colégio Marista de Recife. Há seis anos que está no Rio e agora voltara "as bases", isto é, ao Colégio Pio X, na Paraíba, onde estudou.

Na página de capa em que apresenta seu relatório à Associação que presidiu estes anos, uma frase sua se destaca: "O amor não substitui a ação, as ações não são substituição do amor, mas o amor manifesta-se nas ações". O irmão Orlando Cunha Lima acredita que "neste mundo evadido de tensões" a declaração da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Puebla, noroeste e especifica como é a educação evangelizadora: aquela que humaniza e personaliza o homem; integra-se no processo social latino-americano; exerce a função crítica e converte o educando em sujeito, não só do seu próprio desenvolvimento, mas também da comunidade. Não se considera utópico. "Se parar, não vou para frente. Dificuldades existem no mundo, mas o homem não pode aceitar ser coisificado. Ele é sujeito de suas ações".



Padre Agostinho Castejón S.
Castejón é o novo
presidente da AEC

Jesuítas, 46 anos, nascido nas Astúrias, Espanha, há 24 anos no Brasil, Padre Agostinho Castejón assumiu ontem a presidência da Associação de Educadores Católicos Brasileiros. Ex-Vice-Reitor acadêmico da PUC, onde é professor de Educação na área de pós-graduação, Padre Agostinho Castejón mora no Morro de Santa Marta, "lá em cima, bem em cima".

Filho de um industrial, dono de cadeia de supermercados, "que está com 84 anos e ainda trabalha bastante", 13 irmãos, Padre Agostinho Castejón ingressou no Seminário de Salamanca aos 20 anos. Buscava uma profissão que lhe permitisse servir aos outros, por toda a vida. Em 1956 veio para o Brasil. Na ocasião, ofereceram-lhe, como opções, China, Cuba ou Brasil. "Pedi que me enviassem aonde me achassem mais necessário".

Com o doutorado em Educação pela Universidade de Saint Louis, Missouri, Estados Unidos, considera problema básico, do educador católico, o contribuir para uma sociedade mais justa. "Agora, nos questionamos sobre nossa atuação. Durante algum tempo, a Escola Católica, condicionada pelo sistema econômico, contribuiu em boa parte, para manutenção do status quo. Hoje, perguntamo-nos como contribuir para uma sociedade mais justa, como fazer para que todos tenham oportunidade igual de educação plena e integral". Entre suas metas na presidência da AEC, a transferência da sede da entidade para Brasília; dinamizar e desenvolver linha de estudos reflexivos sobre realidade brasileira; retomar experiências de uma educação popular; ampliar a base intelectual da revista da entidade; trabalhar intensamente em conjunto com CNBB e CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil).

Tarde 2-11-80

Bispo afirma que ameaças não farão a Igreja recuar

ADIRSON DE BARROS



Entre duas revoluções

UH. 14.11.80

1) O Brasil está diante de duas opções: ou fazer a **revolução conservadora progressista**, que vai dominar o Ocidente nesta década, sob a liderança dos Estados Unidos de Reagan; ou deixar-se dominar pela **revolução cristã-marxista** que a chamada **Igreja progressista**, liderada pelo cardeal Evaristo Arns, está promovendo com a ajuda dos comunistas e dos liberais inconseqüentes e coveiros da democracia.

2) O projeto democrático da Revolução está sendo bloqueado pelos setores mais radicais da sociedade, estimulados pela presença da Igreja marxista no cenário nacional, na qualidade de protagonista principal da revolução de esquerda, socializante e destinada a derrubar o Governo e substituir o regime. Este é o fato incontestável.

3) A favor desse projeto revolucionário da Igreja marxista e seus aliados comunistas, conta a crise econômica com suas conseqüências sociais: a miséria de boa parte da população; o alto custo de vida; a inflação; a doença; a falta de escola para milhões de crianças em idade escolar; a incompetência dos tecnoburocratas; a proletarianização da classe média; os problemas econômicos decorrentes dos altos preços do petróleo, entre tantos outros fatores da grave crise que atravessamos.

4) Há dois caminhos a escolher. O da revolução marxista-cristã que a Igreja promove através da CNBB, dos bispos, padres e agentes pastorais de esquerda e das comunidades de base que substituíram as células comunistas com larga vantagem para a revolução de esquerda no País. É o outro caminho é o da revolução conservadora, que é dinâmica como qualquer revolução que se preze, progressista, destinada a manter o regime democrático na sua plenitude, a liberdade individual, a livre iniciativa e a garantir a preservação dos ideais do movimento de março de 64.

5) O diálogo que o Governo está tentando com líderes da Igreja no País é inútil, pois a Igreja não é, hoje, liderada pelos cardeais e bispos conservadores ou moderados, mas pelos radicais de esquerda que repelem a conciliação com o Governo considerado militar e opressor do povo. O líder da Igreja, hoje, é d. Arns e não d. Avelar Brandão. Quem comanda a política social da Igreja é a CNBB e a CNBB é controlada pelos bispos revolucionários marxistas e não pelos moderados ou conservadores, ainda que estes constituam maioria no País.

6) Essa Igreja de linha marxista está decidida a fazer a revolução socialista no País. Os agentes dessa revolução espalham-se País a fora, nas dioceses e comunidades de base. O confronto Igreja-Estado é uma realidade que não pode (nem deve) ser escamoteada. E as conversas do ministro da Justiça com os hierarcas moderados da Igreja são inúteis. A nada conduzem, porque os moderados não têm liderança. O poder da Igreja está, hoje, em São Paulo. É de São Paulo que parte a orientação para a subversão do clero dito progressista. É na arquidiocese de São Paulo que se concentra o poder revolucionário de esquerda. É lá que se concentra o dinheiro que financia essa revolução teocrática de esquerda. Dom Arns não quer conversa com o Governo. Quer o poder.

7) Para enfrentar a revolução marxista da igreja de dom Arns é preciso fazer a **revolução conservadora e progressista**, democrática e destinada a salvar o País da atual crise econômica e social; e também para salvar-nos do comunismo e da satelização à Rússia soviética. Este é o rumo a seguir. Não há outro. E não se pode perder tempo. Porque o tempo e os padres de esquerda, liderados por dom Arns, trabalham contra o País.

"A Igreja continua aberta ao diálogo e ao bem de todos e não pode recuar frente a ameaças às pessoas ou à sua estrutura, sejam quais forem as ameaças". O comentário foi feito pelo bispo de Ruy Barbosa, dom Mathias Schmidt, que está participando da VIII Assembléia Geral do Nordeste III, da CNBB, instalada ontem no Centro de Treinamento de Líderes em Itapoá, ao falar sobre o relacionamento entre Igreja e Governo, que alcançou repercussão com a expulsão do padre Vito Miracapillo.

Americano, há 20 anos residindo no Brasil e há 3 anos exercendo a função de bispo de Ruy Barbosa, dom Mathias disse, ainda, que "há dois mil anos a Igreja vem fazendo o seu papel na história, enquanto os governos surgem e desaparecem". Para ele, a Igreja "tem que ser verdade e viver o Evangelho e não pode se modificar conforme o sistema de governo ou personagens. Ela vive em Cristo e tem que obedecer não aos homens, mas a Deus".

NÃO ACREDITA EM MUDANÇAS

O bispo Mathias Schmidt não vê a possibilidade de mudança na atuação da Igreja, em função dos últimos acontecimentos, "porque ela vem fazendo a pastoral há muito tempo". E, especificamente, sobre o decreto que expulsou o padre Vito e a Lei do Estrangeiro, declarou que a Igreja não vê o padre como estrangeiro, mas como católico. "Eu sou um cidadão dos Estados Unidos, mas um padre universal", lembrou, acrescentando em seguida: "A ocupação do sacerdócio é servir o povo de Deus, onde ele estiver, de acordo com as orientações da Igreja em cada país".

"Nós que somos cidadãos estrangeiros, não somos pa-

dres estrangeiros", disse o bispo de Ruy Barbosa, garantindo que não mudará sua maneira de agir. "A pastoral não é elaborada em cima de incidentes pequenos. Se a realidade de um povo é de um povo sofrido, a pastoral tem que atender a isto".

Ele deixou claro ter ficado bastante triste com o episódio da expulsão do padre Vito e, de maneira particular, "por causa de um povo que não participou do processo de expulsão". Na sua opinião, o povo brasileiro é hospitaleiro. Mesmo assim, destacou que o fato vai repercutir no exterior, como se fosse o povo que expulsou o padre.

NORDESTE III

Dos 22 bispos que formam o Nordeste III da CNBB, 16 participaram dos trabalhos desen-

volvidos no primeiro dia do encontro, que consistiu, basicamente, de três reuniões assim definidas: dos bispos com o cardeal Brandão Vilela; dos coordenadores diocesanos e dos conselhos presbiteriais diocesanos. A reunião de dom Avelar com os bispos foi privativa e analisou, em sua pauta especial, uma visão global do governo das dioceses e problemas de interesses imediatos.

A assembléia foi aberta ontem à tarde, pelo secretário da Regional Nordeste III e bispo auxiliar da Arquidiocese de Salvador, dom Thomas Murphy. O cardeal Brandão Vilela está presidindo os trabalhos e informou que o calendário da assembléia tem cunho pastoral, embora não seja excluído o aspecto político. A

questão do padre Vito, a invasão à residência do bispo de Juazeiro e conflitos de terra, estão entre os temas dos debates.

Segundo dom Avelar, no final do encontro, que prossegue até sexta-feira, será elaborado um comunicado com as conclusões. A assembléia continua hoje com os temas sobre os discursos do Santo Padre e as diretrizes da Regional Nordeste III, além da revisão das diretrizes, com estudos em grupos de sub-regionais, de acordo com o programa elaborado. Falando sobre a audiência realizada ontem, entre o presidente da República, João Figueiredo e o Nuncio Apostólico, dom Carmine Rocco, dom Avelar comentou que o encontro foi oportuno, tendo vantagem bilateral.



Dezesseis bispos participaram das três reuniões realizadas ontem

Os futuros sacerdotes

Ainda não foram designados os padres que irão integrar as equipes, sugeridas pelo reitor do Seminário Central da Bahia, padre Jean De Bie, para marcar efetivamente a presença da Igreja na formação dos jovens que se preparam para o sacerdócio. A informação é do assessor de comunicação da Arquidiocese, padre Edmilson de Macedo, mostrando, porém, o interesse da Arquidiocese em liberar alguns padres para assumirem, nos seminários, o encargo de formadores dos futuros sacerdotes.

Segundo o assessor, hoje se constata um ressurgimento das vocações para o ministério sacerdotal. Disse que cresce o número de candidatos para o sacerdócio enquanto os seminários, "muitos dos quais fechados logo depois do Concílio Vaticano II, voltam a abrir suas portas, intensificando-se em cada diocese a Pastoral Vocacional". De acordo com pa-

dre Edmilson, "recentemente muitas vocações têm surgido dos grupos de jovens que vivem ou procuram viver em profundidade sua opção pelo evangelho".

Informou, por exemplo, que no Seminário Central da Bahia estão atualmente estudando 35 jovens que freqüentam os cursos de filosofia e teologia da Universidade Católica do Salvador. E, além disso, "neste ano, a Arquidiocese teve cinco novos sacerdotes e tudo está a indicar que outras vocações vão aparecer, a partir do trabalho que vem sendo realizado no âmbito da Pastoral da Juventude. "Na sua opinião, "trata-se de uma nova situação que abre espaços para novas exigências e, portanto, requer-se maior acompanhamento dessas vocações que vão aparecendo em cada diocese da Bahia e Sergipe, motivando assim uma preocupação

da Igreja, em face desse surto vocacional".

A SECA E A INVASÃO

Das 300 mil pessoas que habitam a região da Diocese de Juazeiro, cerca de 100 mil já estão sendo atingidas pela seca, segundo informações prestadas pelo bispo dom José Rodrigues, que teve sua residência invadida recentemente por pessoas ainda não identificadas. O bispo de Juazeiro veio a Salvador para participar da VIII Assembléia Geral do Nordeste III e informou, ainda, que anteontem ele foi ouvido pelo delegado especial Osman de Almeida Bagdede.

Segundo dom José Rodrigues, o delegado deveria chegar à região de Juazeiro no sábado, mas isto não ocorreu. Antes, ele esteve em Casa Nova, "certamente para ouvir pessoas e políticos contrários"

ao seu trabalho desenvolvido junto à população carente, lembrou o bispo. Prosseguiu com o inquérito, o delegado ouviu ontem os depoimentos da cozinheira, da arrumadeira e do chefe do escritório da residência do bispo.

Desde já, porém, dom José afasta o envolvimento deles, porque nenhum objeto de valor foi levado, assim como alimentos. Ele encontrou sua casa completamente desarrumada, após a invasão, mas três coroas de Nossa Senhora permaneceram no cofre arrumado, além de um relógio e um anel. Lembrou que somente ele e o bispo auxiliaram da Arquidiocese, dom Thomas Murphy, sabiam do segredo do cofre. Entretanto, numa pasta de documentos existia o segredo, que o bispo deixava por precaução. "Em caso de morte, não seria difícil encontrar o segredo".

Luciano diz que Igreja Justiça Militar pede condenação de Lula na LSN

Arquivo — 27/6/80



Dom Luciano

Defensor da paternidade responsável, dentro dos valores éticos de respeito à vida humana, o Secretário-Geral da CNBB só admite o controle da natalidade através de métodos naturais e "de acordo com a consciência e os princípios do casal." Disse que recentemente, com o planejamento familiar incluído nos programas do Governo brasileiro, a Igreja foi convidada a colaborar na redação de uma cartilha, que fará parte dos subsídios deste tema no Mobrál. Mas ressaltou:

— Foi apenas neste ponto que houve a colaboração da Igreja, para que justamente nestes subsídios apareçam, de forma clara, a posição em defesa e promoção dos valores éticos e apresentação dos meios naturais.

Quanto ao argumento dos defensores do planejamento familiar, de que reduzindo a população de um país pode-se contribuir para a redução da miséria, amenizando os dramas sociais, Dom Luciano disse:

— O que nós vemos é que os países que reduziram o seu crescimento tornaram-se precocemente envelhecidos. Está havendo uma deterioração de valores; há uma perda de esperança e uma involução societária, com a busca de valores econômicos como se fossem prioritários. Nasceu uma sociedade comunista, em outras palavras, onde a vida foi atacada e obrigada a uma diminuição. Nenhuma campanha antinatalista é destinada a fazer progredir nação nenhuma. Isto também vale para o nosso país.

Carta do Papa

Dom Luciano, que permanecerá em São Luís até depois de amanhã, acha que a carta do Papa João Paulo II, de 10 de dezembro, aos bispos brasileiros, é "uma contribuição que o Santo Padre vem dando ao episcopado brasileiro."

— Para nós, porém, foi mais importante a palavra do Papa em Fortaleza, em julho, que é um extenso documento com teores paterno e fraterno, que não podem ser esquecidos. Há também todas as conversas e orientações dadas pelo Papa pessoalmente aos bispos, em Roma.

São Paulo — O Procurador da 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição de Justiça Militar, José de Freitas Jr, pediu a condenação do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, o Lula, e de 12 ex-dirigentes sindicais por "incitação à desobediência coletiva às leis e propaganda subversiva" durante a greve da classe em abril do ano passado.

O Procurador José de Freitas Jr considerou "indubitável que os fatos foram além de uma disputa meramente trabalhista, para se caracterizarem como atentado político, abalando a segurança nacional". Os advogados dos sindicalistas têm 12 dias para apresentar suas alegações finais. O julgamento, que depende da confirmação do Juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, será realizado a 16 de fevereiro.

O PROCESSO

Lula, Rubens Teodoro de Ardua, Djalma de Souza Bom, Osmar Santos de Mendonça, Enilson Simões de Moura, Gilson Luiz Corrêa de Menezes, Juraci Batista Magalhães, Nelson Campanholo, Manoel Anísio Gomes, Wagner Lino Alves, José Cicotte, José Timóteo da Silva e José Maria de Almeida foram denunciados pelo Procurador Dácio Gomes de Araújo dia 1º de julho do ano passado, como incluídos no Artigo 36, Inciso II da Lei de Segurança Nacional — por incitar à desobediência coletiva às leis.

O Procurador José de Freitas Jr., nas alegações finais entregues ontem, considerou que houve também atos praticados que podem configurar o crime de propaganda subversiva, e por isso pede a condenação no Artigo 42.

As penas no 36 varia de dois a 12 anos, e no 42 de um a três anos. O Procurador disse que, após rere o processo e tomar conhecimento das alegações finais da defesa, durante o julgamento, pode vir a pedir a desclassificação dos acusados ou no Artigo 36 ou no 42, ou manter o pedido de condenação nos dois artigos.

De acordo com a denúncia do Procurador Dácio Araújo, os sindicalistas sempre "instilaram" a continuidade "desse movimento paredista ilegal, portanto, instigando a categoria profissional metalúrgica a se manter legalmente em greve."

taram-nos à desobediência coletiva às leis".

CONDENAÇÃO

Após reproduzir a denúncia do Procurador titular, o Sr José Garcia de Freitas Jr acrescenta:

"2 — Encerrada a instrução criminal, o que se vê é que os fatos atribuídos aos denunciados restaram suficientemente provados e, por isso, basta que se atente para o conteúdo das declarações que prestaram em juízo, onde está a mais ampla confissão do delito lhes imputado.

"3 — Realmente, a importante região do ABC paulista, o maior parque industrial da América Latina, se viu transformada em praça de guerra, como aqui depuseram todas as testemunhas, especialmente as de defesa. Os grevistas, contrariando a legislação vigente no país e afrontando uma decisão insofismável da Justiça do Trabalho, usando inclusive de meios violentos contra operários que não aderiram ao seu modo de agir, atentaram contra a segurança interna não só mediante a sediciosa afronta ao Tribunal Regional do Trabalho, como também mediante o clima de insegurança e caos que por alguns dias instalaram naquela região do país. É indubitável que os fatos foram além de uma disputa meramente trabalhista, para se caracterizarem como atentado político, abalando a segurança nacional.

"4 — Admitir o contrário é admitir que os tribunais do país, chamados a decidir um litígio, podem ser ou não ser obedecidos quando proferem suas sentenças, e isso seria, sem dúvida, o caos político e social; admitir o contrário é admitir que um grupo de sindicalistas, seduzidos pela miragem de uma atuação política revolucionária, e com capacidade de liderança sobre a classe profissional a que pertencem, podem instalar numa determinada região do país uma espécie de "soberania" própria, imune às leis e às decisões dos tribunais, e valendo-se da coação inclusive física contra os que não lhe seguem a orientação arbitrária, para o fim de imporem a sua vontade a todos os cidadãos.

"Assim sendo, a denúncia é de ser julgada procedente, com a condenação dos réus quer nas penas do Artigo 36, Inciso II da Lei de Segurança Nacional, quer nas do Artigo 42."



Cartilha do Mobral e planejamento familiar serão prática a Carta Pastoral

...nossa pátria, as reformas, devem ser promovidas... Para que superem as... e possam, num relaciona-... busca do bem comum, do nosso povo, particular-... favorecidas.

...a cartilha do Mobral e planejamento familiar será... prática a Carta Pastoral... da diocese de Teófilo-... 1974 pelas 300 Comu-... Base nos 26 municípios da... uma população de 700 mil... Bispo da diocese, Dom...

...com 10 páginas e 13 itens, as medidas para a utilização... como o Billing e o Ogino... aborto e os métodos, "drás-... ligadura de trompas e... ramente nunca aceitos pela... e a propaganda abusiva... de pílulas anticoncepcio-...

...Quilino, a Carta sempre ser-... aqueles que procuravam a... e resolver problemas de planeja-...

...Após encerrar o retiro com... as, o Presidente da CNBB, Ivo, se negou a atender a... Diante da insistên-... afirmou: "O padre já... entrevista de minutos... públicas da CNBB. Padre... disse: "A viagem (de Dom... ou não importante e ele é... de interesse maior da...

...semanal A palavra do... da CNBB, frisou que a... de sua ida à Roma foi... com o Papa e "tratar... atuais e da Igreja no Brasil, que se aproxima a nova... da CNBB". Segundo Dom... Padre tomou a iniciativa...

...De acordo com a denúncia do Procurador Dácio Araújo, os sindicalistas sempre "insuflaram" a continuidade "desse movimento paredista ilegal, portanto, instigando a categoria profissional metalúrgica a se manter ilegalmente em greve, particularmente através de seus pronunciamentos nas diversas assembleias realizadas, que cuidavam de manter em permanente convocação, e conitando os grevistas inclusive à prática de piquetes e ao uso da violência até física contra aqueles que não aderiram a paralização, os acusados inci-

o elogia cartilha do controle

...mento familiar. Ele acha que a nova cartilha da CNBB e do Mobral irá facilitar a difusão dos princípios, já que a Carta Pastoral aborda o assunto de uma forma mais longa, com retrospectivas históricas e passagens da Bíblia que justificam o planejamento familiar por métodos naturais.

Ivo se nega a dar entrevista

...de dizer que julgará muito útil a minha vinda até Roma". Minutos antes de encerrar a missa, o Padre Augusto Dalvit chegou ao colégio e se dispôs a interceder junto a Dom Ivo para conseguir uma entrevista. Contudo, após seu retorno, ele apenas informou que o Presidente da CNBB não receberia a imprensa. Segundo o relações públicas da Regional Sul-3 da CNBB, "a informação de Dom Ivo está na Palavra do Pastor".

...Indagado sobre o motivo da visita ao Papa, ele respondeu que Dom Ivo "não tem nada de especial para comunicar". Também não soube informar o tema da conversa entre o Papa e o Presidente da CNBB. Na sua opinião, compete ao Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes, "falar pela CNBB", pois era este o comportamento quando Dom Ivo era o secreta-

...a orientação arbitrária, para o fim de imporem a sua vontade a todos os cidadãos. "Assim sendo, a denúncia é de ser julgada procedente, com a condenação dos réus quer nas penas do Artigo 38, Inciso II da Lei de Segurança Nacional, quer nas do Artigo 42 Incisos I, II, III, IV do mesmo diploma, pois os atos praticados pelos acusados podem configurar o crime de propaganda subversiva, conforme está implícito na narrativa vestibular. Quanto a isso bem dirá o colendo Conselho ao fazer justiça".



São Paulo — Isaias Freitas

Freitas Jr: "Além da disputa trabalhista", Advogado acha peças de acusação frágeis

...São Paulo — O Deputado Ailton Soares (PT-SP), um dos advogados de Lula e dos ex-dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo e Diadema, considerou a peça da Procuradoria da Justiça Militar, que pede a condenação dos metalúrgicos, "muito frágil". Toda a fase judicial, as provas e depoimentos foram desprezadas pelo representante do Ministério Público.

Penas vão de um a 12 anos de prisão

O texto da Lei de Segurança Nacional, em relação aos artigos e incisos na qual o Procurador Militar José Garcia de Freitas Jr pede a condenação dos 13 ex-dirigentes sindicais, diz o seguinte: Artigo 36 — incitará: Inciso II — Desobediência coletiva às leis. Penas de reclusão de dois a 12 anos. Artigo 42 — fazer propaganda subversiva: Inciso I — utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; Inciso II — aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino; Inciso III — realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata; Inciso IV — realizando greve proibida. Pena de reclusão de um a três anos".

Light tem esquema para prevenir greve

São Paulo — Artes de saber o resultado da assembleia dos eletricitários paulistas, o presidente da Light, que antecipou a vol-



FORTALEZA
7:00 hs. 15:30 hs.
18:45 hs.
Cr\$ 2.779,00 mensais



No seminário de Olinda, dom Hélder discute a participação da Igreja na política partidária com bispos da Regional Nordeste II, da CNBB. As conclusões deverão sair segunda-feira próxima

Bispos discutem participação da Igreja na política

Durante todo o dia de ontem, dezenove bispos do Regional Nordeste II, da CNBB, estiveram reunidos no Seminário de Olinda, discutindo a participação da Igreja na política partidária. Até o final da tarde, eles ainda não haviam chegado a uma conclusão, mas até o término da reunião, previsto para a próxima segunda-feira, o Regional Nordeste II deverá elaborar um documento que servirá de diretriz para os trabalhos de base que vêm sendo realizados pela Igreja.

— O que eu gostaria de ver bem definida é a distinção entre política como preocupação com o bem comum e política partidária. Temos o direito e o dever de ajudar nossos leigos a interferirem na política partidária, mas, em relação aos nossos agentes de pastoral, é diferente. Ainda há muita imaturidade no trabalho dos partidos. Quando o Governo acabou com o bipartidarismo, ele conseguiu dividir direitinho as oposições, e o problema é que muitas vezes os agentes de pastoral entram na política partidária e passam a não se entender mais com os outros agentes — declarou dom Hélder Câmara.

Questionado quanto à vinculação que existia entre a participação política das lideranças de base e as acusações que pesam sobre a Igreja, no sentido de se considerar a sua ala mais progressista como subversiva, o arcebispo de Olinda e Recife afirmou que o motivo das perseguições à Igreja é mais grave. Conforme explicou, durante muito tempo a Igreja esteve preocupada em sustentar a ordem social, mantendo-se estreitamente ligada ao Governo. "Entretanto, por uma questão de conscientização, a realidade não permite mais a continuidade dessa posição, principalmente na América Latina e, de forma especial, no Nordeste brasileiro.

Veja página A-4, D. HÉLDER

Diário de Pe
2/13/84



FORTALEZA
1:00 às 12:30 hs
18-42hs
CNP 2.770/11

Igreja quer os cristãos na política

— Os agentes pastorais podem fazer política partidária e ao mesmo tempo continuar seu trabalho evangélico nas comunidades, desde que nenhuma dessas atividades seja prejudicada pelo duplo engajamento dessas pessoas. Isso não significa que a Igreja vai se ligar a qualquer corrente partidária, mas estimulará os cristãos nesse campo, de maneira permanente e sistemática.

Essa é uma das conclusões a que chegaram, por unanimidade, os 23 bispos que, por três dias, participaram, no Seminário de Olinda, da "16ª Assembléia do Conselho Pastoral Regional Nordeste — II", da CNBB, discutindo o tema: "Ação Pastoral e Ação Político-Partidária". Essa é a primeira reunião da Regional onde os bispos manifestaram-se sobre esse tema, considerado "muito polêmico". Para um dos assessores do encontro, o teólogo Clóvis Boff, "terá uma grande repercussão com a entrada de mais cristãos nos vários partidos políticos".

Apesar de a assembléia ter reunido bispos conservadores e progressistas, eles foram unânimes em aprovar o documento final do encontro, que orienta no sentido de dar um enfoque político a qualquer atividade pastoral, por considerarem que os leigos devem ser orientados para interferir na política partidária.

Intitulado "Indicações Pastorais ao Compromisso Político-Partidário", o documento começa explicando que "a Igreja não está ligada a nenhuma corrente político-partidária, mas tem o direito e o dever, a partir de sua missão de serviço ao mundo, de se pronunciar, à luz do Evangelho, sobre esse setor da atividade humana".

Em seguida, em 11 itens, esclarece o que deve ser feito através de indicações pastorais, como, por exemplo, ter sempre presente na prática pastoral a leitura permanente, à luz da fé cristã, da realidade social e da conjuntura política do País. Manda que sejam estimulados debates sobre o tema da assembléia e que se tenha, como prioridade social, a preocupação com o fortalecimento da sociedade civil, ajudando a criar organizações autônomas, tais como sindicatos e cooperativas, nas quais, o povo tenha a possibilidade do exercício do poder e, assim, preparar-se para uma opção político-partidária.

"Com esse documento, — explica o frei Clóvis Boff — muitos cristãos entrarão em partidos políticos levando consigo um senso crítico e um participativo particular. Quanto a beneficiar partidos oposicionistas, esclarece que "haverá posições partidárias distintas. Isso não é trágico, contanto que as divergências possam ser confrontadas sem nenhum sectarismo".

Mais notícias Pág. A-4 e A-12

Diano de Pe
24/3/81



30. April 1981

Governo brasileiro poderá propor tratado ao Vaticano

BRASILIA (O GLOBO). — A assinatura de um tratado entre o Governo brasileiro e o Vaticano, através do qual seria regulada a entrada de missionários estrangeiros no País, poderá ser a solução para o impasse entre o Governo e a CNBB em relação à Lei dos Estrangeiros.

Fontes do Ministério da Justiça admitem que o Governo brasileiro decida propor ao Vaticano a assinatura do tratado, como forma de alcançar o consenso em torno da reforma da lei.

A fórmula encontrada pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para resolver a situação dos missionários católicos, na prática transfere da CNBB para a Nunciatura Apostólica o tratamento, junto ao Itamaraty, dos problemas relacio-

nados com a entrada de religiosos estrangeiros no País.

Segundo fontes do Ministério da Justiça, a assinatura do tratado com o Vaticano seria uma solução alternativa para a questão levantada pela CNBB, uma vez que o Governo não aceita a proposta da entidade, pela qual os missionários teriam um tratamento especial no novo estatuto.

A alegação do Ministério da Justiça para recusar a proposta da CNBB se baseia no argumento de que o Estado, ao aceitá-la, estaria abrindo mão de uma prerrogativa constitucional. Em tal situação, a CNBB estaria exercendo um poder paralelo ao permitir, sem consulta ao Governo, a entrada de missionários no Brasil.

3 Mai 1981

Apoio da CNBB



A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — não só apóia a organização das comunidades eclesiais de base, como também considera suas atividades parte oficial da Igreja no Brasil. Isto foi o que deixou claro o presidente da entidade, Dom Ivo Lorscheiter (foto), ao telefonar para os coordenadores do 4.º Encontro Intereclesial de Comunicações, encerrado na semana passada em Itaipava, desejando-lhes sucesso. O telefonema de Dom Ivo foi feito logo após o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, ter reunido a imprensa para dizer que o encontro "não é uma reunião oficial da Igreja no Brasil".



Catholics in Brazil Join Family Planning Drive

NYT AUG 15 1981 904

By WARREN HOGE
Special to The New York Times

BOM JARDIM, Brazil — For generations, Brazil has resisted the worldwide drive for family planning. But now the urgency has become so compelling in the world's largest Roman Catholic country that even the church has found a way to join in.

In this community in the poor northeastern region, priests are working with members of a Government social-action group to teach women about "natural" methods of avoiding pregnancy. The Bom Jardim project was designed as a model for the rest of the country.

Brazil has 120 million inhabitants and is growing by three million a year, making it the sixth most populous country. Demographers have set a goal of reaching the end of the century with 160 million people and an annual growth of 1.6 million.

"Our padre has talked about this in the pulpit, and it's really given people incentive," said Maria de Lourdes Ferreira dos Santos, the wife of a corn farmer and one of those enlisted to instruct women in this rural area in birth-control techniques. "I had nine children and would have had 20 if I hadn't had an operation."

21, 14, 13 Children

She said a sister-in-law had borne 21 children. Her son-in-law, José Pedro da Silva, said that his father had sired 14 and that his 35-year-old sister already had 13. Another woman in the group, Severina Maria dos Santos, said her mother was pregnant so often that one year she lost three children.

By contrast, Mrs. Santos, 28, and Mr. Silva, 24, said they were practicing birth-avoidance measures and hoped to be able to limit their families to four children. Mr. Silva's wife, Adeise, 21, said that the only method women here had tried before was to drink a heady mixture of tea, bitter leaves and the strong Brazilian sugar cane liquor called cachaça.

"This decision was obviously one that preoccupied us," said Paulo Crespo, the regional executive secretary of the National Conference of Brazilian Bishops and a former priest who married with papal consent nine years ago and now has seven children. "But conditions have changed, and since Pope Paul VI the Vatican has honored the right of parents to choose their family size and recognized that conjugal relations as an expression of love are on an equal order with procreation."

The church has become the principal countervailing power in Brazil to the

governing military because of its involvement in social issues, but it has not drawn the same support from the Brazilian public in matters of social morality. Divorce and civil weddings have come to Brazil despite the church's opposition, and about six million Brazilian women, 90 percent of them Catholic, are believed to be using birth-control pills.

71 Percent Favor Birth Control

A recent Gallup Poll suggested that 71 percent of Brazilians favored birth control, up from 46 percent in a similar canvass in 1967. The Government, increasingly sensitive to public opinion because of elections scheduled in 1982, is soon expected to propose a national campaign committing federal resources.

"Government involvement is important because that's the only way the poor, the ones who really need it, are going to get it," said Rubens Vas Costa, secretary of planning for the state of São Paulo and a recognized expert on family planning. "The middle class and the rich already plan. They don't need the Government."

Contraceptive devices are legally purchasable in drug stores and are passed out in community programs by private groups, universities and clinics. Church leaders have denounced the tendency and indications that the Government plans to extend this to the rural poor.

"To give pills to uninformed, impoverished and unattended women is a criminal act," said Alfredo Vicente Cardinal Scherer, leader of conservative forces in the Brazilian church.

'Follow Their Conscience'

"It is imperialist genocide," said Father Pedro Casadáliga, the most vocal of Brazil's liberal bishops.

In practice, according to Mr. Costa, many priests simply advise parishioners to "follow their conscience."

Church participation began in December, when the bishops' organization agreed to cooperate with the Brazilian Movement for Literacy, a semipublic group charged with teaching the poor how to read and write. The group, financed almost entirely by tax-deductible contributions from private donors, has placed offices in more areas of Brazil than Brazil has counties. Its social-action work has gained it respect from the church that the Government itself has never had.

The organization began distributing a church-approved booklet called, "Maria and Carlos Plan Their Family." The pamphlet illustrates the Billings

method of periodic sexual abstinence and provides picture-book illustrations based on an analogue with the rainy and dry seasons and how they affect the cultivation of the land.

Illiterate About Their Bodies

Rosa Fernandes, a 25-year-old psychologist who works with the organization, said that the reaction of the women varied. "Some were completely illiterate about their bodies while others had already figured it out by personal observation. As for the men, a lot of them thought that women who don't procreate are frigid."

Ivonete Alves da Silva, a regional supervisor for the literacy group, said there was resistance at first from some of the men to the idea that they could not have sexual relations with their wives during certain periods. "After all," she said, "there's little diversion around here and not much else to do."

The project in Bom Jardim is supposed to be a model for similar projects elsewhere, but its spread has been slowed by church wariness over the Government's ultimate intentions.

"We're bothered by the comments from some ministers that the Government is going to endorse artificial measures," said Father Crespo. "That could confuse people and make them think the church is backing them, too." The literacy group has pledged to deal only in teaching natural methods.

The argument most often advanced for the need for family planning in Brazil is that its present population already overtaxes its resources. The Bishops' Conference argues that it is the inequitable distribution of wealth in Brazil rather than its birth rates that have resulted in so much poverty.

"On top of all the suffering they have had to endure," said Father Crespo, "suddenly now the poor find themselves accused of having created the very situation that is holding them down."

Rev. Moon's Unification Church Is Target of Violence in Brazil

Brazilian authorities are also pressing Moon's followers.

RIO DE JANEIRO — In Brazil, where cultists routinely sacrifice goats and chickens, scandalized citizens are violently suppressing the imported sect of the Korean evangelist, the Rev. Sun Myung Moon.

In a wave of violence this month, angry mobs stoned or sacked Moon churches in seven cities. Police protection saved Moon temples in nine other cities from attack. Hurling sticks, stones, bottles, eggs, oranges and tomatoes, about 2,000 students in Sao Paulo laid siege last Thursday to the Brazilian headquarters of Moon's Unification Church. Police took 99 cult members into protective custody, but a group of demonstrators returned the next day to loot and set fire to the church.

In Rio and Brasilia, crowds broke into Unification centers, forcing members to flee. In Belo Horizonte, relatives of cult followers marched outside the city's Unification Church chanting: "King, king, king, Christ is our king," and "Down with the monster Moon, destroyer of families."

Brazil has a tradition of religious tolerance and most observers agree that the sudden violence here stems from a series of sensationalized reports on the group shown this month on "Fantastico," Brazil's most widely watched weekly television program.

One recent segment showed shouting fathers and weeping mothers, and an announcer breathlessly headlined: "News that threatens all Brazilians: pressured to leave the United States, Rev. Moon is preparing to come to Brazil. . . . Moon is the leader of an immense sect of fanatics spread throughout the world. . . . The sect is accused of enticing minors, preaching the separation of families, and illicitly exploiting the work of indoctrinated youths." A few hours after the program ended, youths began stoning the Sao Paulo Unification headquarters.

"The Moon sect. . . preaches detachment of affections, cultural breakdown, generational conflict, and the destruction of the family," Luciano Mendes de Almeida, secretary general of the powerful National Conference of Brazilian Bishops, said recently.

One mother of a convert told a television interviewer: "My boy was good, honest, hard-working, without vices; he had many friends. Now I see my son destroyed — they have taken away his mind and replaced it with one so dumb, so dirty — mother, father, home have all died for him. Do you think a mother is happy to see her son destroyed, dead?"

As in the United States, Brazilians also complain of the cult's allegedly high-pressure indoctrination techniques, often directed at impressionable minors.

Aurelio Jose Paiva, of Volta Redonda, left the Unification Church after seven days and described the initiation process. "It was from six in the morning until midnight, continuously listening to their talks, their theology. Then at 4 a.m., they woke us up for physical education. You can't have contact with the outside world — it was really brainwashing."

Oscarina Goncalves, of Londrina, Parana, also left the cult and she recently charged: "Really there is nothing of Christ. He [Moon] is only a person who uses others to work for free. We used to go out on the street selling cookies, saying it was for shelters, to help poor children, but in reality it doesn't help anyone. The money all goes to Rev. Moon."

Brazilian parents of Unification converts complain that their children are "vassals of a multinational of faith," and evidence indicates the church has intended to expand further into the continent.

Barred from entering France, Moon is being investigated by the U.S. Immigration and Naturalization Service for alleged irregularities in his residency status.

Brazilian authorities are also pressing Moon's followers.

Last week, juvenile court judges across Brazil prohibited minors from joining the sect and required 18- to 21-year-olds to obtain written parental permission before participating.

Rio's district attorney called for a special prosecutor to look into the cult, and Romeu Tuma, head of Sao Paulo's political police, has launched a nationwide investigation of the church, registered here as the Association of the Holy Spirit for the Unification of World Christianity.

Tuma has threatened to indict the church's Brazilian president, Cesar Zaduski, on charges of fraud, illegal constraint, and "reducing [others] to the condition analogous to that of a slave."

Moon himself reportedly applied twice over the last two years for tourist visas to visit Brazil, most recently in June. Both requests, according to the Ministry of Foreign Affairs, were denied. A spokesman said the ministry is not obliged to explain or justify visa denials.

Before the violence broke out, Zaduski estimated that the church had 60 branches and 5,000 members spread across Brazil. Membership has roughly doubled since the church officially registered last year, and it recently started a newspaper.

Brazil's constitution guarantees religious freedom. Nominally the world's most populous Roman Catholic country, Brazil has inherited from Africa a dazzling variety of spiritist cults and sects. Nationwide, there are approximately 300,000 spirit centers — which would make Brazil the largest stronghold of spiritism in the world.

The clean-cut, anticommunist Unification missionaries ran into trouble here when they infringed on an untouchable Latin institution — the family. Moon converts frequently cut family ties and devote their lives to the

A REUNIÃO DE ITAICI

Dom Luciano: Papa só poderia encorajar a Igreja

ITAICI (O GLOBO) — O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem, referindo-se ao telegrama enviado à entidade pelo papa, que este "só poderia ter encorajado a missão social da Igreja no Brasil, enquanto é decorrência daquela missão que é essencialmente religiosa". Segundo dom Luciano, "não é possível amar o homem de verdade, sem amá-lo todo".

Também o bispo-auxiliar de São Paulo e membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, dom Celso Queiros, interpretou o telegrama como uma manifestação de apoio à atuação da Igreja no Brasil. Em sua opinião, "muita gente desejou que o papa, no Brasil, desautorizasse a linha seguida por nossa Igreja e pela CNBB". Contudo, segundo ele, "o papa não só apoiou totalmente como, em alguns pronunciamentos, foi além".

— Creio que o papa, sabendo dessa situação — disse — querido, com um gesto inusitado (o envio do telegrama antes do início da assembleia-geral dos bispos) demonstrar seu apoio à Igreja do Brasil e à CNBB.

Dom Luciano observou que a carta do papa ao Episcopado "insiste de modo claro sobre a prioridade religiosa da missão da Igreja".

— Essa carta tem uma marca que se estende sobre o aspecto religioso e vem completar as palavras do papa no Brasil. Houve pessoas que tentaram ver uma espécie de discordância entre a carta do Santo Padre e a palavra no Brasil. O papa, sabendo disso, disse a dom Ivo Lorscheiter que "o papa está de acordo com o próprio papa". Que o papa não freia o próprio papa. Inclusive nos incentivou a trazer à lembrança dos fiéis e do próprio clero suas palavras no Brasil, em especial o pronunciamento de Fortaleza.

ESTRANGEIROS

Os bispos brasileiros, reunidos em Itaici, na XIX Assembleia-Geral da CNBB, deverão insistir junto à Presidência da entidade para que continue acompanhando o problema do Estatuto

dos Estrangeiros, segundo informou ontem o secretário-geral, dom Luciano Mendes de Almeida.

O problema deverá ser analisado por cerca de 250 bispos reunidos em Itaici, mas não de forma exaustiva, devido ao grande número de assuntos incluídos na pauta do encontro. Em entrevista à imprensa, dom Luciano apontou as duas principais preocupações da CNBB, em relação ao Estatuto: a liberdade de atuação dos missionários estrangeiros e o acolhimento humano e cristão dos estrangeiros em geral.

— Queremos — disse — que seja assegurado o direito da Igreja de receber o apoio de missionários estrangeiros, sem que sejam limitadas as possibilidades de evangelização. Além disso, pretendemos que a Lei dos Estrangeiros reflita uma Nação aberta aos valores humanitários e cristãos de acolhida, dentro da solidariedade internacional, de todos aqueles que tiverem realmente necessidade de participar da nossa nação.

Pesquisa revela a aspiração dos padres

A formação e a espiritualidade do padre, seu relacionamento com o clero e com os bispos e o celibato são os principais problemas dos sacerdotes brasileiros, de acordo com pesquisa elaborada pela Comissão Nacional do Clero e divulgada ontem, em Itaici.

A consulta a 4.104 padres revelou ainda que mais de 60 por cento — sobretudo os mais jovens — consideram que a Igreja não é totalmente fiel ao Evangelho.

O secretário da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, interpretou esse fato como um desejo dos padres de "ser

exigentes no cumprimento de sua missão, de querer uma igreja mais pura e mais comprometida".

Segundo a pesquisa, 44,3 por cento dos padres consideram que a Igreja é só em parte fiel ao Evangelho; 24,1 por cento, que precisa mudar para ser fiel e 26,9 por cento acham que é fiel.

Com relação aos problemas referentes à vida e ministérios (serviços) dos padres a questão mais citada (por 826 dos 4.104 sacerdotes consultados) foi relacionada com a formação e espiritualidade presbiterial.

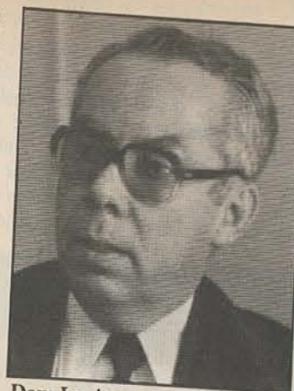
"Aparentemente — diz uma análise

preliminar da pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais (Ceris) — predominam as respostas referentes à formação presbiterial propriamente dita; porém, é certo que o problema da espiritualidade sacerdotal também é muito sentido. Os padres sentem falta de melhor preparo (intelectual e espiritual) para o exercício do ministério. Diante das situações pastorais novas, decorrentes da própria renovação pastoral da Igreja atualmente, os padres pedem aos bispos que encontrem também formas renovadas de formação e de espiritualidade".

28. Dez. 1981

CNBB e núncio brigam por Brasília

As relações da cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o núncio apostólico Carmine Rocco nunca foram muito boas, mas agora pioraram. Dom Carmine, que pelo ritual da diplomacia vaticana já poderia retornar a Roma com a garantia de que receberá o barrete cardinalício, estende sua permanência no Brasil e, sobretudo, trabalha incansavelmente para conseguir que, com a próxima aposentadoria do



Dom Luciano: para Brasília

arcebispo de Brasília, dom José Newton, seja colocado em seu lugar o bispo de Aracaju, dom Luciano Cabral, atual presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano. Dom Luciano é considerado muito conservador pela CNBB, que teme não apenas sua ida para a capital como também uma próxima elevação da sede de Brasília ao cardinalato.



Angst und Tod

BRASILIA - Die soziale Ungerechtigkeit in Brasilien sowie die Aktionen der nationalen und internationalen Spekulanten haben die höchsten Vertreter der christlichen Kirchen in Brasilien jetzt in einer „Friedensbotschaft an das brasilianische Volk“ verurteilt.

In ihrem Schreiben geben die Brasilianische Bischofskonferenz und die Oberhäupter der methodistischen, episkopalen und lutherischen Kirchen ihrer Bestürzung über den „wachsenden Reich-

Bericht aus Brasilien

tum und die skandalösen finanziellen Privilegien einiger Ausdruck, während „unterernährte und verzweifelte Kinder in ihrem Land zu allem bereit sind, um nicht des Hungers zu sterben“. Dies, erklärten die Kirchenvertreter, führe zu einem alarmierenden Anwachsen der Kriminalität, der Gewalt und der Prostitution. Außerdem unterstreichen die Oberhäupter der christlichen Kirchen die Notwendigkeit einer Agrarreform, um dem „Wucher mit Land, den eine reiche Minderheit betreibt“, ein Ende zu setzen. Die schleichende Inflation in Brasilien, heißt es weiter in der Friedensbotschaft, bringe dem Arbeitervolk von Brasilien, „das sein ohnehin geringes Gehalt täglich weniger wert werden sieht, Angst und Tod“.

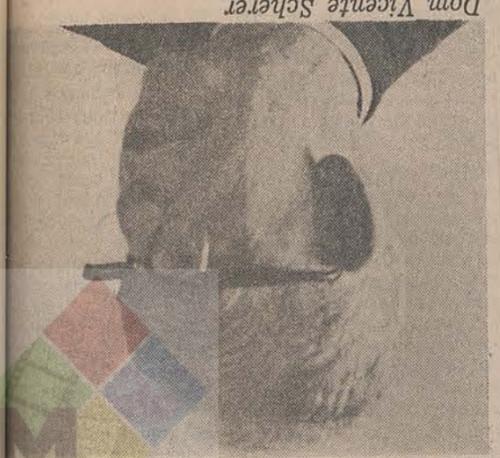
Der Generalsekretär der Brasilianischen Bischofskonferenz, Luciano Mendes de Almeida, hat verschiedene politische Gruppen des Landes beschuldigt, auf die kirchlichen Basisgemeinschaften Brasiliens ideologisch Einfluß nehmen zu wollen. Ähnlich hatte sich bereits zuvor der Erzbischof von Rio de Janeiro, Kardinal Eugenio de Araujo Sales, geäußert. Mendes de Almeida zufolge haben sich die Basisgemeinschaften ausschließlich mit religiösen und sozialen Aufgaben abzugeben. Die brasilianischen Basisgemeinschaften sind Laienorganisationen, die 1965 gegründet wurden und bisher vor allem auf dem Land und am Rand der großen Städte tätig waren. Die rund 80 000 einzelnen Gruppen haben zur Zeit etwa 1,5 Millionen Mitglieder.

Zw.-Gesang: 269, 2

2. Nicht sterben werd ich, sondern leben; / gezüchtigt wurde ich vom Herrn, / dem Tode aber nicht gegeben; / drum rühm ich Gottes Taten gern. / Mit Freuden singen die Gerechten / in neuen Liedern überall: / Gott schafft den Sieg mit seiner Rechten. / Gelobt sei Gott mit Jubelschall.

Credo: beten

Fürbitten Laßt uns beten zu Gott Menschen:



Dom Vicente Scherer



Dom Eugênio Sales



Dom Avelar Brandão



Dom Carlos Mota



Dom Agnelo Rossi



Dom Eurístico Arns





Foto: Urs F. Kluver

ALLEIN ZWEI MILLIONEN MENSCHEN leben heute in den Favelas von São Paulo
São Paulo: Ein Beispiel in Brasilien, weshalb die Kirche gegen das System rebelliert

Arm gegen arm, arm gegen alle

6 · DS-Aktuell

Eine heiße Nacht in Ribeirão Pires, Elendsvorort von São Paulo. Die „Esquadrão Aliança“, eine Bürgerselbstjustiztruppe aus rund hundert Arbeitern und kleinen Ladenbesitzern, verschafft sich zum erstenmal „Gerechtigkeit“. Hingerichtet werden – mit über sechzig Schüssen und Stichen – José Belchior Santos da Cruz (25) und Elizier Laurindo Pinto (16), zwei im Viertel Parque Aliança bekannte Gewalt- und Sexualverbrecher. Noch am selben Abend hatten sie eine 50jährige Frau überfallen und vergewaltigt. Auf der schwarzen Liste der Schwadron standen ihre Namen obenan.

In Brasiliens gigantischer Wirtschaftsmetropole vergeht kaum ein Tag, an dem nicht Gewalt und Verbrechen für Schlagzeilen sorgen. Für das Regime ist die Kriminalität ein „natürliches“ Problem, das man in seinen Auswirkungen, nicht aber an seinen Wurzeln bekämpfen muß. „Die Leute in unseren Städten müssen mit dem Verbrechen leben können“, meinte unlängst ein für die „Sicherheit“ São Paulos verantwortlicher Oberst, der für „hartes Durchgreifen“ bekannt ist.

In São Paulo, wo mit Hilfe der multinationalen Firmen 50 Prozent des Bruttosozialprodukts des gesamten Landes produziert werden, hat man sich die Devise des Obersten zu Herzen genommen. Damit man trotz der horrenden Kriminalitätsrate dennoch in Ruhe leben kann, steht alles, was meßbaren Wert hat, unter Schutz: Maschinenpistolen wachen über Banken, private Revolvermänner über Restaurants, Bars und Tankstellen. Nachts sind die Straßen leer, gleicht die 18-Millionen-Stadt dem Chicago der großen Depression. Wer nach 22 Uhr noch zu Fuß geht, hat offenbar nichts mehr zu verlieren. Die vermögenden „Paulista“ (Einwohner von São Paulo) sehen das anders: „Unsere Stadt ist sehr amerikanisch. Wir bewegen uns nur in unseren Autos fort“, meint ein begüterter Anwalt, dessen Haus in der City Tag und Nacht unter der bewaffneten Aufsicht von zwei Wachleuten steht.

In Ribeirão Pires gab es bislang keine Wächter. Hier in den Vorstädten und Favelas, den zusammengewürfelten Elendsquartieren aus Brettern, Pappkartons und anderem Zufallsmaterial, steht die Wiege des Verbrechens. Die „Einwanderer“ aus der Agrarzone im Nordosten des Landes, die der Traum vom brasilianischen Wunder zu Tausenden und Millionen nach Rio und São Paulo getrieben hat, zahlen heute den Tribut für Wirtschaftskrise und das abgewrackte Entwicklungsmodell der Militärs.

Statistische Zahlen vermitteln ein ungefähres Bild der Lage. 1960, vier Jahre vor der „Revolution“ der Generäle, lebten 39 Millionen Brasilianer auf dem Land, 32 Millionen in den Städten. Zwanzig Jahre später waren es 78 Millionen in den Städten gegenüber 49 Millionen in den verarmten Landgegenden. Allein zwei

Millionen Menschen leben heute in den Favelas von São Paulo. In der Riesenstadt, die ihrer eigenen Legende zufolge eine einzige Baustelle ist, sank die Zahl der Arbeitsplätze im Bausektor zwischen 1977 und 1979 um 35 Prozent. Von 1976 bis 1980 stieg hingegen die Zahl der Diebstähle um 100 Prozent. Über 100 Prozent betrug im letzten Jahr die reale Inflationsquote, während die Löhne auf der Strecke blieben. Die Arbeitslosenzahl wurde im Bundesstaat São Paulo zuletzt auf 1 165 520 berechnet, wobei man sich allerdings nur auf die Zahl der registrierten Arbeitsuchenden stützen konnte.

Am Abend beginnt die Jagd der Banden

Wer von den Ärmern noch Arbeit hat, der fährt morgens auf dem Trittbrett überfüllter Busse in die City oder die Fabriken anderer Vorstädte: zwei bis drei Stunden Weg für einen durchschnittlichen Monatslohn von 15 000 Cruzeiros, knappen 300 Mark. Wer keine Arbeit hat, sucht sich seinen Lebensunterhalt woanders. Zahllose Banden von Jugendlichen und Kindern durchstreifen die Stadt, ständig auf der Lauer nach risikolosen Diebstählen und Erpressungen. Bei Einbruch der Dunkelheit beginnt die Jagd auf Autofahrer.

Das Aktionsfeld der Banden hat sich mit zunehmender Verelendung der unteren Schichten erweitert. „Früher funktionierte das vorwiegend nach dem Schema arm gegen reich“, erklärt ein Gewerkschaftler aus dem Arbeiterviertel Vila Formosa. „Heute ist es arm gegen arm, arm gegen alle.“

Da, wo die Besitzlosen der Favelas unter sich bleiben, drücken die Hüter der „Nationalen Sicherheit“ gern ein Auge zu. So begründet einer der hundert „Richter“ der Bürgerschwadron von Ribeirão Pires seine Selbstjustiz damit, daß trotz täglicher Vergewaltigungen, Überfälle und Morde die Polizei ihr Eingreifen verweigert: „Die Polizei sagt, sie hat kein Benzin, zu wenig Autos, nicht genügend Leute.“ – „Weiß die Polizei, was Sie hier machen?“ – „Ja, natürlich. Manchmal kommt sie vorbei, schaut sich die Leute an und fährt wieder weg.“

Ob Brasiliens Militär- und Zivilpolizisten nun wirklich geeignet wären, das Problem in Ribeirão Pires zu lösen, ist eine andere Frage. Die katholische Kirche und die von ihr ins Leben gerufene Kommission „Gerechtigkeit und Frieden“ sind vom Gegenteil überzeugt. Margarida de Gênevois, Vizepräsidentin der 1972 von Kardinal Dom Paulo Arns gegründeten Kommission São Paulos, glaubt, daß die Leute im allgemeinen „mehr Angst vor der R.O.T.A. als vor den Banditen“ haben. Die R.O.T.A. ist eine von mehreren Militärpolizeitruppen des Landes. In São Paulo hat sie sich einen Namen gemacht. 1981 erschoss sie über 200 mutmaßliche

Von Michael Stührenberg

Täter „auf der Flucht“. Allein in den ersten Wochen des neuen Jahres waren es 13.

Am Sitz der „Justiça e Paz“ in der Innenstadt, schräg gegenüber vom Sitz der rechtsextremen Organisation „Tradition, Familie und Heimat“, führen Margarida und die 14 anderen von Dom Paulo ernannten Kommissionsmitglieder das Mordregister der Polizei: Angelo Marcondes de Sosa, Eronildes Sales, Luis Carlos Garcia, Marcos Cobra, Dorival Gutierrez... alle zwischen 18 und 23 Jahre alt und alle „auf der Flucht“ erschossen.

Sich im Brasilien der „demokratischen Öffnung“ gegen Militär und staatliche Gewalt zu stellen, bleibt unterdessen eine gefährliche Sache. Dalmo Dallari, Kommissionspräsident im Jahre 1980, wurde unmittelbar vor dem Besuch des Papstes von „unbekannten Rechtsterroristen“ gekidnappt und gefoltert. Den Heiligen Vater aus Rom konnte er nur noch von einer Tragbahre aus begrüßen.

Die Kommission von São Paulo, deren Mitglieder nach den Worten Margaridas „Bourgeois im Dienste der Armen“ sind, setzt sich zu über der Hälfte aus Anwälten zusammen. Sie betrachtet sich als den weltlichen Arm der Kirche. Ihr meist juristisches Einschreiten hat inzwischen zahllose Leben gerettet. Seit es ihr gelungen ist, den Staat wegen „Körperverlet-

zung“ vor Gericht zu stellen, sind ihre Wartezimmer voll: Frauen, deren Männer „vermißt“ sind, Mütter ohne Nachrichten von ihren Söhnen im Gefängnis, verängstigte Menschen, deren Freunde oder Verwandte nicht von einem „Gespräch“ im Polizeikommissariat zurückgekehrt sind.

Der überwiegende Teil brasilianischer Straftaten wird von Jugendlichen begangen. Ergebnislos bemühte sich „Justiça e Paz“ bislang um eine Reform der F.E.B.E.M., der „Staatsstiftung für das Wohlergehen der Jugend“. Die nach dem Ideenreichtum des Regimes konzipierte Erziehungsanstalt ist mit den Jahren zu einer „Schule des Verbrechens“ geworden, deren Absolventen „für die Gesellschaft verloren“ sind. „Dort geht man als Kind rein und kommt als Verbrecher wieder raus“, meint Margarida de Gênevois.

Erstaunlich scheint auf den ersten Blick, daß „Frieden und Gerechtigkeit“ jedes politische Engagement entschieden ablehnt. Zwei ihrer Mitglieder, die bei den erhofften Wahlen im nächsten November kandidieren wollen, mußten aus der Kommission austreten. Doch auch das folgt einer bestimmten, wenn auch eigenartigen Logik. Denn ein politisches Etikett würde der Regierung endlich die gewünschte Angriffsfläche bieten, zumal oppositionelle Bewegungen und Parteien in Brasilien ohne weiteres verboten werden können, im Namen des alles beherrschenden Dogmas der „Segurança Nacio-

nal“, der „Nationalen Sicherheit“. Daß die Kommission von São Paulo der Arbeiterpartei von Luis Inacio da Silva, genannt Lula, nahesteht, bleibt somit ein offenes Geheimnis, das niemals offiziell werden darf.

Wie gerechtfertigt solche Vorsicht ist, zeigt das persönliche Schicksal Lulas. Der gelernte Dreher aus der Industrievorstadt São Bernardo, der 1978, 79, und 80 die großen Metallarbeiterstreiks, namentlich bei VW-Brasil, anführte, wurde im vergangenen November von einem Militärgericht zu dreieinhalb Jahren Gefängnis verurteilt – wegen „Anstiftung der Arbeiter zu kollektivem Ungehorsam“, nach Artikel 36 des Gesetzes über „Nationale Sicherheit“. Bernardo Cabral, Präsident der brasilianischen Anwaltskammer, ist davon überzeugt, daß die Verurteilung Lulas nur „das einfachste Mittel“ ist, den Arbeiterführer an einer Kandidatur bei den Wahlen zu hindern.

So bleibt die einzige sozial repräsentative Institution, die heute gegenüber dem Regime noch glaubhaft als moralische und politische Opposition auftreten kann, kurioserweise die Kirche. Die brasilianische Bischofskonferenz (C.N.B.B.) ist Sprecher der alleinigen Macht im Staat, die der systematischen Säuberung der Generäle in den sechziger und siebziger Jahren standhalten konnte, auch wenn sie ihren Widerstand mit dem Leben einiger Bischöfe und Priester bezahlen mußte.

Die Regierung ist über den Starrsinn der Kirche verbittert. Den Besuch des polni-

schen Papstes hatte sie mit der Hoffnung verbunden, daß der Traditionalist aus Krakau die „roten Bischöfe“ zur Ordnung rufen würde. Doch die Visite des katholischen Oberhirten wurde für das Militär zur Enttäuschung. Der Papst besuchte die Favelas, empfing kirchennahe oppositionelle Gewerkschaftler wie den Paulista Valdemar Rossi, schloß den legendären Regimegegner Dom Helder Camara, Erzbischof von Recife, gerührt in seine Arme und nannte ihn den „Bruder der Armen“. Dom Gregory, Weihbischof von Rio de Janeiro, meint heute anerkennend: „Der Besuch von Papst Johannes Paul hat uns allen viel Mut gegeben.“

Daß die Kirche keine Politik betreiben dürfe, ist für die engagiertesten Vertreter der C.N.B.B. schon lange kein Argument mehr. Dom Tomas Balduino, Bischof im Bundesstaat Goias, erklärt: „Man wirft uns vor, Politik zu betreiben? Aber das hat die Kirche doch immer getan. Nur wenn sie plötzlich das Lager wechselt, macht man ihr einen Vorwurf daraus.“

In wenigen Worten beschreibt Dom Tomas den Weg der brasilianischen Kirche von ihrer jahrhundertelangen Existenz als Stütze der Mächtigen zur Vorkämpferin gegen soziales und politisches Unrecht: „Wir haben mit der Bildung einer kleinen informellen Gruppe von Bischöfen begonnen und in den Jahren der Repression unter sehr schwierigen Umständen drei Bücher veröffentlicht: über die Bauern im Mittelwesten, über die Indianer und über den Nordosten. Früher

arbeitete die Kirche nicht im Sinne des Glaubens. Seit dem Konzil (Vatikan II) bemühen wir uns darum, daß der Glaube auch die soziale Umwelt durchdringt. In den kirchlichen Basisgruppen (von denen es nach Schätzung Dom Gregorys inzwischen rund 80 000 gibt) haben die Leute begonnen, sich auszudrücken, sich besser zu kennen und sich einer wirklichen Untersuchung der Gesellschaft zu widmen, ausgehend vom Evangelium. Sie brauchen dazu keine marxistische Analyse; die Ausbeutung ist da, vor ihren Augen, offensichtlich und alltäglich. Sie haben begonnen, sich verantwortlich zu fühlen und verschiedene Mittel zum Handeln zu finden."

So werden denn auch die Vorschläge der C.N.B.B. zur Lösung des Städteproblems – und den damit verbundenen Aspekten der Kriminalität, der Arbeitslosigkeit, des Unterkonsums und der „Posseiros“, der brasilianischen Squatter – vom Regime zu Recht als Angriffe prinzipieller politischer und „ideologischer“ Natur verstanden. Ihre 20. Generalversammlung, die im Februar in Itaici im Bundesstaat São Paulo stattfand, widmeten die rund 300 Mitglieder der C.N.B.B. dem Thema „Stadtboden und pastorale Aktion“.

Das dazu veröffentlichte 33-Seiten-Dokument ist in seiner Direktheit und Deutlichkeit frappierend. Die Bischöfe machen es sich zur Aufgabe, die allgemeine Aufmerksamkeit auf die „Situation der sozialen Ungerechtigkeit, die die Schaffung und Organisation unserer Städte beherrscht“ zu lenken und suchen die „Blöße dessen, was man die große soziale Sünde der Städte aufgrund der rechtlosen Aneignung ihres Bodens nennen kann“. Das Squatter-Problem ist für die C.N.B.B. „das schrillende Alarmsignal dieser Situation der Ungerechtigkeit“. „Da sie die Mieten nicht bezahlen können, sind 30 Prozent der Ärmsten im Süden und 60 Prozent im Norden gezwungen, sich ein Stück Land zu beschaffen, auf dem sie ihre Baracken errichten können.“

Das Dokument der Bischofskonferenz erklärt weiter, daß der enorme Preisaufschwung für Stadtboden auf die Gründung der Nationalbank für Wohnungsbau (B.N.H.) im Jahre 1964 zurückgeht, die der Bauindustrie großen Aufschwung gab, indem sie die Finanzierung von Prachtbauten erleichterte und so ein schnelles Wachstum der Städte begünstigte. Das unter den Generälen neu modellierte Stadtbild São Paulos, Rios, Recifes, Belems etc. ist eine „Beleidigung gegenüber der Armut von zwei Dritteln der Bevölkerung (...). So dominieren etwa in Brasília, ebenso wie in den anderen großen Städten, die Bankgebäude alles übrige, während die Menschen, die diese Gebäude und Paläste errichten, in Satellitenstädten leben, wo ihre Armut weder Botschafter noch Touristen stört.“

Ist die katholische Kirche subversiv?

Die C.N.B.B. weiß, daß der Wohnungsbau-Aspekt nur Teil eines Ganzen ist, von dem er nicht gelöst werden kann. So kritisieren die Bischöfe denn auch in konsequenter Weise das brasilianische Entwicklungsmodell, „von wenigen auserwählt und dem Land aufgezwungen“, das „in perverser Manier sämtliche Wohnungsbau-Projekte, selbst jene von sozialem Interesse, auf kapitalistische Unternehmen stützt, deren einzige Antriebskraft die Profitsucht ist“. Somit sei es „nicht verwunderlich, daß der Teil der Bevölkerung, der bis zum Dreifachen des Mindestlohns verdient, seine grundlegenden Bedürfnisse nicht befriedigen kann“.

Die Bischofskonferenz schließt ihren Denkanstoß mit der Feststellung, daß der „skandalöse“ Wohnungsmangel eine „Konsequenz der wirtschaftlichen Strukturen des Landes“ sei, „wo viele gezwungen sind, für unzureichenden Lohn zu arbeiten und wo die Regierung, die die Privilegien der reichen Minderheit aufrechterhält, den Armen nur ein Minimum an Verbesserung zugesteht, und das auch nur unter Drohnung schwerer sozialer Unruhen oder Wahlniederlagen“.

Für Brasiliens Bischöfe ist die Erklärung für das stete Anwachsen der Kriminalität in den Städten einfach. Der Teufelskreis schließt sich in den Favelas von Rio und São Paulo. Durch eine radikale Unterstützung der Großgrundbesitzer und die Vertreibung der Kleinbauern von ihren „unrechtmäßig“ bebauten Feldern fördert das Regime seit nunmehr fast 18 Jahren eine kolossale Landflucht, die ihr Ende in den Elendsvierteln der Städte findet, da wo sich die Vertriebenen „unrechtmäßig“ im Schlamm ihre Baracken bauen. „Ohne Hoffnung auf Arbeit müssen sie stehlen, um zu überleben“, schlußfolgert Dom Gregory.

Bleibt die Frage, ob die brasilianische Kirche „subversiv“ ist. Die Antwort darauf ist nuanciert, und zwar in dem Maße, wie es innerhalb der C.N.B.B. verschiedene Tendenzen, Mentalitäten und Konzeptionen der „pastoralen Aktion“ gibt. Einige der Bischöfe – vor allem im Süden des Landes – sind entschieden gegen jede Konfrontation mit dem Regime. Für die anderen, wie Paulo Arns, Helder Camara und Tomas Balduino, kann den Armen nur noch durch einen völligen Umbruch der wirtschaftlichen, gesellschaftlichen und somit auch politischen Strukturen Brasiliens geholfen werden. Auf die Gretchenfrage, ob er nicht letztlich zum Kampf gegen die Staatsmacht aufrufe, antwortet der Kardinal von São Paulo so: „Gegen die bestehende Ordnung muß man kämpfen, im Namen des Evangeliums und auch im Namen der Vernunft. Brasilien ist auf dem Wege, seinen ganzen Reichtum zu verlieren, weil eine stupide Wahl getroffen wurde, die des Kapitalismus, die des Selbstmords.“

Sugestão da CNBB na parte dedicada aos missionários é igual à das oposições

Brasília — A sugestão da Comissão Interpartidária das oposições para resolver o problema da entrada de missionários no país é praticamente idêntica à proposta da CNBB com relação ao assunto. A sugestão dos Partidos oposicionistas consta de projeto apresentado em outubro do ano passado, enquanto que a da CNBB está substanciada em documento divulgado em abril deste ano.

Na nota da CNBB, entregue às lideranças partidárias no dia 28 de abril, há a proposição de acrescentar item permitindo a entrada no Brasil de religiosos “na condição de ministro de confissão religiosa ou de missionário credenciado pela autoridade eclesial competente.”

IDENTIDADE

O projeto das oposições dá igual tratamento aos missionários. A proposição, encaminhada à Câmara pelo Deputado Roberto Freire (PMDB-PE), em nome da Comissão Interpartidária, diz que o visto temporário será concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil “como ministro de confissão religiosa ou membro de missão religiosa”. O prazo de estada no Brasil dos ministros religiosos seria o correspondente à duração da missão religiosa, “comprovada pela autoridade consular”.

O prazo poderá ser prorrogado em caso de alteração na

missão religiosa. Para obter o visto temporário, os missionários deverão apresentar as respectivas designações assinadas por autoridade eclesiástica que por eles se responsabilizará perante o Governo brasileiro.

ASILADOS

A Oposição, além do problema dos ministros religiosos, luta pela solução da situação dos asilados, refugiados e apátridas. Há a exigência de que, em nenhuma hipótese, o refugiado político poderia ser deportado ou expulso para país onde sua liberdade corresse perigo.

Abi-Ackel espera pela conciliação

Brasília — “A conciliação com as oposições é a meta que domina as preocupações do Governo e a serviço dela todas as possibilidades serão exauridas”, afirmou ontem o Ministro da Justiça, Sr Ibrahim Abi-Ackel, ao confirmar que voltará a manter contatos com os líderes oposicionistas a propósito do novo texto do Estatuto dos Estrangeiros.

Ele acredita que a Oposição não terá mais motivos para opor-se à votação comum da matéria, já que as fórmulas apresentadas pela CNBB e pelos demais líderes das Igrejas cristãs com relação à entrada de missionários “atendem a todos os interesses”. O Ministro da Justiça lembrou que a

não aceitação da proposta inicial do Governo, por parte da Oposição, ocorreu justamente porque se encontrava pendente a questão dos missionários.

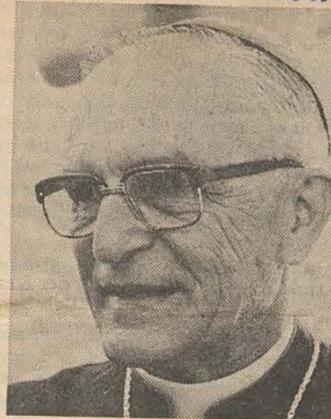
O Ministro Abi-Ackel levará na segunda-feira, ao Presidente da República, o novo projeto do Estatuto dos Estrangeiros, redigido por ele próprio nesses dois últimos dias, porque, segundo ele, o Governo tem pressa em resolver a situação dos estrangeiros que estão irregularmente no país. Antes do envio da mensagem ao Congresso, o Ministro da Justiça pretende levar o documento aos presidentes dos Partidos oposicionistas com os quais já vinha mantendo entendimentos em torno das alterações da lei.



in
ts
nl
r-
9.
o-
en
si-
ste
är
pi-
eb
ie-
ne
les
nal
ten
em
per
reb
pst
le-
de
on
in
hl

BRASILIEN

10/11/82
Kul



Kriminelle als Wächter

Als „Kriminelle“ hat der Erzbischof von Rio de Janeiro, Kardinal Eugenio Sales (Bild oben), im brasilianischen Fernsehen die Direktoren des Gefängnisses von Ilha Grande im Süden des Staates Rio angeklagt, weil in ihrer Haftanstalt Gefangene mißhandelt worden waren. Nachdem er zwei Wochen lang versucht hatte, in dieser Angelegenheit beim Gouverneur des Staates Rio, Chagas Freitas, etwas zu erreichen, griff der Kardinal zur Selbsthilfe und erklärte öffentlich: „Es geht nicht, daß Kriminelle Kriminelle bewachen.“ Erfolg seiner Anklage: Einige Tage nach der Fernsehübertragung gestand der Polizeichef des Staates Rio ein, daß es einen „Arbeitsunfall“ gegeben habe. Nach dem Ausbruch eines Gefangenen hatten die Wärter die Häftlinge in einer Art „Strafaktion“ mit Knüppeln geschlagen und mißhandelt. Inzwischen sind der Direktor und der Vizedirektor des Gefängnisses sowie mehrere Militärpolizisten vorläufig von ihren Ämtern suspendiert worden.

Gefängnisse sind unmenschlich Brasilien's Bischöfe gegen Gewalt

Kul
28/7/82

Ein Dokument zu Fragen der Gewalt hat die Brasilianische Bischofskonferenz in Brasilia vorgestellt. Das Dokument ist gedacht als Grundsatzpapier der Bischöfe für die im nächsten Jahr geplante Kampagne „Brüderlichkeit 1983“ und verwirft „jede Form von Gewalt“, die dem Menschen „die Möglichkeit zur Teilhabe am politischen, wirtschaftlichen und sozialen Leben seines Landes“ nehme.

In dem Papier werden 27 Formen der Gewalt aufgezählt, die in dem südamerikanischen Land herrschen. Besonders hervorgehoben werden die weit verbreitete Unterernährung, der Hunger und die oft katastrophalen Wohnverhältnisse. Zugleich wendet sich das in der Kirche lange erwartete Dokument gegen Rassendiskriminierung jeder Art und hebt besonders das Schicksal der Schwarzen in Brasilien hervor, die meist auf „der untersten Stufe sozialer Existenz“ stünden. Die Behandlungspraxis der geistig Kranken, die häufig „sinnlos“ und „inhuman“ sei, wird ebenso einer Kritik unterzogen wie die Lage in den Gefängnissen, wo „Kriminelle von Kriminellen“ beaufsichtigt würden.

Besonders ausführlich wird in dem Text auf die Lage der Frauen eingegangen, die „Opfer diskriminierender Gesetze“ seien und am Arbeitsplatz „ausgebeutet“ würden. Der „Skandal der Gewalt“ sei tief im Verhalten der Menschen verwurzelt; zudem handle es sich um den Ausdruck übersteigerten Mut-

willens. Entschieden bezogen die Bischöfe gegen die Pornographie Stellung, welche die Würde des menschlichen Körpers, besonders aber die Ehre der Frau verletze.

Im Zusammenhang mit der Verschlechterung der Beziehungen Staat - Kirche durch eine ungewöhnlich harte Verurteilung von zwei französischen Missionaren und 13 Landarbeitern, denen „Anstiftung zum Aufruhr zur Last gelegt wurde, erhält das Dokument und der Zeitpunkt seiner Veröffentlichung besondere Bedeutung. Der Vorsitzende der Brasilianischen Bischofskonferenz, Ivo Lorscheiter (Santa Maria), unterstrich denn auch die sozialpolitische Brisanz des Papiers und erklärte, weder Gewalt gegen Personen noch Kritik an kirchlicher Seelsorge könnten die Einheit der Kirche brechen und die Maßnahmen verhindern, die „zum Wohle des Volkes, insbesondere der Armen“, nötig seien.



BRASILIEN

27/10/82
Kul

Für Indianer verantwortlich

„Alle Brasilianer, vor allem die Christen, sind für das Überleben der 220 000 Indianer im Amazonas-Becken direkt verantwortlich“, heißt es in einer Erklärung des Missionsrates der Brasilianischen Bischofskonferenz aus Anlaß der „Woche des Indianers“. In dem Dokument wird darauf hingewiesen, daß die rund hundert indianischen Volksgruppen im Amazonas-Becken durch das Vordringen vor allem der Straßen und Wasserkraftwerke akut bedroht seien. „Der Verlust ihrer angestammten Ländereien“, so das Papier, „bedeutet für die indianischen Volksgruppen Tod und Auslöschung.“

Rückkehr zur Demokratie Brasiliens Bischöfe verurteilen Korruption

Eine Rückkehr Brasiliens zur Demokratie sieht die katholische Bischofskonferenz des Landes durch die Ausrufung allgemeiner Wahlen am 15. November dieses Jahres gegeben. In einem am vergangenen Wochenende in Brasilia veröffentlichten Schreiben betonen die Bischöfe zum Abschluß ihrer jüngsten Vollversammlung, Brasilien stehe an einem geschichtlichen Meilenstein, über den man das Wort Versöhnung schreiben könne. Eine echte Versöhnung gebe es aber nur, so die Bischöfe weiter, wenn „der Kampf gegen die soziale Ungerechtigkeit weitergeführt wird, die zwar nicht der Grund für Gewalt ist, aber eine ihrer niederträchtigsten Auswirkungen“.

Die brasilianische Regierung müsse als vordringlichste Maßnahme nach Ansicht der Bischöfe die gewaltige Auslandsverschuldung abbauen und sich um eine pragmatische Wirtschaftspolitik bemühen, die soziale Gerechtigkeit schaffe. „Es ist einfach, an der Staatsmaschinerie und der wirtschaftlichen Macht festzuhalten, aber wir zie-

hen es vor, daran zu glauben, daß der Weg der sozialen Gerechtigkeit am Ende siegen wird“, heißt es in dem Dokument der Bischöfe wörtlich. Der brasilianische Episkopat bedauert die „alarmierenden Vorgänge im Vorfeld der Wahlen, die auch nicht vor Unterdrückung und Korruption zurückschrecken, um Wählerstimmen zu bekommen“. Insbesondere kritisiert die Bischofskonferenz die Veröffentlichung von gefälschten Publikationen, die von der Kirche herausgegebene Zeitungen und Broschüren imitieren. Die Aktionen richteten sich gegen die Kirche, um deren Aktionen in Brasilien zu verleumden.

Brasilianische Bischöfe erörtern soziale Probleme (Auszug)

„250 Bischöfe aus 236 Diözesen Brasiliens begannen am 9. Februar zehntägige Beratungen über ein in politischer Hinsicht nicht unbelastetes Thema, nämlich 'Die Nutzung von Grund und Boden in den Städten und die Mission der Kirche'. Die Katholische Kirche Brasiliens hatte in den vergangenen Monaten mit der Regierung des Landes sowie mit lokalen Behörden harte Auseinandersetzungen wegen des Problems der Elendssiedlungen am Rande der Städte sowie des Mangels an Wohnraum. Bischöfen, die die Bewohner dieser Viertel unterstützten, wurde vorgeworfen, sie seien kommunistisch und subversiv eingestellt und würden das Volk anstacheln, gegen privates Eigentum vorzugehen...“ (HM) (LATIN, span., 9.2.1982)

(La)



CNBB aprova documento

D Ivo explica o estudo

São Paulo — "Nem a Igreja nem os estudos do Governo vão querer acabar com a propriedade. Queremos, sim, refletir melhor sobre o sentido e os limites dessa propriedade", afirmou o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, assegurando que não houve nenhuma comparação entre o documento da entidade e os estudos sobre reforma urbana do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

— Parece apenas que o que há de coincidente é o fato de a CNBB estudar a matéria ao mesmo tempo que os técnicos do Ministério do Interior. Isso indica a urgência do assunto e de sua solução — acrescentou Dom Ivo, com a observação de que o estudo governamental é "bastante polêmico".

Sobre os 10 dias da assembleia da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter comentou: "A unidade da Igreja entre nós não é algo fácil, nem é algo já perfeitamente realizado".

São Paulo — Com 192 votos a favor e apenas um contra — o do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales — foi aprovado ontem, no encerramento da 20ª Assembleia-Geral da CNBB, em Itaipaci, o documento **Solo Urbano e Ação Pastoral**, que tem como idéia fundamental "a primazia do direito natural à moradia sobre a lei positiva que preside a apropriação privada do solo".

A quarta versão do texto só foi entregue ao episcopado na noite de quarta-feira e a votação final ocorreu ontem pela manhã. Dom Eugênio Sales apresentou como motivo do seu voto contra a falta de tempo para "um exame a fundo do documento", mas garantiu que "por uma questão de colegialidade" se esforçará por executá-lo em sua arquidiocese.

Coesão

Mesmo os bispos mais conservadores, que haviam criticado o texto nas sessões plenárias, classificando-o de técnico e não pastoral e advertindo para insinuações de luta de classes, aprovaram o documento. Foi o caso do Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, considerado um conservador, que criticou o texto, mas votou pela sua aprovação. Em 1980, ele foi um dos quatro votos contra no documento **Igreja e Problemas da Terra**, aprovado, então, por 172 votos.

Assessores da CNBB informaram que na votação de terça-feira (da terceira versão) quase um terço dos bispos se opunha às críticas diretas ao Governo e ao modelo econômico. Tais críticas foram suprimidas ou suavizadas. Também foram eliminadas as referências explícitas ao capitalismo — palavra substituída por economia de mercado — e aos riscos de "conflito de classes", que deram lugar a uma advertência sobre a possibilidade de "confrontação entre os muitos que têm pouco a perder e os poucos que têm muito a perder".

Logo no início da Assembleia, dia 9, todos os bispos receberam cópia do anteprojeto governamental sobre reforma urbana. Houve comentários sobre a coincidência entre alguns pontos do anteprojeto e o estudo da CNBB, mas foram poucos os bispos que disseram ter lido o texto do Governo e estes só encontraram semelhanças nos limites ao direito da propriedade e na necessidade de medidas para contar a estocagem de terrenos vazios.

Dos 240 bispos que participaram da Assembleia, apenas 193 estiveram no plenário para a votação final da manhã de ontem, porque os outros haviam antecedido a volta às suas dioceses.

NACIONAL

sobre o solo urbano

Itaipaci—SP/Isaias Feitosa

Texto faz a defesa do direito de morar

O condicionamento da propriedade "à sua função," como forma de garantir "o direito de morar", a "repressão ao abuso do poder econômico no mercado imobiliário" e o controle do uso do solo "para evitar a ociosidade de terrenos edificáveis e a especulação imobiliária" são algumas das diretrizes apontadas pelo documento Solo Urbano e Ação Pastoral, aprovado ontem na 20ª Assembléia-Geral da CNBB.

Com 22 páginas e 170 itens, o documento faz, em sua conclusão, "um apelo aos setores da vida nacional a tomarem consciência desta grave situação e a se empenharem, através de suas iniciativas e influência, em colaborar efetivamente com aqueles que, sofrendo mais o problema, devem ser os agentes primeiros de sua solução". Pede, ainda, o esforço de todos os cristãos para que "a cidade não seja mais o palco de tanta miséria e sofrimento".

O documento

Em sua introdução, o documento diz que "a CNBB tem consciência de que a complexidade desse desafio envolve aspectos técnicos alheios à sua competência. Assim, apela instantaneamente a todos os especialistas na matéria para que se disponham a dar ao tema sua contribuição específica".

O capítulo mais extenso é dedicado à Situação do Solo Urbano no Brasil, com uma análise do processo de urbanização e do êxodo rural. Trata, em seguida, da valorização do solo urbano e da especulação imobiliária, destacando duas destinações do solo: "solos de habitação, repartidos desigualmente entre as diversas camadas sociais" e "solos de especulação estocados e ociosos, destinados exclusivamente a operações imobiliárias".

"É na cidade, que seria, por natureza, o lugar privilegiado da convivência humana que a economia de mercado vem revelando os piores frutos do egoísmo individualista que a caracteriza, se institucionalizando em um sistema de injustiça radical, o qual, em nome de seus princípios, violenta os direitos mais elementares de vastos contingentes da população", acrescenta o texto.

Na avaliação da Ação do Estado, o documento afirma que "nos planos governamentais de nível federal, estadual e municipal são enunciados princípios que, se aplicados, atenuariam os problemas relativos ao uso do solo urbano. Recentemente o Governo manifestou publicamente preocupação com o problema, propondo-se a dar-lhe um equacionamento global. É de justiça reconhecer também o esforço ultimamente efetuado no setor de transportes e abastecimento de água potável em muitas cidades". Em seguida, diz que a esperança criada com a fundação do BNH foi frustrada pelos desvios de seus recursos "para outros setores da economia".

Depois de falar das "iniciativas populares" para obter uma moradia — cortiços e barracos, com a ocupação de terrenos que "começa a ser denominada de invasão" — o documento diz que "a população diretamente interessada é o fator mais importante para a solução do problema de moradia".

O capítulo sobre Reflexão Ético-Ideológica faz várias citações de documentos do Papa e lembra a advertência de João Paulo II de que "sobre toda propriedade particular pesa uma hipoteca social".

O documento aponta vários obstáculos na realidade brasileira, entre eles a desigual distribuição de riquezas, e afirma que a falta de moradia para grande parte da população "é consequência da estrutura econômica do país que leva muitos a trabalharem por salários insuficientes e mantém os privilégios da minoria". Destaca que as soluções para os problemas dependem mais de uma decisão política e não estão ligadas à carência de recursos.

Considera, ainda, que a legislação atual sobre posse e uso do solo urbano é inadequada à realidade atual, "inadequação baseada em uma superada concepção do direito da propriedade, concepção privatista de um direito absoluto, sem nenhuma responsabilidade social".

No capítulo sobre Ação Pastoral, o texto adverte que "a aceleração do processo de humanização está transferindo para a cidade uma carga conflitual, que poderá assumir as dimensões de uma confrontação entre os muitos que têm pouco a perder e os poucos que têm muito a perder". E ressalta que, se não houver reformas para uma mudança global da sociedade, isso "significa, na prática, provocar a radicalização do processo de mudança".

Recomendações

Depois de afirmar que novos modelos de organização da sociedade exigem "mudança do modelo sócio-político-econômico vigente", o documento recomenda várias medidas a curto prazo: regularização de áreas de ocupação com projetos que não obriguem o morador a pagar o solo que ocupa; formas alternativas de urbanização adequadas aos recursos disponíveis; incentivo à autoconstrução e ao mutirão; subsídio à moradia para populações de "escassíssima renda"; loteamentos populares com infra-estrutura mínima, onde cada uma construa a sua casa; alterações no Código Tributário que garantam a destinação social do solo urbano; e apoio às associações comunitárias que organizam projetos de urbanização.

Institut für
Brasilienkunde
Pressearchive

Zeitung	Datum	Nummer
D Pernambuco	04.01.83	

KIRCHE : Gerechtigkeit Ja!

Igreja ^{D. de Pernambuco} condena mortandade infantil e pobreza ^{4/1/83} no mundo

PORTO VELHO — O arcebispo de Porto Velho, dom José Martins da Silva condenou, em pronunciamento público, na Praça da Matriz do Sagrado Coração de Jesus, na noite de ontem, a situação de pobreza em que vivem milhões de latino-americanos, expressa na mortandade infantil, nos problemas de saúde, salário, desemprego, desnutrição e instabilidade no trabalho.

Para o prelado, isso tudo configura um quadro devastador e humilhante, razão pela qual a Igreja, além de proclamar os

direitos do homem e ter grande apreço pelo dinamismo da época atual, denuncia e reprova todo o desrespeito a esses direitos. Na opinião de d. José Martins, a Igreja já não visa a uma influência político-partidária, mas a uma energia no âmbito da fé, caridade e justiça. A Igreja — salientou — caminha com a humanidade e participa da mesma sorte terrena, funcionando como fermento da alma da sociedade humana.

Entre outras considerações, o arcebispo da capital rondoniense sus-

tentou que a brecha crescente entre ricos e pobres converteu-se em insulto a miséria de grandes massas; o que contraria o plano criador dentro da honra que lhe é devida.

Dom José lamentou aos fiéis concentrados na praça, durante a missa campal com a presença do núncio apostólico dom Carlos Furno, que nessa angústia e dor a Igreja se insere numa situação de pecado social, cuja gravidade é maior quando ocorre em países que se dizem católicos e têm a capacidade para mudar.

dação de serviços

CNBB veta sugestão sobre padre

Brasília — O Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D Luciano Mendes, repudiou proposta de parlamentares franceses segundo os quais a melhor solução para o caso dos padres Aristides Camilo e François Gouriou, presos há mais de 16 meses pela acusação de incitamento de posseiros num conflito armado em São Geraldo do Araguaia, seria expulsá-los do país.

A expulsão, longe de resolver o problema, só o agrava, porque deixa pairar sobre os padres a acusação e em nada soluciona o problema da terra — afirmou o Bispo.

INJUSTIÇA

Na opinião de D Luciano, que disse não ter mantido contato com a embaixada francesa, situada perto da sede da CNBB, o problema não está na nacionalidade dos padres franceses "mas na injustiça fundiária e no direito da Igreja de cumprir a sua missão evangelizadora".

O porta-voz da Embaixada da França, Christian Gerschwin, alegou total desconhecimento de instruções de Paris para que a representação diplomática em Brasília interceda em favor da libertação dos padres.

— Pode escrever que eu, Christian Gershwin, desconheço essa ordem — proclamou o adido de imprensa da Embaixada Francesa quando interrogado sobre o fato de o Embaixador Roberto Richard haver recebido instruções para gestionar junto as autoridades brasileiras em benefício dos padres condenados.

Posseiro do S. Francisco é solto

Salvador — O juiz da comarca de Casa Nova, Luis Fernando Lima, mandou soltar o lavrador Aleixo Gil de Brito, 58 anos, que estava preso na cadeia pública daquele município do Vale do São Francisco, sob acusação de ter chefiado 20 famílias de posseiros que derrubaram as cercas de uma área de terras às margens do Lago de Sobradinho, disputada na Justiça com a família Braga, uma das mais influentes e poderosas do médio São Francisco.

A soltura do lavrador Aleixo de Brito foi pedida pela Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro, uma vez que o fato estava contribuindo para agravar o clima de tensão social em Casa Nova, gerado pela disputa das terras férteis na borda do Lago de Sobradinho. Membros da família Braga afirmaram que a cerca na área reivindicada pelos posseiros foi construída com base em autorização judicial.

ÁREA DE CONFLITO

Esse novo conflito na região do Vale do São Francisco está localizado em Lagoinhas, distrito de casa nova, onde ficam duas fazendas da família Braga. Entre as propriedades está a faixa de terras cultivadas há dezenas de anos pelas 20 famílias de posseiros, e cujo litígio será julgado no próximo dia 23.

Antes do dia 25 de janeiro passado, porém, os Braga conseguiram uma liminar na Justiça, autorizando a construção de uma cerca ligando as duas fazendas. Revoltados com a medida, os posseiros derrubaram a cerca. O juiz Luis Fernando Lima mandou, então, prender o lavrador Aleixo Gil de Brito, acusado de ter liderado os posseiros na derrubada.

JORNAL DO BRASIL

11/02/83

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

BRASILIEN

6/2/83

Kal

Rat christlicher Kirchen

Ein Nationalrat christlicher Kirchen ist in Brasilien gegründet worden. Wie das Mitteilungsblatt der Lutheraner „Informacion Ecumenica“ (Ökumenische Informationen) berichtet, gehören diesem Rat die katholische Kirche, die evangelische Kirche lutherischen Bekenntnisses, die evangelisch-reformierte, die methodistische sowie die Episkopal-Kirche an.

Die soziale Dimension des Evangeliums entdecken

Der lutherische Pfarrer Baeske arbeitet in Brasilien auch mit Erzbischof Dom Helder Camara zusammen

*Blomberg
Evangelium
vom 13. Febr. 83*



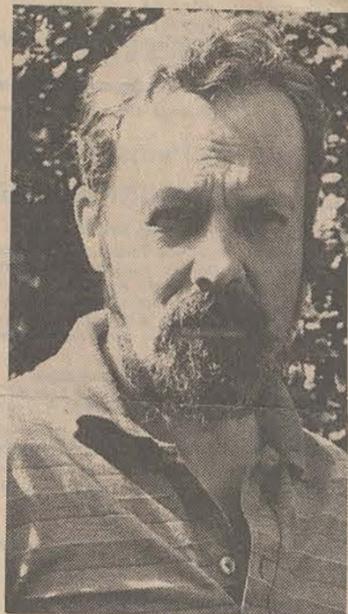
Für den Gast aus der Bundesrepublik Deutschland war es nicht ganz einfach, in wenigen Wochen ein objektives Bild von der Evangelischen Kirche lutherischen Bekenntnisses in Brasilien (IECLB) zu bekommen. Viele Gemeindebesuche, Gespräche mit der Kirchenleitung und die eigene Mitwirkung an Gottesdiensten waren da nicht genug. In dem riesigen Land Brasilien — 38mal so groß wie die Bundesrepublik gibt es rund 800 000 Lutheraner — weniger als ein Prozent der Bevölkerung. Um über die kirchliche Arbeit etwas Genaueres zu erfahren, habe ich mich für einige Tage in Vitoria, der Hauptstadt des Staates Espirito Santo, mit dem Regionalpfarrer Albrecht Baeske zusammengetan.

Albrecht Baeske stammt aus Deutschland. Er ist am 20. Oktober 1938 in Naugard/Pommern geboren. In Bayern erhielt er eine Ausbildung zum Missionar und wurde 1964 Pfarrer der IECLB. Seit 1975 hat er das Amt eines Regionalpfarrers inne. Bischöfliche Aufgaben obliegen ihm für 57 Pfarrer und für 77 000 Gemeindeglieder.

Dieser Regionalbischof schien mir auf seine originelle Art typisch zu sein für die kirchliche Situation in Lateinamerika, für die Kirche von unten. Baeske machte seinen eigenen Weg. Zur theologischen Originalität kommt eine eindeutige politische Haltung, die alles andere als bequem ist. Zu Baeskes Sprengel gehören die größten Städte Brasiliens wie Sao Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitoria und Recife. Die Verbindung zu den Basisgemeinden durfte nie abreißen.

Im Norden Brasiliens, in Recife, hatte er von 1968 bis 1975 seine erste Pfarrstelle. Dort lernte er in der Nähe seines väterlichen Freundes, Erzbischof Dom Helder Camara, das Elend der brasilianischen Massen aus der

Nähe kennen. Seine Freundschaft zu Camara war in den zurückliegenden Jahren nicht ganz ohne Risiko. So wurde z. B. beobachtet, daß er immer wieder am Flughafen zur Verabschiedung und zur Begrüßung des Erzbischofs aufkreuzte. Politische Beobachter der Szene in Recife wurden



Albrecht Baeske. Foto: Je

skeptisch. Man vermutete in Baeske einen Leibwächter des Erzbischofs.

Das Gespräch über Recife ruft in Pfarrer Baeske nicht nur gute Erinnerungen wach. In seiner Mischung aus Enttäuschung und Stolz macht er den Hinweis, daß die dortige Gemeinde ihn wegen seiner politischen Parteinahme für die Armen nicht mehr haben wollte. Die Unterstellung, er sei dabei, die lutherische Theologie marxistisch zu verfälschen, berührt ihn

heute allerdings wenig. Nach seiner „Bekehrung zur Welt“ in Recife bildete sich Sympathie für marxistische Deutungen gesellschaftlicher Vorgänge. Die brutale Wirklichkeit seiner Umgebung zwingt dazu, das Evangelium in seiner sozialen Dimension zu entfalten. Belastend sei die Tatsache, daß in der lutherischen Theologie die soziale Dimension der Sakramente bisher kaum reflektiert worden ist. Luthers Schrift gegen den Wucher zitiert Baeske mit Respekt und Hochachtung. Er empfiehlt, den Ausschluß der Wucherer vom Abendmahl zu aktualisieren und auf die soziale Wirklichkeit Lateinamerikas zu übertragen. Baeske gibt zu, daß er ungeduldig geworden ist. Wer aber in die Struktur des Elends seines Landes tiefer eingedrungen ist, der könne nicht mehr neutral über allen Fronten schweben und privaten Sünderrost verkündigen.

Pfarrer Baeske war mit knapper Mehrheit in sein kirchenleitendes Amt gewählt worden. Er berichtete auch von Theologen, die das Gespräch mit ihm inzwischen ablehnen. Baeske läßt sich nicht verunsichern: „Ich habe mich für die ganz unten entschieden und dabei bleibe ich.“ Nach dieser Entscheidung klingt mancher Satz dieses Theologen sozialistisch. Bei Nachfragen wird hier nichts beschönigt — im Gegenteil; er wird noch konkreter, deutlicher und aggressiver. Wenn der Katechismus bei der vierten Bitte des Vaterunsers vom „guten Regiment“ spricht, dann kann eine Aktualisierung dieses Gebetes für Lateinamerika nicht obrigkeitstreu ausfallen. Baeske gibt zu, daß er als bewußter Sozialist das Vaterunser anders betet. Er weiß auch, daß in einem Kontext eines krankhaften Antikommunismus Mißverständnisse und Anfeindungen nicht ausbleiben können.

Es fällt auf, daß die schärfsten Kritiker der politischen und der sozialen

Wirklichkeit Brasiliens Kirchenvertreter sind. Die Zusammenarbeit Baeskes mit Erzbischof Camara bewährt sich schon seit nahezu 20 Jahren. Immer wieder kommt Pfarrer Baeske auf Kardinal Paulo Evaristo Arns von Sao Paulo zu sprechen. Dieser Kardinal ist bekannt als ein schonungsloser Kritiker des brasilianischen Staates, als Militärstaat, als Staat der Zensur, als Staat gegen das Volk. Die Konfessionsgrenzen spielen im Einsatz für elementare Menschenrechte keine Rolle mehr. Im Gespräch mit Baeske über die Folter, über die Zensur und über die Todesschwadronen werden viele katholischen Theologen als Mitstreiter genannt.

Mit Camara sucht Baeske einen dritten Weg neben dem Kapitalismus und neben dem Kommunismus. Camara hatte als Orientierung formuliert: „Der Kapitalismus verletzt die Brüderlichkeit, und der Kommunismus die Freiheit des Menschen.“ Hier möchten Theologen wie Albrecht Baeske weiterdenken und weiterarbeiten. Von den elementaren Menschenrechten geht es weiter an Wohnungsprobleme, an ungerechte Löhne, an die schwache medizinische Versorgung im Land, an Bildungsprobleme und an die dringend nötige Landreform. Der gewerkschaftlichen Organisation von unten gilt dabei besondere Aufmerksamkeit.

Das Elend Brasiliens hat den deutschen Theologen Albrecht Baeske zu einem brasilianischen Patrioten gemacht. Die Liebe zum Volk, zu den Ärmsten prägt die Arbeit dieses Pfarrers. Nicht unwichtig wurde die Mitarbeit seiner Ehefrau. Sibyla Baeske — eine Brasilianerin — trägt die schwierige Arbeit ihres Mannes mit. Frau Baeske, Mutter von zwei Söhnen, ist Journalistin. Heute lehrt sie als Dozentin für Kommunikationswissenschaft an der Universität von Vitoria.

Jürgen Jeziorowski

JORNAL DE SERGIPE

27/09/83

ção total do

BRASÍLIA - A CNBB vai submeter aos bispos brasileiros durante a XXI Assembléia Geral de Itaici em abril, o documento "Catequese Renovada", que propõe uma revisão nos métodos tradicionais de catequese obedecendo a uma linha pastoral voltada para "a luta pela libertação integral do homem e para a consideração da pessoa humana como um todo, com seus direitos e deveres, suas dimensões individual, comunitária e social. A CNBB defende o apoio cada vez maior ao trabalho das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

Ao analisar as deficiências ainda verificadas no trabalho de catequese no Brasil, o documento, que está sendo enviado aos bispos, assinala que evangelização ainda não atinge, permanentemente a todos os cristãos, especialmente aos jovens e adultos e em certos lugares, continua desprestigiado por parte dos sacerdotes, seminaristas, religiosos e também não encontra apoio, suficiente nas famílias. "As vezes - afirma a CNBB - ocorrem dualismos e falsas oposições como entre as catequese Sacramental e a catequese Vivencial, entre a catequese doutrinária e a catequese Situacional".

São apontados, ainda, como deficiência a publicação de textos catequéticos fracos e às vezes questionáveis do ponto de vista doutrinário e metodológico e o ensino religioso escolar muitas vezes fragmentado e pouco eficaz em diversos Estados.

O documento da CNBB defende que a fé cristã não pode se identificar com uma ideologia pois ela representa a adesão a pessoa de Cristo, e a sua mensagem de libertação e salvação e tem uma tarefa crítica e profética diante das situações contingentes da história. "A fé - prega a CNBB - não consiste apenas em adesão a um credo ou princípios morais, mas também e principalmente, em atitudes, ou seja, na adesão a Deus, e a seu plano de salvação e no compromisso com os irmãos, incluindo a responsabilidade social".

Em relação à família, o documento reafirma a indissolubilidade do casamento acentuando que pela vivência do matrimônio os cristãos denunciam "a idolatria do prazer e o fechamento egoístico do casal, ou mesmo da família, que rompeu, o sinal de amor".

ATIVIDADES

Ao abordar a atitude do cristão diante da política, a CNBB defende que a fé deve ordenar todas as atividades do homem inclusive as que se referem à ordem política: "a Igreja - acentua - iluminada pela fé, procura definir com sempre maior clareza as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política. A política, enquanto atividade que concretiza a responsabilidade de todos pelo bem comum, é dever de todos na Igreja. Enquanto atividade partidária, isto é, que busca meios e estratégias para a realização dos grandes objetivos é campo próprio dos leigos.

A CNBB afirma que a atitude do cristão diante da política deve ser de participação "pois a omissão ajuda a perpetuação de injustiças" e também de estudo dos programas apresentados pelos partidos para que ele possa fazer uma opção consciente. "Nenhum partido, por mais inspirado que seja na doutrina da Igreja - afirma a CNBB - pode arrogar-se a representação de todos os fiéis já que seu programa concreto nunca poderá ter valor absoluto para todos".

O cristão, também deve sempre evitar segundo a CNBB, os extremismos, e unilateralismo, e não pode esquecer que "o

OPÇÃO PELOS POBRES

A CNBB defende a necessidade de que todas as atividades do cristão estejam impregnadas pela opção preferencial pelos pobres. "O trabalho com os pobres - acentua - supõe uma solidariedade com os mais desprotegidos e um caminhar com eles, caso contrário contribuir-se-ia com a continuação do estado de injustiça e dependência em que eles vivem".

"A libertação do pobre - prossegue - não se realizará sem a construção de uma sociedade mais justa, pois a raiz da pobreza é nós, como Igreja, apoiamos e desenvolvemos as organizações de defesa e luta pelos direitos humanos, pois através destas organizações os pobres chegam a conscientizar-se e a assumir a própria libertação".

A responsabilidade do cristão na construção de uma nova sociedade para a CNBB está voltada para a promoção de todos os modos os meios não violentos para restabelecer a justiça nas relações sócio-políticas e econômicas. "O cristão deve empenhar-se na libertação integral, lutando por uma paz que não seja mera ausência de conflitos, mas sim, uma paz alicerçada na justiça - prega a CNBB. O cristão deve, ainda, condenar a violência como atitude não cristã afirmando que as transformações bruscas e violentas das estruturas são enganosas e ineficazes.

"Devemos participar também - afirma a CNBB - no trabalho e o diálogo com os que colaboram na construção da sociedade, particularmente com aqueles que tem poder decisório. Isto não exclui o reconhecimento do valor construtivo dos conflitos sociais que, dentro das exigências justiça, contribuem para garantir os direitos, especialmente dos mais fracos".



O pobre: uma das metas da CNBB. . .

CNBB debate Igreja dividida entre Cristo e sociedade

7/4/83
72

São Paulo — A divisão da Igreja no Brasil, entre os bispos que defendem uma atuação mais voltada para o aspecto "antropológico social" e os que querem acentuar o "aspecto cristológico" (espiritual), será tema de reuniões "longas" e exclusivas dos 250 bispos que participam da XXI Assembleia-Geral da CNBB, aberta ontem em Itaci, no município de Indaiatuba, a 100 quilômetros de São Paulo.

O Arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Romeu Alberti, informou ontem à tarde, ao fazer um relato sobre o primeiro dia da Assembleia — realizada a portas fechadas — que a proposta de inclusão desse tema, na pauta oficial da reunião dos encontros dos bispos, foi apresentada pelo Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, e aceita por todo o plenário. Dom Luciano Cabral é considerado um dos líderes dos bispos mais conservadores da Igreja e foi vice-presidente do Celam — Conselho Episcopal Latino-Americano.

Divergências

Dom Alberti afirmou que o episcopado brasileiro não é composto de "robôs" e que cada bispo enfoca alguns aspectos mais que outros: "Por isso, é importante que eles se confrontem para perceber quais as diretrizes que se pode dar à Igreja no Brasil".

Dom Valfredo Pepe, Bispo de Ilhéus, Bahia, comentou que as divergências dentro da Igreja são reais, principalmente quando se discute sua abertura para o mundo, para os problemas sociais. Dom Urbano Algayer, Bispo-Auxiliar de Porto Alegre, lembrou que o pluralismo de posições na Igreja sempre existiu, só que hoje é mais acentuado, "porque há maior liberdade para discussão". Mas afirmou que as divisões do episcopado não se referem ao essencial, e sim quanto a posicionamentos e concepções periféricas da Igreja.

Além da inclusão do tema da divisão da Igreja no Brasil, os 250 bispos aprovaram a criação de uma comissão para estudar diretrizes referentes ao relacionamento dos capelães militares e a CNBB. A comissão será formada pelo Bispo de Bauru, Dom Cândido Padim; pelo Arcebispo de Brasília e Bispo Castrense, Dom José Newton; e pelo Bispo-Auxiliar de Porto Alegre, Dom Edmundo Kunz.

JB 11.4.83

CNBB elege amanhã quem vai presidi-la quatro anos

São Paulo — Os nomes dos novos presidente e vice-presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) deverão ser definidos, hoje, pelos 257 bispos que participam da 21ª assembleia-geral da entidade, em Itaici (SP). Amanhã, a nova presidência da CNBB para os próximos quatro anos ficará completa, com a escolha do secretário-geral.

As eleições serão iniciadas hoje à tarde, com a realização das prévias para a presidência. Cada bispo votará em três nomes. Em seguida, cada nome votado será publicado com o número de indicações que recebeu, e, depois, será feita a escolha definitiva, com cada bispo votando em um só nome. O mesmo processo será seguido para a escolha do vice-presidente e a eleição só deverá estar concluída na noite de hoje.

Ontem, os bispos de tendência mais conservadora resolveram apoiar os nomes do Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, para a presidência, e do bispo auxiliar de Salvador, Dom Boaventura Kloppenburg, para a secretaria-geral, segundo revelaram alguns bispos que participam da assembleia e que preferem não ser identificados.

Além desses nomes, outra possibilidade é os conservadores apoiarem para a presidência o nome do atual secretário-geral, Dom Luciano Mendes de Almeida — que tem a preferência do episcopado moderado —, para evitar a reeleição do atual presidente, Dom Ivo Lorscheider.

O episcopado mais progressista, no entanto, se articula em torno da reeleição de

Dom Ivo e Dom Luciano, mantendo-os nos cargos atuais. Essa ala defende, ainda, a indicação do bispo de Uberaba, Dom Benedito Ulhoa Vieira (ex-auxiliar de São Paulo) para a vice-presidência, em substituição a Dom Clemente Isnar — bispo de Nova Friburgo (RJ) — eleito em março para a vice-presidência do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano).

A advertência de D Eugênio de Araújo Sales, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, de que a opção preferencial pelos pobres feita pela Igreja não se tornasse exclusiva, levou os 257 bispos, reunidos em Itaici, a repensarem o tema, com o objetivo de torná-lo "mais claro, para explicitar", informou ontem o bispo de Bauru, D Cândido Padim.

Os bispos, durante a avaliação sobre a linha pastoral da Igreja nos últimos quatro anos, manifestaram sua intenção de que a assembleia-geral, ao discutir as diretrizes para o próprio quadriênio, "explicitassem o que se entende por opção preferencial pelos pobres, tendo o cuidado de que não coloquem o acento principal nos critérios quantitativos e sim nos critérios qualitativos", explicou o bispo de Bauru.

D Cândido salientou que quando os bispos se referem a critérios qualitativos na opção preferencial pelos pobres estão indicando que eles devem atingir as necessidades básicas da vida humana. "Devemos dar atenção também ao estudo das causas da pobreza porque há causas que devem ser mudadas para o atendimento das necessidades básicas humanas".



JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

14.04.83

Política em Itaiçi

As eleições para a nova diretoria da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — em Itaiçi proporcionaram um espetáculo que deve ter deixado intrigados católicos e não católicos. Pois o que devia ser, basicamente, um acontecimento interno da Igreja transformou-se numa decisão crítica (e polêmica) em tudo semelhante à convenção de um Partido político — o que já é em si mesmo significativo.

O tumulto começou depois de uma entrevista de D Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju, em que este prelado anunciava a existência de “uma profunda divisão no meio do episcopado brasileiro em torno da Pastoral do Brasil”. Para D Luciano, estaria em formação, no Brasil, uma “igreja popular” semelhante à que já desafia abertamente o Papa na Nicarágua. Esta denúncia veio logo em seguida a uma advertência de D Eugênio Salles, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, quanto ao perigo de que a “opção preferencial pelos pobres” se transforme numa opção exclusiva.

Exagerou D Luciano? O tumulto em Itaiçi seria indício do que, no dia seguinte, um outro prelado chamou de “sadio pluralismo” no interior da Igreja? Que dizer, então, da abundante bibliografia citada pelo Arcebispo de Aracaju como indício de uma “igreja popular” ao menos em formação?

Essa bibliografia não se encontra nas estantes dos seminários: está em todas as livrarias católicas, e em farta quantidade. Alguns exemplos rápidos — citados por D Luciano — são ilustrativos. Para Frei Leonardo Boff, “a Teologia da Libertação tem privilegiado a análise dialética da realidade social, porque corresponde melhor aos objetivos visados pela fé para a prática cristã”; e Boff sugere logo em seguida “uma utilização não servil do instrumento analítico elaborado pela tradição marxista, desvinculado de seus pressupostos filosóficos”. Frei Clodovis Boff é mais enfático: “Quando eu falo em libertação, entendo concretamente isto: acabar com o sistema de injustiça que é o capitalismo; e libertar-se dele para criar uma nova sociedade: uma sociedade, digamos assim, socialista.” Um outro teólogo da Libertação, Enrique Dussell, publicado “com aprovação eclesiástica”, sugere que, “estrategicamente, o único caminho possível para um desenvolvimento nacional independente é o caminho seguido por Cuba, China, Angola e algum outro país periférico. Nascermos muito tarde para o capitalismo”.

Há discursos mais longos — e até mais sutis — explicitando a Teologia da Libertação; como o do jesuíta João Batista Libânio publicado recentemente sob o título *O que é Pastoral*. Mesmo essas análises sutis, entretanto, convergem para conclusões fortes: os setores progressistas da Igreja, diz o Padre Libânio, “percebem enfim que a pastoral de fermento, de testemunho, de penetração era insuficiente, porque queria levar uma massa já estragada e que devia ser jogada fora. Não são retoques de embelezamento que se fazem necessários no edifício social, mas transformação profunda”.

Não é preciso muita argúcia, nem demasiada atenção, para saber que essa Igreja feita motor de profundas transformações sociais não é a Igreja que tem sido definida pela longa sucessão dos Bispos de Roma, nem é uma Igreja que se possa em sua consciência desejar; pois uma das características da sociedade moderna é a secularização da política. Duplicar os Partidos políticos — os atuais e os futuros — com um Partido Católico, um Partido da Umbanda, um Partido Protestante seria um retorno (excluída a Umbanda) à França de Catarina de Médicis.

Mas a Teologia da Libertação tem uma confiança messiânica nas suas possibilidades — que é um dos lados por onde ela se assemelha ao marxismo. Quanto à divergência com Roma, já está sendo tratada sem muita cerimônia por alguns bispos brasileiros, como D Aldo Gerna, Bispo de São Mateus, que respondeu a D Luciano afirmando que “não podemos absolutizar qualquer expressãozinha do Papa. Se nós damos autoridade ao Papa em qualquer pronunciamento dele, essa quase infalibilidade, uma adesão em tudo, ele não poderá mais abrir a boca porque deverá controlar tudo, pesar muito bem suas palavras”.

De tudo isto, pode-se concluir ou não pela existência de uma “igreja popular” no Brasil (dependendo de como se interprete o reforço agora enviado pela Diocese de Santo André à “Igreja sandinista”); mas é “tapar o sol com a peneira”, como diz o Arcebispo de Aracaju, negar que existem duas teologias em confronto — a teologia tradicional e a Teologia da Libertação.

Seria pedir demais que este fosse o tema de um debate sério? O problema já existe há longo tempo; e a entrevista de D Luciano limitou-se a oficializá-lo. Mas a reação genérica dos bispos reunidos em Itaiçi — a julgar pelas manifestações mais importantes — foi a de mencionar um “saudável pluralismo”, a “divergência dentro da unidade”; o que, mais uma vez, é digno de um grande Partido político ao estilo do velho PSD.

Talvez não exista ainda no Brasil uma “igreja popular” — no sentido de que não há rebelião aberta contra a autoridade do Papa e de que as principais lideranças eclesiásticas ainda mantêm algum controle sobre o seu rebanho. A Teologia da Libertação, entretanto, inconciliável com a teologia tradicional, está “em plena campanha”, para usar outra expressão política. E ocupa alguns postos estratégicos. Pode-se ler com interesse, por exemplo, ao fim do pequeno livro do Padre Libânio, a informação de que o autor, Doutor em Teologia beirando os 50 anos, mudou-se em 1982 para Belo Horizonte, “onde estamos inaugurando um Centro de estudos filosóficos e teológicos para formar todos os jovens jesuítas do Brasil e outros que quiserem frequentá-lo”.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Em todas as épocas, a Igreja conviveu com teologias audaciosas que às vezes resultavam em cismas — como o do Monge Martinho Lutero. No Brasil de hoje, entretanto, há um contraste surpreendente entre a proliferação de *teólogos*, que escrevem abundantemente, e o que parece ser um absoluto desinteresse da CNBB no que toca às questões de doutrina. O problema levantado por D Luciano foi interpretado por alguns bispos como sendo “manobra dos conservadores para tumultuar a eleição” e impedir a vitória dos progressistas — o que é nivelar definitivamente uma assembléia eclesíástica com uma convenção política.

Em compensação, provocou fortíssima repercussão um texto do Ibrades — órgão ligado à CNBB — onde se analisam a crise da economia brasileira e as fórmulas alternativas para resolvê-la. O texto apresenta uma alternativa *externalista* e dá a sua preferência a uma outra, *internalista*, que exigiria “a introversão da economia, com o país definindo as condições dentro das quais deve honrar seus compromissos”. “Diante da firmeza desta decisão — diz o texto — os próprios credores internacionais a preferem, evidentemente, à desfaçatez de uma moratória total.” O documento foi calorosamente aplaudido pelos presentes à assembléia. Torna-se compreensível que, ante discussão tão transcendental, não tenha sobrado muito tempo para a análise das teses de D Luciano. E, afinal de contas, a reeleição, por mais quatro anos, da atual diretoria da CNBB não prova que está tudo em paz na Igreja do Brasil?

Tristeza e decepção

Cultivo o maior respeito e admiração por Dom Eugênio Sales. O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro é uma das figuras mais ilustres, mais serenas e moralmente fortes diante da avalanche de anarquia e insensatez que invade a Igreja brasileira. Sua luta no sentido de evitar a contaminação da instituição pela heresia, o paganismo e a desordem ideológica merece todo nosso apoio. É assim com tristeza e decepção que li seu artigo na página 11 do sábado 9, sob o título *Controle da Natalidade: Sofismas e Distorções*. Não desejo de modo algum abrir uma polémica insólita com Sua Excelência Reverendíssima quanto aos argumentos aduzidos — tanto mais que está muito claramente acentuado, no artigo, reconhecer ele “os desafios levantados por um aumento populacional desordenado”. Desordenado? Na constatação de que o índice de aumento demográfico brasileiro é de 2,4% ao ano, creio peremptoriamente que sofisma e distorções existiriam naqueles que negassem a qualidade desordenada do aumento demográfico em nossa terra. Caso contrário, não sei bem o que é que o termo “desordem” significa... Nessas circunstâncias, a “pouca inteligência” denunciada por Dom Eugênio me parecia mais evidente do lado daqueles que se recusam a perceber a incidência desse alto índice de natalidade nas condições de pobreza de nosso povo. E não estamos por ventura fazendo uma “opção pelos pobres”? Permito-me assim salienta, cheio de perplexidade, a seguinte frase de S.E.R.: “Sabe-se que a natalidade se reduz espontaneamente, de modo responsável, onde chega o progresso social e moral”... Se é “para esse desenvolvimento que devem convergir nossos esforços imediatos”, como bem assinala Dom Eugênio, então me pergunto como é que pode a natalidade ser reduzida espontaneamente, o que quer dizer, sem Planejamento Familiar, o que quer dizer, sem controle da natalidade? E o que, desastrosamente, minha “pouca inteligência” não consegue atinar... J. O. de Meira Penna, ex-Embaixador e professor da UnB — Brasília.

Institut für
Brasilienkunde
Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
Monitor	15.4.83	72/83

Kirche: Bischöfe

Vorsitzender der Bischofskonferenz in Brasilien wiedergewählt (Zusammenfassung)

Bischof Ivo Lorscheiter wurde für weitere vier Jahre zum Vorsitzenden der brasilianischen Bischofskonferenz gewählt. Der konservative Erzbischof von Aracaju, Msgr. Luciano Cabral Duarte, kritisierte die sogenannte "Volkskirche", die "bereits von Papst Johannes Paul II. verurteilt worden ist und sich jetzt in Brasilien ausbreitet. Außerdem unterstrich Msgr. Cabral Duarte, falls sich die Spaltung im brasilianischen Episkopat vertiefe, sei eine Intervention des Papstes in der Katholischen Kirche Brasiliens nicht mehr auszuschließen. (gil) (nach LATIN, span., 12.4.1983, aus Brasília)

(La)



1970 - 1983
National
Regional's
CNRB

kanngegeben worden.

Kirche Brasiliens unterstützt amerikanische Bischöfe

SAO PAULO, 15. April (Reuter). Die katholische Kirche Brasiliens hat sich am Donnerstag zustimmend zur Kritik der katholischen Bischöfe der Vereinigten Staaten an der Rüstungspolitik Präsident Reagans geäußert. In einem von 257 brasilianischen Bischöfen unterzeichneten Brief an den Präsidenten der Konferenz der amerikanischen Bischöfe, Erzbischof Rosch, heißt es: „Wir übermitteln unsere Bewunderung für Sie und unsere Solidarität mit Ihren pastoralen Sorgen angesichts des Wettrennens, der Verbreitung atomarer Waffen und der ernststen Gefahr für den Weltfrieden und das Leben auf der Erde.“

1614/1987



As eleições na CNBB e o exemplo da Nicarágua

Pedro Henrique Antero

OPAV 18/04/83



O Brasil inteiro acompanhou com interesse o processo de reeleição do Presidente da CNBB. Os destaques maiores giraram em torno das posições dos progressistas e dos conservadores que tentavam obter a presidência daquela Conferência. Os primeiros, sobretudo, após a recente derrota nas eleições da Conferência Episcopal Latino-americana - CELAM, não admitiram um segundo insucesso em tão pouco tempo.

Na verdade, as eleições na CNBB se realizaram num clima aberto de debate entre as duas alas, com nítidas divergências de pontos de vista e de interpretação dos ensinamentos sociais da Igreja. Entre os extremos, surgem, como em toda parte, os que tentam uma síntese ou uma aparente união das posições contrárias. Dom Avelar Brandão, Cardeal Arcebispo de Salvador, se destaca por essa habilidade, mas não consegue a liderança necessária em meio aos seus colegas de episcopado. Dom Eugênio Sales, o único elegível entre os moderados, retirou de início sua candidatura que seria talvez vitoriosa.

Os progressistas venceram a peleja, pois obtiveram o apoio quase maciço dos chamados moderados que, em geral, temem o apelido de "reacionário" e favorecem posições extremadas, com as quais, certamente, no íntimo, não concordam. Os conservadores, por seu lado, capazes de reagir com veemência aos excessos dos progressistas, não obtiveram êxito, por falta de trabalho mais eficiente junto à maioria dos votantes.

As divergências que ocorrem no seio do episcopado não são desprezíveis. O Arcebispo de Aracajú chamou a atenção de todos para a tentativa de se criar no Brasil a "Igreja popular", à semelhança do que ocorreu na Nicarágua. Ali o Santo Padre foi vaiado e mais recentemente os atos da Semana Santa não puderam ser transmitidos pela televisão nem pelas emissoras de rádio do país. E a alegação dada pelos revolucionários ateus foi a de que se estaria manipulando a liturgia para fins subversivos.

No Brasil, os partidários da teologia da libertação, apoiados ou pelo menos não condenados pelos reeleitos para a CNBB, procuram imitar o exemplo dos cinco sacerdotes nicaraguenses que lutaram pela revolução sandinista e hoje são membros daquele governo, cerceando a liberdade de ação da verdadeira Igreja. Essa omissão dos dirigentes da Conferência dos bispos brasileiros preocupa, com razão, a todos que entendem que o socialismo continua sendo de natureza essencialmente anticristã. A teologia da libertação que, a

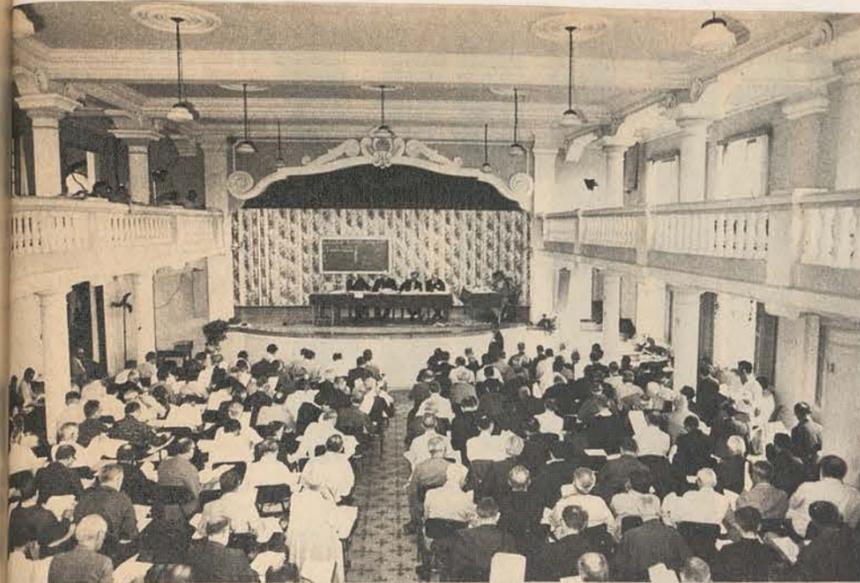
partir dos seus pressupostos, leva necessariamente o fiel a um posicionamento socialista, conforme afirmaram Hugo Assmann e Frei Boff, respectivamente idealizador e divulgador daquela pseudo teologia, faz lembrar a encíclica "Quadragesimo Anno", do Papa Pio XI, publicada em 15 de maio de 1931. Naquele documento, o Sumo Pontífice afirma expressamente que o princípio fundamental do socialismo é contrário à fé cristã. Mostra, em seguida, a realidade do comunismo implantado na Europa e na Ásia, chamando-o de "monstruosidades sacrílegas" e adverte: "se bem julgamos supérfluo chamar a atenção dos filhos obedientes da Igreja para a impiedade e iniquidade do comunismo, contudo, não é sem uma dor profunda que vemos a apatia dos que parecem desprezar perigos tão iminentes, e com desleixo pasmoso deixam propagar por toda a parte doutrinas que porão a sociedade a ferro e fogo".

Essas palavras, pronunciadas em 1931, parecem dirigir-se hoje ao cristão brasileiro e mais especificamente a muitos bispos que não clamam contra alguns dos seus irmãos no episcopado e grande número de sacerdotes, imbuidos da idéia de que o socialismo cristão é a meta para onde devemos caminhar. Esse alvo, por sinal, desconhecido no planeta, é condenado por Pio XI, na mesma encíclica, quando diz: "socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista".

Nenhum documento pontifício contrariou até hoje as afirmações categóricas da "Quadragesimo Anno", quanto à não conciliação do socialismo com a doutrina do Evangelho. Diante disso, os progressistas vitoriosos na CNBB e até então vacilantes na condenação de doutrinas e comportamentos ditos cristãos, mas estranhos à doutrina social da Igreja, contida coerentemente nas encíclicas papais, desde a "Rerum Novarum", de Leão XIII, até a "Laborem exercens", de João Paulo II, têm uma responsabilidade histórica nos destinos da Igreja e da pátria.

As lições de perseguição à Igreja Católica da Nicarágua estão à disposição da CNBB. Se alguém ainda alimenta a ilusão de que o conluio entre católicos e marxistas possa criar condições para a realização de uma revolução cristã, o gesto das autoridades nicaraguenses pode ter o efeito positivo de arrancá-lo de seus generos sonhos.

Pedro Henrique Antero é mestre em Ciências Políticas.



XXI Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, SP: muita política, apesar das precauções

FOTOS WAGNER AVANCINI

Religião

Discórdias episcopais

Os "progressistas" reelegem dom Ivo Lorscheiter, mas aumentam os sinais de divisão na CNBB

Apesar de todas as medidas cautelares tomadas para impedir que a eleição de sua nova diretoria repetisse as disputas dos anos anteriores — a apresentação de chapas foi proibida e as prévias para a escolha de candidatos passaram a ser feitas apenas em plenário —, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) jamais registrou tanta política numa assembléia. Radicalmente divididos entre a situação, de orientação "progressista", e a oposição, de tendência conservadora, os 257 bispos que compareceram à XXI Assembléia Geral da entidade, realizada no antigo noviciado jesuíta de Itaici, no interior de São Paulo, de 6 a 15 de abril últimos, acabaram reelegendo presidente da CNBB o gaúcho dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Dom Ivo, um vigoroso descendente de colonos alemães pouco afeito a meias palavras, foi eleito em terceiro escrutínio por 171 bispos — os demais votos seriam distribuídos entre outros cinco candidatos. E orquestrou a vitória de ponta a ponta dos "progressistas", que também conquistaram a vice-presidência, a secretaria-geral e o direito de permanecerem pelo quarto quadriênio con-

secutivo ao leme do episcopado nacional. Mesmo sem poder organizar chapas e fazer prévias em seus grupos, os bispos ignoraram a proibição das articulações de corredores e, como nos anos anteriores, os vitoriosos comemoraram.

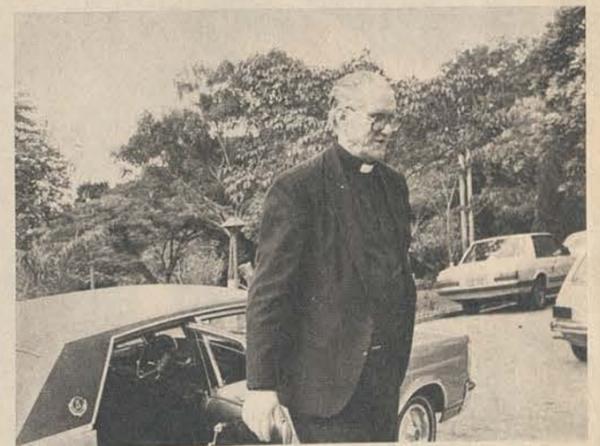
Os "progressistas", um grupo de aproximadamente 110 prelados, pregavam com desembaraço o continuísmo. "Não se troca um time que está ganhando", argumentava um de seus porta-vozes. Os conservadores, cerca de quarenta prelados, tentavam evitar a reeleição de dom Ivo com a alegação de que, caso ela ocorresse, a família Lorscheiter-Lorscheiter completaria vinte anos à frente da CNBB. Nessa linha de raciocínio, a dinastia começou em 1967, quando dom Aloísio Lorscheiter,

atual cardeal de Fortaleza, primo de dom Ivo, foi eleito para a secretaria-geral.

GRUPO DECISIVO — Ganhou dom Ivo e sua ala, à esquerda da rival e defensora da intervenção verbal dos padres nos problemas do mundo. De acordo com essa concepção evangelizar também implica a obrigação de "zelar para que todas as pessoas vivam na terra de modo digno". Já os conservadores entendem que os padres estão falando demais, nas missas, em greve, inflação, demarcação de terras indígenas e outros temas do gênero. "Falar dos problemas sociais é necessário, mas dar menor aten-

ção à adoração do Senhor é uma mutilação do âmago da religião", reage dom Luciano Cabral Duarte, bispo de Aracaju e baluarte do grupo conservador.

Entre os dois grupos, pendem os chamados bispos moderados, decisivos nas eleições da CNBB. Há outro elo de ligação entre os pólos: dom Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo, reeleito secretário-geral da CNBB. Dom Luciano pode ser catalogado entre os "progressistas", mas tem bom trânsito nas duas alas. Por isso, foi o grande vitorioso na eleição de Itaici. Enquanto dom Ivo recebeu 171 votos para presidente, dom Luciano foi consagrado por 229 votos — 92% do plenário sufragou seu nome. Após a eleição, os "progressistas" comemoraram a vitória com abraços, enquanto o presidente reeleito tentou ser apaziguador, num gesto raro para seu estilo. "As diferenças no modo de pensar dos membros da CNBB



Dom Ivo: a caminho dos vinte anos de domínio dos primos

têm sido expressas com liberdade e franqueza, mas isto é normal", garantiu dom Ivo. "Se tivéssemos os mesmos pontos de vista, os sínodos, os concílios, não seriam necessários."

FORA DO PÁREO — No dia anterior, justamente por faltar-lhe tato político, dom Ivo quase fizera naufragar sua candidatura. O plenário discutia o documento "Como se faz teologia no Brasil", no qual os conservadores viam "elogios a doutrinas contrárias à orientação da Santa Sé". A certa altura, incomodado com a discussão, dom Ivo resolveu acabar com ela. O cardeal dom Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, um moderado, caminhou até a mesa e pediu a palavra. "É uma questão de ordem?" — indagou-lhe dom Ivo. "Bem, honestamente não é, mas sinto um dever de consciência tratar de um problema de teologia e de fé", respondeu-lhe dom Eugênio. Em tom áspero, dom Ivo cortou a palavra do cardeal: "Se não é uma questão de ordem, não é possível". Com o plenário perplexo em face da rudeza com que o bispo se dirigiu ao cardeal, dom Eugênio voltou ao seu lugar e não deu uma única palavra até o final da assembleia.

Na prévia para a presidência — e sem o menor trabalho eleitoral —, dom Eugênio recebeu 103 votos, dados espontaneamente pelo plenário, contra 150 conferidos a dom Ivo. Provavelmente porque descobriu tratar-se de um desagravo a sua pessoa, o cardeal do Rio comunicou por escrito à mesa que, por "razões pessoais", não era candidato. As "razões pessoais", segundo um bispo fluminense, resumem-se a suas discordâncias com a atual linha da CNBB, que considera excessivamente voltada para as coisas do mundo. Assim, já no



Dom Luciano: diálogo fácil com os dois grupos do episcopado brasileiro



Dom Moacyr: repto aos conservadores

primeiro escrutínio, o cardeal do Rio ficou fora do páreo. "Bobeamos", desabafou um influente prelado conservador. "Se tivéssemos trabalhado a candidatura de dom Eugênio, mesmo à sua revelia, ele receberia uma votação ainda mais expressiva e se constrangeria em desistir."

IGREJA POPULAR — Cada vez mais à vontade no exercício da política, a que se atiram em nome da missão de evangelizar o mundo e a sociedade, os 257 bispos que compareceram a

Itaici também trataram dos grandes temas nacionais. Numa de suas sessões, por exemplo, aprovaram uma moção sobre o desemprego, na qual pedem ao governo "para colocar em prática uma política em favor dos trabalhadores, para remediar a situação".

A XXI Assembleia Geral transcorreu a portas fechadas. Todos os dias, três bispos eram designados para conversar com a imprensa. Na segunda-feira da semana passada, a trindade incluía dom Luciano Duarte. Sem cerimônia, o arcebispo de Aracaju declarou: "Quem negar que há uma profunda divisão no episcopado brasileiro, quer tapar o sol com a peneira". E foi adiante: garantiu que já se delinea no Brasil "o perfil de uma igreja popular". A igreja popular, explica ele, é aquela cujo centro é o homem e não Jesus Cristo. Essa igreja, condenada pelo papa, já existe na Nicarágua e em alguns países da América Central. Dom Luciano Duarte não acusou diretamente a CNBB, mas teólogos que vivem sob sua proteção, como o franciscano Leonardo Boff. E arrematou: "Que os bispos resolvam esse problema internamente e, se não o puderem, que apelem ao papa".

A CNBB, em todo o caso, acabou-se beneficiando das repercussões da eleição de sua diretoria, que abafaram a celeuma em torno das denúncias do arcebispo de Aracaju. Nos corredores de Itaici, seus dirigentes se esforçavam em minimizá-las, interpretando-as como "opiniões pessoais de dom Luciano Cabral". Assim acredita o bispo do Acre e Purus, dom Moacyr Grechi, um "progressista". Antes de voltar a sua diocese, ele lançou um repto: "Desafio quem quer que seja a me provar que essa tal igreja popular exista em algum lugar do Brasil".

RELIGIÃO

JORNAL DO BRASIL 6/05/83

A ASSEMBLÉIA DA CNBB

Dom Marcos Barbosa

JULGAMOS oportuno transcrever em nossa coluna o seguinte pronunciamento de Dom José Fernandes Veloso, Bispo Coadjutor da Diocese de Petrópolis.

"Encerrou-se recentemente em Itaici a 21ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Os meios de comunicação social alongaram-se na interpretação de aspectos periféricos da reunião, e nem sempre conseguiram ser fiéis e felizes no que divulgaram. O mais importante, os temas centrais da Assembleia, ficaram um tanto na penumbra das notícias e comentários. Eram esses temas: primeiro, "a avaliação global da caminhada da CNBB, e formulação de diretrizes gerais para a pastoral no próximo quadriênio"; e, segundo, o "documento sobre a Catequese", fundamental para a vida da Igreja.

Quanto ao primeiro tema, havia dois momentos distintos: avaliação do passado e programa para o futuro. Em ambos os casos houve opiniões divergentes, que se manifestaram nos grupos e em plenário, — o que é absolutamente normal numa assembleia de 250 membros, de diversas idades e experiências pessoais. E a assembleia se reúne precisamente para poder cotejar os vários aspectos positivos e negativos de uma questão, em vista de alcançar uma conclusão quanto possível abrangente e imparcial. Na avaliação do passado, 90 por cento do tempo se restringiu ao exame do cumprimento das Diretrizes Pastorais anteriores; não houve vagar suficiente para aprofundar outros aspectos. E, em função das reflexões feitas, reformulou-se para o próximo quadriênio o objetivo geral da ação conjunta da Igreja no Brasil. Decidiu a Assembleia manter o mesmo objetivo, esclarecendo alguns termos que antes puderam prestar-se a interpretações equívocas.

Assim, onde se dizia que era propósito da Igreja "evangelizar a sociedade", corrigiu-se para "evangelizar o povo". A alteração parece de sobremesa, mas visou observar maior fidelidade ao texto da "Evangelii Nuntiandi", na qual se inspirara, e a evitar distorções. A sociedade precisa sem dúvida ser evangelizada; mas o objetivo imediato da evangelização são as pessoas que compõem e constroem a sociedade. Esta ponderação corrige a perspectiva um tanto vesga de lançar a culpa de todos os males às estruturas sociais; quando, ao contrário, as estruturas injustas são, primordialmente, efeito da perversidade humana; e só num segundo momento propiciam e causam outros males.

Outro ponto que a Assembleia quis esclarecer em seu objetivo geral, foi a "opção pelos pobres". Nas diretrizes anteriores propunha-se como objetivo "evangelizar... a partir da opção

pelos pobres", expressão que podia ser retamente interpretada, mas que deu motivo a muita confusão. Apresentada essa opção como ponto de partida, muitos a julgaram de modo exclusivista, e até a tomaram como enfoque doutrinário, uma espécie de nova teologia ou nova revelação. Ora, a opção pelos pobres de que fala Puebla — como tão bem encareceu o Papa João Paulo II em seu discurso aos operários em São Paulo — significa uma preocupação maior com a evangelização daqueles que mais precisam; não é exclusiva nem significa posição doutrinária, política ou ideológica; apenas indica certa primazia no atendimento pastoral.

Em rigor de termos, o ponto de partida de toda evangelização é a mensagem de Cristo, são as Verdades reveladas. E por isso a Assembleia de Itaici corrigiu para melhor a formulação do objetivo geral da pastoral, aprovando-a nos seguintes termos: "evangelizar o povo brasileiro... a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da opção preferencial pelos pobres..."

Com esta retificação esclarecedora, quis a Assembleia Geral da CNBB evitar distorções que se apresentavam até com alguma frequência: o ponto de partida de toda evangelização é a Verdade Revelada a ser anunciada, e não a situação concreta dos evangelizados; esta deve ser levada em conta, não há dúvida, para maior eficácia da evangelização, mas não é ponto de partida nem critério de verdade.

O segundo grande tema de Itaici foi o Documento sobre a Catequese. De todos os que a CNBB até hoje produziu, foi este o de mais longa elaboração. Partia de um projeto muito imperfeito, apresentado há três anos e que foi sendo desbastado e purificado em outras três sucessivas redações. E ainda a quarta sofreu bom número de emendas antes de ser aprovada. As versões anteriores foram intensamente discutidas, e divulgadas em copiosas edições. Isso favoreceu a cooperação de catequistas de todo o País para a redação final; mas teve também um lado negativo: não poucos desavisados deixaram de perceber que era um texto ainda em estudos, e o tomaram como documento da CNBB, aceitando como norma segura algumas graves imprecisões ainda não corrigidas. Para a quarta redação apresentada à discussão da última Assembleia, houve uma contribuição valiosa da Sagrada Congregação para o clero, que enviou de Roma emendas substancialmente esclarecedoras.

A nova formulação do objetivo geral da ação pastoral da Igreja no Brasil e a renovação da Catequese, auspiciada pelo novo Documento, serão instrumentos eficazes para esclarecer dúvidas e promover uma reta de evangelização, fiel à mensagem de Cristo".



Dom Duarte: ataque pesado à igreja popular

VEJA, 20 DE ABRIL, 1983

João Durval promete a bispos solução para terra e seca

Jornal do Brasil
12.5.83

Salvador — O Governador João Durval Carneiro teve ontem pela manhã um encontro de duas horas com os bispos que participaram nesta Capital, da Assembléia Anual da Regional Nordeste III da CNBB (Bahia e Sergipe) e, no final, declarou que o seu Governo tem como metas prioritárias resolver os dois problemas que mais preocupam a Igreja no momento: a questão da seca e a situação fundiária do Estado.

Antes de abrir o debate com os bispos, o Governador João Durval fez uma rápida exposição do seu programa de Governo e, indagados pelo Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Alvelar Brandão Vilela, assegurou que as 2 mil famílias que serão afetadas com o fechamento da barragem de Pedra do Cavalo, em outubro, terão o atendimento que desejarem, recebendo indenizações pelas terras que serão inundadas ou o assentamento em áreas próximas ao lago que será formado. Segundo Dom Avelar, essa preocupação com o destino das famílias predominou durante a Assembléia Regional dos Bispos.

Terra natal

— Os senhores bispos podem ficar tranquilos. Os casos de indenização já estão sendo encaminhados, e eu já dei a orientação para que seja resolvido qualquer problema que surja, inclusive a negociação de áreas remanescentes próximas ao lago — garantiu o Governador, dando como exemplo o caso dos moradores do distrito de Ipuacu, por coincidência sua terra natal e que será inundada. Informou que foram os próprios moradores que escolheram o local para onde já começaram a ser transferidos.

O Governador João Durval Carneiro tomou conhecimento através de abaixo-assinados ou simples relatos dos bispos da existência de conflitos de terras em quase todas as dioceses baianas, sendo os mais graves nas regiões de Barreiras, Itaberaba, Juazeiro e Senhor do Bonfim, de cujo Bispo, Dom Jairo Rui Matos, ouviu a informação de que em pouco mais de um ano já aconteceram no Estado 23 assassinatos de lavradores por questões de posse da terra.

JORNAL DO BRASIL 18/07/83. Fantasmas na Paróquia

Desde 15 de novembro passado, em consequência do próprio resultado negativo das eleições, o chamado clero progressista brasileiro vem-se mostrando num recomendável perfil de discrição. Era natural que os epígonos da Teologia da Libertação guardassem silêncio pelo menos enquanto estivesse em evidência a falta de apoio eleitoral que desautorizou sua mensagem política.

O ativismo político do clero dito progressista identificou-se, por exclusão, com o ideário do PT, já que os demais partidos foram tratados com aspereza crítica e intolerância ideológica. Como o PT saiu combalido das urnas, o pensamento progressista recolheu-se por um período de convalescença.

Tudo indica que a quarentena chega ao fim. Referindo-se, num programa radiofônico, às Comunidades Eclesiais de Base, D Ivo Lorscheiter pede, é verdade, que elas rezem para que não se transformem num simples "núcleo de ativistas". Mas parte em seguida, com ênfase mais política do que religiosa, de lança em riste contra as multinacionais: "Um dos erros do mundo de hoje — diz D Ivo — é a maneira como atualmente costumam agir as empresas multinacionais e transnacionais". "Essas empresas — prossegue o presidente da CNBB — aproveitam a mão-de-obra barata, eliminando competidores, exportando lucros, compensando perdas num país pelos lucros conseguidos em outros países"; e afirmando que "59% dos investimentos externos na América Latina são norte-americanos", conclui: "não estaria aqui uma das causas principais da asfixiante dívida externa com que nos defrontamos?"

Não fosse o risco de afastá-los ainda mais dos mistérios religiosos, seria talvez o caso de recomendar aos nossos padres-sociólogos que obtivessem, pelo estudo, um pouco mais de intimidade com a economia

real, que não se aprende em cartilhas teológicas (mesmo as da Teologia da Libertação) ou ideológicas.

Pode-se gostar ou não, pessoalmente, das multinacionais; mas já há muito tempo que elas se transformaram numa realidade quotidiana do mundo moderno — excessivamente modernas e concretas para ainda serem analisadas sob o ângulo do passionalismo. Esse ângulo, em vez disso, ao impedir que elas sejam analisadas friamente, impede também que sua atuação seja avaliada de maneira a que cada país assuma em relação a elas a atitude que lhe seria mais interessante.

A idéia de que empresas estrangeiras vivam do atraso alheio é uma contradição mortal para o tipo de amorismo econômico exibido com tanta ênfase pelo Arcebispo Lorscheiter. Como é que economias mantidas no subdesenvolvimento podem fazer a fortuna dos desenvolvidos?

A versão de que a dívida externa brasileira seja resultado de investimentos externos (principalmente norte-americanos) é, por sua vez, de surpreendente indigência intelectual. Nossa dívida é exatamente o resultado de empréstimos tomados no exterior por parte de quem não tem coragem de abrir-se como mercado de risco ao capital estrangeiro. Portanto, o oposto do que imagina o ilustre prelado.

Asfixiante é a falta de conhecimento econômico com que o progressismo clerical brasileiro quer firmar uma cabeça-de-ponte para abrir fogo contra o capitalismo. O resultado de tanto amorismo é, cada vez mais, um ativismo político que repete o marxismo com um sotaque religioso que as comunidades de base insistem em manter.

Repete-se com a economia o que acabou de se ver em relação à política: o amorismo custou à teologia progressista uma derrota nas urnas; e lhe prepara dissabores ainda maiores em matéria econômica.

Ainda a opção pelos pobres

Dom José Fernandes Veloso

PIOR que a negação de uma verdade religiosa é a deturpação do sentido de seu enunciado.

Conservam-se as mesmas palavras, mas entendem-se coisas diferentes. Desta forma, ficam confundidos muitos, para os quais não é fácil discernir o sentido espúrio divulgado por meio de expressões sadias, as mesmas já consagradas pelo Magistério da Igreja.

Através de re-leituras ideológicas, as palavras e atitudes do próprio Cristo são deturpadas, chegando-se a apresentá-Lo como "o subversivo de Nazaré" (Cfr. João Paulo II, Discurso inaugural da Conferência de Puebla, 1.4).

Por diversas vezes Paulo VI manifestou a sua angústia pelos "fermentos de infidelidade ao Espírito Santo que se encontram na Igreja, nos nossos dias, e que tentam infelizmente miná-la por dentro. Os promotores e as vítimas de tal processo... pretendem permanecer na Igreja... para atentar contra a unidade eclesial... Provocam eles o desconcerto em toda a comunidade, introduzindo no seu seio o fruto de teorias dialéticas estranhas ao espírito de Cristo. Ao utilizarem as palavras do Evangelho, eles alteram-lhes o significado" (Exortação Apostólica de 8 de dezembro 1974, nº 3).

João Paulo I, nos brevíssimos 33 dias de seu Pontificado, secundou as preocupações de Paulo VI. Falando ao povo a 17 de setembro de 1978, prevenia: "É errado afirmar que a libertação política, econômica e social coincide com a salvação de Jesus Cristo, que o *Regnum Dei* se identifica com o *Regnum hominis*, que *Ubi Lenin ibi Jerusalem*" (A expressão "onde Lenine, aí Jerusalém" é de Ernst Bloch, um dos precursores do movimento ideológico que veio a desembocar na chamada "teologia da libertação" de corte marxista).

João Paulo II vem alertando com significativa frequência contra as deturpações que se fazem:

a) do sentido do próprio texto evangélico e da missão redentora de Cristo (cfr. citação acima, em Puebla).

b) dos ensinamentos do Concílio Vaticano II. Por exemplo, na Carta de 10 de dezembro de 1980 aos Bispos do Brasil: "Fazer conhecer seus textos, inculcar seus ensinamentos, transmitir seu espírito é um dever. Será também algo de essencial para evitar de um lado a resistência temerosa à sadia renovação que o Concílio propõe e, de outro lado, os abusos e desvios graves cometidos em nome dele, mas a partir de um leitura superficial, senão do desconhecimento de sua autêntica doutrina".

c) do texto de Medellín. O alerta do Papa foi incorporado pelos Bispos no número 1134 do Documento de Puebla: "A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros".

d) do recente Documento de Puebla: "É necessário que se difunda e eventualmente se recupere a integridade da mensagem de Puebla, sem interpretações deformadas, sem reducionismos deformantes e sem aplicações indevidas de algumas de suas partes e eliminação de outras" (Alocução ao CELAM, no Haiti). Já no Rio de Janeiro, comentando Puebla, o Papa nos advertira: "A libertação cristã usa meios evangélicos, com sua eficácia peculiar, e não recorre a nenhum tipo de violência, nem à dialética da luta de classes... ou à praxis ou análise marxista" (Discurso aos membros do CELAM, nº 8).

A opção evangélica pelos pobres jamais foi esquecida na história milenar da Igreja. Basta lembrar o exemplo de quase todas as Ordens e Congregações Religiosas, masculinas e femininas, cujos fundadores, na diversidade de seus carismas, eram fortemente motivados por aquela opção (lembre-se particularmente São José Benedito Cottolengo!).

A novidade de nossos dias não é a opção evangélica mais uma vez recomendada em Medellín, mas a politização ideológica de seu sentido. Tomou-se a palavra pobre não no sentido dos Evangelhos, mas na acepção moderna de classe social com a conotação marxista de luta de classes. Em tal contexto, a opção pelos pobres seria exclusiva e excludente, assumindo um sentido clara-

mente político, dentro da ideologia maniqueísta oprímido-opressor. Não é necessário muito estudo para se perceber quanto dista da verdadeira doutrina cristã essa ideologia.

No intuito de afastar essa interpretação política da opção pelos pobres, João Paulo II e Puebla houveram por bem acrescentar um adjetivo: "preferencial"; e, como se não bastasse, explicitam a seguir que não pode ser exclusiva nem excludente.

A precisão terminológica acertou "na mosca": Surgiram protestos contra a introdução do termo "preferencial", pois, segundo alguns ideólogos, que se baseiam na análise marxista, a opção só pode ser "política" ou não teria sentido. No mesmo diapasão se entende: "Com a "opção pelos pobres" se visa a uma situação histórica determinada — concretamente: o socialismo". (REB, março 1980, pág. 30).

Esta interpretação e posição nitidamente político-partidária contrasta flagrantemente com o sentido eminentemente pastoral da definição dada pelo Papa João Paulo II: "A opção pelos mais pobres, na qual a Assembléia dos Bispos em Puebla quis comprometer a Igreja na América Latina, é essencialmente esta: que os pobres sejam evangelizados, que a Igreja desdobre de novo todas as suas energias para que Jesus Cristo seja anunciado a todos, principalmente aos pobres, e que todos tenham acesso a esta fonte viva, à mesa da palavra e do pão, aos sacramentos e à comunidade dos batizados" (Encontro com os operários no Morumbi, nº 2).

Também os Bispos do Brasil, em sua última Assembléia de Itaipá, quiseram afastar as interpretações espúrias. Na Assembléia de 1979, logo depois de Puebla, os Bispos colocaram como objetivo geral de suas diretrizes pastorais evangelizar "a partir da opção pelos pobres", expressão que devia ser retamente interpretada, mas deu motivo a muita confusão. Apresentada essa opção como ponto de partida, muitos a julgaram de modo exclusivista, e até tomaram como base doutrinária ou *locus Theologicus* de uma espécie de nova teologia ou nova revelação.

Na Assembléia de 1983, os Bispos decidiram manter o mesmo objetivo geral, mas com algumas precisões esclarecedoras. Inspirados no esquema do Discurso inaugural do Papa em Puebla, corrigiram a redação para: "Evangelizar o povo brasileiro... a partir da Verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da opção preferencial pelos pobres...". Com esta retificação, quis a Assembléia Geral da CNBB evitar distorções que se apresentavam até com alguma frequência; o ponto de partida de toda Evangelização é a Verdade Revelada a ser anunciada, e não a situação concreta dos evangelizados; esta deve ser levada em conta, não há dúvida, para maior eficácia da evangelização; mas não é ponto de partida nem critério de verdade. A opção pelos pobres significa uma primazia no atendimento pastoral, "com um amor que não é partidário, que a ninguém exclui, embora se dirija com preferência ao mais pobre" — como bem precisou João Paulo II, citado no Documento de Puebla (nº 754).

Nem se diga que a nova formulação do objetivo geral das diretrizes pastorais para o próximo quadriênio aconteceu por acaso ou descuido de redação. Foi longamente debatida, com a participação em plenário de Prelados das mais variadas correntes em que o simplismo ideológico costuma dividir e rotular nossos Bispos: D. Alfredo Tepe, de Ilhéus; D. Francisco Austregésilo, de Afogados da Ingazeira; D. Luciano Duarte, de Aracaju; D. Euzébio Scheid, de São José dos Campos; D. Cristiano Krapf, de Jequié; D. José Palmeira Lessa, Auxiliar do Rio de Janeiro, etc.

Houve votação por destaques, portando, bem consistente. E a redação final teve aprovação geral.

Coerente com Paulo VI e João Paulo I, com João Paulo II e Puebla, a Assembléia dos Bispos deste ano quis evitar o atendimento e utilização ideológicos da "opção evangélica pelos pobres".

Dom José Fernandes Veloso é Bispo Coadjuutor de Petrópolis. Durante muitos anos, foi Reitor da Universidade Católica de Petrópolis.



Institut für Brasilienkunde

